

TÂMEGA e SOUSA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

ESTUDO DE REVISITAÇÃO DA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (EIDT) DO TÂMEGA E SOUSA

30 de outubro de 2021

INDICE

1.	APRESENTAÇÃO	6
1.1.	<i>Antecedentes e contexto de partida</i>	6
1.2.	<i>Estrutura e organização do documento</i>	8
2.	A QUESTÃO DEMOGRÁFICA, A EDUCAÇÃO, A FORMAÇÃO E O EMPREGO	10
2.1.	<i>Um território duplamente desigual</i>	10
2.2.	<i>Dinâmica Demográfica</i>	10
2.3.	<i>Rendimento, proteção social e saúde</i>	13
2.4.	<i>Educação e Formação</i>	16
2.5.	<i>Mercado de trabalho</i>	21
2.6.	<i>Implicações estratégicas</i>	25
3.	ANÁLISE ECONÓMICA	29
3.1.	<i>A Economia: Principais Traços e Evolução Recente</i>	29
3.2.	<i>A Indústria Transformadora</i>	34
3.3.	<i>Agricultura, Produção Animal e Indústrias Agroalimentares</i>	49
3.4.	<i>Turismo</i>	79
3.5.	<i>Ciência, Tecnologia e Inovação</i>	84
4.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AMBIENTE, MOBILIDADE E TRANSPORTES, SISTEMA URBANO	91
4.1.	<i>Nota preliminar</i>	91
4.2.	<i>Mobilidade e acessibilidades</i>	91
4.3.	<i>Ambiente</i>	95
4.4.	<i>Ordenamento territorial e sistema urbano</i>	101
4.5.	<i>Síntese</i>	105
4.6.	<i>Implicações estratégicas</i>	106
5.	O QUADRO INSTITUCIONAL E AS QUESTÕES DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA	107
5.1.	<i>Introdução</i>	107
5.2.	<i>Questões de governação multinível e de organização do quadro institucional de suporte ao desenvolvimento no TeS</i>	108
5.3.	<i>A importância crucial das boas práticas já confirmadas</i>	110
6.	AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RESULTADOS DA REVISÃO DO DIAGNÓSTICO	113
7.	PROPOSTA DE QUADRO ESTRATÉGICO	117
7.1.	<i>AGENDA DE INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE PARA O TeS</i>	117

7.2. AGENDA PARA A VALORIZAÇÃO DAS MAIS VALIAS-AMBIENTAIS DO TeS E PARA A ABORDAGEM À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA	124
7.3. AGENDA PARA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS E ORGANIZAÇÕES E PARA A COESÃO SOCIAL NO TeS	127
7.4. AGENDA PARA O ORDENAMENTO E COESÃO TERRITORIAL	132
7.5. AGENDA PARA A CAPACITAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E REFORÇO DA GOVERNAÇÃO INTERMUNICIPAL	135
8. EIDT REVISTA DO TES VERSUS ESTRATÉGIA REGIONAL NORTE 2030 E ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE NORTE 2021-2027	140
9. ARTICULAÇÃO COM PROJETOS ESTRATÉGICOS ESTRUTURANTES EM GESTAÇÃO NO TeS	143

INDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema rodoviário	92
Figura 2 - Sistema ferroviário existente e proposta (estratégia ferroviária do TeS)	93
Figura 3 - Ecopista do Tâmega	95
Figura 4 - Os rios que estruturam o território do TeS	95

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2 – Trabalhadores por conta de outrem por nível de escolaridade (2018)	17
Gráfico 3 – Evolução do emprego registado	21
Gráfico 4 – Estrutura Setorial do VAB em Portugal, Região Norte e Tâmega e Sousa (2013/2018) ...	29
Gráfico 5 – Atividade económica por concelho: Tipologia com base no VAB do setor empresarial (2017)	31
Gráfico 6 – Importância do Tâmega e Sousa no comércio internacional da Região Norte, 2019	32
Gráfico 7 – Importância de cada concelho no comércio internacional do Tâmega e Sousa, 2019	34
Gráfico 8 – Importância do Tâmega e Sousa na Indústria Transformadora da Região Norte, 2018 ...	35
Gráfico 9 – Dinâmica recente da Indústria Transformadora no Tâmega e Sousa, 2011-2018 (2011=100)	36
Gráfico 10 – Indicadores das empresas ¹ por escalão de pessoal ao serviço (% do total), 2018	36
Gráfico 11 – Peso dos concelhos na indústria transformadora do Tâmega e Sousa, 2018	37
Gráfico 12 – Dinâmica da Indústria Transformadora por concelhos, 2011 – 2018	38
Gráfico 13 – Estrutura setorial da indústria transformadora no TeS, 2018	39
Gráfico 14 – Localização da ITV no TeS, por geração de Valor Acrescentado Bruto, 2018	41
Gráfico 15 – Dinâmica do emprego e VAB na ITV do TeS, 2011-2018 (2011=100)	42
Gráfico 16 – Dinâmica da ITV nos concelhos do TeS, t.v.m.a 2011-2018	43
Gráfico 17 – Localização da Indústria do Couro e Calçado no TeS, por geração de Valor Acrescentado Bruto, 2018	44
Gráfico 18 – Dinâmica do emprego e VAB na Indústria do Couro e Calçado do TeS, 2011-2018 (2011=100)	45
Gráfico 19 – Dinâmica da Indústria do Couro e Calçado nos concelhos do TeS, t.v.m.a 2011-2018 ..	46
Gráfico 20 – Localização da Indústria do Mobiliário no TeS por geração de Valor Acrescentado Bruto, 2018	47
Gráfico 21 – Dinâmica do emprego e VAB na Indústria do Mobiliário do TeS, 2011-2018 (2011=100)	48
Gráfico 22 – Dinâmica da Indústria do Mobiliário nos concelhos do TeS, t.v.m.a 2011-2018	48
Gráfico 23 – VAB das Empresas da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca (€), 2017	50
Gráfico 24 – Pessoal ao Serviço das Empresas da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca (€), 2017	50
Gráfico 25 – Produção das Atividades Agrícolas no TeS (€)	52
Gráfico 26 – Produção das Atividades Agrícolas no TeS (repartição, %)	53
Gráfico 27 – VAB das Atividades Agrícolas no TeS (€)	54
Gráfico 28 – VAB das Atividades Agrícolas no TeS (repartição, %)	54
Gráfico 29 – Peso do VAB do TeS na Região Norte, Atividades Agrícolas	55
Gráfico 30 – Nº de Empresas no TeS, Atividades Agrícolas	56
Gráfico 31 – Produtividade Aparente do Trabalho nas Atividades Agrícolas (€), 2017	57
Gráfico 32 – Produção das Atividades de Pecuária no TeS (€)	58

Gráfico 33 – Produção das Atividades de Pecuária no TeS (repartição, %)	58
Gráfico 34 – VAB das Atividades de Pecuária no TeS (€).....	59
Gráfico 35 – VAB das Atividades de Pecuária no TeS (repartição, %)	60
Gráfico 36 – Peso do VAB no TeS na Região Norte, Atividades de Pecuária	60
Gráfico 37 – Produtividade Aparente do Trabalho nas Atividades Pecuárias (€), 2017.....	62
Gráfico 38 – Produção das Atividades de Silvicultura no TeS (€)	62
Gráfico 39 – VAB das Atividades de Silvicultura no TeS (€).....	63
Gráfico 40 – Produtividade Aparente do Trabalho nas Atividades de Silvicultura (€), 2017	65
Gráfico 41 – VAB das Indústrias Alimentares no TeS (€)	66
Gráfico 42 – Pessoal ao Serviço nas Indústrias Alimentares no TeS.....	66
Gráfico 43 – VAB da Indústria das Bebidas no TeS (€).....	67
Gráfico 44 – Pessoal ao Serviço na Indústria de Bebidas no TeS	67
Gráfico 45 – Produção das Indústrias Alimentares no TeS (€).....	69
Gráfico 46 – Produção das Indústrias Alimentares no TeS (repartição, %)	69
Gráfico 47 – VAB das Indústrias Alimentares no TeS (€).....	70
Gráfico 48 – Peso do VAB do TeS na Região Norte, nas Indústrias Alimentares	71
Gráfico 49 – Pessoal ao serviço nas Indústrias Alimentares no TeS	72
Gráfico 50 – Produtividade Aparente do Trabalho nas Indústrias Alimentares no TeS	73
Gráfico 51 – Produtividade Aparente do Trabalho nas Indústrias Alimentares (€), 2017.....	73
Gráfico 52 – Produção da Indústria do Vinho no TeS (€)	74
Gráfico 53 – VAB da Indústria do Vinho no Tâmega e Sousa (€).....	75
Gráfico 54 – Produtividade Aparente do Trabalho na Indústria do Vinho (€)	75
Gráfico 55 – Produção de Vinho Verde no TeS, campanha 2019/2020.....	77
Gráfico 56 – Oferta de alojamento turístico, 2013-2018	80
Gráfico 57 – Oferta de alojamento turístico no Tâmega e Sousa, por concelho, 2018	81
Gráfico 58 – Procura por alojamento turístico (dormidas), 2013-2018	81
Gráfico 59 – Procura por alojamento turístico no Tâmega e Sousa, por concelho, 2018 (nº dormidas)	81
Gráfico 60 – Despesa em I&D em % do PIB.....	84
Gráfico 61 – Proporção de câmaras municipais com presença na Internet (%) por tipo de funcionalidade disponibilizada	87

INDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de Envelhecimento (rácio %)	10
Tabela 2 - Índice de Dependência de Idosos (rácio %)	11
Tabela 3 - Índice de Dependência de Jovens (rácio %)	12
Tabela 4 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por setor de atividade económica	14
Tabela 5 - Beneficiários do RSI da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)	14
Tabela 6 - Beneficiários ativos da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)	15
Tabela 7 - Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde (1999-2012).....	16
Tabela 8 - Taxas brutas de pré-escolarização, de escolarização no ensino básico e de escolarização no ensino secundário	18
Tabela 9 - Evolução da proporção de alunos jovens matriculados em vias profissionalizantes (cursos tecnológicos, CE, Aprendizagem e Cursos Profissionais).....	19

Tabela 10 - Taxa de escolarização no ensino superior (%) por Localização geográfica (CIM TeS) e ano letivo	20
Tabela 11 - Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica	23
Tabela 12 - Quocientes de localização para setores de especialização (QL>1) ou de subespecialização moderada (0,66<QL<1) com referência a Portugal (PT) e à Região Norte (NT), 2017	30
Tabela 13 - Produtividade aparente do trabalho (VAB € / Pessoal ao serviço) no setor empresarial, 2017	31
Tabela 14 - Indicadores de Comércio Internacional de bens no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal, 2019	32
Tabela 15 - Principais Exportações de Bens no Tâmega e Sousa, 2019.....	33
Tabela 16 - Importância da Indústria Transformadora no TeS, 2018	35
Tabela 17 - Densidade e dimensão média das empresas da indústria transformadora por concelho, 2018	38
Tabela 18 - Relevância da Indústria Têxtil e do Vestuário no Tâmega e Sousa, 2018.....	40
Tabela 19 - Pessoal ao serviço e VAB das empresas da Ind. Têxtil e do Vestuário no TeS, 2018	40
Tabela 20 - Principais empresas industriais do Têxtil e Vestuário no TeS	41
Tabela 21 - Pessoal ao serviço e VAB das empresas da Ind. do Couro e Calçado no TeS, 2018	43
Tabela 22 - Relevância da Indústria do Couro e Calçado do TeS, 2018.....	43
Tabela 23 - Principais empresas industriais do Couro e Calçado no TeS.....	45
Tabela 24 - Relevância da Indústria do Mobiliário do TeS, 2018	46
Tabela 25 - Principais empresas industriais do Mobiliário no TeS	47
Tabela 26 - Quocientes de Localização da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, em 2017	51
Tabela 27 - Produções vegetais em análise	51
Tabela 28 - Quociente de Localização das Atividades Agrícolas no Tâmega e Sousa, 2017	55
Tabela 29 - Quociente de Localização (≥ 1) das Atividades Agrícolas por NUT III, 2017	56
Tabela 30 - Produções animais em análise	57
Tabela 31 - Quociente de Localização das Atividades Pecuárias no TeS, em 2017	60
Tabela 32 - Quociente de Localização (≥ 1) das Atividades Pecuárias por NUT III, 2017	61
Tabela 33 - Silvicultura: Atividades em análise	62
Tabela 34 - Quociente de Localização das Atividades de Silvicultura no TeS, 2017	64
Tabela 35 - Quociente de Localização (≥ 1) das Atividades de Silvicultura por NUT III, 2017	64
Tabela 36 - Quociente de Localização das Indústrias Alimentares e de Bebidas, 2017	68
Tabela 37 - Indústrias Alimentares: Atividades em análise	68
Tabela 38 - Quociente de Localização das Indústrias Agroalimentares no Tâmega e Sousa, 2017 ...	76
Tabela 39 - Quociente de Localização (≥ 1) das Indústrias Agroalimentares por NUT III, 2017.....	77
Tabela 40 - Área ardida em incêndios florestais (% da superfície total).....	97
Tabela 41 - Água e saneamento	99
Tabela 42 - Resíduos sólidos urbanos	100
Tabela 43 - Edifícios construídos para habitação familiar	102
Tabela 44 - Valor médio dos prédios transacionados (média anual em cada quinquénio, euros)	103

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Antecedentes e contexto de partida

O presente documento configura o Relatório Preliminar do Estudo de Revisitação da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) para o Tâmega e Sousa, tendo por destinatário a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Tâmega e Sousa (TeS) e os municípios que a integram.

O relativamente longo processo que conduziu à sua elaboração requer a explicitação de alguns elementos de contextualização do trabalho realizado e do Relatório agora apresentado.

Assim, a solicitação realizada pela CIM TeS para a revisitação da sua EIDT data de fevereiro de 2020 e teve por enquadramento a preparação do próximo período de programação 2021-2027. O enquadramento então existente para essa revisitação eram as orientações emanadas do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas (datadas ainda de 2019) e do Ministério da Coesão Territorial (datadas de fevereiro de 2020). Segundo tais orientações, a revisão da EIDT TeS 2014-2020 deveria incorporar alterações relevantes de contexto entretanto observadas e os elementos conhecidos à altura das agendas europeias e nacionais que enquadram o novo período de programação.

É importante assinalar que o início dos trabalhos ocorreu entretanto já no mês de março de 2020 quando o território do TeS, o país e o mundo estavam já sob a incidência da pandemia do COVID-19, circunstância que não pode deixar de ser referida para contextualizar o desenvolvimento dos trabalhos.

Em primeiro lugar, uma grande, senão a esmagadora maioria, dos elementos de revisão de diagnóstico estratégico mobilizados neste documento para visitar a EIDT TeS 2014-2020 e o diagnóstico que a suporta correspondem a um período temporal sensivelmente alinhado com o período 2013-2018 (variável segundo os indicadores) em função da informação estatisticamente disponível. Ora, essa informação não reflete as alterações que serão observadas em algumas variáveis em função da incidência da pandemia no TeS e na região Norte. É conhecido que alguns concelhos do TeS constituíram focos iniciais de disseminação da pandemia na região Norte, com uma elevada incidência ao longo das sucessivas ondas ou vagas de manifestação da incidência pandémica.

É sabido também que se observou uma forte interação entre a pandemia e a crise económica registada na sequência do processo de paragem que os diferentes períodos de confinamento exigiram, produzindo efeitos territoriais muito para além da incidência do fenómeno sanitário. Nesse sentido, apesar da reconhecida resiliência evidenciada pelo território, a incidência dos efeitos económicos e sociais da crise sanitária não pode ser ignorado, mesmo que por vezes a informação disponível para documentar esses efeitos ainda não apresente o grau necessário de territorialização para cobrir todo o território do TeS.

Em segundo lugar e não menos importante para contextualizar o presente documento, o trabalho solicitado pela CIM TeS não teve condições, na fase de revisão do diagnóstico, para a realização de momentos de auscultação presencial dos *stakeholders* mais representativos do território. O estado de confinamento e de emergência entretanto decretado impossibilitaram essa metodologia participativa.

No entanto, vários momentos e processos de auscultação dos municípios foram ensaiados através de plataformas digitais. Também deve ser valorizado o facto da CIM TeS ter disponibilizado à equipa da QP um vasto e valioso conjunto de estudos estratégicos promovidos pela CIM, a maioria deles posterior à elaboração da própria EIDT TeS 2014-2020, que eles sim envolveram um número muito significativo de *stakeholders* representativos do território e das suas instituições. A sua mobilização e incorporação neste estudo de revisitação correspondem, assim, a um processo indireto de auscultação de *stakeholders*, solução que tem de ser entendida no quadro das dificuldades colocadas pelo surto pandémico ao trabalho presencial.

Em terceiro lugar, em dezembro de 2020, a aprovação em Conselho Regional da Estratégia Regional Norte 2030, com o horizonte 2021-2027 permitiu articular a proposta de revisitação da EIDT do TeS com o quadro de objetivos da Estratégia Regional Norte 2030, ganhando por essa via uma leitura mais fina do posicionamento da nova EIDT no quadro da próxima programação. Acresce que, dada a prioridade governamental concedida à implementação do PRR, o presente Relatório está longe de poder refletir todas as orientações marcantes da programação nacional no âmbito do quadro plurianual de FEEI. A própria Estratégia Regional Norte 2021-2027 é relativamente parca em objetivos operacionais de programação, com o relevo para o modo como a programação Norte se propõe as prioridades transversais que o documento concede às transições digital e energético-climática.

Em quarto lugar, há ainda que referir que, praticamente em simultâneo com a segunda fase do estudo de revisitação da EIDT agora apresentado, ou seja, ao longo de 2021, a CIM TeS promoveu a elaboração de um estudo (coordenado pela SIGMA TEAM Consulting) para a identificação de um vasto conjunto de projetos estruturantes, amplamente participado pelos municípios do TeS. Inicialmente conduzido como um processo de preparação do território do TeS para um possível acesso ao financiamento do PRR, esse estudo acabou por se transformar num quadro de projetos estruturantes para o período 2021-2027, largamente em sintonia com o quadro de prioridades e agendas estratégicas preconizados pela revisitação da EIDT 2021-2027.

Embora não possa dizer-se com rigor que tal conjunto de projetos estruturantes para o território do TeS constitua a versão equivalente de um Plano de Ação consequente e em linha total com a EIDT revista, a sua natureza de projetos estruturantes representa um passo gigante para o Plano de Ação que servirá de base à contratualização da CIM TeS com o PO Regional Norte e orientação de acesso a outros programas. A elaboração desse Plano de Ação representará a sequência lógica e temporal deste Relatório agora apresentado. Acresce que no quadro do sistema ferroviário que serve o território do TeS, a região se movimentou através de estudos específicos que dotam o território de bases sólidas de investimento nessa área.

É também possível referir que, já sob o enquadramento do quadro estratégico agora proposto e com a intermediação da CIM do TeS, foi realizado um processo de auscultação aos municípios sobre projetos e ideias de projeto para o próximo período de programação. O facto de nem todos os municípios terem respondido a esse processo de auscultação e a natureza algo desigual dos contributos recebidos levou-nos a remeter esse material para a fase de Plano de Ação que a CIM do TeS entenda promover de suporte à futura contratualização com o PO Regional Norte 2021-2027.

Em quinto lugar, refira-se que o presente relatório sinaliza sempre que justificado as alterações de contexto geradas pela pandemia, embora reservando para outras oportunidades a sua criteriosa integração, quando forem conhecidas as alterações provocadas nos recursos e orientações da programação 2021-2027. Estima-se que, num diagnóstico estratégico como este que suporta a revisitação da EIDT 2014-2020, haja pelo menos dois tipos de situações a considerar para uma possível e futura integração dos efeitos pandémicos.

Haverá elementos de análise estrutural do território do TeS cuja premência e necessidade corretora de intervenções de política pública irão continuar a ser relevantes após a pandemia; haverá também elementos dessa natureza que até devam ser reforçados integrando esses efeitos;

E haverá seguramente elementos de análise conjuntural, por exemplo os efeitos sobre o emprego e as condições sociais do território, que alterem profundamente o contexto de partida do novo período de programação e que devam influenciar prioridades futuras, pelo menos nos anos iniciais do novo período de programação.

É, assim, legítimo admitir que se colocarão ao território desafios de reanimação de atividade económica, de mitigação da brutal redução de procura turística aos mais variados níveis incluindo o turismo natureza e outros produtos turísticos valorizadores do património natural e cultural, de restabelecimento de circuitos curtos de distribuição de produtos agrícolas e de reanimação de atividades culturais e criativas interrompidas pelas medidas de distanciamento social e de confinamento. Estes desafios terão de ser respondidos seja no período de transição entre os períodos de programação 2014-2020 e 2021-2027, seja eventualmente nos primeiros anos da futura programação. É que, para além dos efeitos a curto prazo e da pandemia e da recessão económica associada, a indeterminação existe também do ponto de vista dos efeitos mais a médio-longo prazo que podem resultar dos feitos da pandemia.

1.2. Estrutura e organização do documento

O Relatório que agora se apresenta está para além de uma simples revisão do diagnóstico estratégico que suportava a EIDT TeS 2014-2020. Na verdade, ele sinaliza já o que parecem ser as principais implicações estratégicas das alterações de diagnóstico entretanto observadas, seja de variáveis internas ao território do TeS, seja de alterações de contexto nacional, europeu e internacional em que as atividades e indivíduos residentes no TeS inscrevem a sua atividade. Integramos nessa envolvente ou contexto o que é conhecido à data das agendas europeias e nacionais como orientações e objetivos para o período de programação 2021-2027. Como resulta da última secção, tais orientações e objetivos são provisoriamente consideradas como referenciais, tendo em conta que podem ocorrer alterações maiores ou menores no seu desenho por força das estratégias de integração dos efeitos da pandemia. A plena consideração de tais referenciais é matéria de um Plano de Ação e não da revisitação da estratégia.

Respeitando a natureza de um diagnóstico estratégico e não meramente descritivo ou monográfico do território do TeS, procurámos, tanto quanto possível, que o novo diagnóstico estratégico seja compacto e essencialmente alinhado com os grandes vetores da estratégia e da intervenção desejada para o território.

Nesta perspetiva:

- O **capítulo 2** apresenta os elementos de revisão de diagnóstico relativos aos domínios da educação, formação, emprego, cultura e questões sociais, considerando que a questão demográfica é transversal a todos esses domínios;
- O **capítulo 3** discute a revisão do diagnóstico estratégico em matéria de atividades económicas, ciência e tecnologia, I&D e inovação, serviços às empresas e infraestruturas tecnológicas, de acolhimento empresarial, de promoção do empreendedorismo e atração de investimento;
- O **capítulo 4** revê o diagnóstico estratégico nos domínios do ordenamento do território, do ambiente, da mobilidade e transportes, da adaptação à emergência climática e do sistema urbano;
- O **capítulo 5** aborda, preliminarmente, as questões da governança e do quadro institucional de suporte ao desenvolvimento do TeS e à ação de coordenação que se coloca à CIM TeS;
- O **capítulo 6** opera uma síntese do diagnóstico, fazendo-o do ponto de vista de uma avaliação estratégica do mesmo, abrindo caminho à formulação do quadro estratégico.
- O **capítulo 7** apresenta o novo quadro estratégico que é proposto à luz da revisão do diagnóstico;
- O **capítulo 8** articula esse quadro estratégico com o da Estratégia Regional Norte, tal como está formulado na versão de fins de 2020;
- O **capítulo 9** acusa a identificação de 25 projetos estruturantes decorrentes de outro estudo lançado pela CIM TeS elaborada em estreita conformidade com a agora revista EIDT.
- Um capítulo de **anexos** fecha o relatório.

2. A QUESTÃO DEMOGRÁFICA, A EDUCAÇÃO, A FORMAÇÃO E O EMPREGO

2.1. *Um território duplamente desigual*

À semelhança do que acontece noutros domínios em análise, na educação, formação e emprego o diagnóstico de partida situa o TeS como um território duplamente desigual: externamente face aos padrões médios de desenvolvimento a nível nacional, com os quais compara mal, e internamente face a pronunciadas assimetrias que estabelecem contrastes grandes entre os municípios que o compõem. Havendo progresso feito, a evolução recente não coloca em causa este traço geral do diagnóstico anterior.

Com grande probabilidade, os dados disponíveis para suportar a atualização do exercício de diagnóstico assumem menor relevo do que aquilo que neste momento é possível antecipar quanto ao expectável impacto da crise de saúde pública, mas também económica e social, trazida pela pandemia que afeta o mundo. Procuramos ter isso em consideração no exercício de análise que neste ponto se desenvolve.

2.2. *Dinâmica Demográfica*

Um dos elementos de contextualização da análise em matéria de qualificação e emprego que importa situar prende-se com a dinâmica demográfica do território. Um dos atributos distintivos do território do TeS aquando do desenho da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) prendia-se, precisamente, com a sua juventude. Esse é um aspeto identitário que se mantém, mas perdendo força. Com efeito, os dados disponíveis mostram que a situação absoluta piorou ainda que a situação relativa do território se mantenha distinta no contexto da região Norte e do Continente. O Índice de Envelhecimento no Tâmega e Sousa progrediu de 81,3% para 122,6%, acompanhando, ainda que num patamar abaixo, a dinâmica observada na região Norte e no Continente. Lousada e Paços de Ferreira são exceções no TeS e são-no também em matéria da região Norte.

Tabela 1 - Índice de Envelhecimento (rácio %)

Unidade territorial	2011	2018
Continente	128,6	160,3
Norte	111,8	156,4
Tâmega e Sousa	81,3	122,6
Amarante	98,5	146,5
Baião	126,5	177,1
Castelo de Paiva	94,9	141,8
Celorico de Basto	125,1	173,2
Cinfães	137,8	185,2
Felgueiras	71,3	114,6

Unidade territorial	2011	2018
Lousada	58,0	92,4
Marco de Canaveses	71,1	115,1
Paços de Ferreira	59,7	96,6
Penafiel	72,1	109,0
Resende	143,2	191,8

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA, 2020

O facto de o envelhecimento populacional constituir uma tendência de evolução comum ao que acontece noutros territórios, mantendo o Tâmega e Sousa uma população em média mais jovem, não retira importância à necessidade de incorporar esta dinâmica na estratégia a adotar. Isto será particularmente relevante do ponto de vista da qualificação e do mercado de trabalho onde sabemos que existem fortes desigualdades de acesso em razão da idade. Por outro lado, o índice de envelhecimento é bastante assimétrico no contexto da região como assimétricos são os ritmos de envelhecimento.

Em linha com o acima caracterizado, o número de pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 (Índice de dependência de idosos) aumentou de 19,9% em 2011 para 23,7% em 2018. O dado apurado para 2018 compara com 30,3% para a região Norte (24,7% em 2011) e 34,2% para o Continente (29% em 2011). Mais uma vez, uma posição relativa mais favorável numa dinâmica de evolução também ela presa ao envelhecimento. Mais uma vez com fortíssimas disparidades intrarregionais, havendo concelhos onde o índice de dependência de idosos é superior a 35% e outros onde não chega a atingir 20%.

Tabela 2 - Índice de Dependência de Idosos (rácio %)

Territórios		Índice de dependência de idosos	
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2018
NUTS I	Continente	29,0	34,2
NUTS II	Norte	24,7	30,3
NUTS III	Tâmega e Sousa	19,9	23,7
Município	Amarante	22,8	26,8
Município	Baião	28,1	31,2
Município	Castelo de Paiva	22,4	26,8
Município	Celorico de Basto	29,2	30,0
Município	Cinfães	31,7	35,7
Município	Felgueiras	17,1	21,4
Município	Lousada	15,1	18,7
Município	Marco de Canaveses	18,3	22,5
Município	Paços de Ferreira	15,2	19,5
Município	Penafiel	18,0	22,3
Município	Resende	34,3	35,6

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA, 2020

O número de jovens até aos 14 anos por cada 100 pessoas entre os 15 e os 64 (Índice de Dependência de Jovens) recuou face a 2011, tendo recuado mais do que o que aconteceu na região Norte e do Continente. De resto, a posição relativa vantajosa teve, neste indicador, uma erosão significativa, sendo praticamente igual à da região Norte (19,4%) e um ponto percentual abaixo do Continente

21,3%. Aqui se encontra um significativo sinal de alerta da tendência de envelhecimento da população. Estamos perante um território ainda relativamente mais jovem, mas com uma tendência de envelhecimento bastante pronunciada e heterógena: enquanto em Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel a idade média se situa no intervalo de 36 a 38 anos, nos restantes concelhos - Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães e Resende - fica no intervalo dos 40 a 43 anos.

Ou seja, o TeS partilha a tendência da região Norte, em que o declínio demográfico se manifestou abruptamente no tempo, embora mantenha alguns traços distintivos do ponto de vista do seu potencial de juventude.

Tabela 3 - Índice de Dependência de Jovens (rácio %)

Unidade territorial	2011	2018
Continente	22,6	21,3
Norte	22,1	19,4
Tâmega e Sousa	24,5	19,3
Amarante	23,1	18,3
Baião	22,2	17,6
Castelo de Paiva	23,6	18,9
Celorico de Basto	23,3	17,3
Cinfães	23,0	19,3
Felgueiras	23,9	18,7
Lousada	26,0	20,2
Marco de Canaveses	25,7	19,6
Paços de Ferreira	25,4	20,2
Penafiel	24,9	20,5
Resende	24,0	18,5

Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA, 2020

O contexto recessivo do ponto de vista demográfico tem expressão também na evolução negativa (-3,6%) da população residente, acima do verificado na região Norte (-3,1%) e no Continente (-2,5%) que passou a ser em 2018 de 417 268 pessoas.

Esta tendência de envelhecimento apoia-se na combinação de duas dinâmicas que se reforçam: a população residente até aos 19 anos decresce desde 2011 a uma taxa(-19,2%) muito superior ao verificado na região Norte (-13,6%) e no Continente (-7,6%); a população residente acima dos 50 anos aumentou desde 2011 a uma taxa (17,9%) muito superior ao verificado na região Norte (12,4%) e no Continente (8,1%). Já na população entre os 20 e os 50 anos o decréscimo populacional verificado no Tâmega e Sousa (10,8%) é mais próximo do verificado na região Norte (11,4%) e no Continente (10,1%).

Este breve enunciado relativo à dinâmica populacional permite sublinhar o seguinte:

- A juventude do território é cada vez **mais uma categoria relativa do que absoluta**, limitando o potencial identitário que lhe pode ser atribuído;
- O perfil de juventude do Tâmega e Sousa tornou-se permeável a uma dinâmica de envelhecimento que sugere ser mais óbvia a afirmação da convergência do que da diferenciação;
- A média está longe de ser construída a partir da homogeneidade, antes beneficiando de uma “bolsa de juventude” localizada nos concelhos mais industrializados de fronteira com a Área Metropolitana do Porto (nomeadamente Paços de Ferreira, Felgueiras e Lousada) e acolhe nos concelhos de perfil mais rural da “corda” interior do território contextos de envelhecimento severos mesmo face à média nacional;
- A coesão social do território requer estratégias de ação que contemplem esta realidade contrastante;
- Ainda assim, a integração da “bolsa de juventude” em concelhos com fortíssima especialização industrial constitui um ativo relevante da estratégia de desenvolvimento que importa conseguir potenciar;
- O risco do envelhecimento é impactado negativamente por fragilidades estruturais em matéria de educação, pela concentração (no tipo e no espaço) da atividade económica e pela consequente disparidade na distribuição do rendimento que não podem ser subtraídas à equação estratégica do desenvolvimento futuro.

2.3. *Rendimento, proteção social e saúde*

A frágil posição relativa do TeS em matéria de desenvolvimento (como é possível confirmar pela posição no Índice de Desenvolvimento Humano) e o contexto de dupla desigualdade que acima se enuncia têm expressão em vários indicadores que medem a distribuição do rendimento e a situação social no território. Situamos alguns deles no passo seguinte.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem dá nota da situação de desfavorecimento do território, evidenciando que o progresso feito entre 2013 e 2018 não permitiram corrigir a situação de fragilidade comparativa em que se encontra o território face à região Norte e ao país no seu conjunto. Com efeito, o ganho médio mensal continua bastante abaixo do que acontece no país e no Norte, sendo que essa diferença é muito significativa (306 euros em média quando comparado com o país no seu conjunto) e comum a todos os setores de atividade económica.

A situação de baixo rendimento estabelece um quadro de desigualdade profunda face aos vários planos territoriais com que se estabelece a comparação nesta análise, sendo que a desigualdade intraterritorial é menos pronunciada se considerarmos os valores médios globais. Dito de outro modo, nenhum território da CIM se exclui desta realidade. A única circunstância em que o ganho médio mensal ultrapassa os mil euros é no concelho de Penafiel para o setor dos serviços.

Tabela 4 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por setor de atividade económica

	Total		Agricultura, produção animal, caça, sicultura e		Indústria, construção, energia e água		Indústrias transformadoras		Construção		Serviços	
	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018
Portugal	1 093,3	1 166,9	788,3	896,7	1 016,0	1 105,1	996,1	1 108,7	968,9	993,5	1 139,2	1 203,4
Continente	1 093,8	1 170,3	789,2	896,4	1 014,9	1 105,5	996,6	1 110,5	966,1	993,2	1 141,2	1 208,9
Norte	963,4	1 056,6	713,2	914,2	894,4	1 003,4	875,5	1 001,6	895,9	947,2	1 024,7	1 100,7
Tâmega e Sousa	758,8	858,4	624,5	736,2	712,6	822,0	682,4	801,8	784,4	855,5	849,0	923,8
Amarante	845,7	878,2	602,2	703,5	802,8	838,0	765,2	813,5	825,3	851,4	903,4	928,4
Baião	711,6	815,4	754,2	765,3	678,3	801,5	658,2	725,2	688,3	853,6	747,0	837,5
Castelo de Paiva	728,9	827,6	603,4	752,1	692,7	800,3	672,8	794,7	751,3	804,4	803,9	876,9
Celorico de Basto	756,3	764,0	604,1	674,5	657,5	746,1	625,2	722,4	688,7	740,5	849,5	792,9
Cinfães	713,6	844,3	636,9	713,1	737,1	870,1	615,7	768,5	756,9	882,4	701,0	802,6
Felgueiras	714,9	845,4	645,1	737,8	683,1	824,0	684,0	823,8	641,0	812,6	832,8	910,2
Lousada	699,1	821,7	564,3	767,6	664,7	788,5	646,4	746,6	728,1	906,6	792,2	892,4
Marco de Canaveses	809,2	856,6	686,5	791,7	803,9	855,3	700,1	813,9	880,3	878,9	820,8	860,8
Paços de Ferreira	727,3	846,3	534,9	638,3	677,6	799,0	669,0	796,8	731,6	771,1	827,0	933,8
Penafiel	827,8	939,9	611,8	734,6	751,7	858,8	703,3	828,7	774,7	845,4	931,7	1 034,2
Resende	754,5	785,9	581,6	680,4	684,8	754,1	695,5	885,8	665,3	695,0	798,0	809,7

Fonte: GEP/MSESS, MTSS

O perfil de baixo rendimento que caracteriza o TeS tem expressão adicional na percentagem de beneficiários do Rendimentos Social de Inserção (RSI) no total da população com mais de 15 anos que no território (3,9%) é superior à média do país (3,2% pra Portugal) e da região Norte (3,5%). De notar que acompanhando a situação mais favorável do ponto de vista do emprego e do desemprego desde o início do atual período de programação.

A evolução favorável deste indicador acompanhou em ritmo de progressão o que aconteceu no país. Porém, talvez a perspetiva mais significativa que nos é trazida por este indicador seja a das discrepâncias existentes entre os municípios do TeS. Com efeito, entre o valor mais elevado de beneficiário registado em Baião (7,1%) e o mais baixo registado em Felgueiras (1,8%) encontramos um contínuo com situações muito diversas, mas que situam um conjunto de municípios onde o recurso ao RSI é bastante significativo (Resende, Baião, Cinfães e Marco de Canaveses), explicitando a situação de particular vulnerabilidade dos municípios de perfil mais rural.

Tabela 5 - Beneficiários do RSI da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)

	Beneficiários do RMG e RSI em % da pop. residente	
	2013	2018
Portugal	4,0	3,2
Continente	3,9	3,0
Norte	4,5	3,5
Tâmega e Sousa	4,8	3,9
Amarante	3,9	4,0
Baião	8,1	6,3
Castelo de Paiva	2,8	2,5
Celorico de Basto	5,6	3,3
Cinfães	8,0	5,6
Felgueiras	1,7	1,8
Lousada	3,6	2,7
Marco de Canaveses	6,9	5,2
Paços de Ferreira	5,6	4,0
Penafiel	4,7	4,1
Resende	8,5	7,1

Fonte: GEP/MSESS, MTSS

A análise da percentagem de beneficiários da segurança social no total de residentes com mais de 15 anos, ligeiramente inferior ao verificado para a região Norte e para Portugal, sublinha a perspetiva das fortes disparidades entre municípios. Mais uma vez, os municípios rurais têm percentagens de beneficiários ativos baixas (todas abaixo dos 40%), sendo mais uma vez os concelhos mais industrializados - Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira – aqueles que apresentam número de beneficiários ativos mais altos.

Tabela 6 - Beneficiários ativos da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)

Anos	Beneficiários activos em % pop. residente	
	2013	2018
Portugal	(R) 46,7	50,9
Continente	(R) 46,1	50,9
Norte	(R) 45,8	50,1
Tâmega e Sousa	(R) 46,0	49,7
Amarante	(R) 42,3	45,5
Baião	(R) 33,9	37,6
Castelo de Paiva	(R) 43,3	47,9
Celorico de Basto	(R) 32,9	36,9
Cinfães	(R) 34,6	38,8
Felgueiras	(R) 55,4	59,7
Lousada	(R) 53,8	57,7
Marco de Canaveses	(R) 41,9	44,8
Paços de Ferreira	(R) 52,1	55,3
Penafiel	(R) 47,7	51,3
Resende	(R) 31,8	35,1

Fonte: GEP/MSESS, MTSSS

A resposta na área da saúde acompanha o diagnóstico que temos vindo a fazer em matéria social. Assim, recorrendo ao indicador do número de habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde (2012) verificamos que esse número é em termos médios sempre mais elevado no TeS, dando conta de uma menor capacidade de cobertura da população com cuidados médicos e de enfermagem através da rede de centros de saúde. Se em vez deste utilizarmos o indicador do número de habitantes por médico (referido a 2018) chegaremos à mesma conclusão. Este indicador era em 2018 de 555,9 habitantes por médico no TeS enquanto para a região Norte correspondia a 193,6 habitantes por médico (neste caso ligeiramente acima do valor obtido para o Continente).

No caso do indicador que afere a cobertura garantida pela rede de centros de saúde verificamos que o comportamento territorial é distinto do que vimos observando para os outros que aqui já analisámos, ou seja, neste caso a capacidade de cobertura da rede é inferior nos concelhos mais industrializados que são também os mais populosos. Ao invés, o número de habitantes por médico volta a acompanhar o padrão que reflete uma posição relativa mais favorável dos concelhos mais populosos e com maior desenvolvimento económico.

Tabela 7 - Habitantes por pessoal ao serviço nos centros de saúde (1999-2012)

Anos	Tipo de pessoal ao serviço			
	Total	Médicos	Enfermeiros	Outro
	2012	2012	2012	2012
Portugal	362,3	1 416,5	1 182,9	827,4
Continente	389,6	1 410,6	1 280,6	928,5
Norte	365,9	1 324,5	1 134,8	911,7
Tâmega e Sousa	418,4	1 741,1	1 296,6	957,4
Amarante	410,9	1 552,4	1 164,3	1 074,8
Baião	285,3	1 688,0	1 066,1	506,4
Castelo de Paiva	413,4	1 837,4	1 837,4	751,7
Celorico de Basto	200,2	2 002,0	606,7	351,2
Cinfães	352,7	2 010,4	1 256,5	648,5
Felgueiras	483,5	2 231,3	1 349,2	1 137,5
Lousada	510,7	2 065,2	1 583,3	1 187,5
Marco de Canaveses	539,4	1 907,0	1 722,5	1 334,9
Paços de Ferreira	447,6	1 421,2	1 263,3	1 353,5
Penafiel	455,9	1 470,2	1 440,8	1 221,0
Resende	360,7	2 236,3	1 242,4	657,7

Fonte: GEP/MESS, MTSSS

Procurando sintetizar esta breve incursão na mobilização de alguns indicadores de cariz mais social, verificamos que:

- A dupla desigualdade de que falámos é bem visível no acesso ao rendimento e no acesso a serviços de saúde: em média mais frágil do que o observado no país e com fortíssimas assimetrias internas ao território do TeS;
- O progresso verificado ao nível do rendimento é insuficiente para promover uma convergência sensível com a região Norte em primeiro lugar e, de forma mais abrangente, com o conjunto do país;
- A capacidade de fazer convergir os valores médios de cobertura da população por médicos é fortemente ancorada na performance dos concelhos mais dinâmicos na vizinhança da AMP;
- A expressão da inatividade nos concelhos mais rurais projeta o recurso ao RSI para valores médios elevados e traduz uma acrescida exposição ao risco de pobreza.

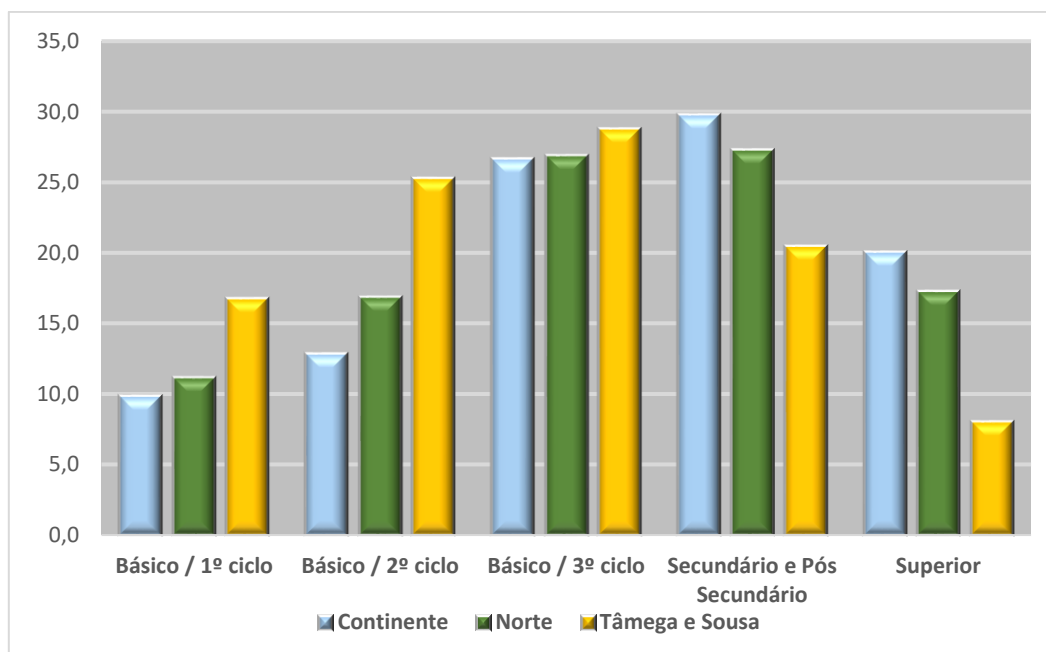
2.4. Educação e Formação

Além de um elevado nível de analfabetismo, medido pelos censos de 2011 e que hoje não é possível atualizar, o ponto de partida do diagnóstico em matéria de qualificação e emprego tomava em consideração os comparativamente inferiores níveis de qualificação da população residente face à região Norte e ao país no seu conjunto. Relativamente ao nível de analfabetismo, o que se sabe sobre as políticas de educação neste domínio permite estimar, com razoável grau de fiabilidade, que a situação não se terá alterado significativamente, a não ser pelo efeito de letalidade dos mais velhos. Relativamente aos níveis de qualificação da população, não havendo censos atualizados, procuramos verificar a situação atual recorrendo à distribuição dos trabalhadores por conta de outrem por nível de escolaridade.

O que era dito pela análise da escolaridade da população residente em 2011 continua a ser dito em 2018 pela análise da escolaridade dos trabalhadores por conta de outrem: o Tâmega e Sousa é um território onde o predomínio das baixas qualificações é superior à média do Norte e do Continente, sendo maior o atraso que o separa da região Norte do que aquele que faz distar esta do Continente.

Um problema sem resposta que se veja e, conseqüentemente, uma prioridade inequívoca para qualquer estratégia de desenvolvimento.

Gráfico 1 – Trabalhadores por conta de outrem por nível de escolaridade (2018)



Fonte: PORDATA, 2020

O perfil de baixas qualificações do território tinha nas taxas de abandono escolar precoce superiores à média a sua fonte de alimentação. Não é possível aceder a dados atualizados para as NUT III (CIM) no que a esta questão diz respeito, mas os dados disponíveis para a região Norte dão conta de um progresso muito expressivo nesta matéria. Com efeito, a taxa de abandono escolar precoce situou-se em 10,1% em 2018, abaixo do apurado para o Continente (11,2%).

Não é possível atestar se esta dinâmica positiva teve igual expressão no TeS, mas será confiável dizer que o sentido da evolução foi o mesmo, ainda que os ganhos possam ter ficado aquém. Com efeito, a análise das taxas brutas de escolarização faz supor que ao nível do ensino secundário o abandono escolar tenha, ainda, uma expressão superior ao verificado na região Norte no seu conjunto e em termos médios no Continente. Com efeito, se ao nível das taxas brutas de pré-escolarização e de escolarização ao nível do ensino básico os valores apurados para o TeS no ano letivo 2017/2018 se aproximam dos da região Norte e Continente o mesmo não acontece para a taxa bruta de escolarização no ensino secundário. Nestes casos, o TeS situa-se mais de dez pontos percentuais abaixo da região Norte. Estes dados sugerem que, à medida que se avança nos escalões etários, é mais difícil no TeS contrariar as tendências para o abandono. Resta saber se isso é resultado de uma atração precoce pela empregabilidade e entrada também precoce no mercado de trabalho, mas isso pressupõe o cruzamento com a análise do mercado de trabalho.

Tabela 8 - Taxas brutas de pré-escolarização, de escolarização no ensino básico e de escolarização no ensino secundário

	Taxa de Pré-escolarização	Taxa bruta de escolarização Ensino Básico	Taxa bruta de escolarização Ensino Secundário
Anos	2017/2018		
Continente	93,7	108,7	121,7
Norte	97,0	109,4	118,8
Tâmega e Sousa	94,6	106,9	96,8
Amarante	98,3	107,9	127,0
Baião	82,8	101,1	85,2
Castelo de Paiva	104,6	127,7	94,5
Celorico de Basto	91,0	90,7	80,9
Cinfães	85,2	100,1	97,0
Felgueiras	96,5	111,3	110,8
Lousada	93,5	107,1	89,3
Marco de Canaveses	97,6	101,1	87,7
Paços de Ferreira	90,3	110,1	84,4
Penafiel	94,8	107,4	94,5
Resende	105,4	104,8	95,7

Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior -Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Muito significativo é, também, o perfil bastante assimétrico que a taxa bruta de escolarização no ensino secundário assume no território. Essa dinâmica assimétrica é menor, embora exista, nos patamares anteriores de escolarização (pré-escolar e básico). Em síntese, o sucesso escolar é um desafio ainda em aberto no território do TeS, seja porque a recuperação do atraso junto da população adulta está por conseguir, seja porque a resposta conseguida ao nível dos jovens ainda não estancou plenamente as fontes dessa posição desfavorável.

A estratégia de promoção do sucesso educativo tem-se apoiado, nomeadamente desde o momento em que se procurou generalizar a escolaridade de 12 anos, na diversificação das modalidades de educação e formação com conseqüente reforço das vias profissionalizantes, nomeadamente ao nível do ensino secundário (Cursos Profissionais, Cursos de Aprendizagem e Cursos de Educação e Formação de Jovens). Considerando num plano global a evolução observada na última década, concluímos por um certo esbatimento da dinâmica de reforço da oferta de cursos profissionalizantes iniciada na primeira década do milénio no que diz respeito ao Continente e região Norte, sobretudo depois de 2014. Ora, na CIM do TeS, essa tendência não se observou, tendo a dinâmica de oferta de cursos de dupla certificação um perfil ligeiramente inverso, reforçando-se em 2017 e 2018. Este será um sinal positivo que poderá ter apoiado os resultados positivos, embora insuficientes, em matéria de escolarização da população jovem.

À semelhança do que acontece ao nível das taxas de escolarização, verifica-se que as assimetrias no território da CIM no que diz respeito à frequência de ofertas profissionalizantes são pronunciadas e que, sem muita surpresa, existe uma significativa correlação entre a existência de taxas de escolarização mais altas (Amarante, Felgueiras e Cinfães, nomeadamente) e uma maior representatividade da oferta de cursos profissionalizantes no conjunto da oferta de nível secundário conforme se pode confirmar no quadro abaixo.

Tabela 9 - Evolução da proporção de alunos jovens matriculados em vias profissionalizantes (cursos tecnológicos, CE, Aprendizagem e Cursos Profissionais)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Continente	42,5	42,9	44,5	44,7	42,9	40,6	40,7	41,3
Norte	45,1	45,8	46,8	46,9	45,0	42,3	42,8	43,3
Tâmega e Sousa	41,1	41,8	41,3	41,9	41,7	41,1	42,8	44,1
Amarante	61,7	60,4	59,3	57,9	58,1	57,9	60,8	61,7
Baião	26,8	38,6	35,6	39,1	40,3	37,1	40,0	45,4
Castelo de Paiva	52,2	49,8	43,5	38,1	27,7	23,6	30,6	31,1
Celorico de Basto	54,4	52,0	50,2	52,8	49,5	49,4	50,6	50,3
Cinfães	43,5	46,5	43,0	45,0	50,6	56,7	53,4	53,0
Felgueiras	41,8	42,9	43,6	45,3	45,1	45,9	49,3	50,4
Lousada	27,6	29,2	28,9	29,6	34,1	31,0	30,2	33,7
Marco de Canaveses	38,8	40,0	41,0	42,3	42,5	42,3	44,2	43,7
Paços de Ferreira	32,2	30,9	29,8	32,1	29,5	29,1	31,1	35,9
Penafiel	27,6	30,9	33,4	34,3	32,3	30,6	30,6	32,4
Resende	39,2	38,1	37,2	38,4	40,4	40,0	44,3	43,5

Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

A taxa de escolarização do ensino superior afere a percentagem de alunos com idade entre 18 e 22 anos matriculados em cursos de formação inicial no ensino superior no conjunto da população residente com idade entre 18 e 22 anos. Os dados apurados para o TeS refletem a condição periférica do território face às dinâmicas do sistema de ensino superior. Com efeito, embora tenha crescido ligeiramente ao longo da última década, o número de jovens entre os 18 e os 22 anos residentes no TeS que frequentam o ensino superior na região é residual. Tal não significará, necessariamente, que a população jovem residente não tenha taxas de participação no ensino superior convergentes com o que se passa noutros territórios (não existe informação disponível que permita caracterizar a situação a este nível), mas certamente torna plausível, à luz de outros indicadores coligidos nesta breve análise – demográficas, por exemplo -, assumir que a desejável convergência neste plano não esteja a ocorrer com a intensidade desejável.

Este indicador mostra, sobretudo, a frágil presença de instituições do ensino superior no território, existentes apenas nos concelhos: de Felgueiras (através da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico do Porto), de Penafiel (através do Instituto de Investigação e Formação Avançada em Ciências e Tecnologias da Saúde e do ISCE Douro – Instituto Superior de Ciências Educativas do

Douro, com presença em áreas de formação como o multimédia, social, educação, desporto, turismo, com licenciaturas, mestrados e cTESP e um núcleo de investigação orientado para as áreas das artes e novos media e da relação entre ciências, património e cultura). Acresce que a CESPU (Gandra-Paredes) tem várias unidades de ensino superior, tendo uma delas, a Escola Superior de Saúde do Vale do Sousa (ensino politécnico), sede em Gandra e um polo no centro da cidade de Penafiel (licenciatura em enfermagem). Esta presença é vital em termos do consequente contributo que poderá oferecer para mitigar o efeito de drenagem para fora do território da população jovem mais qualificada. Esta realidade não será alheia à relevante redução da população jovem residente no concelho que acima se sinalizou.

Tabela 10 - Taxa de escolarização no ensino superior (%) por Localização geográfica (CIM TeS) e ano letivo

	2018 / 2019	2017 / 2018	2016 / 2017	2015 / 2016	2014 / 2015	2013 / 2014	2012 / 2013	2011 / 2012
Continente	38,1	37,2	35,9	34,6	32,9	32,7	32,8	32,8
Norte	34,2	33,0	31,7	30,2	28,6	28,1	28,1	28,0
Tâmega e Sousa	3,7	3,4	3,1	2,5	2,0	1,9	2,0	2,1
Amarante								
Baião								
Castelo de Paiva								
Celorico de Basto								
Cinfães								
Felgueiras	22,6	21,3	19,9	16,7	14,3	13,3	14,1	14,6
Lousada								
Marco de Canaveses								
Paços de Ferreira								
Penafiel	3,1	2,4	1,5	1,1				
Resende								

Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Em matéria de qualificações, a análise permitida pelos dados disponíveis avaliza a que se retomem sublinhados que o diagnóstico de partida já situava e que se acrescentem outros que a persistência da situação justifica:

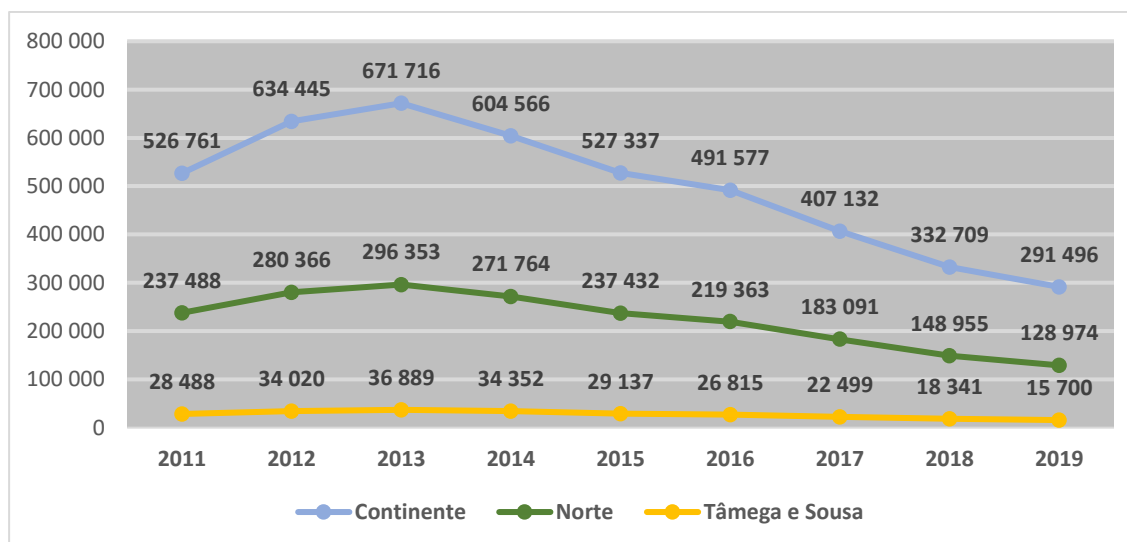
- O **baixo nível de qualificações da população adulta continua a distinguir negativamente o TeS** e a constituir um bloqueio ao seu desenvolvimento;
- A aposta na qualificação da população adulta, seja por via da promoção da escolaridade seja por via da requalificação profissional mais articulada com o mercado de trabalho, constitui condição nuclear para uma estratégia de promoção da coesão;
- O desafio da escolarização dos jovens exige empenho continuado e uma mobilização acrescida de instrumentos que assegurem a promoção do sucesso educativo, sendo indispensável assegurar uma abordagem capaz de responder às assimetrias territoriais que prevalecem;
- O ensino profissionalizante constitui um ativo da estratégia seguida que pode ser mais valorizado para corrigir assimetrias e promover uma abordagem mais integrada entre a produção de qualificações e a estratégia de desenvolvimento económico do Tâmega e Sousa, desde que a sua oferta encontre eco no tecido empresarial da sub-região;

- A fortíssima especialização industrial do território pode constituir um útil referencial para a dinamização da oferta profissionalizante, potenciando o contributo desta para fortalecer alguns desses setores – o mobiliário e o vestuário são setores onde as dificuldades de recrutamento de trabalhadores qualificados são sensíveis e que poderiam beneficiar com o reforço desta abordagem;
- Importa considerar em que medida a atratividade de oferta de ensino superior, em formato de presença física ou de reforçada parceria com o tecido produtivo da região, constitui condição relevante para dar mais “músculo” à qualificação da população jovem e à sua ativação enquanto atributo identitário da região;
- A posição diferenciada da região nesta dimensão dificilmente será revertida sem uma abordagem estratégica que atribua acrescida centralidade programática, de participação e de recursos, à aposta na qualificação. O que serve para fazer progredir o conjunto, dificilmente será suficiente para fazer convergir as partes. Isto é válido para a posição relativa da CIM do TeS no contexto nacional, mas também para a consistência interna da sua estratégia de ação.

2.5. Mercado de trabalho

O comportamento do mercado de emprego na região do Tâmega e Sousa acompanhou a dinâmica positiva verificada em todo o país de 2015 em diante. Assim, e à semelhança do que aconteceu no continente, o desemprego registado no Instituto do Emprego e Formação Profissional recuou cerca de 57% entre 2013 e 2019.

Gráfico 2 – Evolução do emprego registado



Fonte: IEFP – Emprego Registado, PORDATA, 2020

Correspondendo o desemprego registado no conjunto da população residente com 15 – 64 anos a cerca de 6,3%, as diferenças por município são vincadas. Assim, encontramos nos municípios industrializados percentagens significativamente baixas de desemprego registado como é o caso de Felgueiras (4,5%), de Lousada (4,7%) e Paços de Ferreira (5,3%), por exemplo, e percentagens bem mais altas nos concelhos mais rurais como Resende (10,5%), Baião (8,7%) e Cinfães (8,5%).

O peso do desemprego jovem registado (< 25 anos) no território do TeS foi sempre superior ao verificado na região Norte e no Continente, mantendo-se assim em 2019 (13,1% no TeS; 9,9% no Norte; 10,2% no Continente). Importa considerar que se trata da percentagem de jovens registados nos serviços de emprego e não a taxa de desemprego jovem calculada pelo INE (indisponível para a NUT III) que comumente regista valores superiores. Em todo o caso, não deixa de ser significativo o sinal de agravada dificuldade sentida pelos jovens na transição para o mercado de trabalho.

No que se refere à população jovem 15-29 que não se encontra nem a estudar nem a trabalhar (NEET), a dinâmica de evolução será semelhante à verificada ao nível da taxa de desemprego, ou seja, de sensível recuo no número de jovens NEET. Não estando disponível a taxa de NEET ao nível da CIM, recorreremos à dá região Norte para sinalizar este mais que provável progresso. Com efeito, entre 2013 e 2018 a taxa de jovens NEET na região Norte recuou de 18,3% para 11,3%.

Procuraremos na interação com a estrutura técnica da CIM TeS recolher elementos de informação adicionais que nos permitam recolher evidência sobre a dimensão local do fenómeno NEET e a sua evolução mais recente.

Contudo, a problemática dos jovens NEET não é resumível apenas à realidade refletida pela taxa. Com efeito, a Estratégia de Sinalização de Jovens NEET implementada pelo IEFP com apoio da OIT chama a atenção para a importância de chegar aos jovens que não estando a trabalhar nem a estudar não recorreram ao serviço público de emprego para procurar uma resposta para a sua situação e, nessa medida, não foram registados como jovens NEET. O contingente destes jovens considerados inativos, e por essa razão são também NEET, é muito significativo, sendo sobretudo alimentado por percursos de abandono precoce do sistema de ensino e formação combinado com afastamento das lógicas mais institucionais de mediação das políticas ativas de emprego. Considerando o histórico de abandono escolar precoce elevado na CIM TeS e que as taxas de escolarização ao nível do ensino secundário se situam abaixo da média da região Norte, é seguro afirmar que a necessidade de dar resposta a estes jovens terá nos concelhos da região uma indubitável relevância.

A distribuição das pessoas ao serviço por setor de atividade explícita, por sua vez, uma linha de continuidade no perfil de especialização do território do TeS. As indústrias transformadoras continuam a concentrar cerca de 40% das pessoas ao serviço (no Norte o emprego nas indústrias transformadoras situa-se nos 29%) continuando a afirmar-se enquanto principal traço distintivo do perfil de especialização produtiva do TeS. A construção constitui o segundo setor em número de pessoas ao serviço, sendo que neste caso se observou um recuo do volume de emprego associado a este setor. A par do desaparecimento das pessoas ao serviço em empresas agrícolas, esta será a modificação mais sensível na estrutura do emprego em empresas não financeiras desde 2011.

Regressaremos a esta questão depois de incorporarmos a revisão do diagnóstico estratégico em matéria de atividades económicas.

Tabela 11 - Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica

Setor de Atividade	2018				2011			
	Norte		Tâmega e Sousa		Norte		Tâmega e Sousa	
	%	Pessoal ao Serviço	%	Pessoal ao Serviço	%	Pessoal ao Serviço	%	Pessoal ao Serviço
Total		1 369 856		146 783		1 193 618		132 924
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	4,9%	66 473	0,0%	0	1,9%	23 154	1,3%	1 759
Indústrias extractivas	0,2%	2 990	0,0%	0	0,3%	3 806	0,9%	1 151
Indústrias transformadoras	28,7%	392 860	40,7%	59 762	29,5%	351 663	40,3%	53 585
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,2%	2 272	0,1%	126	0,1%	1 054	0,0%	23
Captação, tratamento e distribuição de água (...)	0,6%	8 544	0,4%	602	0,7%	8 347	0,5%	710
Construção	9,5%	129 726	17,5%	25 694	12,5%	149 540	21,8%	28 925
Comércio por grosso e a retalho (...)	19,9%	272 906	16,3%	23 898	21,8%	259 673	16,8%	22 386
Transporte e armazenagem	2,9%	40 395	1,7%	2 536	2,9%	35 071	1,6%	2 183
Alojamento, restauração e similares	6,7%	91 292	4,1%	5 960	6,0%	71 995	4,0%	5 373
Actividade de Informação e comunicação	1,7%	23 505	0,3%	412	1,2%	13 901	0,2%	272
Actividades imobiliárias	1,4%	19 526	1,0%	1 458	1,3%	15 443	0,9%	1 176
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	5,6%	76 283	3,3%	4 839	5,2%	62 545	2,8%	3 679
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	7,6%	103 827	3,5%	5 088	6,5%	77 438	2,8%	3 663
Educação	2,3%	31 312	1,7%	2 436	2,8%	33 938	1,8%	2 389
Actividades de saúde humana e apoio social	4,5%	61 726	2,8%	4 119	4,0%	48 175	2,1%	2 828
Actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas	1,2%	16 399	0,7%	964	1,0%	11 630	0,6%	821
Outras actividades de serviços	2,2%	29 820	1,8%	2 579	2,2%	26 245	1,5%	2 001

Fonte: PORDATA

Analisando a evolução do VAB nos principais setores, verifica-se que as indústrias transformadoras recuam de 44,3% em 2013 para 41,1% em 2018, a construção mantém-se estável (19,8% em 2013 e 19,6% em 2018) refletindo alguns ganhos de produtividade e o comércio cresce ligeiramente, passando de 16,1% em 2013 para 17,2% em 2018. As assimetrias na localização das principais atividades mantêm-se. Assim, as atividades industriais têm expressiva concentração nos concelhos de Felgueiras, Paços de Ferreira, Lousada e Celorico de Basto, as atividades de construção concentram-se em Cinfães, Baião, Marco de Canavezes e Amarante. As atividades imobiliárias têm um foco de maior expressão em Castelo de Paiva, provavelmente associado à dinâmica turística, enquanto o comércio e as atividades hoteleiras têm um padrão de distribuição mais homogéneo.

O diagnóstico de partida revelava uma relevante concentração da atividade industrial nas indústrias do couro e produtos de couro (calçado), do vestuário e no fabrico de mobiliário e colchões. Os dados disponíveis não fazem antecipar alterações significativas neste perfil. Ora, este será um bom ponto de partida para convocar os desafios que serão colocados pelo tempo de maior turbulência que já estamos a viver.

O contexto de crise que se desenha na sequência do bloqueio generalizado à atividade económica terá um impacto negativo mais ou menos generalizado, mas com cenários mais agravados em alguns setores. Assim será no setor turístico e suas atividades adjacentes (como os transportes, por exemplo)

e assim será nas atividades muito expostas à competição internacional e à oscilação do poder de compra. Sabemos por experiência sólida anterior que os setores do calçado, vestuário, mobiliário e imobiliário (incluindo a construção) são dos mais expostas a contextos recessivos. No setor têxtil e vestuário esta era, de resto, uma tendência que já vinha a formar-se e que a crise pandémica precipitou e intensificou.

Com cerca de dois terços da atividade económica (quer assumamos a medida do número de pessoas ao serviço ou do VAB) particularmente exposta à recessão em curso que tem, cada vez mais, inescapáveis contornos de severidade, o impacto sobre o emprego não demorará a chegar. Nesta perspetiva, o cenário benévolo que o diagnóstico recente traz diz-nos menos de como olhar o futuro do que anteriores períodos de crise que, inclusive, motivaram a criação de um Pacto Territorial para a Empregabilidade no Tâmega.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, destacamos as seguintes pistas de leitura:

- O recente **comportamento positivo das taxas de emprego e desemprego tenderão a deixar de ser um ativo** com que contar no desenho da estratégia territorial;
- A resiliência do perfil de pronunciada concentração da atividade económica em setores tradicionais tenderá a fragilizar a capacidade de responder ao ciclo recessivo, promovendo a exposição ao agravamento das taxas de desemprego e penalizando o rendimento;
- Potenciar a especialização regional industrial enquanto ativo da estratégia futura – o que parece incontornável quanto este representa cerca de 40% da atividade económica – sugere a necessidade de uma maior e mais eficaz articulação com as estratégias de qualificação e de investimento tecnológico (os progressos feitos no setor do calçado serão testados no futuro contexto de *stress* económico e poderão inspirar o que pode ser feito noutros setores);
- O insuficiente progresso verificado no padrão de qualificações da população molda a dificuldade de promover estratégias de diversificação produtiva e de fazer emergir atividades que funcionem como alternativa para absorver os recursos humanos que, entretanto, ficarão no desemprego;
- Do mesmo modo, a atração de investimento associado a atividades mais intensivas em conhecimento é condicionada pela disponibilidade de qualificações ajustadas no mercado de trabalho;
- A exposição do emprego jovem ao contexto económico negativo terá no reforço do investimento formativo um recurso fundamental para criar novas possibilidades de especialização produtiva, designadamente aquelas que se associam à revolução digital e aos setores da saúde e social que tenderão a reforçar-se;
- A atuação sobre a população NEET afigura-se essencial para potenciar o efeito de relativa juventude do território e torná-lo um ativo da estratégia futura;
- Os elementos identitários relacionados com o ambiente, a paisagem, a cultura e a criatividade e a produção de vinho verde emergem como pistas para diversificar e fortalecer a atividade económica na região; a relevância do património histórico-cultural com destaque para a Rota do Românico, transcende essa experiência e estende-se às dinâmicas associadas à herança da literatura e das artes, que está a ser trabalhada (Amarante, Baião, Penafiel, Lousada), incluindo

a emergência de projetos como o do cinema de animação em Lousada; o mesmo se diga de alguns eventos culturais que, ao longo dos anos, têm demonstrado qualidade e atratividade suficiente para conseguirem atrair públicos de toda a região Norte (caso do Festival Mimo, em Amarante, e do Festival Literário Escritaria, em Penafiel;

- É provável que o tecido institucional que permita suportar uma estratégia de diversificação da atividade apoiada nas pistas anteriormente enunciadas careça de ser capacitado;
- As pistas de reflexão anteriores sugerem preocupações, que não são novas, mas que se reforçam. A atividade económica, o emprego e a coesão exigirão a renovação das políticas ativas de emprego e uma maior integração destas com as políticas económicas e de qualificação. Esse poderá ser o ponto de partida para visitar, criticamente, e renovar instrumentos de concertação de políticas como foram os Pactos Territoriais para o Emprego;
- É possível conseguir que a figura destes “Pactos Territoriais” sustente uma maior e mais eficaz interdependência entre estímulos económicos, incentivos à inovação, apoios ao emprego e estratégia de qualificação? Aqui estará prestes a formar-se um enorme desafio à função de planeamento e governação das políticas ativas de emprego e qualificação no território do Tâmega e Sousa.

De qualquer modo, o impacto da crise de saúde pública do coronavírus e a sua interação com a recessão económica decorrente do confinamento de partes significativas do tecido produtivo nacional e regional tenderão, seguramente, a impactar o contexto de partida em matéria de mercado de trabalho. O impacto da recessão económica será seguramente mais que proporcional à incidência da crise sanitária e tenderá a alterar profundamente o contexto de partida em termos de mercado de trabalho. Por sua vez, o impacto da crise sanitária coloca problemas novos do ponto de vista da organização e capacitação da rede de serviços de saúde no TeS tendo em vista a redução de vulnerabilidades e preparação do TeS para resposta a futuras e possíveis ondas da pandemia.

2.6. Implicações estratégicas

A resposta ao problema estrutural do défice de qualificações do território e à sobrevivência de algumas das condições que o geram exige uma ação mais vincada e territorialmente focada.

- A resposta à população adulta é fundamental, não só por imperativo de promoção da coesão social no curto prazo, mas, também, para limitar o efeito nefasto das baixas qualificações sobre a atividade (económica, mas não só) da população mais envelhecida. A nada fazer neste plano, o TeS expõe-se ao risco de aprofundamento da exclusão de relevantes segmentos da sua população à medida que o envelhecimento populacional avança como tem acontecido. Uma agenda dedicada e concertada beneficia com um plano supramunicipal de atuação que seja capaz de vincular instituições e pessoas a um programa de ação que supere em ambição o que resulta do *mainstreaming* da política pública nesta matéria.
- A evidência recolhida aponta no sentido do contributo relevante dado pela oferta profissionalizante de nível secundário para a redução do abandono escolar precoce no TeS. Este esforço deverá ter continuidade através de uma ação mais concertada com a dinâmica da atividade económica do TeS, antevendo-se um potencial de reforçada articulação entre a

oferta de dupla certificação e os setores de atividade com maior protagonismo no TeS. Esta abordagem requer um quadro de ação suportado no reforço da função de planeamento.

- A capacitação institucional da rede de oferta é uma prioridade para viabilizar uma agenda mais ambiciosa no domínio da promoção do sucesso escolar. As atuais circunstâncias, ditadas pela pandemia, convocaram uma atenção crescente para as dinâmicas de inovação dos modelos de ensino-aprendizagem. A necessidade de desenvolver e planear os recursos – de competências, tecnológicos- mobilizáveis para as estratégias de diversificação da educação e formação não se esgotará com o fim da pandemia nem aos modelos que esta inspira e exigem uma ação continuada e concertada no contexto territorial.

O fortalecimento da resposta em matéria de educação e formação compreende a necessidade de promover uma maior integração com a rede de ensino superior, sobretudo ancorando a composição da oferta em instituições relevantes do contexto territorial envolvente em determinantes de procura pertinentes para o território e que tenham impulso institucional endógeno.

De forma complementar, sublinha-se a importância de que revestem os processos de qualificação, diversificação e profissionalização das dinâmicas culturais e artísticas na sub-região, e particularmente em determinados centros urbanos do TeS, como fator favorável ao processo territorial de crescente qualificação das pessoas. O trabalho que tem sido realizado pelas Bibliotecas Municipais (atualmente organizadas na Rede de Bibliotecas do Vale do Sousa, encontrando-se em fase de preparação e estudo a constituição de uma eventual nova Rede de Bibliotecas Municipais do Tâmega e Sousa, que se pretenda que venha a envolver todos os municípios do Tâmega e Sousa), mas também pelos Museus Municipais, em articulação com as Escolas/ Agrupamentos escolares, nomeadamente ao nível da promoção da leitura, ou a promoção do ensino e das práticas artísticas, apoiada predominantemente pelo tecido sociocultural local (casos das bandas filarmónicas), constituem fermento essencial para que as novas gerações procurem mais qualificação e novas áreas de formação, incluindo no domínio da criatividade. No TeS, as apostas e a evolução que se têm feito, por exemplo, nas políticas culturais municipais de Amarante e de Penafiel são, com certeza, um fator favorável à qualificação das gerações mais novas. Neste sentido, entende-se necessária uma ação mais estruturada e integrada de qualificação do sistema cultural e das dinâmicas e práticas artísticas e criativas enquanto contexto mobilizador e indutor de formação e qualificação das pessoas. Finalmente, importa referir algumas iniciativas que, no quadro da Comunidade Intermunicipal (CIM) do TeS, têm procurado trabalhar as questões do combate ao insucesso escolar a partir do recurso a disciplinas, técnicas e recursos artísticos e culturais – entre os quais se incluem a literatura, o teatro, a rádio e o património. Está em curso, desde o ano letivo 2018-2019, o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do Tâmega e Sousa (PIICIE do TeS), coordenado pela CIM do TeS, que tem por principais objetivos contrariar a tendência histórica desta sub-região evidenciar níveis reduzidos de qualificação da sua população, contribuindo proactivamente e de uma forma criativa e inovadora para fomentar melhores resultados, aumentando o sucesso dos percursos educativos das crianças e jovens em idade escolar e, por esta via, evitando que precocemente abandonem a escola. Estruturado em 4 prioridades estratégicas de intervenção, que se materializam em 47 medidas/ ações, encontramos no PIICIE do TeS um conjunto de projetos bastante interessantes, que ambicionam fomentar uma série de cruzamentos e de articulações com as artes e a cultura, mas também com outros domínios setoriais. Este constitui um domínio de intervenção com características inovadoras e que, na senda do que é

proposto na Estratégia do Plano Nacional das Artes (2019-2024), deverá ser objeto de aprofundamento nos próximos anos.

O atual contexto sublinha a importância de promover a capacitação dos serviços de saúde e apoio social, sendo antecipável um crescente escrutínio por parte das populações neste plano. O TeS evidencia sinais de acrescida fragilidade da resposta no plano das condições sociais. A questão do baixo rendimento articula-se intimamente com a vertente da atividade económica e será referida adiante. A vertente dos serviços de apoio social e de saúde justificará, muito provavelmente, um esforço de avaliação das necessidades existentes e de planeamento da dotação de recursos que terá no horizonte do próximo ciclo de programação uma janela temporal aceitável para produzir resultados visíveis e almejar a uma convergência real com indicadores de desempenho definidos a nível nacional.

- O reforço da competitividade económica e a mitigação do risco de uma excessiva concentração da atividade exigem uma agenda com dupla centralidade: de valorização dos fatores competitivos do território e de apoio à diversificação dos domínios de atividade produtiva. A correção das assimetrias ao nível do rendimento beneficiará deste duplo movimento: ganhos de produtividade e valorização económica de setores já relevantes no contexto do TeS e consolidação de atividade em setores com maior intensidade em conhecimento e tecnologia.
- A agenda digital, aqui se incluindo a indústria 4.0, percorre estas duas dimensões. Tem uma declinação própria no que diz respeito à modernização de setores chave para o território na área industrial, requerendo uma atuação integrada com a vertente formativa dirigida a jovens, mas, também, a ativos. A automação resume grande parte desta dinâmica que tem, contudo, focos de especialização tecnológica (impressão 3 D, por exemplo) que importa contemplar. No plano da diversificação, a digitalização abre novas possibilidades para apoiar a diversificação da atividade económica que devem ser articuladas com as políticas de apoio ao investimento, de formação e de inovação.
- A dinamização de uma estratégia supramunicipal de apoio ao investimento constitui um recurso útil para apoiar ambas as apostas acima enunciadas.
- A estratégia de qualificação de ativos, incluída no enunciado de resposta ao défice de qualificações, deve compreender uma valência dirigida à requalificação que promova um maior alinhamento das qualificações disponíveis no mercado de trabalho com as dinâmicas de procura de setores mais dinâmicos.

O ciclo recessivo que se antecipa vai requerer um protagonismo acrescido às políticas ativas de emprego. O contexto de maior exposição ao crescimento do desemprego promove a utilidade de desenhar respostas territorialmente contextualizadas. O risco de modelos únicos de resposta apoiados na formatação central é evidente num território em que a recuperação da atividade não é suficiente para corrigir as assimetrias territoriais na distribuição da atividade, o insuficiente progresso na curva do rendimento e as limitações próprias da base de apoio ao crescimento ao nível das qualificações. A subsidiação da quebra da atividade agora e do eventual acrescido desemprego mais tarde é apenas uma componente da estratégia que importará implementar.

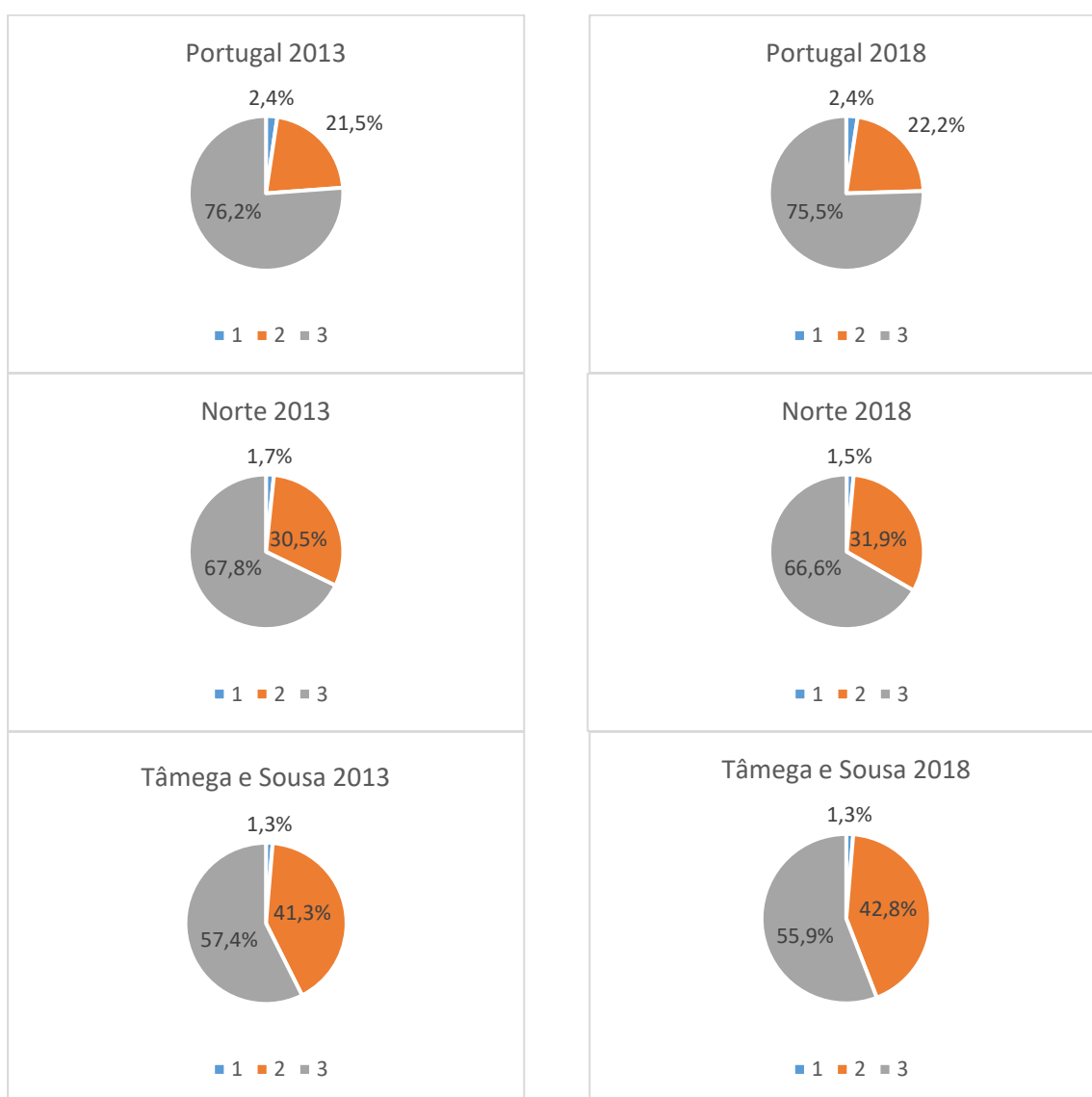
- Contrariar os eventuais bloqueios à transição de jovens para o mercado de trabalho é opção fundamental para preservar o ativo que a juventude representa em alguns concelhos do TeS e prevenir a erosão que a este nível se tem verificado.
- Fortalecer as estratégias de apoio à requalificação de ativos surge como condição para melhor vitalizar o contexto de retorno a níveis de atividade mais pujantes.
- A resposta à problemática dos jovens NEET é uma dimensão da vertente de resposta ao desemprego jovem que requer um quadro de ação próprio fortemente ancorado no contexto territorial que, pelo que se sabe, permite projetar assimetrias territoriais relevantes neste plano também.

3. ANÁLISE ECONÓMICA

3.1. A Economia: Principais Traços e Evolução Recente

A economia do TeS apresenta um perfil claramente distinto do verificado para o conjunto da economia portuguesa e, mesmo, relativamente à Região Norte. Considerando os dados das Contas Regionais (INE), verifica-se no TeS um peso relativo do setor secundário muito acima do verificado quer no país quer na região e uma menor terciarização quando comparada com as duas unidades territoriais de referência. Ainda, o setor primário tem um peso muito reduzido na estrutura setorial do TeS. Este padrão não sofre alterações significativas no período em análise.

Gráfico 3 – Estrutura Setorial do VAB em Portugal, Região Norte e Tâmega e Sousa (2013/2018)



S1 - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; S2 - Indústrias extrativas; indústrias transformadoras; produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e ar frio; captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; construção; S3 – Serviços
 Fonte: INE, Contas Regionais.

Considerando agora apenas o setor empresarial e uma ventilação a 17 setores (INE, Sistema de contas integradas das empresas), tomando o VAB em 2017 como variável de referência, é de realçar que os 3 setores de atividade mais importantes no TeS representavam 77,6% do total, respetivamente a Indústria Transformadora (42,2%), a Construção (19,2%) e o Comércio por grosso e a retalho e reparação de veículos automóveis e motociclos (16,2%). Estes dados denotam uma acentuada concentração setorial da atividade empresarial e, quando conjugados com a comparação entre a estrutura setorial do Tâmega e Sousa e as estruturas setoriais em Portugal e na Região Norte, uma muito forte especialização na Indústria Transformadora e na Construção.

Tabela 12 - Quocientes de localização para setores de especialização (QL>1) ou de subespecialização moderada (0,66<QL<1) com referência a Portugal (PT) e à Região Norte (NT), 2017

Setor	UT de referência: PT	UT de referência: NT
Construção	2,982	2,148
Indústrias Transformadoras	1,790	1,173
Outras atividades de serviços	0,904	0,983
Atividades imobiliárias	0,893	0,904
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	0,841	0,850
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		0,833

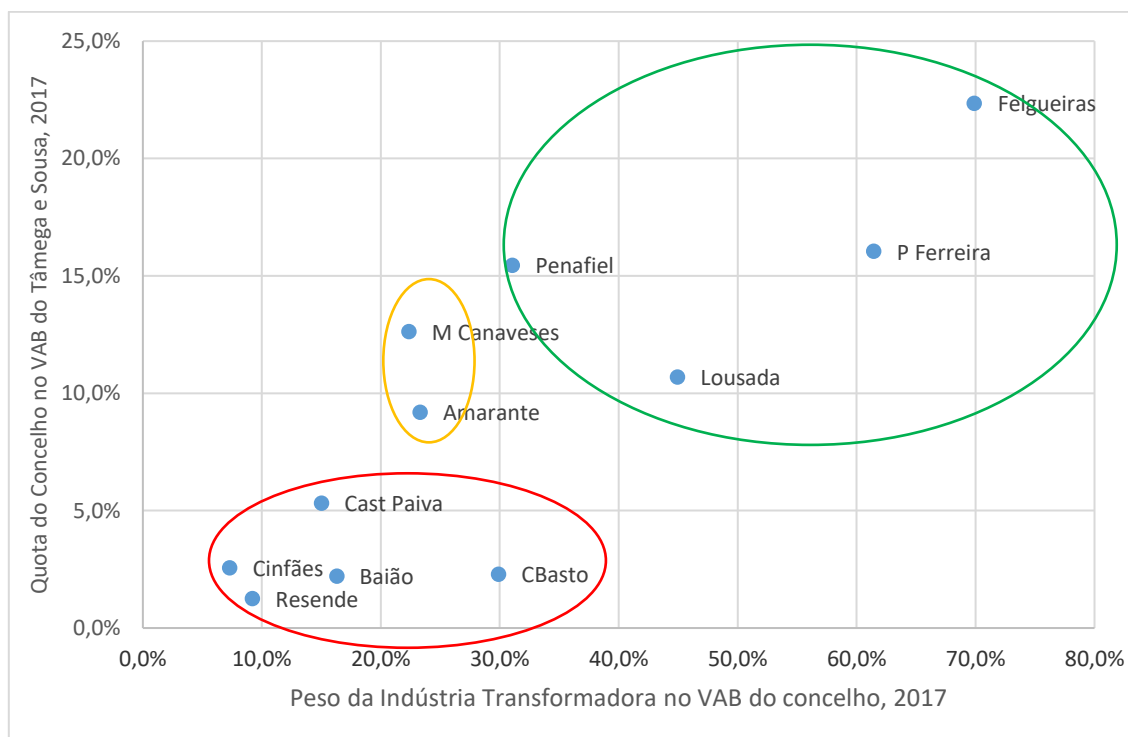
$$QL = (VAB \text{ Setor } i \text{ Tâmega e Sousa} / VAB \text{ Tâmega e Sousa}) / (VAB \text{ Setor } i \text{ UT referência} / VAB \text{ UT referência})$$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE, SCIE

Continuando a considerar o VAB do setor empresarial em 2017, a análise por concelho revela fortes disparidades intrarregionais:

- Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Penafiel caracterizam-se por um peso mais elevado da Indústria Transformadora e, adicionalmente, têm um peso elevado na atividade económica da NUT III, abrindo caminho a oportunidades de fixação de alguns serviços às empresas.
- Celorico de Basto e os concelhos do “Douro Verde” (Baião, Castelo de Paiva, Cinfães e Resende) apresentam uma relevância económica menor e, com exceção de Celorico de Basto, apresentam os mais baixos níveis de industrialização.
- Amarante e Marco de Canavezes estão numa situação intermédia quer em termos de relevância económica quer de peso relativo da indústria transformadora.

Gráfico 4 – Atividade económica por concelho: Tipologia com base no VAB do setor empresarial (2017)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE

Em termos dinâmicos, no período relevante para a análise da EIDT, assinala-se que o TeS teve um comportamento favorável em termos de VAB do setor empresarial; o mesmo cresceu, entre 2013 e 2018, a preços correntes, a uma taxa anual média de 7,0%, ligeiramente superior à registada em Portugal (6,2%) e no Norte (6,7%), com destaque para as taxas observadas em Cinfães (10,8%), Marco de Canaveses (10,3%), Paços de Ferreira (8,8%), Lousada (8,1%) e Baião (7,6%).

Finalmente, regista-se que o TeS apresenta níveis de produtividade aparente do trabalho significativamente inferiores aos verificados quer no País quer na Região Norte, decorrentes quer da pouca expressão de serviços de alto valor acrescentado quer da sua especialização ao nível das indústrias transformadoras.

Tabela 13 - Produtividade aparente do trabalho (VAB € / Pessoal ao serviço) no setor empresarial, 2017

Unidade Territorial	Total	Indústria Transformadora
Portugal	23.814	30.707
Região Norte	20.414	25.336
Tâmega e Sousa	15.884	16.144

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INE, SCIE

Para além da sua forte especialização no setor secundário, o outro grande traço estrutural da economia do Tâmega e Sousa é a sua forte inserção no comércio internacional de bens transacionáveis, acompanhada de um padrão de especialização muito concentrado.

A região do TeS apresenta, em 2019, um volume de exportações de bens de 1.718 milhões de euros e um volume de importações de bens de 745 milhões de euros. O TeS tem uma intensidade exportadora de 33,6%, considerando apenas as exportações de bens, rácio que se situa entre os valores médios de Portugal e do Norte. A taxa de cobertura é muito elevada, com as exportações regionais a representarem mais do dobro das importações. No entanto, note-se que este indicador ao nível regional e sub-regional pode ser influenciado pelo recurso, por parte das empresas com sede no território, a intermediários nas operações de importação que estejam sediados fora da região.

Tabela 14 - Indicadores de Comércio Internacional de bens no Tâmega e Sousa, Norte e Portugal, 2019

	Importações (mil €)	Exportações (mil €)	Taxa de Cobertura ¹	Intensidade Exportadora ²	Grau de Abertura ²
Tâmega e Sousa	745.107	1.718.374	230,62%	33,60%	48,17%
Norte	17.886.026	22.993.137	128,55%	38,17%	67,86%
Portugal	80.317.970	59.898.367	74,58%	29,38%	68,77%

¹Taxa de cobertura das importações por exportações

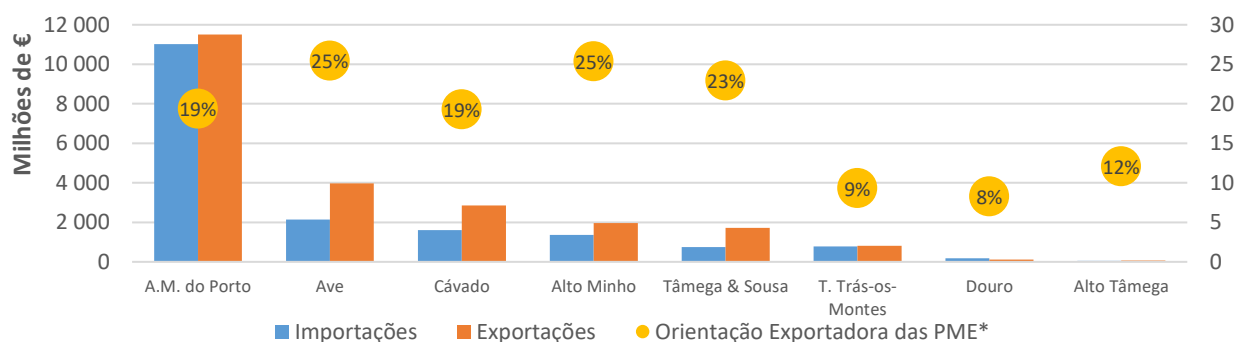
² O cálculo da intensidade exportadora [exportações/PIB] e grau de abertura [(exportações + importações)/PIB] tem por base os dados do PIB das Contas Regionais

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens; INE, Contas económicas regionais – cálculos próprios

O TeS tem um peso de 7,47% no total de exportações de bens da Região Norte (2019), o que está globalmente em linha com o peso do TeS para os restantes indicadores das atividades económicas na Região Norte – 7,4% do volume de negócios e 8,2% do VAB.

Paralelamente, considerando os dados da proporção do volume de negócios para o exterior no volume de negócios das sociedades com menos de 250 pessoas ao serviço, observa-se que estas sociedades aqui localizadas apresentam, em média, uma orientação exportadora superior à maioria das restantes NUTS3 da Região Norte.

Gráfico 5 – Importância do Tâmega e Sousa no comércio internacional da Região Norte, 2019



*Proporção do volume de negócios para o exterior no volume de negócios das sociedades com menos de 250 pessoas ao serviço (dados de 2018)

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

No período entre 2013 e 2019, o TeS registou um crescimento das exportações de bens a uma taxa média anual de 1,82%, ritmo inferior ao observado na Região Norte (4,94%) e em Portugal (4,01%), o que poderá decorrer do seu padrão de especialização. Com efeito, este último está muito concentrado em atividades de baixa intensidade tecnológica.

Para aferir o referido nível de concentração, se tomarmos como referência de desagregação as 98 subsecções da Nomenclatura combinada, constatamos que, em 2019, apenas 6 dessas subsecções respondiam, no seu conjunto, por 80,9% das exportações de bens do TeS.

Em linha com aquela que é a especialização sectorial da indústria (que se apresentará em detalhe na secção seguinte), as principais exportações correspondem às classes de bens que incluem o calçado, o vestuário e o mobiliário.

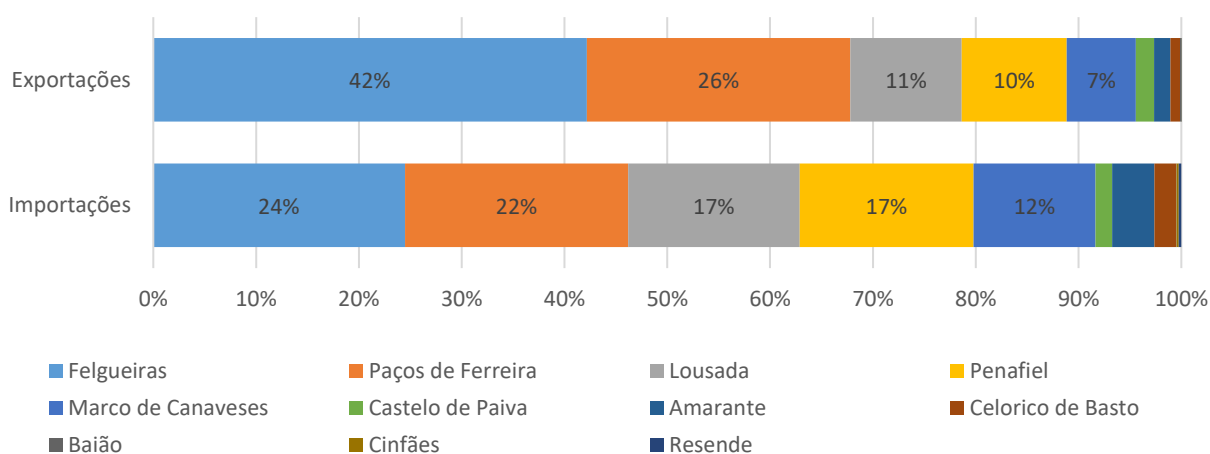
Tabela 15 - Principais Exportações de Bens no Tâmega e Sousa, 2019

Tipo de Bens (Subsecções da Nomenclatura Combinada - NC2)	Exportações (€)	% Total	Taxa de Cobertura (X/M)
Calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes	662.749.988	38,6%	1.937,2%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros capítulos; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras, luminosos e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas	290.161.346	16,9%	1.190,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto malha	267.124.745	15,5%	1.311,9%
Vestuário e seus acessórios, de malha	93.125.429	5,4%	900,8%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	39.572.530	2,3%	1.328,0%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	37.756.673	2,2%	2.116,7%

Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

Sem surpresa, os quatro concelhos mais industrializados são os que mais contribuem para o comércio internacional de bens do TeS. O concelho mais exportador é Felgueiras (que concentra 42% das exportações), seguindo-se Paços de Ferreira (26%), Lousada (11%) e Penafiel (10%).

Gráfico 6 – Importância de cada concelho no comércio internacional do Tâmega e Sousa, 2019



Fonte: INE, Estatísticas do comércio internacional de bens

Decorrendo desta caracterização inicial da economia do TeS, iremos aprofundar a análise sobre as seguintes componentes:

- A Indústria transformadora (IT), por ser a principal atividade económica do TeS e concentrar os *clusters* fortemente exportadores (calçado, vestuário e mobiliário);
- As fileiras da Produção Vegetal e Animal, pelo relevo económico de certos segmentos (nomeadamente a vitivinicultura) e pela sua maior importância relativa nos territórios menos ou fracamente industrializados;
- O Turismo, setor em franco crescimento e igualmente com potencial para dinamizar a economia dos territórios fracamente industrializados e de menor densidade;
- Concluiremos a análise sobre a economia do TeS com uma referência ao Sistema de I&D+I e à infraestrutura de apoio à competitividade.

3.2. A Indústria Transformadora

A indústria transformadora é a principal atividade económica do TeS. Localizam-se na região 5.029 empresas da indústria transformadora, empregando 50.762 pessoas e representando um VAB que ascende a 978 milhões de euros. Desta forma, a indústria transformadora representa 40,7% do pessoal ao serviço e 41,1% do VAB das empresas localizadas na região, um peso muito acima do observado na Região Norte e em Portugal.

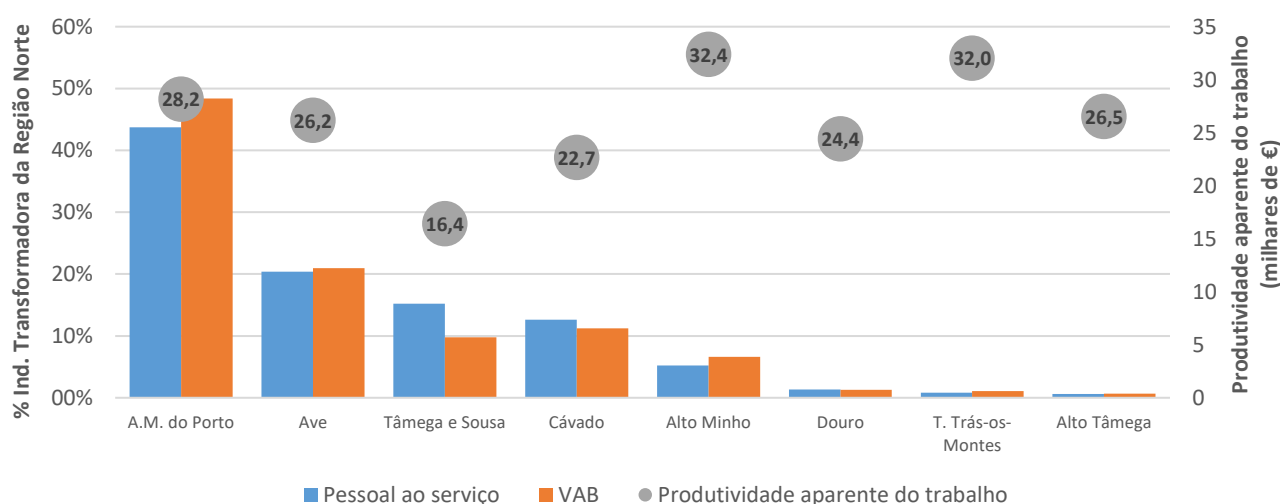
Tabela 16 - Importância da Indústria Transformadora no TeS, 2018

	Indústria Transformadora			Peso da Indústria Transformadora no total das atividades (%)		
	Tâmega e Sousa	Tâmega e Sousa / Norte (%)	Tâmega e Sousa / Portugal (%)	Tâmega e Sousa	Norte	Portugal
Empresas (nº)	5.029	14,98	7,37	12,6	7,8	5,3
Pessoal ao Serviço (nº)	59.762	15,21	8,13	40,7	28,7	18,1
V. Negócios (mil €)	3.033.607	8,40	3,19	36,5	32,3	24,0
VAB (mil €)	978.064	9,78	4,35	41,1	34,9	22,8

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

O TeS é a terceira região NUTS3 do Norte com maior número de trabalhadores nas empresas da indústria transformadora, representando 15% do total da região Norte, sendo apenas superada pela Área Metropolitana do Porto e pelo Ave. No entanto, a importância é menor no que respeita ao contributo para o VAB regional do Norte (10%), fruto da menor produtividade aparente do trabalho da indústria do TeS relativamente ao Norte.

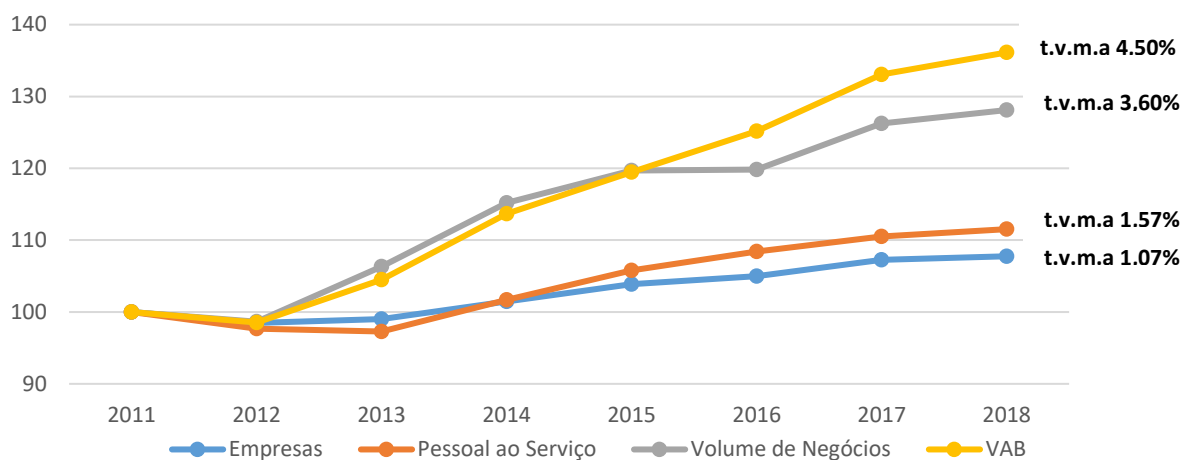
Gráfico 7 – Importância do Tâmega e Sousa na Indústria Transformadora da Região Norte, 2018



Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

A indústria transformadora do TeS tem registado uma dinâmica de crescimento a partir de 2012, sobretudo no que respeita ao Volume de Negócios e VAB gerado pelas empresas, indicadores que registaram, respetivamente, taxas de crescimento médias anuais de 3,6% e 4,5% no período ente 2011 e 2018. No que respeita o número de empresas da indústria transformadora, regista-se na região do Tâmega e Sousa um crescimento médio anual de 1,07% no período de 2011 a 2018, bem como um crescimento médio anual do pessoal ao serviço das empresas da indústria de 1,57% no mesmo período. O crescimento registado é superior ao da média para a indústria transformadora em Portugal (t.v.m.a. do VAB de 3,83% e t.v.m.a. do pessoal ao serviço de 1,14%), porém ligeiramente inferior à dinâmica observada na região Norte como um todo (que registou uma t.v.m.a. do VAB de 4,83% e t.v.m.a. do pessoal de 1,6%).

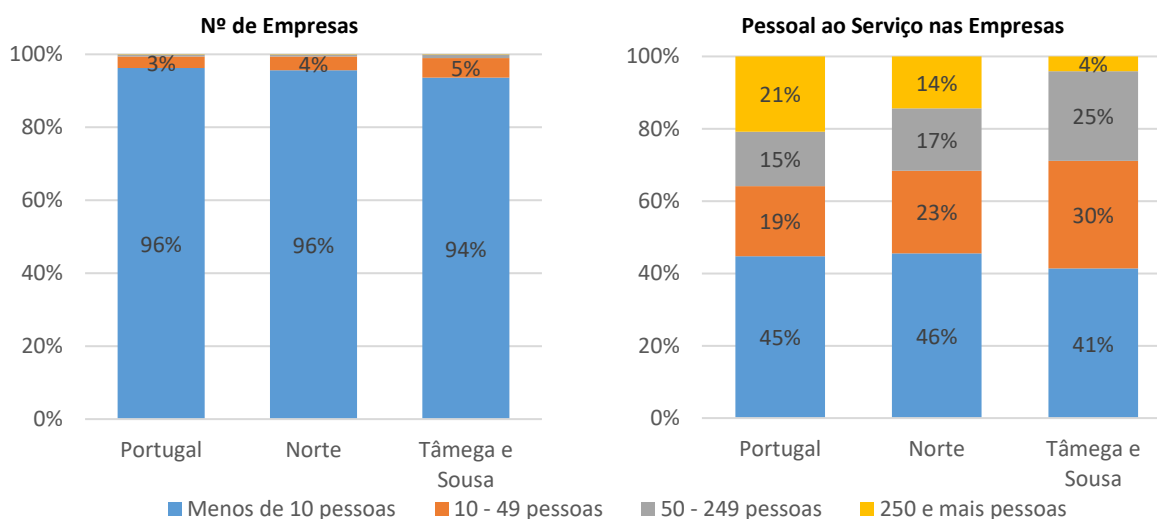
Gráfico 8 – Dinâmica recente da Indústria Transformadora no Tâmega e Sousa, 2011-2018 (2011=100)



Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

A par do que se regista em Portugal e na Região Norte, predominam no TeS as micro, pequenas e médias empresas, representando estas 96% do pessoal ao serviço nas empresas da região (dados relativos ao total de empresas, dada a ausência de informação sobre a dimensão das empresas industriais no Tâmega e Sousa). Observa-se uma maior importância relativa das PME quando comparado com a distribuição na Região Norte e no território nacional. O TeS apresenta, simultaneamente, um menor peso das microempresas e de grandes empresas, comparativamente ao Norte e a Portugal, quer no que respeita ao nº de empresas, quer no que respeita ao emprego gerado.

Gráfico 9 – Indicadores das empresas¹ por escalão de pessoal ao serviço (% do total), 2018



¹Inclui as empresas para a totalidade das atividades económicas.

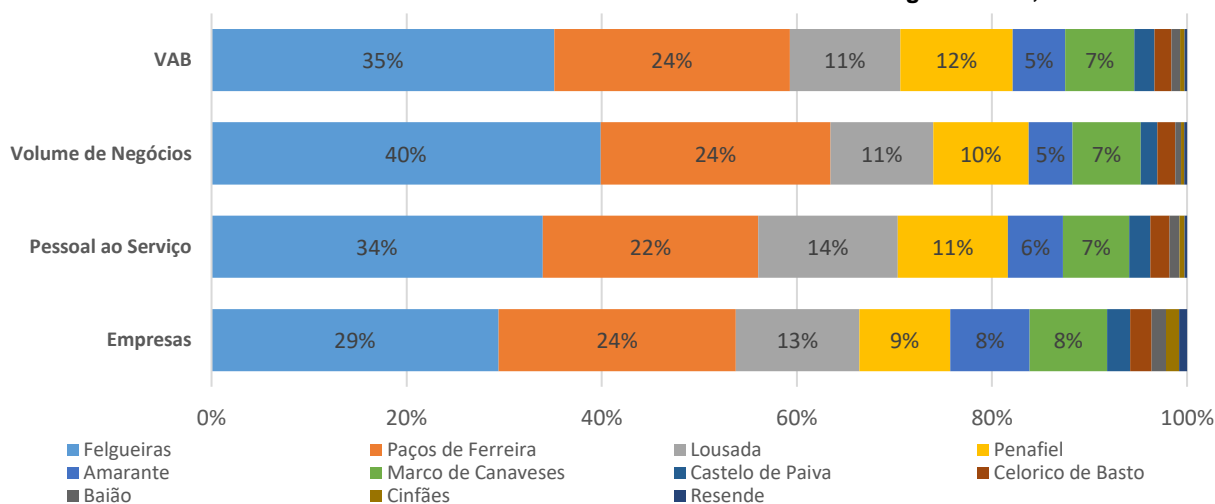
Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

A indústria transformadora não está distribuída de forma igual no território. Os concelhos mais industriais são Felgueiras, Paços de Ferreira, Lousada e Penafiel, que em conjunto representam mais de 75% da indústria transformadora, qualquer que seja a variável considerada, seguindo-se ainda, com menor expressão, Amarante (representa cerca de 7% da indústria transformadora do TeS) e Marco de Canaveses (cerca de 5%).

Em particular, Felgueiras, Paços de Ferreira e Lousada destacam-se por serem concelhos com forte intensidade da indústria transformadora face ao total das atividades económicas. Em Felgueiras, a indústria transformadora representa 64,8% do pessoal ao serviço e 68,1% do VAB das empresas do concelho; em Paços de Ferreira, a indústria transformadora representa 57,7% do pessoal ao serviço e 60,2% do VAB das empresas do concelho; em Lousada, estes indicadores representam, respetivamente, 47,18% e 42,7% do total das atividades económicas.

Os concelhos de Castelo de Paiva, Celorico de Basto e Baião representam, cada um, entre 1% a 3% da indústria transformadora do TeS. Concelhos com menor importância na indústria transformadora regional - Resende (representando apenas 0,26% do pessoal e 0,27% do VAB) e Cinfães (0,5% do pessoal e 0,46% do VAB) – são também aqueles cuja estrutura sectorial revela menor importância da indústria transformadora no conjunto das suas atividades económicas.

Gráfico 10 – Peso dos concelhos na indústria transformadora do Tâmega e Sousa, 2018



Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

A análise dos indicadores de densidade e dimensão média das empresas da indústria transformadora por concelho confirma a heterogeneidade do TeS. Os três concelhos mais industrializados - Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira - apresentam uma densidade de empresas elevada, muito superior ao que se verifica no Norte e em Portugal.

Felgueiras destaca-se por ser o concelho com maior volume de negócios médio por empresa, apesar deste ser ainda inferior ao verificado no Norte e em Portugal. Por outro lado, Penafiel destaca-se pela maior dimensão média das empresas industriais no que respeita ao número de trabalhadores. Os concelhos menos industrializados – Resende e Cinfães – são naturalmente aqueles com menor densidade de empresas da indústria transformadora, bem como menor dimensão média destas.

Tabela 17 - Densidade e dimensão média das empresas da indústria transformadora por concelho, 2018

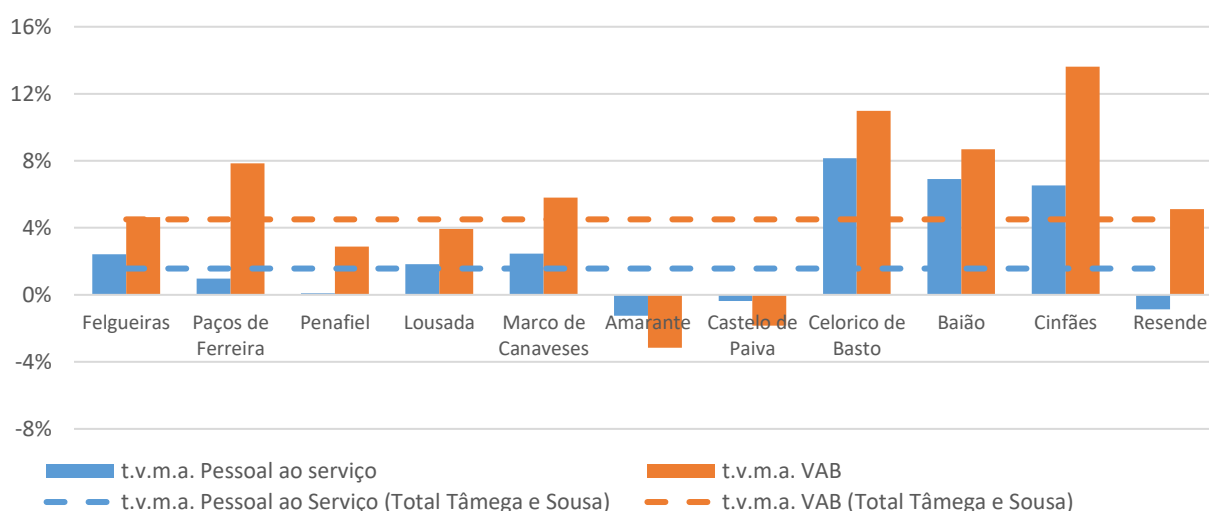
	Densidade de Empresas da IT (Nº/Km2)	Dimensão média das empresas da IT	
		Pessoal / Empresa	VN / Empresa
Tâmega e Sousa	2,75	11,88	603.222,75
Amarante	1,36	8,23	334.928,13
Baião	0,42	8,55	248.259,37
Castelo de Paiva	1,03	10,94	445.489,44
Celorico de Basto	0,62	10,44	490.677,77
Cinfães	0,28	4,40	152.093,09
Felgueiras	12,79	13,71	817.624,33
Lousada	6,62	13,43	501.394,73
Marco de Canaveses	1,98	10,18	530.015,29
Paços de Ferreira	17,23	10,79	584.695,12
Penafiel	2,21	14,39	631.057,09
Resende	0,33	3,85	207.477,17
NORTE	1,58	11,70	1.075.905,88
PORTUGAL	0,74	10,78	1.395.397,31

Fonte: Direção-Geral do Território; INE, Sistema de contas integradas das empresas - cálculos próprios

No período entre 2011 e 2018, os concelhos com maior representatividade na indústria transformadora do TeS (Felgueiras, Paços de Ferreira, Lousada e Penafiel) registaram taxas de variação médias anuais positivas, especialmente no que respeita ao VAB da indústria transformadora. Em particular, destaca-se Paços de Ferreira que neste período registou um crescimento médio anual do VAB da indústria de 7,8%, bastante acima da média do TeS.

Os concelhos de Celorico de Basto, Baião e Cinfães são os que apresentam as maiores taxas de crescimento médias anuais, quer no pessoal ao serviço quer no VAB das empresas industriais, embora partindo de valores base muito mais reduzidos. Por outro lado, nos concelhos de Amarante e Castelo de Paiva observou-se uma tendência de diminuição nos indicadores das empresas da indústria transformadora.

Gráfico 11 – Dinâmica da Indústria Transformadora por concelhos, 2011 – 2018

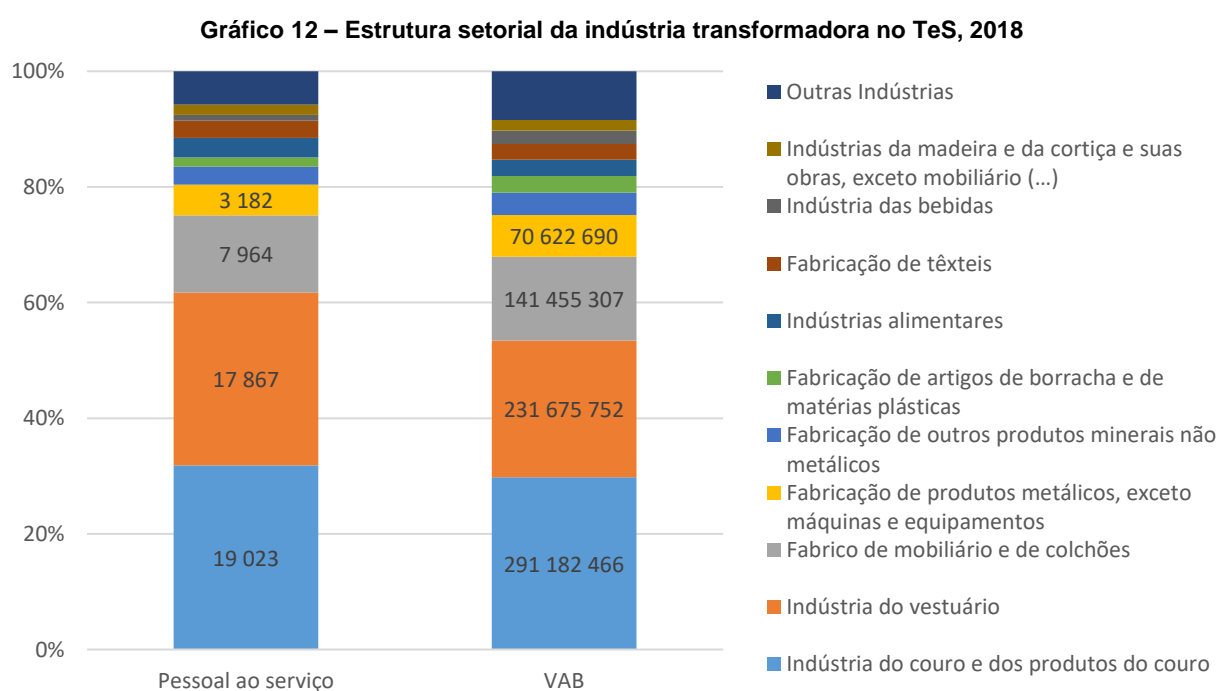


Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Na estrutura industrial do TeS destacam-se claramente três sectores principais – a indústria do couro e dos produtos de couro (calçado), a indústria do vestuário e o fabrico de mobiliário, que, no seu conjunto, concentram mais de 75% do emprego e 68% do VAB da indústria transformadora. A importância relativa de cada um destes sectores é significativamente superior ao que se observa na região Norte e no território nacional, indiciando uma especialização sectorial do território nas indústrias do têxtil e vestuário, couro e dos produtos de couro, e mobiliário.

Com um peso menos expressivo na estrutura industrial, o sector da Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos, representa cerca de 7% do VAB das empresas industriais da região, seguindo-se os setores de Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (3,89% do VAB) e Fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas (2,86%).

Note-se ainda o relativo baixo peso das indústrias ligadas ao sector agroalimentar na região, nomeadamente as indústrias alimentares (que representa apenas 2,84% do VAB das empresas industriais) e a indústria das bebidas (2,3% do VAB), apesar de se encontrar no TeS um conjunto considerável de atividades de produção primária agroalimentar, incluindo nichos estratégicos tais como a produção de vinho.



Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Nas secções seguintes apresenta-se uma análise mais detalhada dos principais sectores industriais do TeS.

3.2.1. Indústria Têxtil e do Vestuário

Na região do TeS registam-se, em 2018, 1.125 empresas dos sectores têxtil e vestuário (CAE 13 e 14 da Classificação das Atividades Económicas Rev.3), as quais registam 19.674 trabalhadores, gerando um volume de negócios total de 626 milhões de euros, bem como um VAB de 258 milhões de euros.

Desta forma, a indústria têxtil e do vestuário representa 22% do número de empresas industriais bem como 33% do emprego e 26% do VAB da indústria transformadora. Estes rácios, ligeiramente superiores ao observado para o total do território da região Norte e significativamente superiores à média nacional, evidenciam a especialização do território neste sector.

Tabela 18 - Relevância da Indústria Têxtil e do Vestuário no Tâmega e Sousa, 2018

	Indústria Têxtil e do Vestuário			Peso da Ind. Têxtil e Vestuário na ind. transformadora (%)		
	Tâmega e Sousa	TeS / Norte (%)	TeS / Portugal (%)	Tâmega e Sousa	Norte	Portugal
Pessoal ao Serviço (nº)	19.674	16,5	14,2	32,9	30,4	18,9
VAB (€)	258.091.719	12,1	10,5	26,4	21,3	10,9

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

As atividades deste sector localizadas na região do TeS estão sobretudo concentradas na indústria do vestuário, em particular na confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo, que representa cerca de 85% do total da indústria têxtil e do vestuário da região.

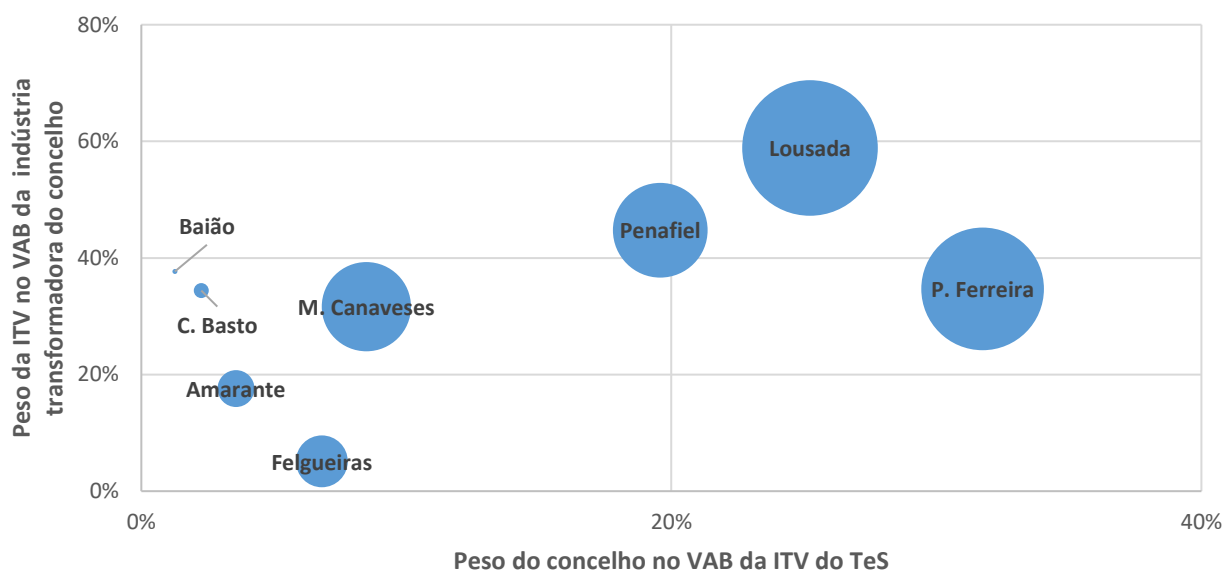
Tabela 19 - Pessoal ao serviço e VAB das empresas da Ind. Têxtil e do Vestuário no TeS, 2018

	Pessoal ao serviço (nº)	VAB (€)
CAE 13 - Fabricação de têxteis	1.807	26.415.967
Preparação e fiação de fibras têxteis		
Tecelagem de têxteis	125	4.954.822
Acabamento de têxteis		
Fabricação de outros têxteis	1.426	17.833.520
CAE 14 - Indústria do vestuário	17.867	231.675.752
Confeção de artigos de vestuário, exceto artigos de peles com pelo	16.822	218.566.102
Fabricação de artigos de peles com pelo	0	0
Fabricação de artigos de malha	1.045	13.109.650
Total Indústria Têxtil e do Vestuário	19.674	258.091.719

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

A indústria têxtil e do vestuário no TeS Sousa está fortemente concentrada nos concelhos de Paços de Ferreira (que tem um peso de 31% no VAB da ITV do TeS), Lousada (25,2%) e Penafiel (19,6%). A indústria têxtil e do vestuário tem também um importante peso na estrutura industrial da maioria dos concelhos, especialmente em Lousada, onde este sector é responsável por 59% do VAB industrial do concelho, e Penafiel (44,8%).

Gráfico 13 – Localização da ITV no TeS, por geração de Valor Acrescentado Bruto, 2018



*O tamanho das bolhas representa o nº de empresas da Indústria Têxtil e do Vestuário existentes no concelho
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, Sistema de contas integradas das empresas*

É principalmente nos concelhos de Paços de Ferreira, Lousada e Penafiel que se localizam as maiores empresas têxteis e do vestuário do Tâmega e Sousa, identificando-se, entre estas, 11 empresas com mais de 100 trabalhadores. Entre as empresas de maior dimensão destacam-se a Petrutex - Confeções, S.A, empresa localizada em Paços de Ferreira a CALVELEX - Indústria de Confeções, S.A, sediada em Lousada, e a CRIALME - Fabricação, Exportação e Importação de Confeções, Lda, sediada em Paços de Ferreira, todas elas dedicadas à confeção de vestuário.

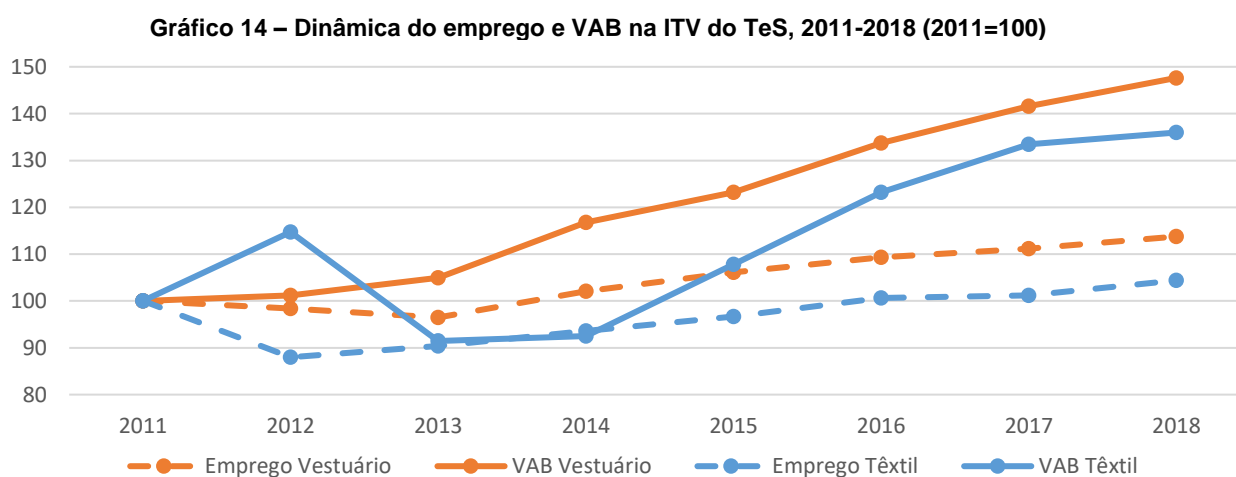
Tabela 20 - Principais empresas industriais do Têxtil e Vestuário no TeS

Empresa	CAE	Localização	Nº trabalhadores
Petrutex - Confeções, S.A.	14 - Indústria do vestuário	P. Ferreira	Entre 500 e 999
CALVELEX - Indústria de Confeções, S.A.	14 - Indústria do vestuário	Lousada	Entre 500 e 999
CRIALME - Fabricação, Exportação e Importação de Confeções, Lda	14 - Indústria do vestuário	P. Ferreira	Entre 500 e 999
Jorges Confeções, S.A.	14 - Indústria do vestuário	Penafiel	Entre 250 e 499
DOCOFIL - Sociedade Têxtil, Lda	13 - Fabricação de têxteis	Felgueiras	Entre 100 e 249
FAPOMED - Dispositivos Médicos, S.A.	14 - Indústria do vestuário	Felgueiras	Entre 100 e 249
FSM - Indústria de Confeções, S.A.	14 - Indústria do vestuário	Lousada	Entre 100 e 249
J. Caetano & Filhas, Lda	14 - Indústria do vestuário	Penafiel	Entre 100 e 249
Santa Marta - Indústria de Vestuário, S.A.	14 - Indústria do vestuário	Penafiel	Entre 100 e 249
Sebastião & Manuel, Lda	14 - Indústria do vestuário	Penafiel	Entre 100 e 249
Vestire, S.A.	14 - Indústria do vestuário	M. Canaveses	Entre 100 e 249

Fonte: InformaDB, 2020

No que respeita à dinâmica recente da indústria têxtil e do vestuário, observou-se, no território do TeS e no período 2011-2018, um crescimento do VAB, com taxas de crescimento médias anuais na ordem dos 5,5%. O emprego cresceu a uma taxa média anual de 1,7% no mesmo período. O subsector do vestuário registou taxas de crescimento médias anuais mais elevadas do que o sector têxtil regional (t.v.m.a do VAB: 5,7% no vestuário e 4,5% no têxtil; t.v.m.a. do emprego: 1,9% no vestuário e 0,6% no têxtil).

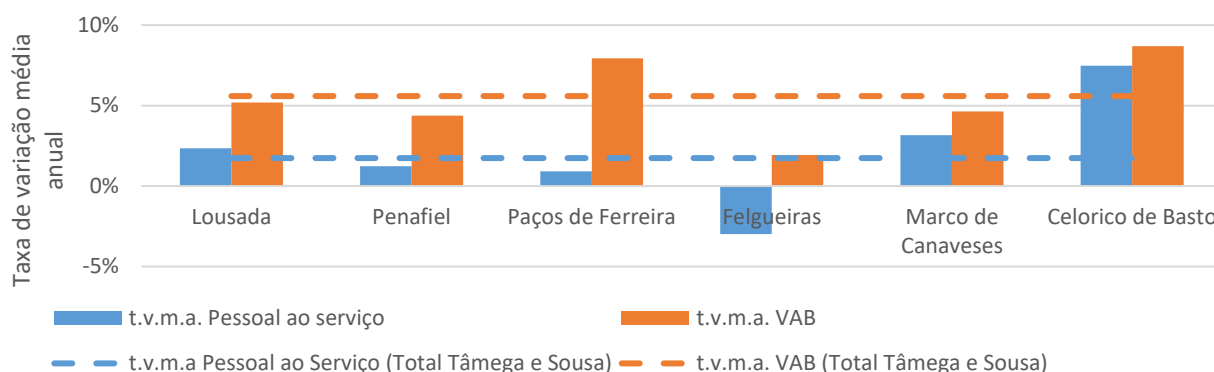
Destaca-se ainda que o crescimento da indústria do vestuário no TeS entre 2011 e 2018 ocorreu a ritmos superiores do que na região Norte e no território nacional, observando-se, por isso, um aumento da relevância do TeS no panorama da indústria do vestuário a nível nacional e da região Norte (t.v.m.a do VAB da IV: 4,6% em Portugal e 5,4% no Norte; t.v.m.a do emprego na IV: 0,3% em Portugal e 0,9% no Norte).



Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

No período entre 2011 e 2018 registou-se também uma tendência de crescimento da indústria têxtil e do vestuário nos concelhos mais representativos, embora, entre estes, apenas o concelho de Paços de Ferreira apresente uma taxa média de crescimento anual do VAB da ITV superior à média do TeS. O concelho de Celorico de Basto apresenta elevadas taxas de crescimento da ITV, porém partindo de uma base reduzida (no final do período considerado, este concelho representava cerca de 7% do emprego e 5% do VAB da ITV do Tâmega e Sousa).

Gráfico 15 – Dinâmica da ITV nos concelhos do TeS, t.v.m.a 2011-2018



Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, concelhos para os quais há dados disponíveis

3.2.2. Indústria do Couro e Calçado

Na região do TeS regista-se, em 2018, a existência de 1.206 empresas no sector da Indústria do Couro e dos Produtos de Couro (CAE 15 da Classificação das Atividades Económicas Rev.3), as quais registam 19.023 trabalhadores, um volume de negócios de 1.008 milhões de euros e VAB de 291 milhões de euros. No Tâmega e Sousa, este sector é concentra sobretudo a indústria do calçado.

Tabela 21 - Pessoal ao serviço e VAB das empresas da Ind. do Couro e Calçado no TeS, 2018

	Pessoal ao serviço (nº)	VAB (€)
CAE 15 - Indústria do Couro e dos Produtos de Couro	19.023	291.182.466
Curtimenta e acabamento de peles sem pelo e com pelo; fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correio e de seleiro	306	5.096.771
Indústria do calçado	18.717	286.085.695

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Esta indústria tem um elevado peso na distribuição sectorial do TeS, representando 31,8% do total do pessoal ao serviço e 29,8% das empresas da indústria transformadora na região. O elevado grau de especialização na indústria do couro e calçado é também evidente na relevância desta região no contexto da região Norte e em Portugal – as empresas do TeS são responsáveis por 40,6% do emprego e 38,2% do VAB da indústria do couro e calçado na região Norte, e 37,3% do emprego e 34,2% do VAB da indústria do couro e calçado nacional.

Tabela 22 - Relevância da Indústria do Couro e Calçado do TeS, 2018

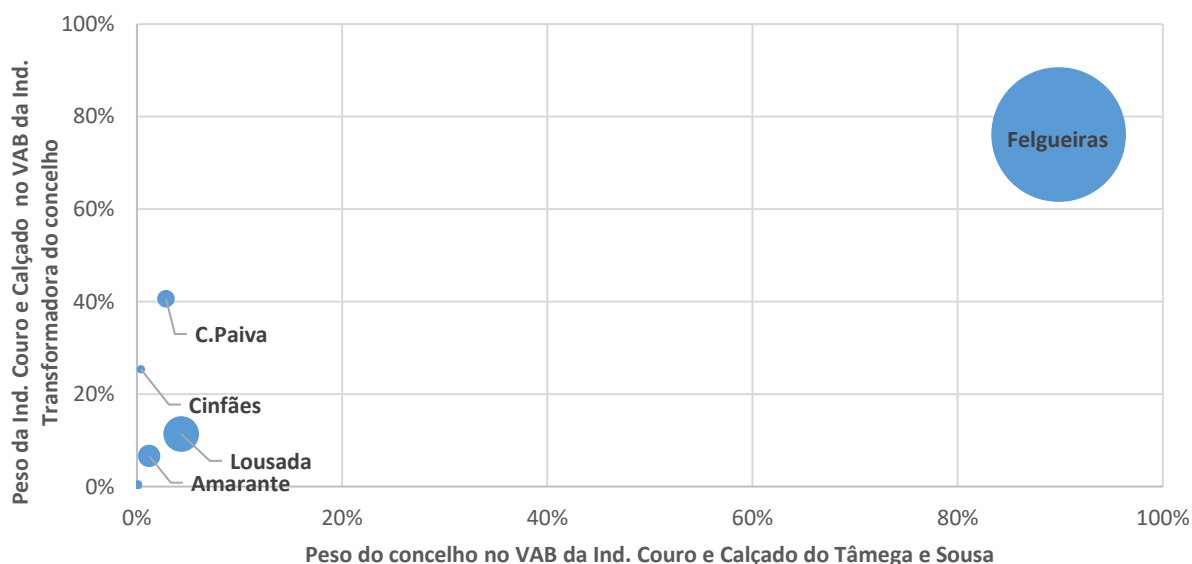
	Indústria do Couro e Produtos de Couro		Peso da Ind. Couro e Calçado na ind. transformadora (%)		
	TeS / Norte (%)	TeS / Portugal (%)	Tâmega e Sousa	Norte	Portugal
Pessoal ao Serviço (nº)	40,6	37,3	31,8	11,9	7,0
VAB (€)	38,2	34,2	29,8	7,6	3,8

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

No entanto, observa-se um elevado *gap* entre o volume de negócios e o valor acrescentado bruto gerado pelas empresas deste setor, indiciando um foco em atividades de baixo valor acrescentado. O TeS apresenta uma taxa de VAB na CAE 15 de 29,5%, valor que é inferior à média da região Norte (32,4%) e de Portugal (31,4%). No que respeita à distribuição territorial da indústria do couro e calçado, esta está essencialmente concentrada no concelho de Felgueiras, que representa 89,8% do VAB gerado por este setor, sendo residual a atividade da indústria do couro e calçado nos restantes concelhos do TeS.

Identificam-se, no território, 17 empresas com mais de 100 trabalhadores, a grande maioria dedicada ao fabrico de calçado e localizada em Felgueiras. Destaca-se ainda a presença em Felgueiras de uma delegação do CTCP - Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, constituindo a única infraestrutura de Centro Tecnológico existente no território do TeS.

Gráfico 16 – Localização da Indústria do Couro e Calçado no TeS, por geração de Valor Acrescentado Bruto, 2018



O tamanho das bolhas representa o nº de empresas da Indústria do Couro e Calçado existentes no concelho
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, Sistema de contas integradas das empresas

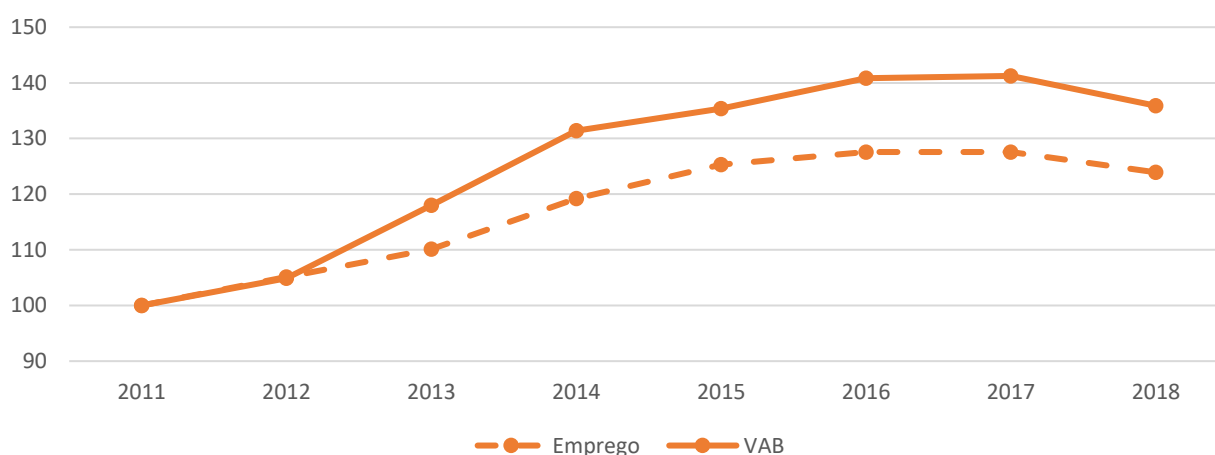
Tabela 23 - Principais empresas industriais do Couro e Calçado no TeS

Empresa	CAE	Localização	Nº trabalhadores
JEFAR - Indústria de Calçado, Lda	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 250 e 499
P.C.F. - Produção de Calçado de Felgueiras, Lda	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 250 e 499
BRADCO - Fabricação e Comercialização de Marroquinaria, S.A.	15120 - Fabricação de artigos de viagem e de uso pessoal, de marroquinaria, de correio e de seleiro	Castelo de Paiva	Entre 100 e 249
Calçado Samba, S.A.	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
CARITE - Calçados, Lda	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
CLAUDIFEL - Indústria de Calçado, Lda	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
Fernandes & Sampaio, Lda	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
Joaquim Ferreira Pinto, Lda	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
JÓIA - Calçado, S.A.	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
Jóia da Europa, S.A.	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
JONIL - Calçados, Lda	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
Mário Cunha & Filhos, Lda	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
MARI-SPORT Calçado, Lda	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
MARTIAPE - Calçado, S.A.	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
Moisés Pinto de Carvalho & Filhos, Lda	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
RILIX - Indústria de Calçado, Lda	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249
RODIRO - Fábrica de Calçado, S.A.	15201 - Fabricação de calçado	Felgueiras	Entre 100 e 249

Fonte: InformaDB, 2020

A indústria do couro e calçado no TeS tinha vindo a apresentar uma dinâmica de crescimento no período 2011 a 2017, com um ligeiro decréscimo em 2018. No período de 2011 a 2018, a região observou um crescimento médio anual de 3,11% do emprego da indústria do couro e calçado, bem como um crescimento médio anual de 4,48% do VAB.

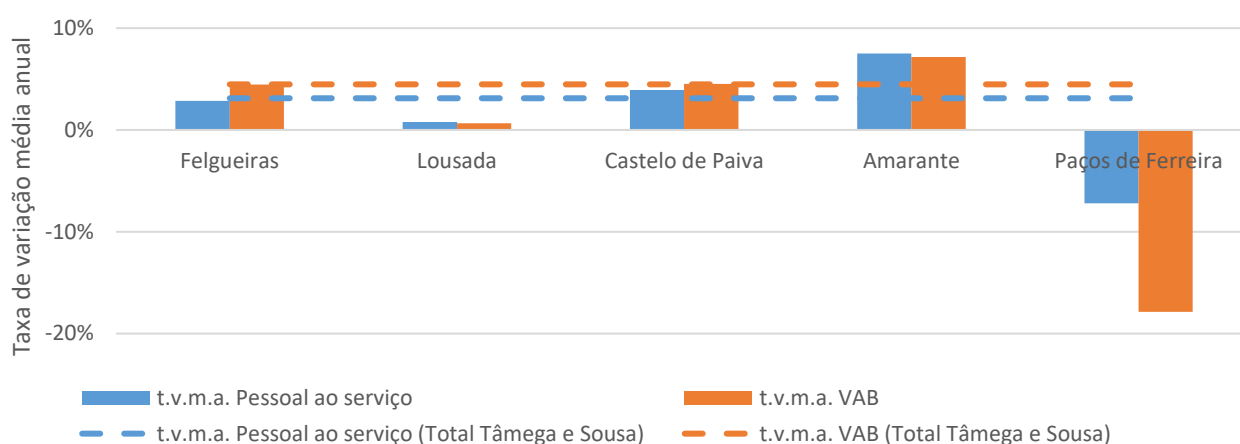
Gráfico 17 – Dinâmica do emprego e VAB na Indústria do Couro e Calçado do TeS, 2011-2018 (2011=100)



Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

Sendo o concelho com maior peso na indústria do couro e calçado, a tendência de crescimento que se observa em Felgueiras é semelhante à média da região do TeS no período de 2011 e 2018. Entre os restantes concelhos com alguma representatividade na indústria do couro e calçado da região, os indicadores desta indústria mantiveram-se no mesmo nível no concelho de Lousada; Castelo de Paiva e Amarante registaram taxas de crescimento positivas, ao passo que se observou um forte decréscimo da atividade da indústria do couro e calçado no concelho de Paços de Ferreira

Gráfico 18 – Dinâmica da Indústria do Couro e Calçado nos concelhos do TeS, t.v.m.a 2011-2018



Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, concelhos para os quais há dados disponíveis

3.2.3. Indústria do Mobiliário

A região do TeS é a segunda região NUTS 3 de Portugal com maior concentração de empresas de fabrico de mobiliário e colchões, sendo apenas superada pela Área Metropolitana do Porto. Na sub-região registam-se, em 2018, 946 empresas dedicadas ao fabrico de mobiliário e colchões (CAE 31 da Classificação das Atividades Económicas Rev.3), as quais empregam 7.964 trabalhadores e apresentam um volume de negócios de 446 milhões de euros e um VAB de 141 milhões de euros. Assim, a indústria do mobiliário tem um elevado peso na distribuição sectorial do TeS, representando 13,3% do total do emprego e 14,5% do VAB das empresas da indústria transformadora nesta NUTS 3.

Tabela 24 - Relevância da Indústria do Mobiliário do TeS, 2018

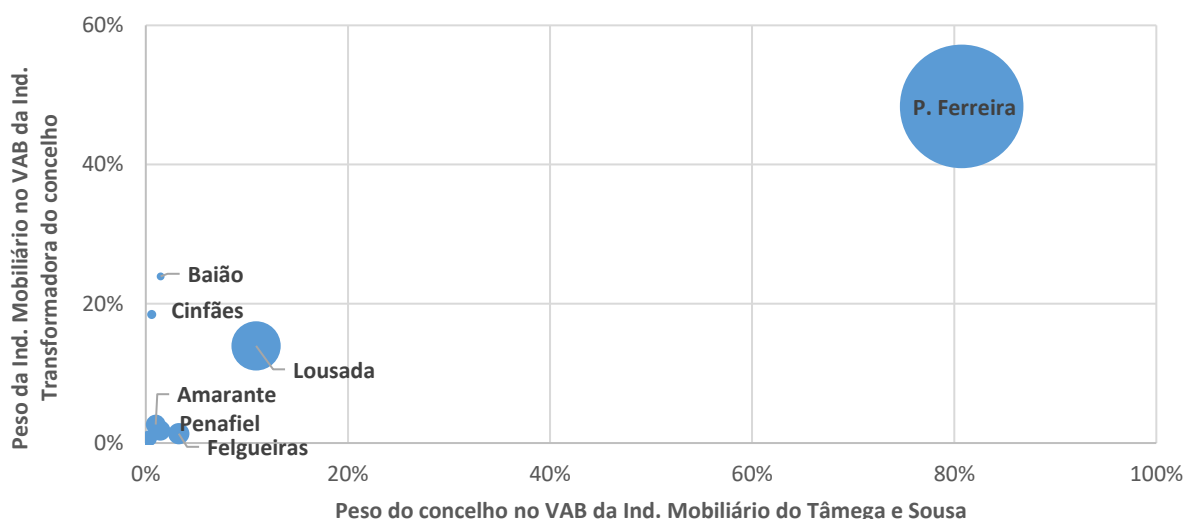
	Indústria do Mobiliário			Peso da Ind. Mobiliário na ind. transformadora (%)		
	Tâmega e Sousa	TeS / Norte (%)	TeS / Portugal (%)	Tâmega e Sousa	Norte	Portugal
Pessoal ao Serviço (nº)	7.964	37,1	23,6	13,3	5,5	4,6
VAB (€)	141.455.307	36,9	22,6	14,5	3,8	2,8

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

A indústria do mobiliário está sobretudo concentrada no concelho de Paços de Ferreira, amplamente reconhecido como a “Capital do Móvel”, onde estão localizadas 743 empresas do sector, representando 80,1% do VAB gerado por esta indústria no TeS. Com menor expressão, segue-se o

concelho de Lousada, com 118 empresas que representam 14% do VAB da indústria do mobiliário no TeS.

Gráfico 19 – Localização da Indústria do Mobiliário no TeS por geração de Valor Acrescentado Bruto, 2018



*O tamanho das bolhas representa o nº de empresas da Indústria do Mobiliário existentes no concelho
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, Sistema de contas integradas das empresas*

No que respeita às maiores empresas da indústria do mobiliário, identificam-se no território do TeS apenas cinco empresas com mais de 100 trabalhadores, destacando-se a IKEA Industry Portugal, S.A. Constituída em 2006, a IKEA Industry Portugal representa um investimento direto estrangeiro do grupo IKEA em Portugal, através da instalação de três fábricas de produção de mobiliário num complexo industrial em Paços de Ferreira, um investimento de cerca de 160 milhões de euros que criou 1.500 postos de trabalho na região.

Tabela 25 - Principais empresas industriais do Mobiliário no TeS

Empresa	CAE	Localização	Nº trabalhadores
IKEA Industry Portugal, S.A.	31091 - Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins	P. Ferreira	Cerca de 1500
FAMO - Indústria de Mobiliário de Escritório, Lda	31010 - Fabricação de mobiliário para escritório e comércio	Lousada	Entre 100 e 249
IMO - Indústrias Metalúrgicas, S.A	31010 - Fabricação de mobiliário para escritório e comércio	Felgueiras	Entre 100 e 249
Armando Ferreira da Silva & Filhos, Lda	31091 - Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins	P. Ferreira	Entre 100 e 249
Miguel Veríssimo & Filhos, Lda	31091 - Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins	P. Ferreira	Entre 100 e 249

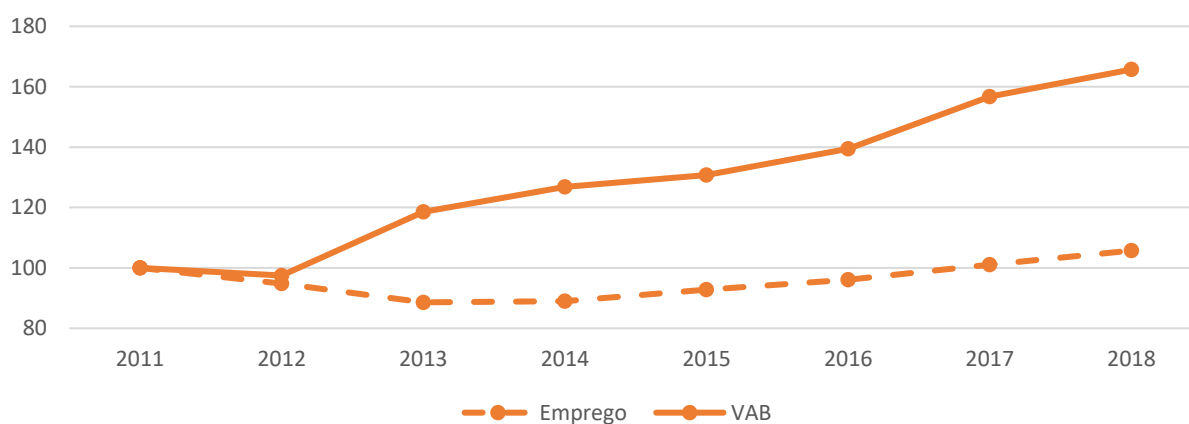
Fonte: InformaDB, 2020

No seio da indústria do mobiliário, é notória a inexistência, quer no território do TeS quer a nível nacional, de infraestruturas tecnológicas de interface e de apoio à indústria vocacionadas para as necessidades das empresas do sector, em particular não existindo um centro tecnológico operacional

para a indústria do mobiliário e da madeira, projeto que, dada a proeminência do sector na sub-região, faria sentido retomar.

A indústria do mobiliário no TeS apresentou, no período de 2011 a 2018, uma dinâmica global de crescimento, pese embora com uma fase de retração do emprego entre 2011 e 2014, observando-se, entretanto, uma recuperação no período de 2014 a 2018. No período global de 2011 a 2018, a sub-região observou um crescimento médio anual de 0,8% do emprego na indústria do mobiliário, bem como um crescimento médio anual de 7,48% do VAB da indústria do mobiliário.

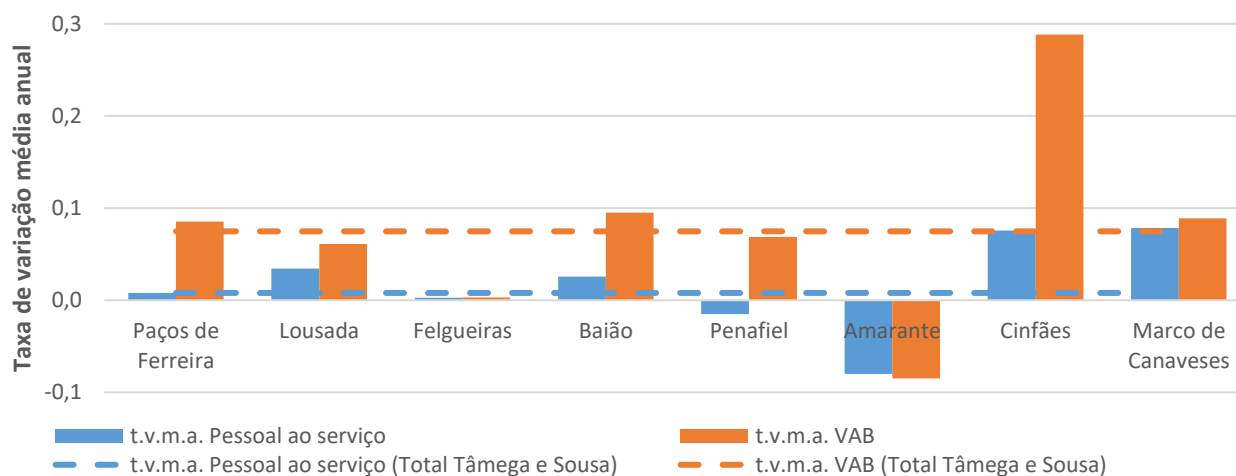
Gráfico 20 – Dinâmica do emprego e VAB na Indústria do Mobiliário do TeS, 2011-2018 (2011=100)



Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas

A maioria dos concelhos do Tâmega e Sousa acompanharam a tendência de crescimento do VAB na indústria do mobiliário, à exceção de Amarante, onde se regista tanto perda líquida de postos de trabalho como decréscimo do VAB da indústria do mobiliário no período 2011-2018.

Gráfico 21 – Dinâmica da Indústria do Mobiliário nos concelhos do TeS, t.v.m.a 2011-2018



Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas, concelhos para os quais há dados disponíveis

*

* *

Da análise efetuada sobre as IT resultam como principais conclusões:

- A economia do TeS, quando vista ao nível agregado, apresenta uma sobre-especialização no setor secundário e, muito em particular, nas Indústrias Transformadoras. Nos últimos anos, as IT têm um peso superior a 41% no VAB do setor empresarial.
- Associada a esta sobre-especialização, está uma forte inserção na economia de bens transacionáveis e no comércio internacional de bens.
- Quer em termos de produção e VAB quer em termos de exportações, este padrão de sobre-especialização diz respeito, no essencial, a 3 subsetores industriais: Calçado, Vestuário e Mobiliário.
- Estes subsetores estruturam-se sob a forma de *clusters*, com uma elevada aglomeração de unidades industriais de diferentes dimensões: O Calçado concentrado em Felgueiras; o Mobiliário concentrado em Paços de Ferreira; o Vestuário com um padrão mais desconcentrado, com presença relevante em Lousada, Paços de Ferreira, Penafiel e Marco de Canaveses.
- De uma forma geral, estes subsetores observaram, no TeS, uma evolução positiva no passado recente (2013-2018). Não obstante, permanecem confrontados com importantes desafios em matéria de produtividade e competitividade ao nível da inovação produto, da inovação processo, da internacionalização e do marketing e, ainda, das qualificações e de necessária renovação geracional do emprego, aspetos a tratar na definição das prioridades estratégicas.
- Iguamente a abordar na definição das prioridades estratégicas, está a ideia de que a qualificação para a inovação e para a competitividade dos *clusters* industriais do TeS tem potencial para gerar um duplo impacto estrutural: Por um lado, aumento da produtividade e da qualificação do emprego no interior de cada *cluster* industrial; por outro, alargamento da base económica do TeS ao nível dos serviços de natureza económica.

3.3. Agricultura, Produção Animal e Indústrias Agroalimentares

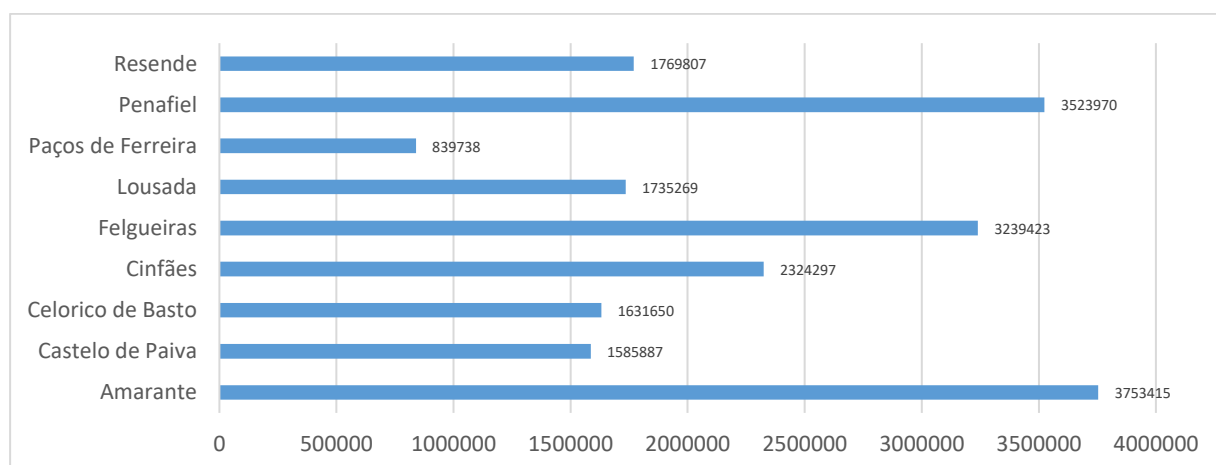
3.3.1. Agricultura, Pecuária e Silvicultura

A Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, segundo dados referentes a 2017 (INE, Contas Regionais), era responsável por um VAB de 59,8 milhões de euros no TeS, o que correspondia apenas a 1,4% do VAB total da região. Entre 2013 e 2017, aquele conjunto de atividades observou um aumento médio anual de 4,2% no VAB no TeS, acima do crescimento de 1,5% registado na Região Norte e de 2,1% observado em Portugal.

Tendo como referência apenas o tecido empresarial, o VAB da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca foi de 24,6 milhões de euros em 2017. Numa análise por concelho, e com a ressalva de não existirem dados para Baião e Marco de Canaveses, verifica-se, em 2017, uma posição destacada por parte de Amarante (15%), Penafiel (14%), Felgueiras (13%) e, ainda, Cinfães (9%).

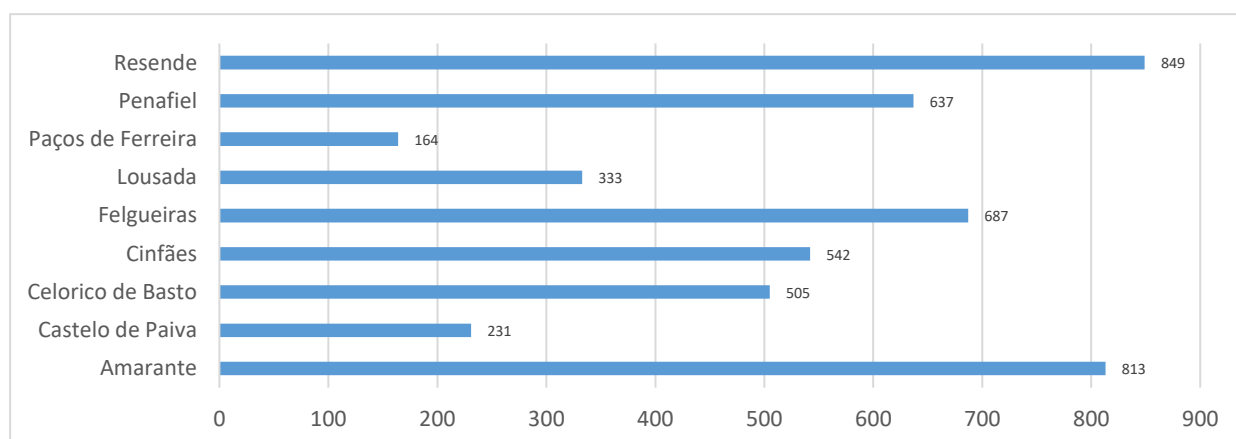
No caso do Pessoal ao Serviço, e considerando a mesma limitação indicada quanto ao VAB, destacam-se os concelhos de Resende (15%), Amarante (14%), Felgueiras (12%) e Penafiel (11%) e Cinfães (10%).

Gráfico 22 – VAB das Empresas da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca (€), 2017



Fonte: INE, SCIE.

Gráfico 23 – Pessoal ao Serviço das Empresas da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca (€), 2017



Fonte: INE, SCIE.

Estes dados mostram, desde logo, um padrão de localização muito mais desconcentrado do que o observado na atividade industrial, o que confere à dinamização da produção primária no TeS um potencial para um maior desenvolvimento dos territórios de menor densidade. Calculando o quociente de localização, com base no VAB e tomando Portugal como espaço de referência, constata-se que nas atividades das empresas dedicadas à Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, os concelhos de Resende, Cinfães e Celorico de Basto exibem, em 2017, um perfil de especialização superior ao do cômputo do país (com Amarante próximo do peso relativo do setor no país).

Tabela 26 - Quocientes de Localização da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, em 2017

Amarante	0,9
Castelo de Paiva	0,6
Celorico de Basto	1,5
Cinfães	2,0
Felgueiras	0,3
Lousada	0,4
Paços de Ferreira	0,1
Penafiel	0,5
Resende	3,1

Fonte: *Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE.*

Atendendo aos dados oficiais disponíveis, pormenorizar a análise das atividades inseridas na Agricultura, Pecuária e Silvicultura implica perder-se a visão sobre os concelhos e passar a ter o foco ao nível da NUT III TeS. Deste modo, e não obstante a limitação na perspetiva da desagregação territorial, é possível considerar as atividades económicas em termos de subclasse da CAE (Classificação das Atividades Económicas). Apresenta-se, de seguida, essa análise, dividindo-a, justamente, em três grandes grupos: Agricultura, Pecuária e Silvicultura.

Agricultura

Relativamente à Agricultura, procede-se, neste exercício, à análise de oito atividades, que correspondem aos casos para os quais existem dados oficiais relativos aos anos de 2013 e, simultaneamente, de 2017, período considerado adequado para os objetivos do presente diagnóstico. Apesar de já existirem dados divulgados para 2018, a ausência dos mesmos para algumas atividades em concreto, sobretudo nos casos que já se sabe, de antemão, serem relevantes para o TeS (como é o caso da produção de produtos hortícolas), levou a se optar por 2017 como ano mais recente. Ao conjunto destas oito atividades denominámos de “Total de atividades agrícolas”.

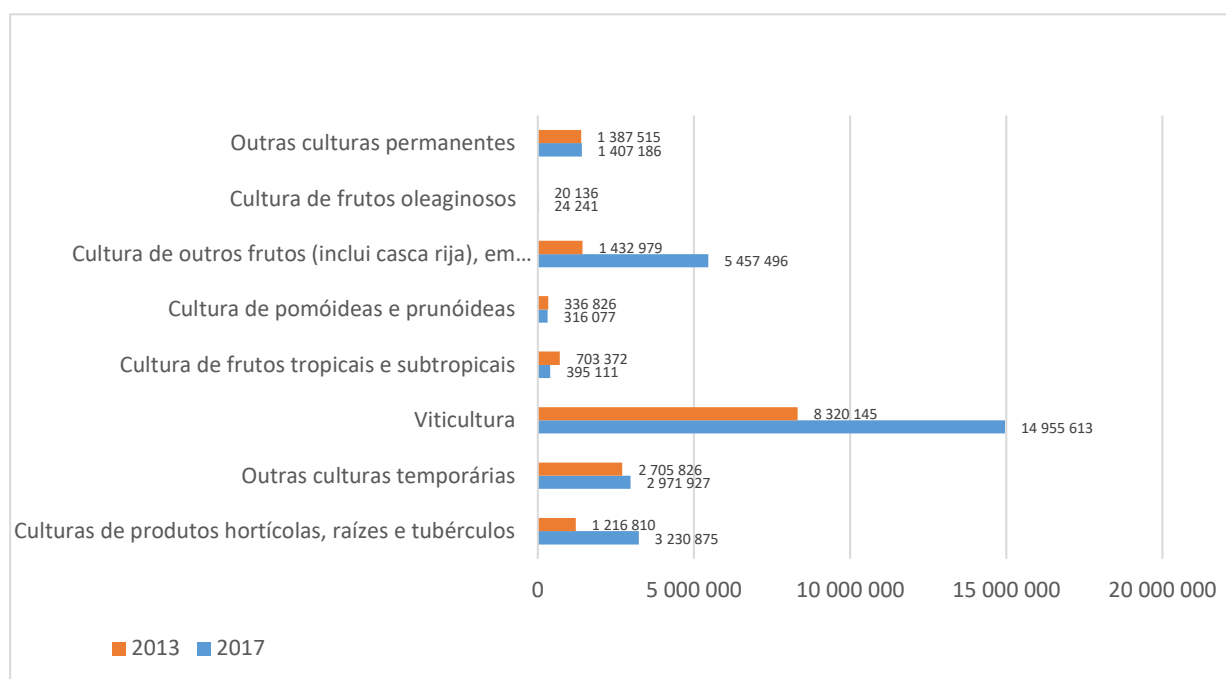
Tabela 27 - Produções vegetais em análise

Culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos
Outras culturas temporárias
Viticultura
Cultura de frutos tropicais e subtropicais
Cultura de pomóideas e prunóideas
Cultura de outros frutos (inclui casca rija), em árvores e arbustos
Cultura de frutos oleaginosos
Outras culturas permanentes

Segundo dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (INE), em 2017, o valor da produção para o “Total das atividades agrícolas” na região do TeS situava-se em 28,7 milhões de euros, o que refletia, face a 2013, um crescimento médio anual de 16%. Esta evolução bastante favorável ficou a dever-se, principalmente, ao andamento da “Cultura de outros frutos (inclui casca rija), em árvores e arbustos” (aumento médio anual de 40%), das “Culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos”

(aumento médio anual de 28%) e, ainda, da “Viticultura” (aumento médio anual de 16%). As “Outras culturas permanentes” registaram uma estagnação, a “Cultura de pomóideas e prunóideas” e “Cultura de frutos tropicais e subtropicais” observaram retrações (variações médias anuais negativas de 2% e 13%, respetivamente), evidenciando os demais casos variações positivas, mas mais modestas do que as já destacadas. Inserem-se aqui culturas que se inserem nas opções estratégicas do território em análise (Plano Estratégico do Agroalimentar, CIM TeS), nomeadamente os kiwis e mirtilos, enquadrados na “Cultura de outros frutos (inclui casca rija), em árvores e arbustos”, os produtos hortícolas e cogumelos, inseridos na “Culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos” e o vinho verde relacionado com a “Viticultura”. Acrescem ainda as cerejas, inseridas na “Cultura de pomóideas e prunóideas”, sendo o vinho verde considerado um “produto âncora” e os demais “produtos relevantes”.

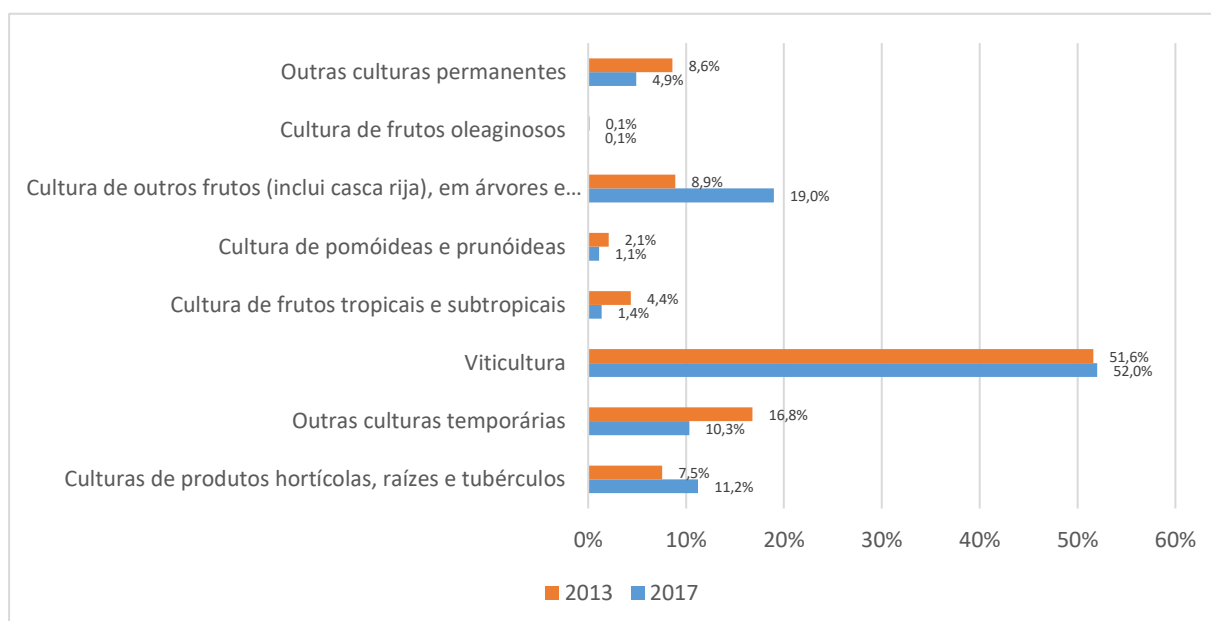
Gráfico 24 – Produção das Atividades Agrícolas no TeS (€)



Fonte: INE, SCIE.

A evolução das diferentes atividades aqui analisadas teve natural impacto na sua expressão no cômputo das atividades agrícolas do TeS. Realça-se, a este respeito, o aumento de 10,1 p.p. no caso da “Cultura de outros frutos (inclui casca rija), em árvores e arbustos”, que passou de 8,9% em 2013 para 19% em 2017. Destacam-se, ainda, as “Culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos”, que passaram de 7,5% para 11,2%. Também as “Outras culturas temporárias” viram a sua importância reforçada, passando de uma parcela de 10,3% para 16,8%. Mas o aspeto de maior relevância é o peso relativo da viticultura.

Gráfico 25 – Produção das Atividades Agrícolas no TeS (repartição, %)



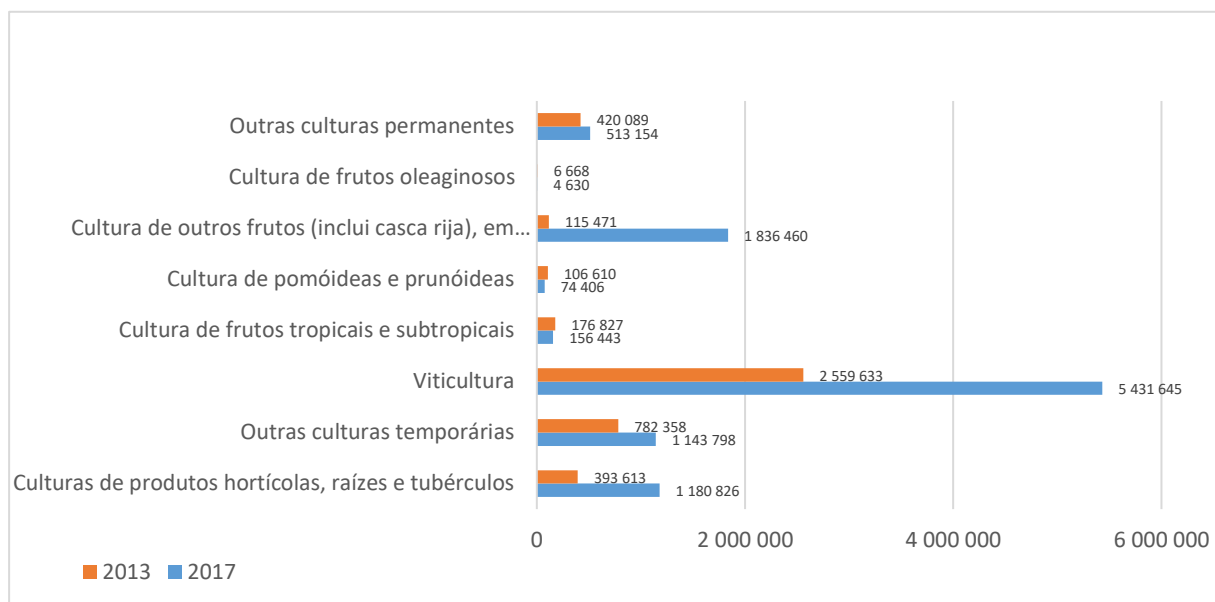
Fonte: INE, SCIE.

Comparando as atividades em análise com as congéneres na Região Norte, realça-se a relevância do TeS nas “Outras culturas permanentes” (39,7% em 2017) e, embora em menor grau, a “Cultura de outros frutos (inclui casca rijá), em árvores e arbustos” (12,3%) e “Outras culturas temporárias” (11,7%), sendo que, nos dois primeiros casos, se observou um aumento da relevância na região Norte de 2013 para 2017.

Analisando o VAB, em 2017, o total das atividades agrícolas situava-se em 10,3 milhões de euros, traduzindo um aumento médio anual de 23% face a 2013. Este crescimento significativo foi impulsionado pelo desempenho bastante favorável da “Viticultura” (variação média anual de 21%), das “Culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos” (variação média anual de 32%) e, também, das “Outras culturas temporárias” (variação média anual de 10%). Apesar de pouco significativo em termos absolutos, verificou-se um crescimento muito acentuado no VAB da “Cultura de outros frutos (inclui casca rijá), em árvores e arbustos” (variação média anual de 100%), cultura onde se incluem, como já referido, os kiwis e os mirtilos, produtos considerados “relevantes” (Plano Estratégico para o Agroalimentar, CIM Tâmega e Sousa). As “Outras culturas permanentes” exibiram uma variação média anual positiva, mas mais modesta (5%), enquanto nos demais casos ocorreu uma retração.

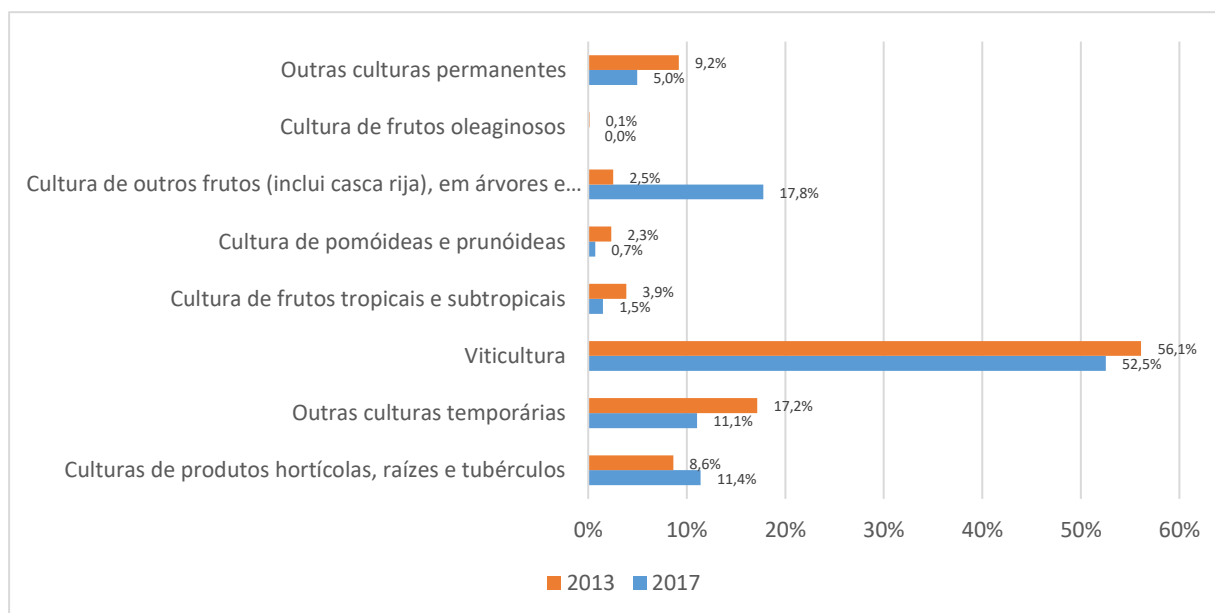
A repercutir a evolução descrita, verificou-se um aumento da expressão da “Cultura de outros frutos (inclui casca rijá), em árvores e arbustos” entre 2013 e 2017. Este aumento foi compensando por perdas nos restantes casos.

Gráfico 26 – VAB das Atividades Agrícolas no TeS (€)



Fonte: INE, SCIE.

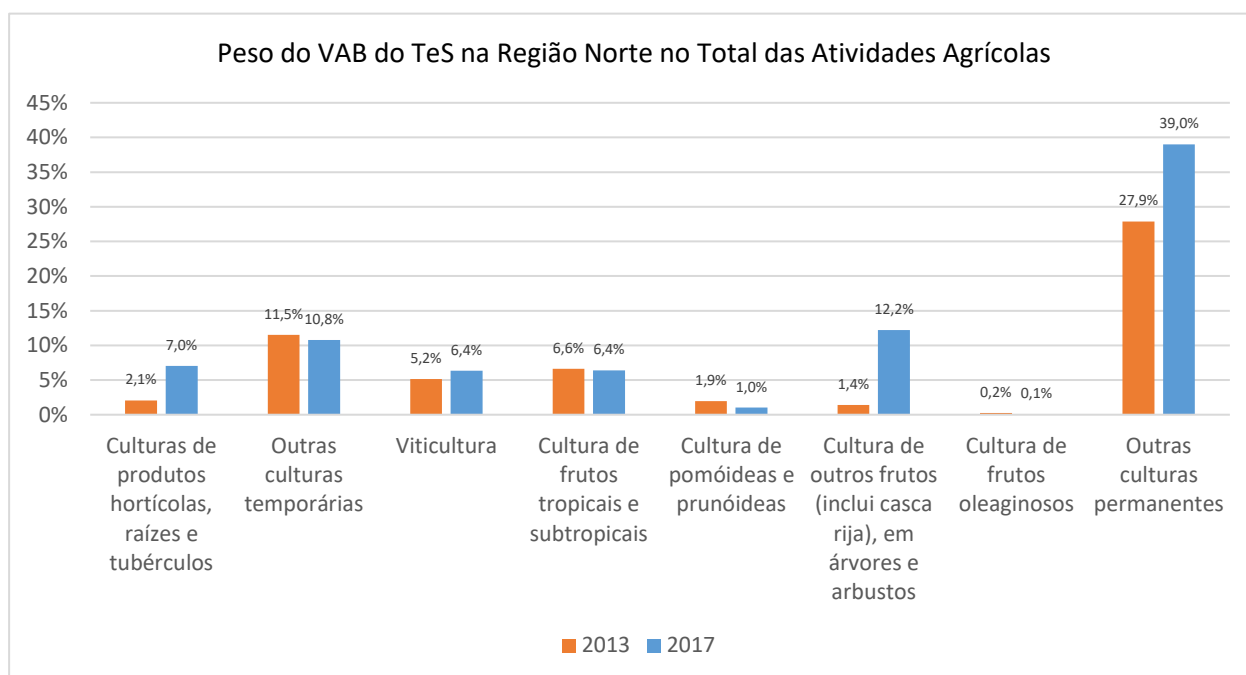
Gráfico 27 – VAB das Atividades Agrícolas no TeS (repartição, %)



Fonte: INE, SCIE.

Considerando como espaço de referência a região Norte, assinala-se um aumento da expressão do TeS no que diz respeito a “Outras culturas permanentes” (de 28% para 39% entre 2013 e 2017), que permanecem no lugar cimeiro, e a “Cultura de outros frutos (inclui casca rij), em árvores e arbustos” (de 1% para 12%), cujo peso relativo passou a ultrapassar o das “Outras culturas temporárias”. Mais genericamente, assinala-se uma taxa de variação média anual no “Total das atividades agrícolas” no TeS superior em cerca de 12 p.p. face à verificada na região Norte.

Gráfico 28 – Peso do VAB do TeS na Região Norte, Atividades Agrícolas



Fonte: INE, SCIE.

Procedendo ao cálculo do quociente de localização, com base no VAB de 2017 e utilizando Portugal como espaço de referência, constata-se que o Tâmega e Sousa apresenta um grau de especialização superior ao do cômputo do país em três culturas: “Viticultura”, “Cultura de outros frutos (inclui casca rija), em árvores e arbustos” e “Outras culturas permanentes”. Estes dados entroncam com o destaque que alguns produtos merecem na Estratégia do Agroalimentar para a CIM do TeS, nomeadamente os já mencionados produtos “relevantes” kiwis e mirtilos e o produto “âncora” vinho verde.

Tabela 28 - Quociente de Localização das Atividades Agrícolas no Tâmega e Sousa, 2017

Culturas de produtos hortícolas, raízes e tubérculos	0,27
Outras culturas temporárias	0,51
Viticultura	1,41
Cultura de frutos tropicais e subtropicais	0,53
Cultura de pomóideas e prunóideas	0,06
Cultura de outros frutos (inclui casca rija), em árvores e arbustos	1,09
Cultura de frutos oleaginosos	0,00
Outras culturas permanentes	1,81

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE.

Tendo em linha de conta as culturas relativamente às quais a região do TeS apresenta um quociente de localização superior a 1, apresentam-se, para cada caso, as NUT III que, a par do TeS, exibem um

grau de especialização superior ao do conjunto do país (com a ressalva de não existirem dados para algumas NUT III em certas atividades).

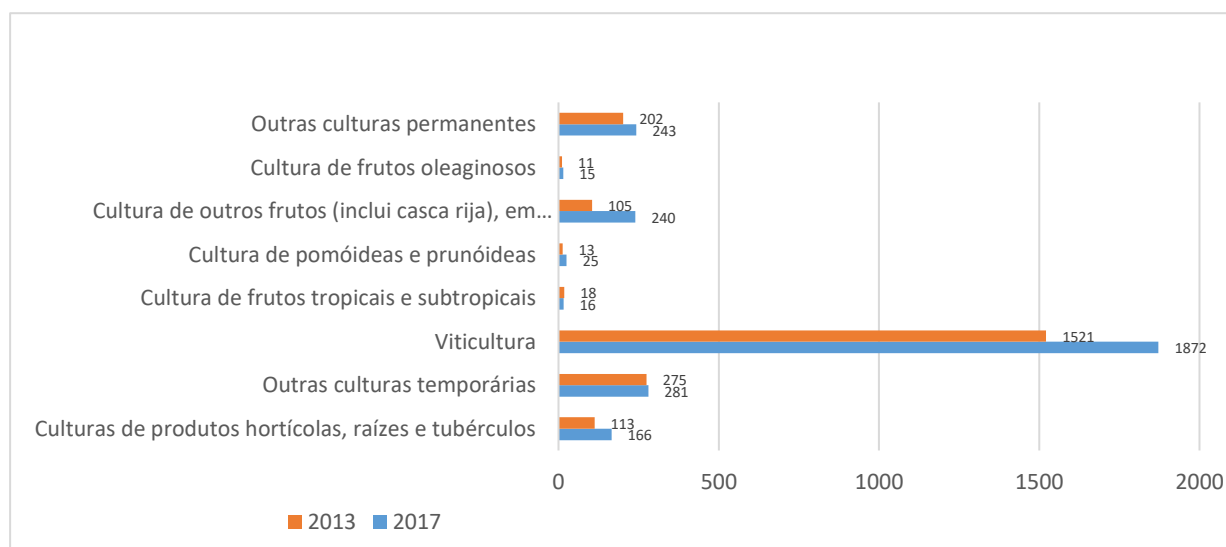
Tabela 29 - Quociente de Localização (≥ 1) das Atividades Agrícolas por NUT III, 2017

Viticultura		Cultura de outros frutos (inclui casca rija), em árvores e arbustos		Outras culturas permanentes	
Douro	42,99	Alentejo Litoral	38,78	Alentejo Litoral	48,08
Alentejo Central	11,22	Alto Tâmega	11,58	Beira Baixa	9,52
Baixo Alentejo	5,23	Terras de Trás-os-Montes	9,06	Alentejo Central	8,15
Oeste	3,55	Algarve	4,87	Alto Tâmega	3,98
Lezíria do Tejo	2,67	Alto Alentejo	4,44	Alto Alentejo	3,14
Alto Alentejo	2,51	Douro	3,32	Lezíria do Tejo	2,72
Beiras e Serra da Estrela	2,43	Baixo Alentejo	2,83	Médio Tejo	2,41
Alto Minho	2,23	Tâmega e Sousa	1,09	Douro	1,96
Viseu Dão Lafões	2,19			Tâmega e Sousa	1,81
Terras de Trás-os-Montes	1,58			Algarve	1,77
Tâmega e Sousa	1,41			Beiras e Serra da Estrela	1,71
				Terras de Trás-os-Montes	1,53
				Viseu Dão Lafões	1,25

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE.

Em 2017, a produção e o VAB foram gerados por um conjunto de 2852 empresas, mais 600 que em 2013. À exceção dos “Cultura de frutos tropicais e subtropicais”, em todas as atividades em análise se verificou um acréscimo do número de empresas entre aqueles dois anos. A “Viticultura” é, sem dúvida, a atividade que reúne mais empresas, estando em linha com o maior destaque que colhe nas variáveis já analisadas.

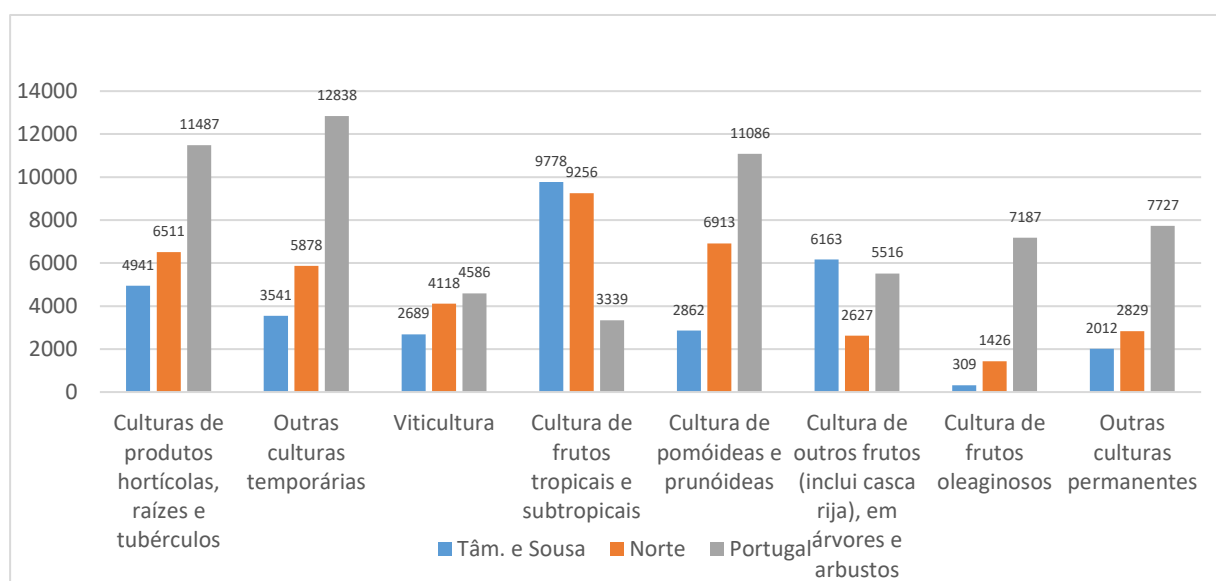
Gráfico 29 – Nº de Empresas no TeS, Atividades Agrícolas



Fonte: INE, SCIE.

Analisando a produtividade aparente do trabalho, constata-se que, no TeS, esta assume, em 2017, valores mais baixos na “Cultura de Frutos oleaginosos” (tal como no grau de transformação) e atinge o valor mais elevado na “Cultura de frutos tropicais e subtropicais”. Destaca-se o posicionamento mais favorável do TeS do que a região Norte e Portugal nos casos das “Cultura de frutos tropicais e subtropicais” e da “Cultura de outros frutos (inclui casca rija), em árvores e arbustos”. Pelo contrário, realça-se um posicionamento desfavorável no caso da “Cultura de frutos oleaginosos”, sobretudo em relação a Portugal.

Gráfico 30 – Produtividade Aparente do Trabalho nas Atividades Agrícolas (€), 2017



Fonte: INE, SCIE.

Produção Animal

No que diz respeito à Pecuária, e seguindo o mesmo princípio utilizado na análise da Agricultura, consideram-se seis atividades, sendo que o conjunto das mesmas é aqui designado por “Total das atividades de Pecuária”.

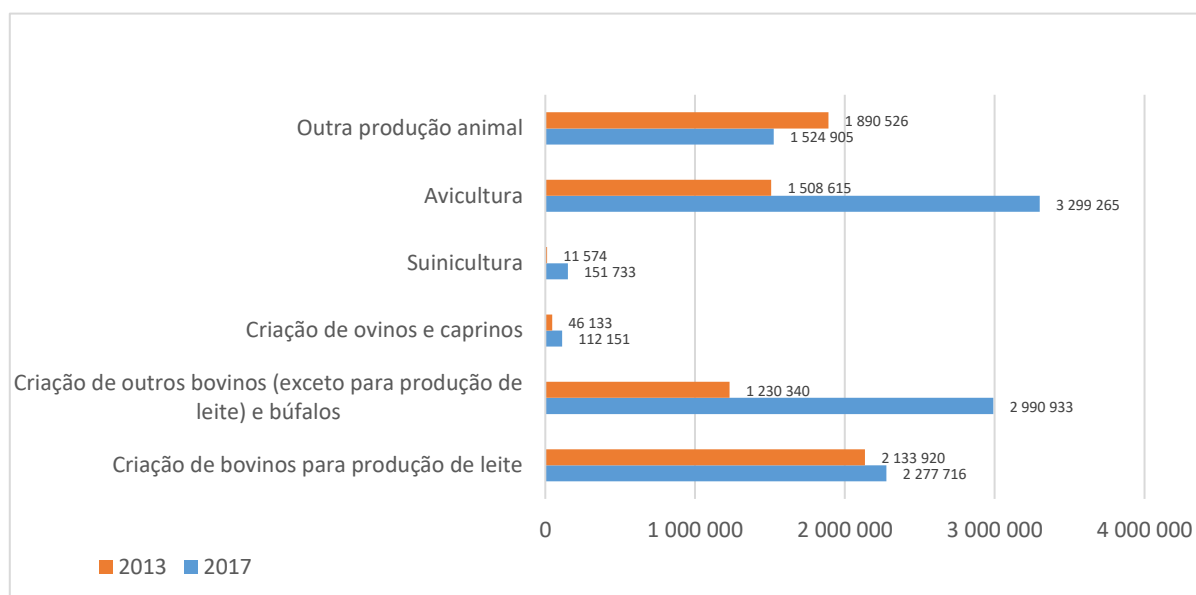
Tabela 30 - Produções animais em análise

Criação de bovinos para produção de leite
Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos
Criação de ovinos e caprinos
Suicultura
Avicultura
Outra produção animal

Em 2017, o “Total das atividades de pecuária” era responsável por uma produção que ascendia a 10,3 milhões de euros, traduzindo um aumento, em termos médios anuais, de 11% face a 2013. O crescimento em causa ficou a dever-se, sobretudo, à evolução registada nos casos “Criação de outros

bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos” (variação média anual de 25%) e da “Avicultura” (variação média anual de 22%), embora outras atividades, com valores absolutos bem mais reduzidos, tenham registado crescimentos significativos, como ocorreu na “Suinicultura” e na “Criação de ovinos e caprinos”. Por sua vez, a “Criação de bovinos para produção de leite” verificou um aumento médio anual de 2% e a “Outra produção animal” registou uma retração média anual de 5%.

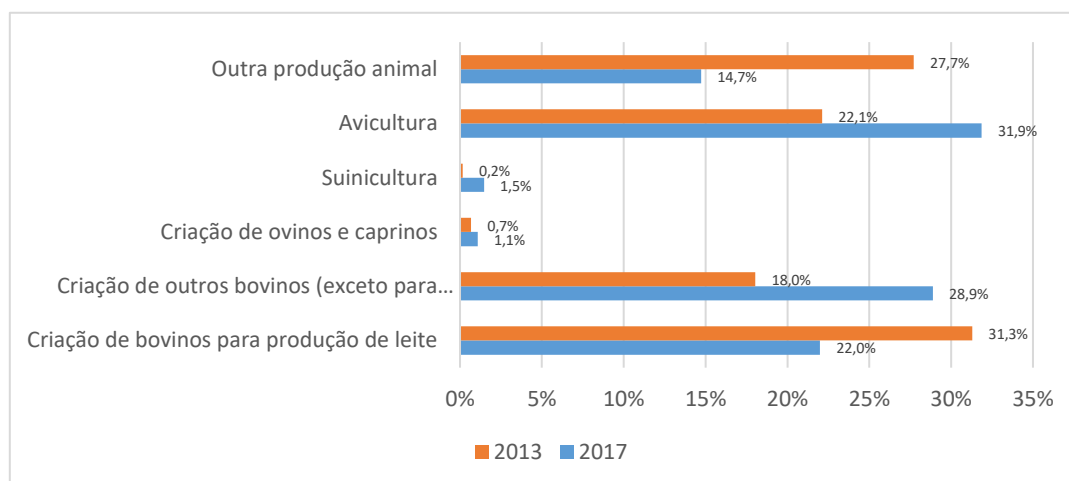
Gráfico 31 – Produção das Atividades de Pecuária no TeS (€)



Fonte: INE, SCIE.

A espelhar o comportamento descrito, observa-se um aumento da expressão da “Avicultura” e da “Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos”. Em contraponto, verifica-se uma redução da expressão da “Criação de bovinos para produção de leite” e da “Outra produção animal”.

Gráfico 32 – Produção das Atividades de Pecuária no TeS (repartição, %)



Fonte: INE, SCIE.

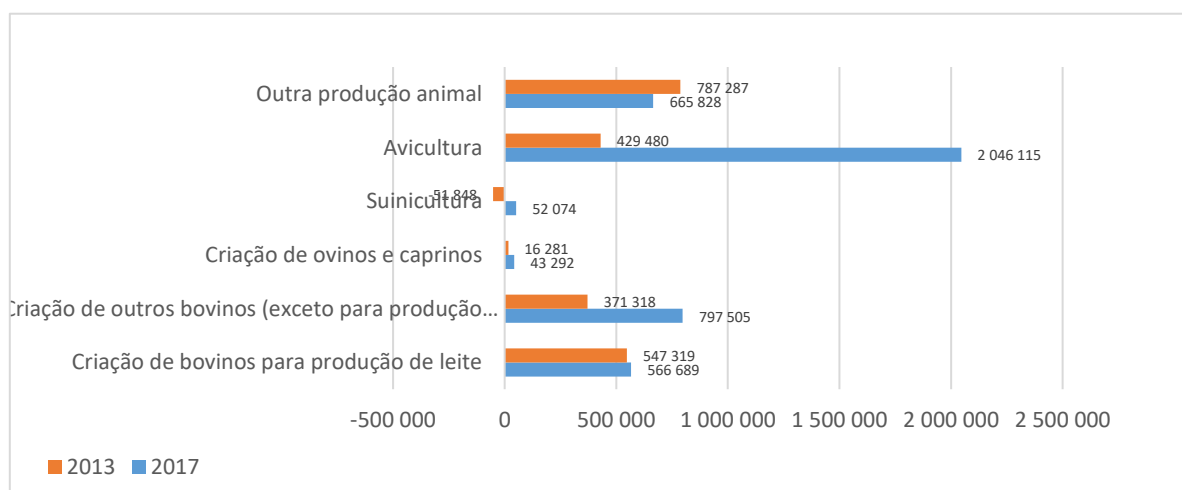
Face às mesmas atividades, mas assumindo como espaço de referência a Região Norte, as atividades de “Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos” e de “Avicultura” são as mais relevantes, correspondendo-lhes, em 2017, parcelas de 15,6% e 10,2%, respetivamente.

Relativamente ao VAB, este atingiu 4,1 milhões de euros em 2017, o que reflete um crescimento médio anual de 18,7% face a 2013. Na base deste andamento bastante positivo está um ponto de partida altamente desfavorável por parte da “Suinicultura” (com um VAB negativo em 2013), conjugado com uma evolução claramente favorável das atividades de “Avicultura” (variação média anual de 47,7%), “Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos” (variação média anual de 21,1%) e Criação de ovinos e caprinos (variação média anual de 27,7%).

Se excluirmos o caso atípico da Suinicultura, e traduzindo o comportamento descrito acerca das restantes atividades, verifica-se, entre 2013 e 2017, um aumento significativo da relevância da “Avicultura”. Em menor magnitude, verificou-se ainda um aumento da importância da “Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos”. Já a “Outra produção animal” e a “Criação de bovinos para produção de leite” evidenciaram uma quebra de peso relativo.

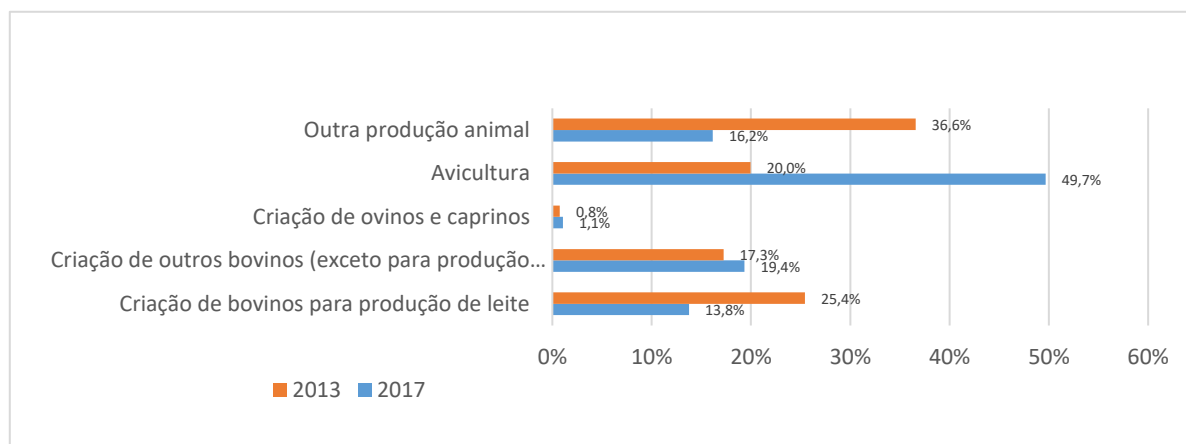
A evolução da “Avicultura” no TeS teve transposição no aumento considerável que esta atividade passou a ter na Região Norte, passando de cerca de 10% em 2013 para 24% em 2017. A “Criação de ovinos e caprinos” registou um aumento marginal de relevância. Nas demais atividades, mesmo quando em crescimento no TeS, não se observou um aumento da sua expressão na região Norte.

Gráfico 33 – VAB das Atividades de Pecuária no TeS (€)



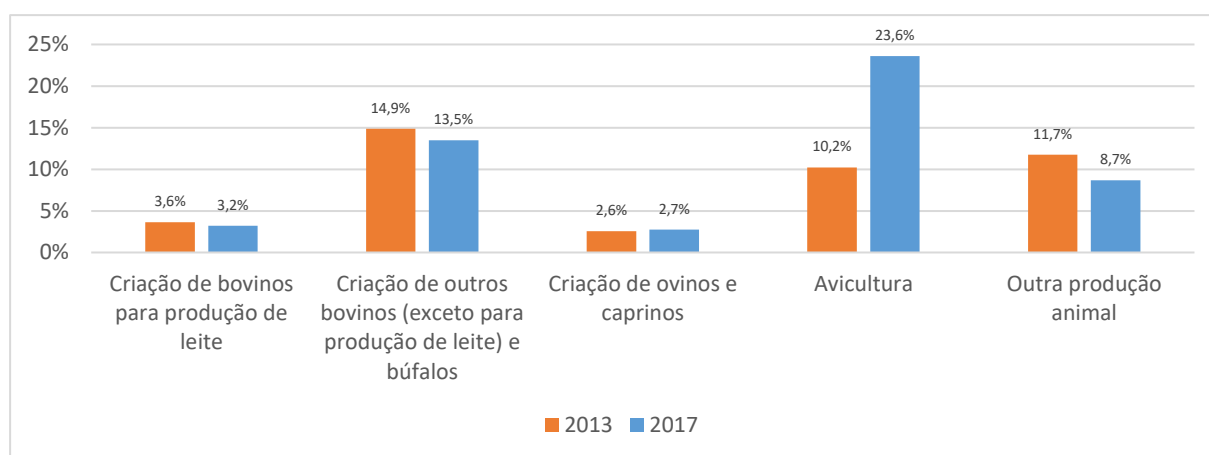
Fonte: INE, SCIE.

Gráfico 34 – VAB das Atividades de Pecuária no TeS (repartição, %)



Fonte: INE, SCIE.

Gráfico 35 – Peso do VAB no TeS na Região Norte, Atividades de Pecuária



Fonte: INE, SCIE.

Efetuada o cálculo do quociente de localização com base no VAB de 2017 e assumindo Portugal como espaço de referência, verifica-se que o TeS apresenta um grau de especialização superior ao do cômputo do país apenas na atividade de “Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos”. Este dado está em linha com o papel das carnes de raças autóctones, enquanto produtos “relevantes”, no Plano Estratégico do Agroalimentar para a CIM do TeS.

Tabela 31 - Quociente de Localização das Atividades Pecuárias no TeS, em 2017

Criação de bovinos para produção de leite	0,33
Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos	1,51
Criação de ovinos e caprinos	0,13
Suicultura	0,03
Avicultura	0,74
Outra produção animal	0,78

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE.

Considerando-se a atividade na qual o TeS apresenta um quociente de localização superior à unidade, identificamos as demais NUT III com um perfil de especialização superior ao do cômputo do país (com a ressalva de não existirem dados disponíveis para a totalidade das 25 NUT III).

Tabela 32 - Quociente de Localização (≥ 1) das Atividades Pecuárias por NUT III, 2017

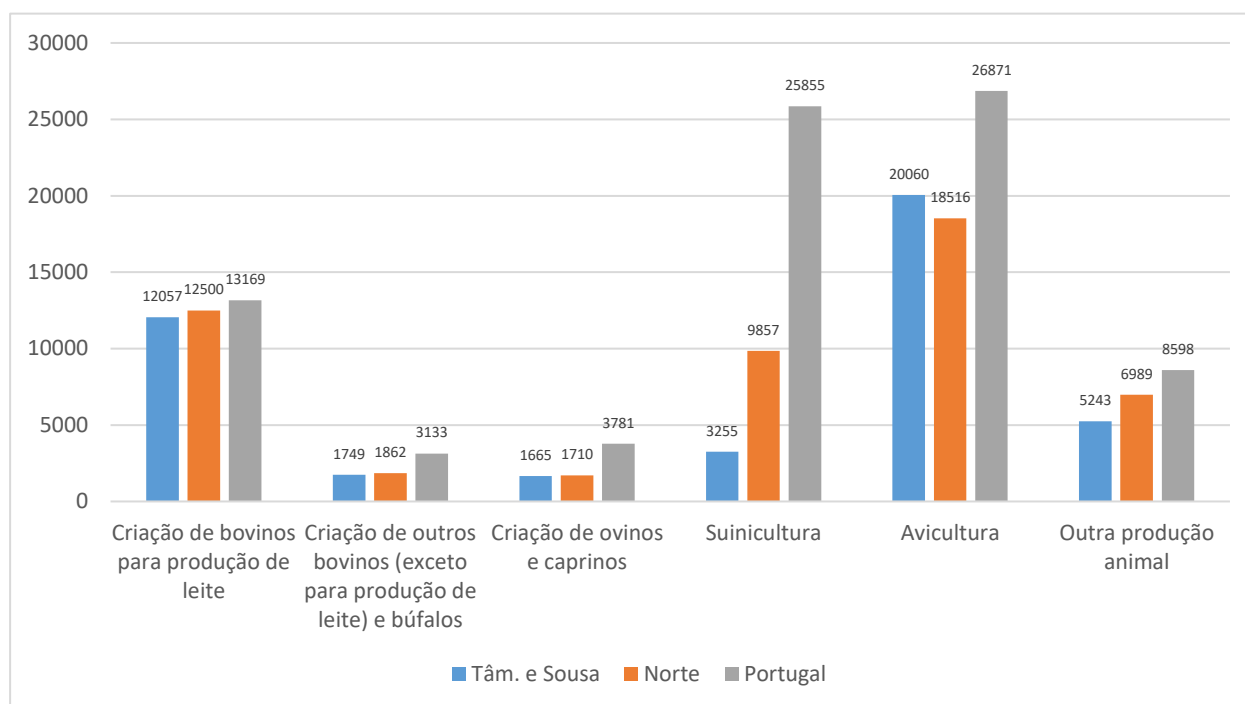
Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos	
Alentejo Central	18,96
Região Autónoma dos Açores	13,50
Terras de Trás-os-Montes	8,39
Alto Tâmega	6,55
Alentejo Litoral	5,66
Beiras e Serra da Estrela	5,27
Oeste	4,89
Douro	2,37
Alto Minho	2,04
Lezíria do Tejo	1,60
Tâmega e Sousa	1,51
Baixo Alentejo	1,46
Cávado	1,32
Região de Aveiro	1,25
Ave	1,10

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE.

A Pecuária agregava, em 2017, 627 empresas, mais 290 que em 2013. O movimento ascendente foi transversal a todas as atividades em análise, sendo indiscutível a primazia assumida pela “Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos”.

Na produtividade aparente do trabalho, o TeS apresentava, em 2017, na “Criação de ovinos e caprinos” e na “Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos” os valores mais baixos, verificando-se o mais elevado na “Avicultura”. Neste último caso, o TeS evidencia um valor superior ao do cômputo da Região Norte. Nos casos da “Criação de bovinos para produção de leite”, da “Criação de outros bovinos (exceto para produção de leite) e búfalos” e da “Criação de ovinos e caprinos”, os valores do Tâmega e Sousa estão próximos dos registados pelo conjunto da Região Norte. O posicionamento mais desfavorável ocorre na “Suinicultura”, quer em comparação com a região Norte quer em comparação com o cômputo do país (representando parcelas de 33% e de 13%, respetivamente).

Gráfico 36 – Produtividade Aparente do Trabalho nas Atividades Pecuárias (€), 2017



Fonte: INE, SCIE.

Silvicultura

Quanto à Silvicultura, e em linha com o racional aplicado à Agricultura e à Pecuária, foram consideradas duas atividades, fazendo corresponder ao total das mesmas a designação “Total das atividades de silvicultura”.

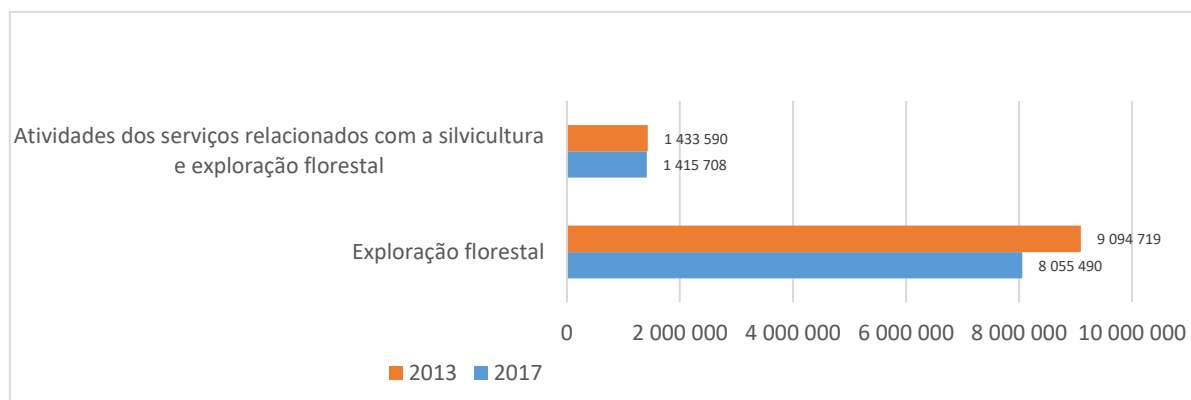
Tabela 33 - Silvicultura: Atividades em análise

Exploração florestal
Atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal

Em 2017, o “total das atividades de silvicultura” era responsável por 9,4 milhões de euros de produção, o que traduziu, em termos médios anuais, um recuo de 2,6% face ao valor apurado em 2013. A “Exploração florestal” registou uma diminuição, em termos médios anuais, de 3% e as “Atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal” observaram uma diminuição de 0,3%.

No contexto do TeS, a “Exploração Florestal” respondia, em 2017, por 85% das Atividades de Silvicultura, ficando os remanescentes 15% a cargo das “Atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal”. Face a iguais atividades na Região Norte, a “Exploração florestal” do TeS tinha, em 2017, uma expressão de 12,4% e as “Atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal” representavam uma parcela de 11,9%.

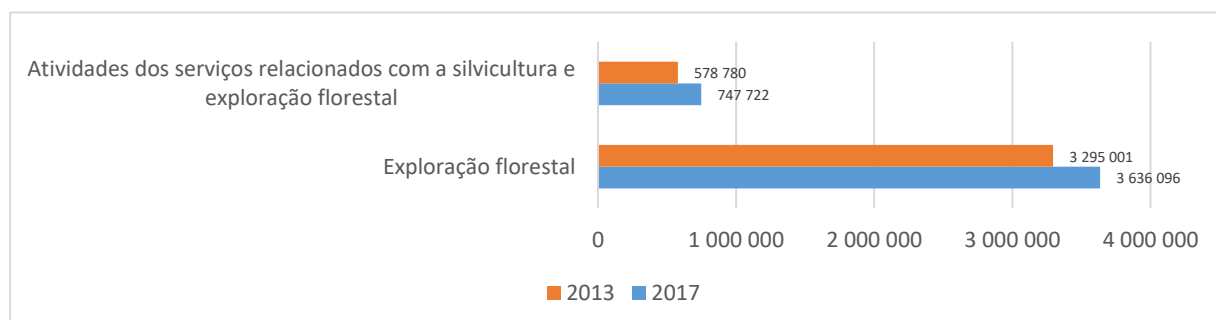
Gráfico 37 – Produção das Atividades de Silvicultura no TeS (€)



Fonte: INE, SCIE.

Considerando o VAB, foram atingidos 4,3 milhões de euros em 2017, traduzindo um aumento médio anual de 3% face a 2013. A “Exploração florestal” é, também aqui, a atividade com maior expressão, embora tenha crescido menos que a de “Atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal” (com variações médias anuais de, respetivamente, 2% e 7%).

Gráfico 38 – VAB das Atividades de Silvicultura no TeS (€)



Fonte: INE, SCIE.

Apesar do crescimento de ambas as atividades no TeS, a atividade de “Exploração florestal” reduziu ligeiramente a sua expressão na região Norte, passando a representar, em 2017, uma parcela de 14,5%, ao passo que as “Atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal” passaram a equivaler a 16,1%, o que em ambos os casos representam um peso relevante.

Calculando o quociente de localização com base no VAB de 2017 e tendo Portugal como espaço de referência, verifica-se que o território evidencia um grau de especialização superior ao do cômputo do país na “Exploração Florestal”, em linha com o uso do solo observado nesta NUT III.

Tabela 34 - Quociente de Localização das Atividades de Silvicultura no TeS, 2017

Exploração florestal	1,40
Atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal	0,60

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE.

Considerando a atividade de “Exploração Florestal”, apresentam-se as NUT III nas quais o grau de especialização nesta atividade é superior à do conjunto do país.

Tabela 35 - Quociente de Localização (≥ 1) das Atividades de Silvicultura por NUT III, 2017

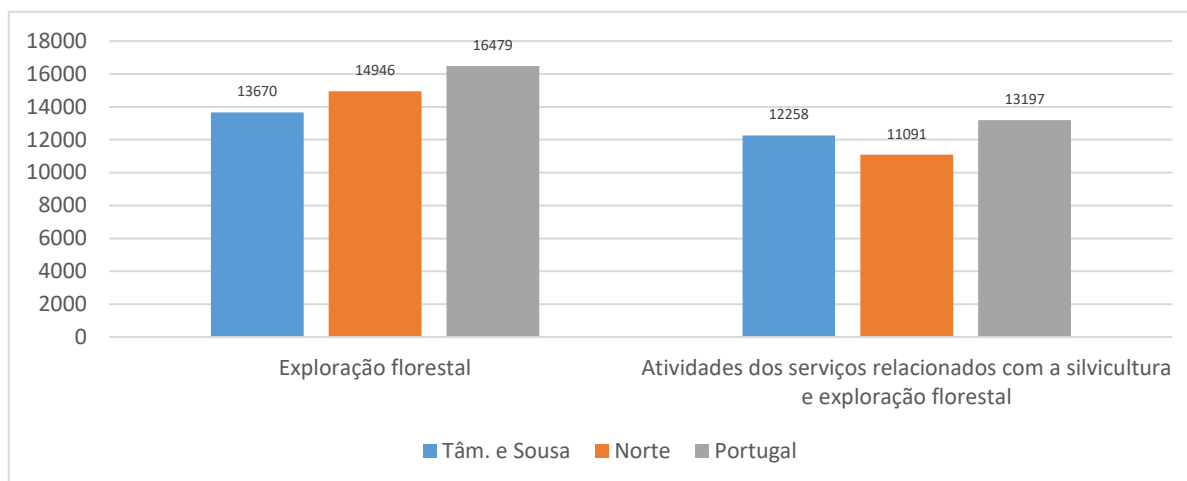
Exploração florestal	
Beira Baixa	7,53
Alentejo Litoral	6,91
Médio Tejo	6,83
Alto Alentejo	5,07
Região de Coimbra	4,77
Viseu Dão Lafões	3,97
Alto Tâmega	3,60
Lezíria do Tejo	3,49
Região de Leiria	3,20
Região de Aveiro	2,13
Alentejo Central	1,93
Alto Minho	1,52
Tâmega e Sousa	1,40
Beiras e Serra da Estrela	1,29
Cávado	1,09

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE.

Em 2017, a atividade da Silvicultura foi gerada por um conjunto de 138 empresas, mais 25 que em 2013. Tal como nos demais indicadores, também aqui a liderança cabe à “Exploração Florestal”.

No que toca a produtividade aparente do trabalho, o TeS Sousa evidenciava, em 2017, valores relativamente próximos dos verificados no cômputo da região Norte e no cômputo do país, sendo que no caso das “Atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal” o valor apurado era até superior ao da região Norte.

Gráfico 39 – Produtividade Aparente do Trabalho nas Atividades de Silvicultura (€), 2017



Fonte: INE, SCIE.

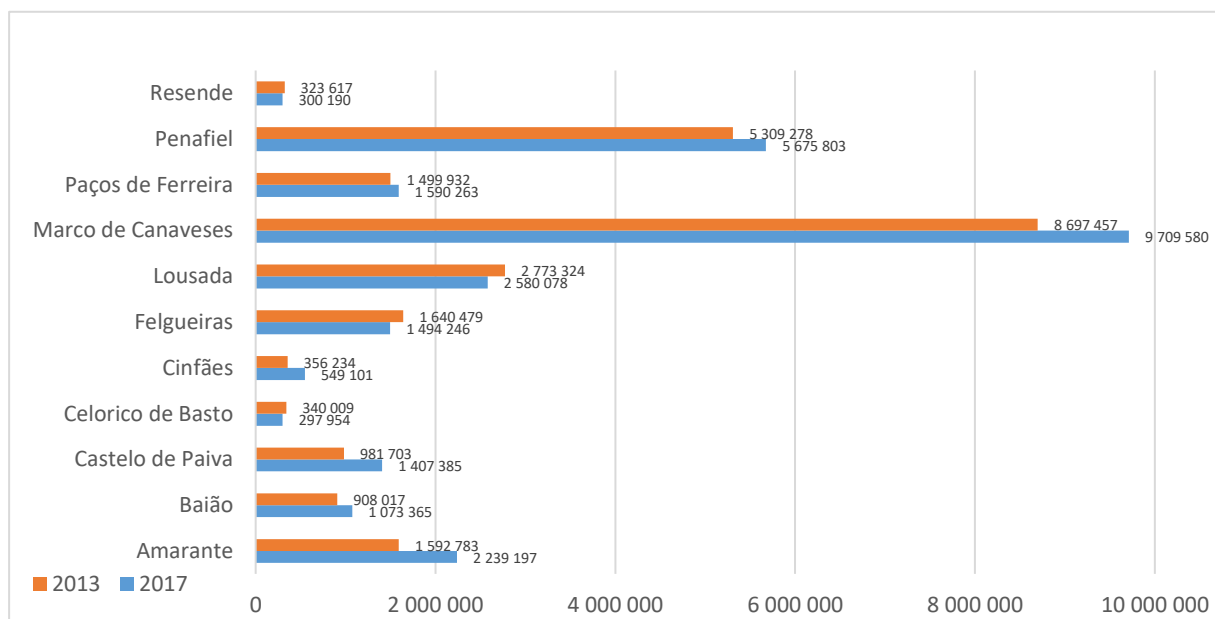
3.3.2. Indústrias Agroalimentares

As Indústrias Alimentares e de Bebidas (IAB), segundo dados das empresas referentes a 2017 (INE, SCIE), foram responsáveis por um VAB de 51,3 milhões de euros no TeS, o que correspondia a 2,3% do VAB desta região. Em particular, as IA foram responsáveis por um VAB de 26,9 milhões de euros, refletindo um aumento, em termos médios anuais, de 2% face a 2013. Este comportamento ficou, porém, abaixo dos 3% da região Norte e dos 5% de Portugal. Por sua vez, a Indústria das Bebidas gerou um VAB de 24,4 milhões de euros, o que traduz um crescimento, em termos médios anuais de 12% face a 2015 (no caso da NUT III TeS não existem dados oficiais disponíveis para a Indústria de Bebidas anteriores a 2015), mais do que os 6% verificados quer Região quer também em Portugal.

Marco de Canaveses lidera o VAB das IA do TeS, respondendo, em 2017, por uma parcela de 36%. De seguida, surge Penafiel, que, naquele ano, representava 21%. O terceiro lugar foi ocupado por Lousada, com 10%, e o quarto foi ocupado por Amarante, com 8%. Celorico de Basto, Resende a Cinfães são os concelhos com menor expressão nestas indústrias.

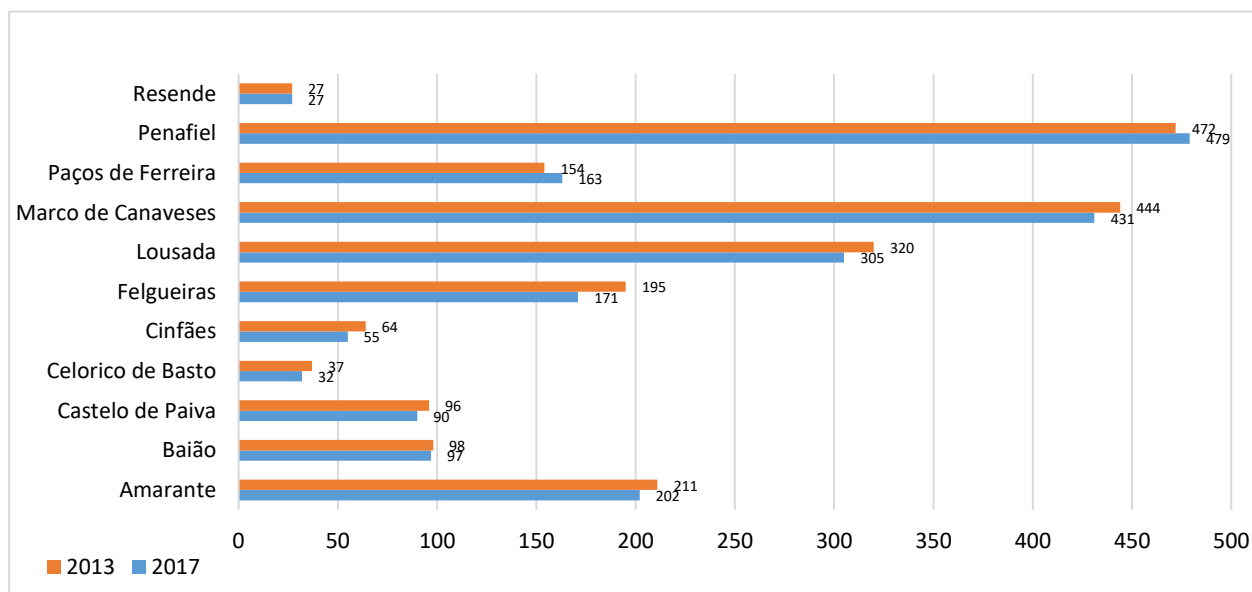
Do ponto de vista do número de empresas, Amarante, Marco de Canaveses, Penafiel e Felgueiras são os que apresentam um tecido industrial mais denso. Em certa consonância com o tecido empresarial, na perspetiva do pessoal ao serviço, merece realce a expressão de Penafiel, seguindo-se Marco de Canaveses e Felgueiras.

Gráfico 40 – VAB das Indústrias Alimentares no TeS (€)



Fonte: INE, SCIE.

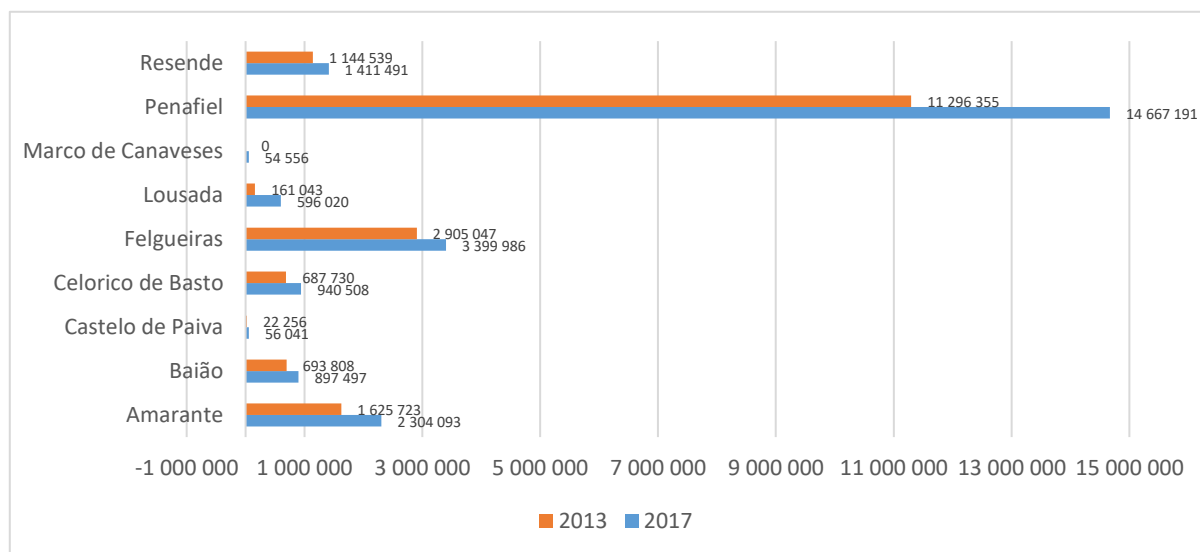
Gráfico 41 – Pessoal ao Serviço nas Indústrias Alimentares no TeS



Fonte: INE, SCIE.

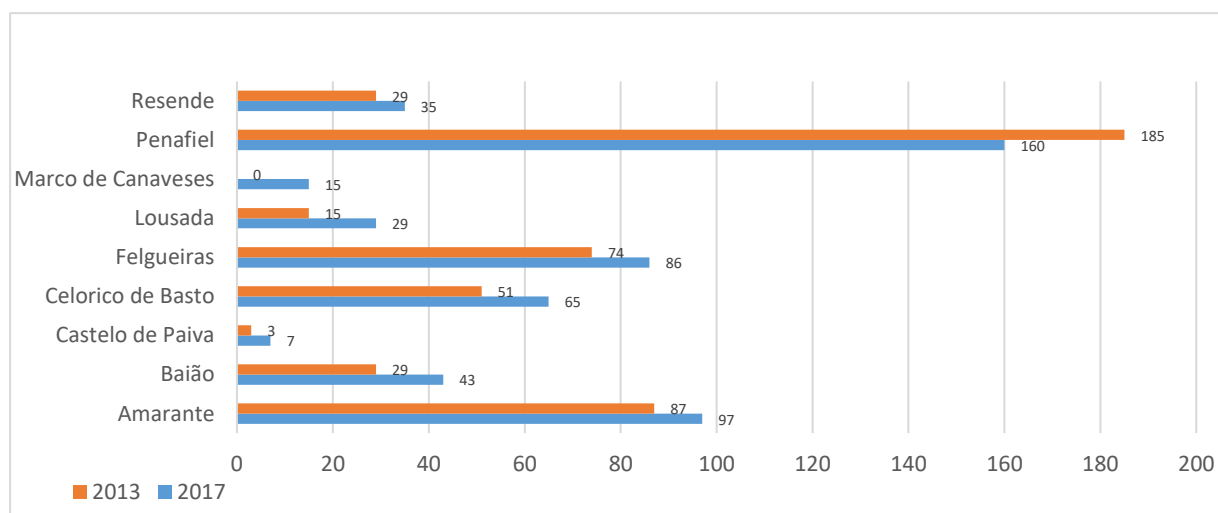
No caso da Indústria de Bebidas, e excluindo os concelhos para os quais não há dados disponíveis (Cinfães e Paços de Ferreira), fica claro o destaque assumido por Penafiel seja em termos de VAB seja no pessoal ao serviço, denunciando a relevância de que a indústria do vinho verde se reveste neste concelho. Felgueiras e Amarante são os outros concelhos mais relevantes.

Gráfico 42 – VAB da Indústria das Bebidas no TeS (€)



Fonte: INE, SCIE.

Gráfico 43 – Pessoal ao Serviço na Indústria de Bebidas no TeS



Fonte: INE, SCIE.

O cálculo do quociente de localização com base no VAB de 2017 e tomando Portugal como espaço de referência revela que, nas Indústrias Alimentares, apenas Marco de Canaveses revela um grau de especialização superior ao do cômputo do país, ao passo que, nas Indústrias de Bebidas, são em maior número os concelhos cujo grau de especialização se destaca: Resende, Penafiel, Celorico de Basto, Baião e Amarante.

Tabela 36 - Quociente de Localização das Indústrias Alimentares e de Bebidas, 2017

	Ind. Alimentares	Ind. Bebidas
Amarante	0,41	1,17
Baião	0,82	1,89
Castelo de Paiva	0,45	0,05
Celorico de Basto	0,22	1,92
Cinfães	0,36	n.d.
Felgueiras	0,11	0,71
Lousada	0,41	0,26
Marco de Canaveses	1,29	0,02
Paços de Ferreira	0,17	n.d.
Penafiel	0,62	4,44
Resende	0,40	5,28

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE.

Tal como no setor da agricultura, pecuária e silvicultura, também nas indústrias agroalimentares a disponibilização de dados mais detalhados por atividade (neste caso, por subclasse da CAE) remete-nos para o nível NUT III, não existindo informação a nível concelhio.

Nesse sentido, a análise que se segue versa sobre as subclasses da CAE e foca-se na NUT III TeS, embora, como será explicado, essa mesma análise incorpore algumas limitações decorrentes do grau de disponibilização de dados para um período de tempo considerado relevante.

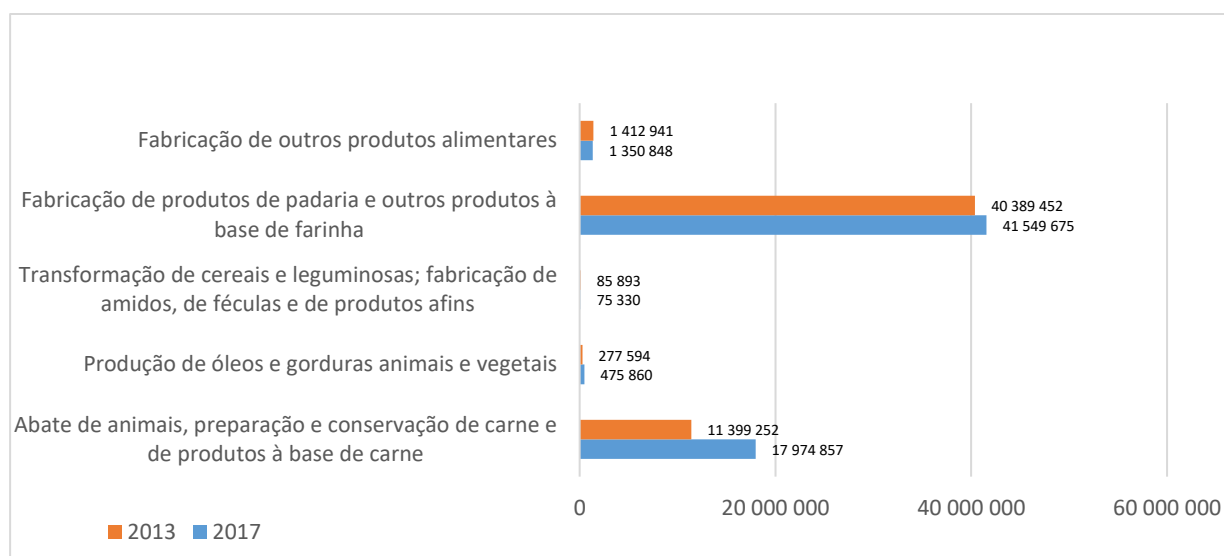
Nas Indústrias Alimentares, foram consideradas cinco atividades, apelidando-se ao conjunto das mesmas “Total das Indústrias Alimentares”. A utilização de apenas cinco atividades deve-se, em linha com o sucedido nas atividades da agricultura, pecuária e silvicultura, à observância, apenas nestes casos, de dados oficiais disponíveis, simultaneamente, para 2013 e 2017.

Tabela 37 - Indústrias Alimentares: Atividades em análise

Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne
Produção de óleos e gorduras animais e vegetais
Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins
Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha
Fabricação de outros produtos alimentares

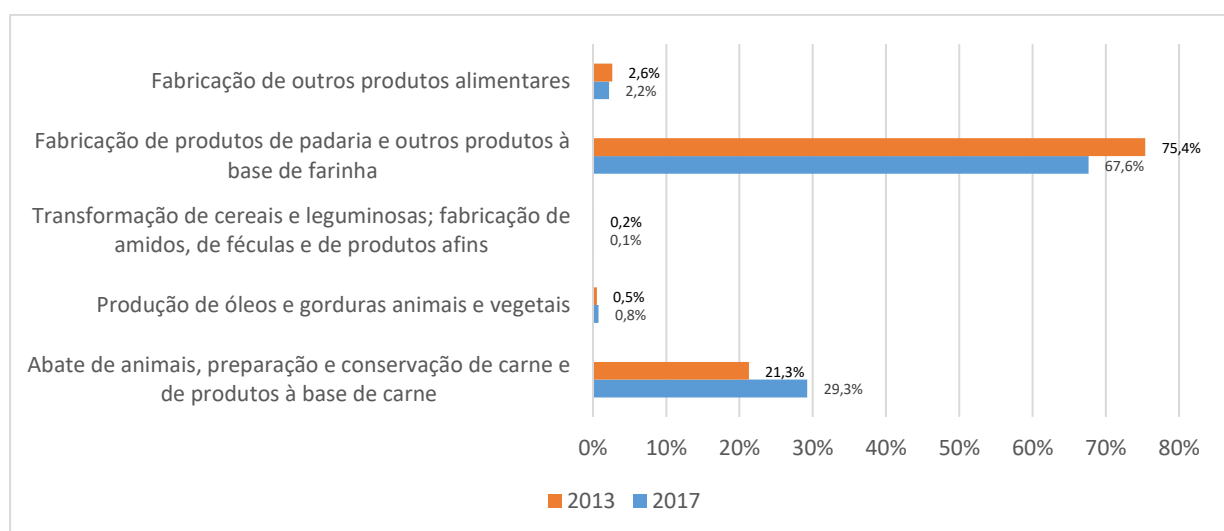
De acordo com dados referentes a 2017, as indústrias alimentares na região do TeS responderam por uma produção de 61,4 milhões de euros, o que reflete um aumento médio anual de 3% face a 2013. Este comportamento combinou um movimento ascendente bastante significativo do “Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” (aumento médio anual de 12%) com um aumento bem mais modesto da “Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” (aumento médio anual de 1%). Estas duas atividades são, de longe, as mais relevantes.

Gráfico 44 – Produção das Indústrias Alimentares no TeS (€)



Fonte: INE, SCIE.

Gráfico 45 – Produção das Indústrias Alimentares no TeS (repartição, %)



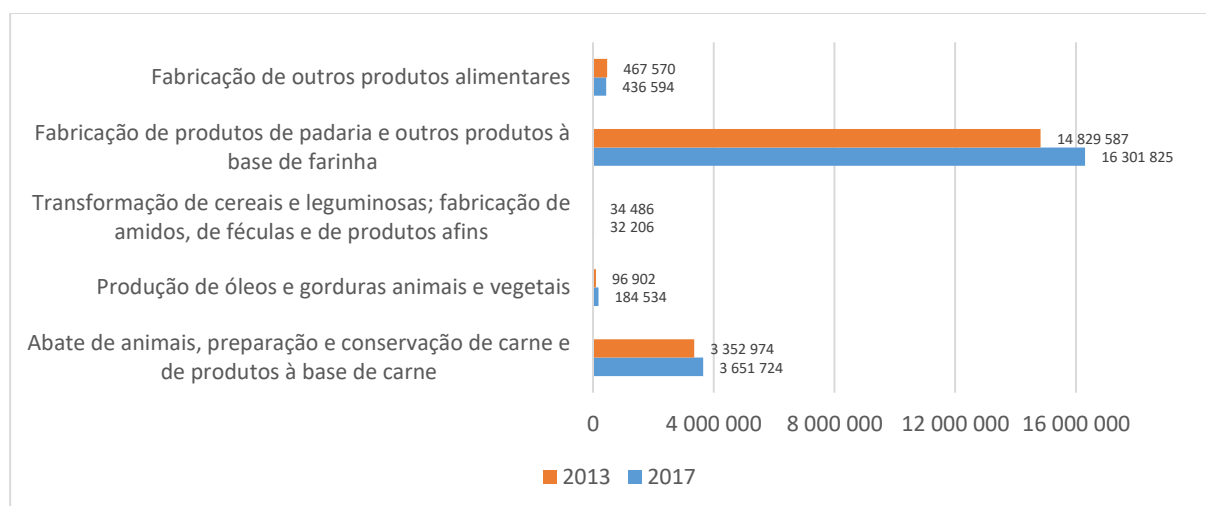
Fonte: INE, SCIE.

Assumindo a região Norte como espaço de referência, verifica-se que o TeS assume uma expressão globalmente reduzida nas atividades em análise. A “Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” é a que mais se destaca, com o TeS a representar 7,5% da região Norte.

De referir que a “Indústria de laticínios”, excluída da análise acima, uma vez que apenas existem dados disponíveis para o período a iniciar em 2015, tem vindo a crescer no TeS. Com efeito, entre 2015 e 2018, o valor da produção registou um aumento médio anual de 6% (acima dos 1% registados na região Norte), correspondendo a um montante de 4,5 milhões de euros.

No respeitante ao VAB, este situava-se em 20,6 milhões de euros em 2017. Tal como para a Produção, a “Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” é a atividade mais relevante, com uma quota de 79% do VAB das Indústrias Alimentares. Cabe, a este respeito, destacar o papel que o pão tradicional (broa de milho) e que os doces tradicionais e conventuais ocupam enquanto produtos “identitários” no contexto do Plano Estratégico do Agroalimentar da CIM do TeS.

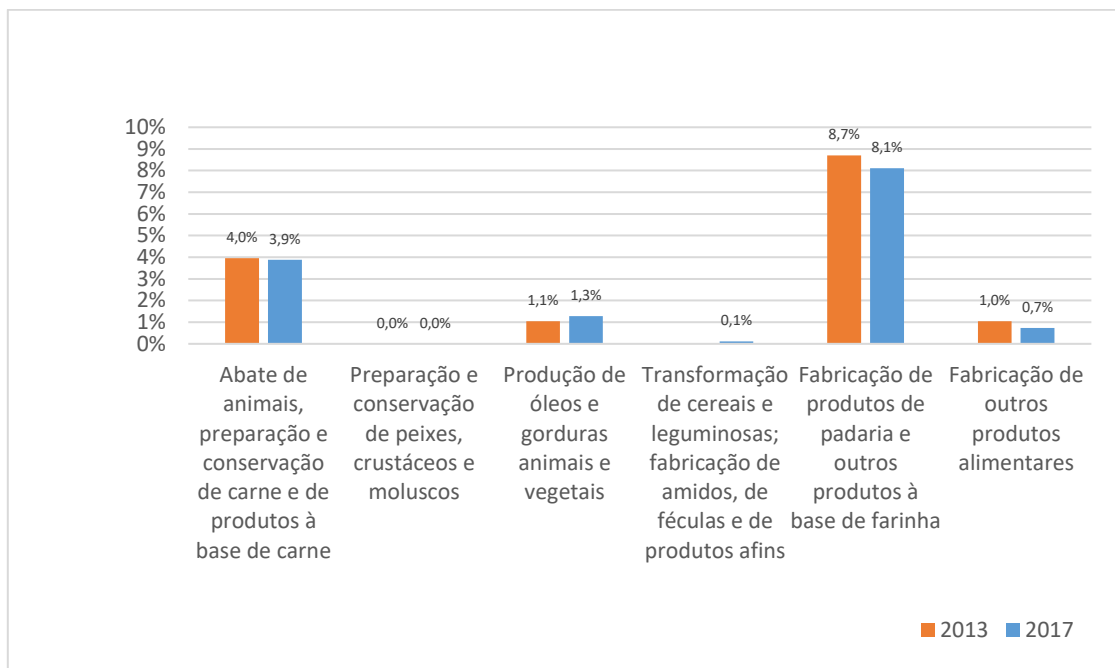
Gráfico 46 – VAB das Indústrias Alimentares no TeS (€)



Fonte: INE, SCIE.

Assumindo a região Norte como espaço de referência, o conjunto das atividades da indústria alimentar aqui em análise tem, segundo dados de 2017, uma expressão de 5%, sendo a “Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” a atividade que maior peso relativo detém (correspondendo-lhe uma parcela de 8%).

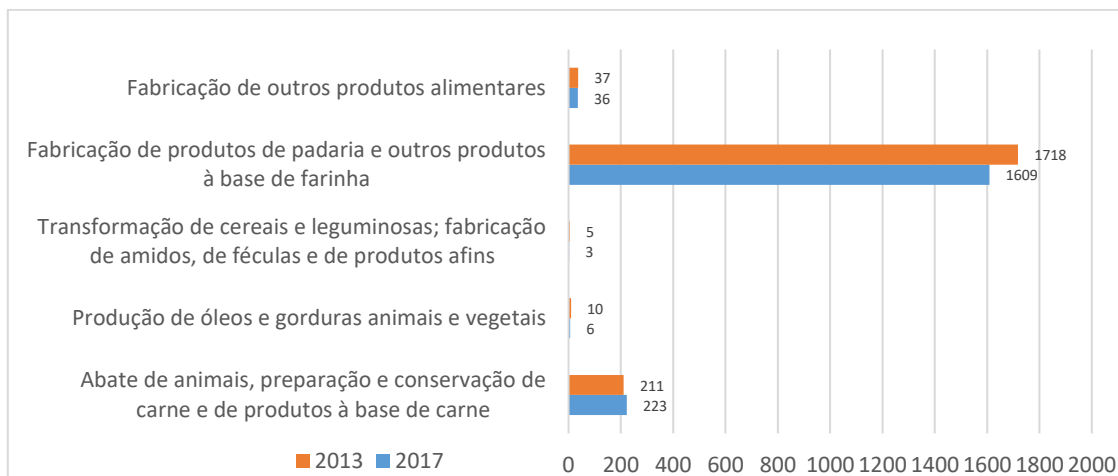
Gráfico 47 – Peso do VAB do TeS na Região Norte, nas Indústrias Alimentares



Fonte: INE, SCIE.

No que respeita à indústria de laticínios, o VAB atingiu 1,3 milhões de euros em 2018, evidenciando um aumento de 5% em termos médios anuais face a 2015. Este desempenho foi mais favorável que o registado na região Norte, na qual o VAB desta indústria exibiu um recuo, em termos médios anuais, de 3%.

Considerando o pessoal ao serviço nas indústrias alimentares aqui analisadas, constata-se que eram responsáveis, em 2017, por 1.877 pessoas. Este número representa uma quebra de 1% em termos médios anuais entre 2013 e 2017. Apenas a atividade de “Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” registou um aumento, desta feita de 1%, sendo que as demais atividades evidenciaram uma retração. Claramente, a atividade de “Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” é a responsável por uma maior fatia do emprego (85,7% em 2017).

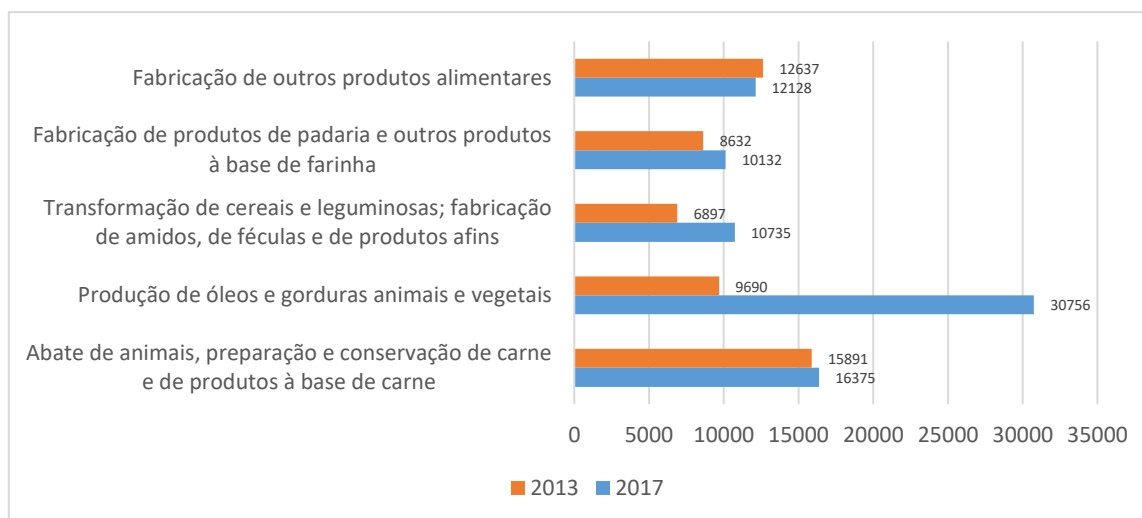
Gráfico 48 – Pessoal ao serviço nas Indústrias Alimentares no TeS


Fonte: INE, SCIE.

Em virtude da combinação do andamento do VAB e do pessoal ao serviço entre 2013 e 2017, observou-se um aumento muito considerável na produtividade aparente do trabalho na “Produção de óleos e gorduras animais e vegetais” (variação média anual de 33%) e, ainda, na “Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins” (variação média anual de 12%). No primeiro caso, assistiu-se, simultaneamente, a um crescimento significativo do VAB e a um decréscimo forte do pessoal ao serviço. No segundo caso, assistiu-se a uma quebra mais acentuada no pessoal ao serviço do que no VAB.

Em virtude da combinação do andamento do VAB e do pessoal ao serviço entre 2013 e 2017, observou-se um aumento muito considerável na produtividade aparente do trabalho na “Produção de óleos e gorduras animais e vegetais” (variação média anual de 33%) e, ainda, na “Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins” (variação média anual de 12%). No primeiro caso, assistiu-se, simultaneamente, a um crescimento significativo do VAB e a um decréscimo forte do pessoal ao serviço. No segundo caso, assistiu-se a uma quebra mais acentuada no pessoal ao serviço do que no VAB.

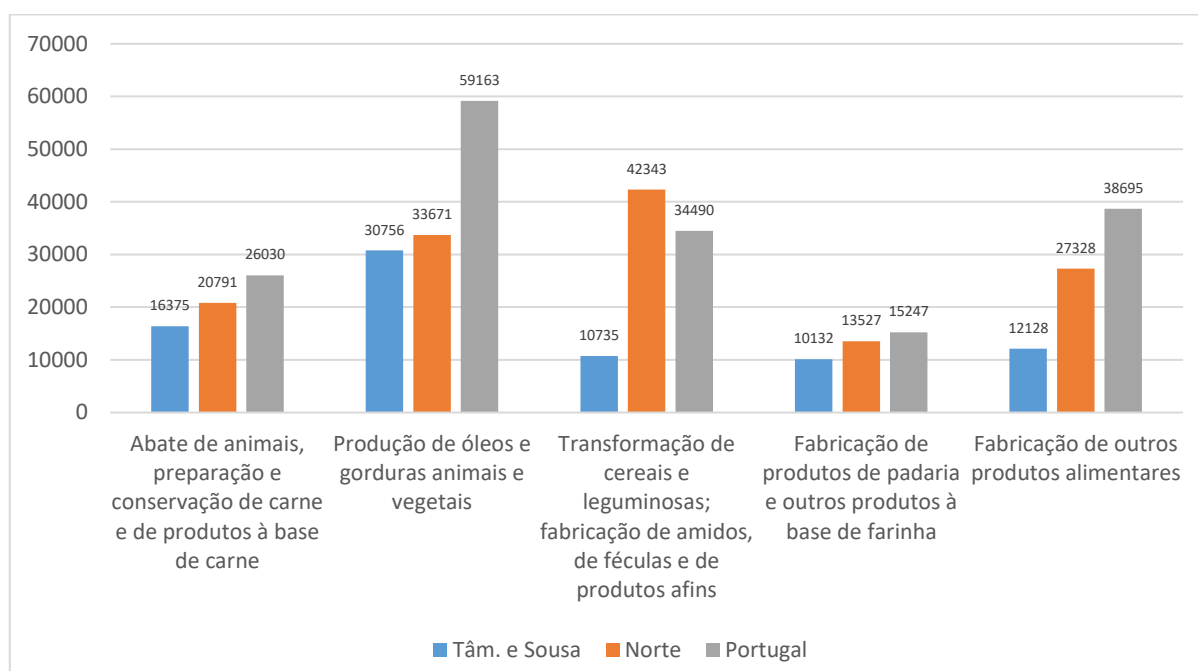
Gráfico 49 – Produtividade Aparente do Trabalho nas Indústrias Alimentares no TeS



Fonte: INE, SCIE.

Comparando o posicionamento do TeS com a região Norte e o país, em 2017, verifica-se uma desvantagem, mais ou menos acentuada, em todas as atividades. A desvantagem é mais acentuada na “Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins” e, principalmente em relação a Portugal, também na “Fabricação de outros produtos alimentares”. Diferentemente, a desvantagem está bastante esbatida, em relação ao Norte, na “Produção de óleos e gorduras animais e vegetais”.

Gráfico 50 – Produtividade Aparente do Trabalho nas Indústrias Alimentares (€), 2017



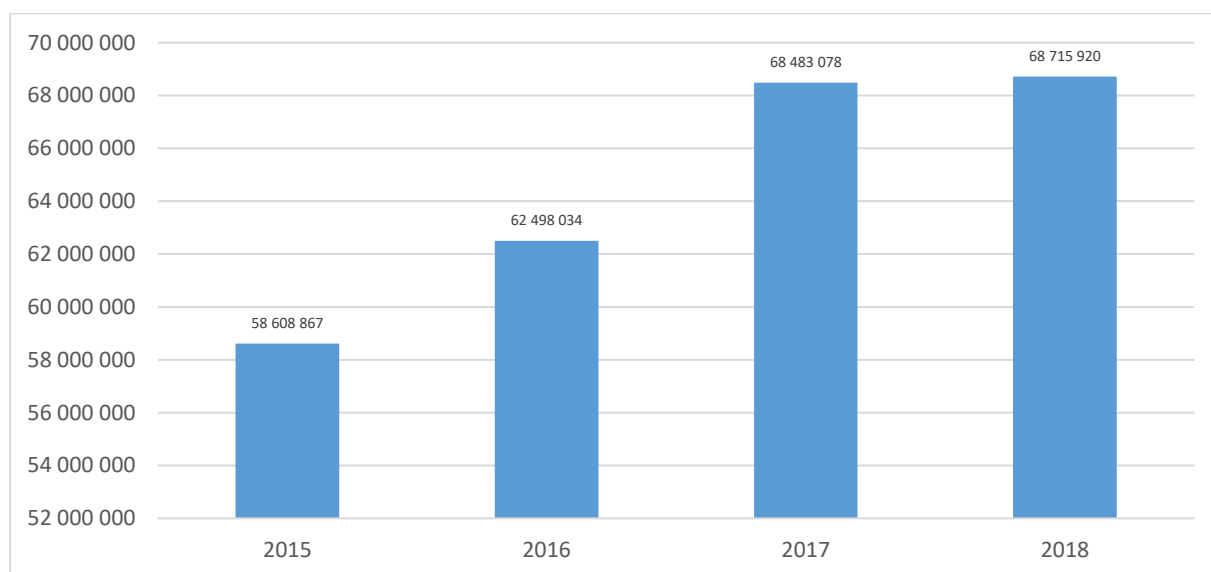
Fonte: INE, SCIE.

O “Total das Indústrias Alimentares” aqui em análise reuniam, em 2017, 282 empresas, apenas mais duas que em 2013. As atividades de “Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” é, inequivocamente, responsável, também aqui, pela larga maioria daquele número de empresas.

Em termos médios, as atividades consideradas são marcadas por um tecido empresarial de muito reduzida dimensão, oscilando o número médio de pessoas por empresa entre 1 na “Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins” e 11 no “Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne” (dados de 2017).

Nas Indústrias de Bebidas, considerou-se apenas a “Indústria do vinho”, mas cujos dados disponíveis recuam somente a 2015. Por esse motivo, no caso específico desta atividade, teve-se em consideração o período entre 2015 e 2018. Neste último ano, a produção ascendeu a 68,7 milhões de euros, refletindo um aumento médio anual de 5% face a 2015 (mais 4 p.p. que na região Norte e mais 2 p.p. que em Portugal).

Gráfico 51 – Produção da Indústria do Vinho no TeS (€)

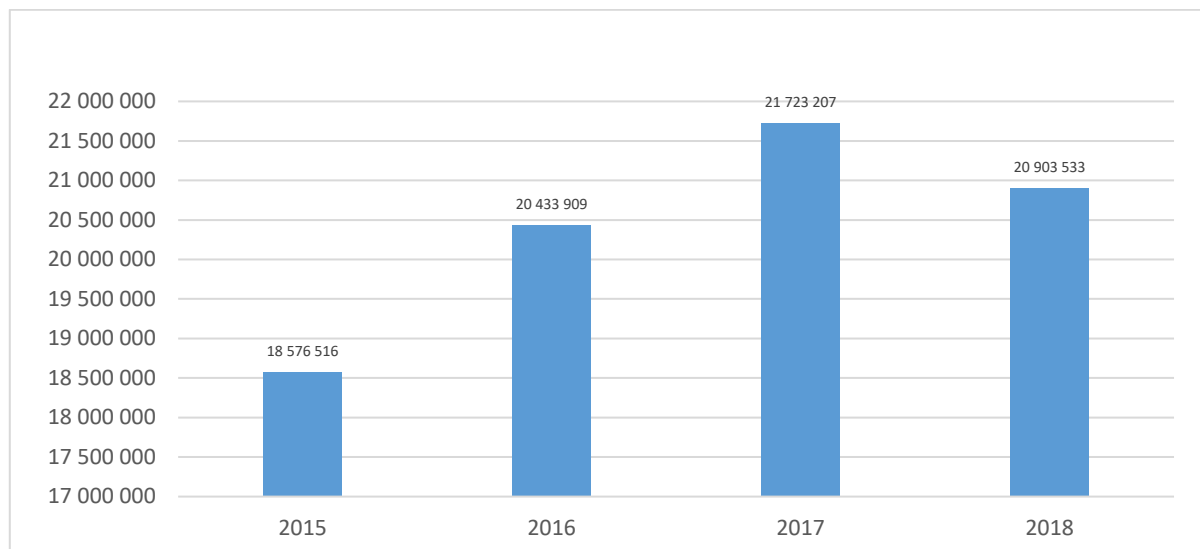


Fonte: INE, SCIE.

Decorrente do comportamento descrito, a expressão da produção do Tâmega e Sousa na Indústria de Vinho da Região Norte aumentou, passando de 6,6% em 2015 para 7,5% em 2018.

No que respeita o VAB, a Indústria de Vinho no TeS gerou aproximadamente 21 milhões de euros em 2018, refletindo um aumento médio anual de 4% face a 2015. Este crescimento ficou 0,6 p.p. abaixo do verificado na região Norte e colocou a quota da Indústria de Vinho do TeS no Norte em 8%.

Gráfico 52 – VAB da Indústria do Vinho no Tâmega e Sousa (€)

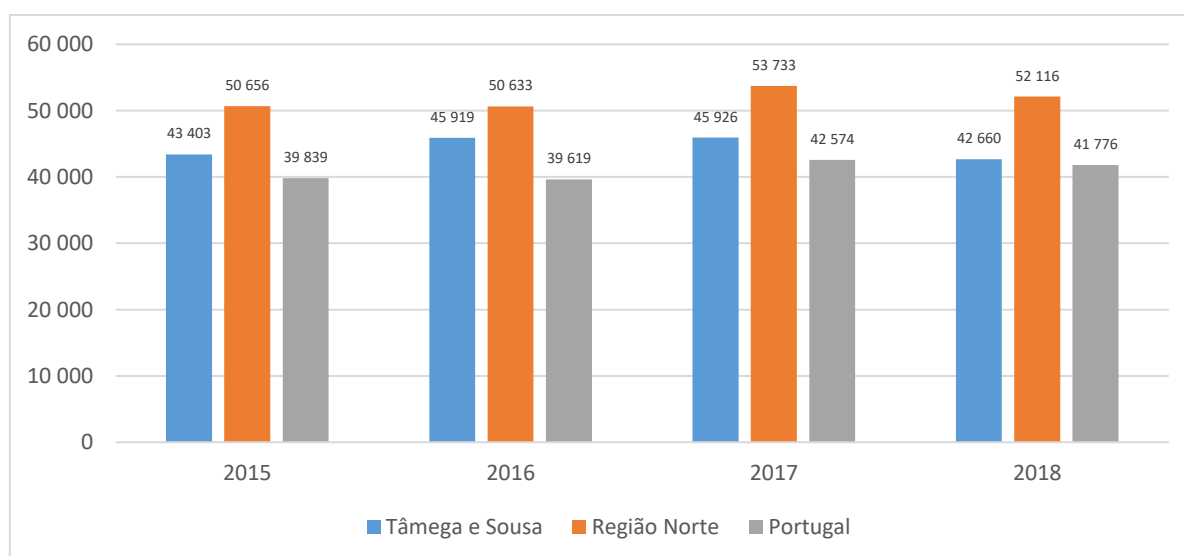


Fonte: INE, SCIE.

Em termos de pessoal ao serviço, o tecido empresarial abrangia, em 2018, 419 pessoas, traduzindo um aumento médio anual de 5% face a 2015.

Em virtude do efeito conjugado do andamento do VAB e do andamento do pessoal ao serviço, entre 2015 e 2018, com o pessoal ao serviço a crescer ligeiramente mais que o VAB, assistiu-se a uma redução marginal na produtividade aparente do trabalho na Indústria de Vinho (taxa de variação média anual negativa de 0,6%). Já na região Norte e em Portugal, esta atividade viu, no mesmo período, a produtividade aparente do trabalho crescer ligeiramente (aumentos médios anuais de 1% e 1,6%, respetivamente). Na atividade em apreço, em 2018, a produtividade do TeS estava aquém da da região Norte (82%), mas ultrapassava a do país.

Gráfico 53 – Produtividade Aparente do Trabalho na Indústria do Vinho (€)



Fonte: INE, SCIE.

Em desenvolvimentos futuros deste relatório, procuraremos analisar a produtividade do setor vitícola não em relação ao fator trabalho mas antes em relação à área de vinha em exploração, comparando com os valores disponíveis para a região dos Vinhos Verdes como um todo.

Entre 2015 e 2018, observa-se uma evolução positiva no número de empresas, que passaram de 104 para 117. Em termos médios, em 2018, cada empresa empregava 4 pessoas. Esta dimensão média das empresas corresponde a aproximadamente metade da verificada na “Indústria de Vinho” da região Norte e de Portugal. No contexto da região Norte, a dimensão média das empresas é equivalente à verificada no Cávado e ligeiramente superior à de Terras de Trás-os-Montes e Alto Tâmega, sendo inferior à das restantes NUT III e, muito em especial, à registada na AMP.

Calculando o quociente de localização, com base no VAB de 2017 e assumindo Portugal como espaço de referência, verifica-se que, entre as indústrias alimentares e de bebidas aqui consideradas, o TeSapenas evidenciou um grau de especialização superior ao conjunto do país na “Indústria de Vinho”. A “Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha” exibe um grau de especialização semelhante ao do total do país. Nos casos remanescentes, o grau de especialização do TeS é inferior.

Tabela 38 - Quociente de Localização das Indústrias Agroalimentares no Tâmega e Sousa, 2017

Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne	0,33
Produção de óleos e gorduras animais e vegetais	0,06
Transformação de cereais e leguminosas; fabricação de amidos, de féculas e de produtos afins	0,02
Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha	1,00
Fabricação de outros produtos alimentares	0,05
Indústria de laticínios	0,15
Indústria do vinho	2,12

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE.

Considerando as duas atividades para as quais o TeS evidencia um quociente de especialização igual ou superior à unidade, forma-se identificar as NUT III com especialização superior à do conjunto do país (com a ressalva de não existirem dados para as 25 NUT III).

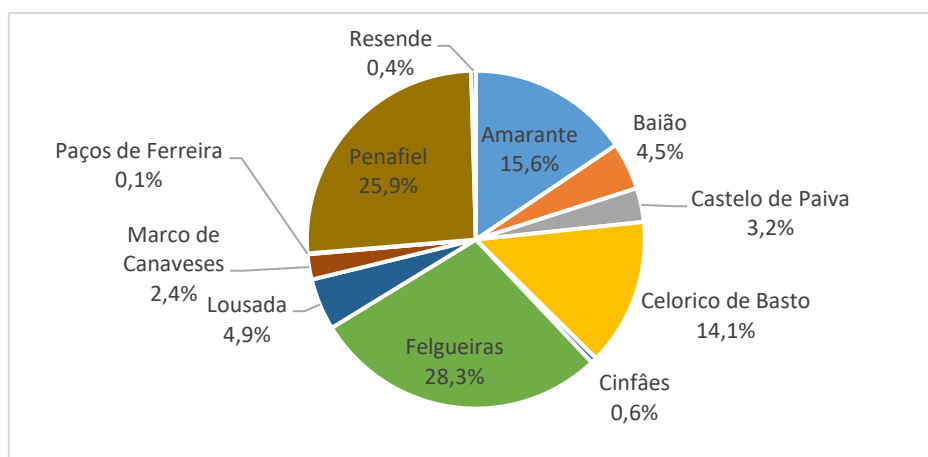
Tabela 39 - Quociente de Localização (≥ 1) das Indústrias Agroalimentares por NUT III, 2017

Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha		Indústria do vinho	
Lezíria do Tejo	4,12	Douro	19,43
Alentejo Central	1,69	Alentejo Central	12,87
Baixo Alentejo	1,69	Lezíria do Tejo	3,96
Douro	1,68	Oeste	2,31
Alto Tâmega	1,67	Tâmega e Sousa	2,12
Região Autónoma da Madeira	1,45	Área Metropolitana do Porto	2,10
Ave	1,42	Baixo Alentejo	1,96
Região Autónoma dos Açores	1,37	Alto Alentejo	1,79
Terras de Trás-os-Montes	1,35	Região Autónoma da Madeira	1,55
Alto Minho	1,33	Alto Minho	1,29
Alto Alentejo	1,29	Viseu Dão Lafões	1,04
Algarve	1,03		
Tâmega e Sousa	1,00		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE, SCIE.

Dado o papel de destaque de que a “Indústria de Vinho” se reveste no TeS, é de lembrar que os seus concelhos se inserem na Região Demarcada do Vinho Verde. Na campanha 2019/2020, o TeS foi responsável pela produção de 41.544.469 litros de vinho verde, o correspondente a 53% da produção daquela região demarcada. A quantidade produzida foi maior nos concelhos de Felgueiras e Penafiel, seguindo-se os concelhos de Amarante e Celorico de Basto.

Gráfico 54 – Produção de Vinho Verde no TeS, campanha 2019/2020



Fonte: CVRVV.

*

* *

A relevância estratégica das fileiras da produção vegetal e animal no TeS, que começa nas atividades de agricultura, pecuária e silvicultura mas que se estende pelas indústrias alimentares e de bebidas,

vai para além do seu peso na economia do TeS como um todo, peso esse claramente inferior ao dos grandes *clusters* industriais, mas assenta em 3 dimensões

- Estas fileiras apresentam uma grande margem de crescimento, como demonstrado pela expansão que, em geral, apresentaram nos últimos anos;
- Dada a sua localização mais desconcentrada, é claro o seu elevado potencial de gerar dinamismo nos concelhos menos industrializados e de menor densidade de atividades económicas;
- As atividades das fileiras da produção vegetal e animal são correspondem a atividades produtivas que se cruzam com o contexto ambiental e, ainda, com o quadro identitário (valor simbólico dos produtos do território) do TeS e dos municípios que o integram.

Em termos de produtos e atividades, retiramos da análise efetuada:

- A enorme relevância da viticultura (atividade agrícola com maior peso) e da indústria do vinho, sendo que ambas as atividades apresentam quocientes de localização, no TeS e tomando Portugal como referência, superiores a 1;
- A cultura de outros frutos em árvores e arbustos, que inclui frutos de pequena baga (mirtilos, groselhas, framboesas, amoras, etc.), morangos e pequenos frutos similares, e de outros frutos de árvore e de arbustos (kiwis, romãs, nêspers, diospiros, etc.), segunda atividade agrícola mais importante no TeS, com elevado crescimento nos últimos anos e, igualmente, com quociente de localização, tomando Portugal como referência, superior a 1;
- Na IA, destaque para a fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha, atividade mais importante destas indústrias no TeS, onde se inserem vários produtos de raiz artesanal;
- A exploração florestal, dada a extensão da floresta no TeS e a sua relevância para o quadro ambiental, sendo que esta atividade apresenta um quociente de localização, tomando Portugal como referência, superior a 1;
- Finalmente, ao nível da fileira da produção animal é de assinalar a avicultura (atividade com maior peso na produção animal) e a criação de bovinos, em particular a orientada para a produção de carne, esta última apresentando igualmente um quociente de localização superior a 1.

De notar que estas constatações são em grande medida convergentes com o diagnosticado no Plano Estratégico de Agroalimentar (elaborado pela RURIS para a CIM do TeS, 2019), no qual se identificam e classificam agroalimentares do TeS em 3 tipologias de análise, nomeadamente, citamos (RURIS, CIM do TS, 2019, pg. 11):

- “Produtos âncora – produtos estruturantes e transversais a todo o território, que apresentam elevada importância para a economia e emprego do TeS”; os autores consideram aqui o Vinho Verde.

- “Produtos relevantes – produtos com crescente notoriedade e relevância económica, os quais estão associados a alguns territórios integrantes do TeS”; os autores consideram neste grupo as carnes de raças autóctones, o kiwi, o mirtilo, a cereja, as hortícolas (em modo de produção biológico) e o cogumelo Shiitake.
- “Produtos identitários – produtos intrinsecamente ligados à história e cultura deste território, os quais, embora não apresentem especial relevância económica, manifestam a identidade cultural e simbólica do TeS”; neste grupo faz-se referência a produtos tais como o pão tradicional (broa de milho), os doces tradicionais e conventuais, o mel, as compotas e licores, o linho, o milho, o melão casca de carvalho e o galo capão.

3.4. Turismo

O Turismo no TeS apresenta, nos últimos anos uma evolução muito favorável, a exemplo do que igualmente se observa na Região Norte e em Portugal.

Em termos de oferta de alojamento turístico, a evolução do número total de estabelecimentos, dos estabelecimentos hoteleiros seguem um ritmo de crescimento sensivelmente similar relativamente ao que se verifica no país e na região. Entre 2013 e 2018, o total de estabelecimentos de alojamento turístico passou de 66 para 112 e o total de estabelecimentos hoteleiros passou de 14 para 21. Por sua vez, a capacidade de alojamento passou de 1.969 camas para 3.438 camas, uma evolução muito acentuada e a um ritmo superior ao que se verificou na Região Norte e em Portugal (taxas de variação média anual de 11,8% para o TeS, de 6,3% para a Região Norte e de 5,3% para Portugal).

Por concelho, a oferta é particularmente relevante em Amarante e Penafiel, nomeadamente em termo de unidades hoteleiras e de capacidade de alojamento. Inversamente, a oferta é menos expressiva em concelhos como Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Lousada e Paços de Ferreira, nomeadamente em termos de unidades hoteleiras.

De salientar a expansão do turismo no espaço rural e de habitação, com 68 estabelecimentos contabilizados em 2018, destacando-se Baião (13), Penafiel (9), Marco de Canaveses (8) e Amarante (7), mas sendo uma dinâmica presente em praticamente todo o território. Importa igualmente sublinhar a tendência para uma crescente oferta de Alojamento Local nesta sub-região, que acompanha a importância que esta modalidade de alojamento tem ocupado na oferta de alojamento turístico, com 38 unidades registadas em 2018.

A evolução da procura por alojamento turístico é ainda mais expressiva. Entre 2013 e 2018, o número de dormidas passou de 141.620 para 338.937 noites, o que corresponde a uma taxa de variação média anual de 19,1%, acima da verificada em Portugal (9,2%) e na Região Norte (13,1%). Apesar desta evolução, o Tâmega e Sousa representava, em 2018, apenas 3,5% das dormidas registadas na Região Norte. Para além disso, 65,4% eram de residentes em território nacional, enquanto essa quota era de 41,3% na Região Norte e de 29,4% em Portugal. Este padrão mostra que o TeS, a exemplo de outras sub-regiões do Norte, ainda não consegue captar uma parte relevante dos fluxos turísticos de não residentes para a região, os quais se concentram (nomeadamente em termos de alojamento) no núcleo central da AMP.

Por concelho, em linha com a capacidade de alojamento verificada em 2018, denota-se uma elevada concentração das dormidas em Penafiel, Amarante e Baião, que no seu conjunto representavam, em 2018, 62,5% e 64,0% do total de dormidas e das dormidas de não residentes, respetivamente. De salientar que, em Amarante, a quota dos não residentes supera a dos residentes, revelando o elevado potencial turístico do concelho e, em particular, da cidade de Amarante.

Gráfico 55 – Oferta de alojamento turístico, 2013-2018

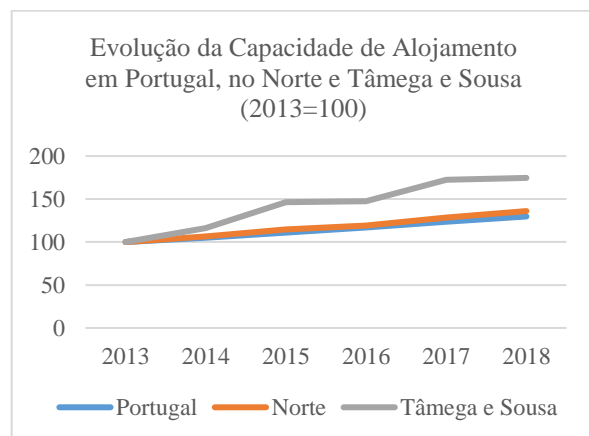
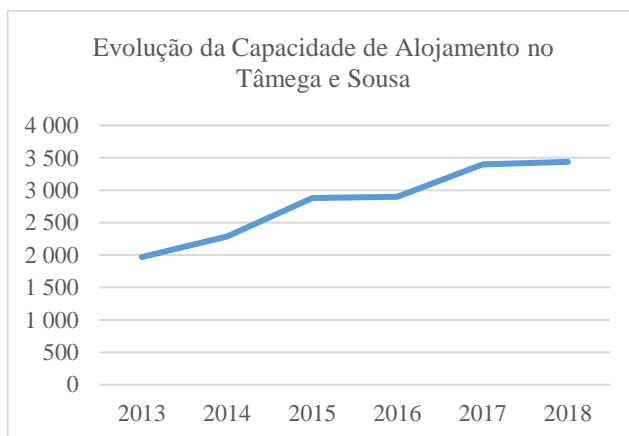
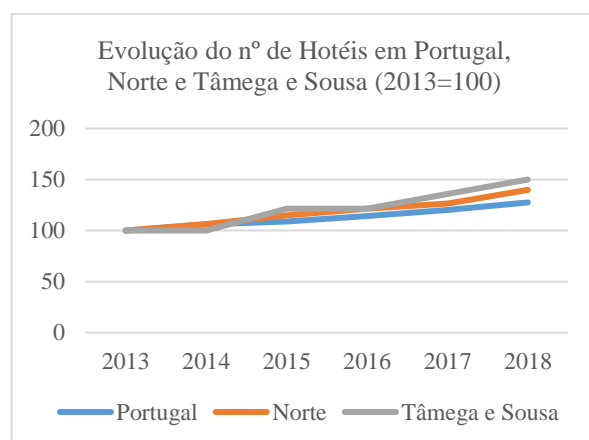
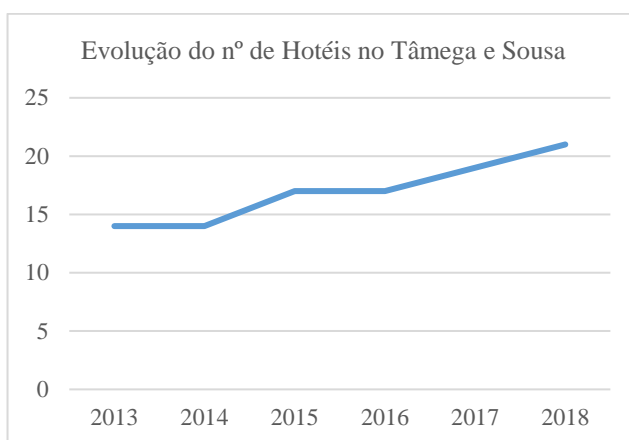
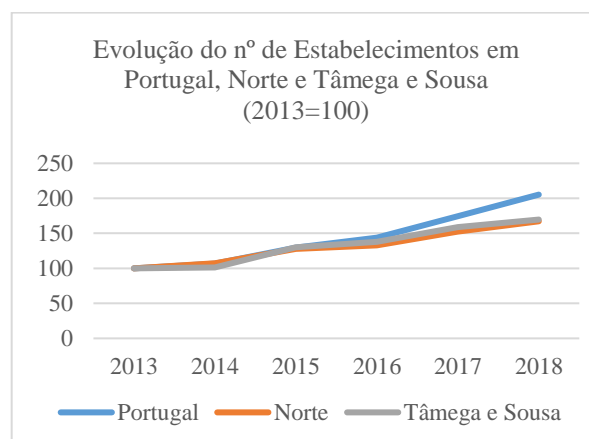
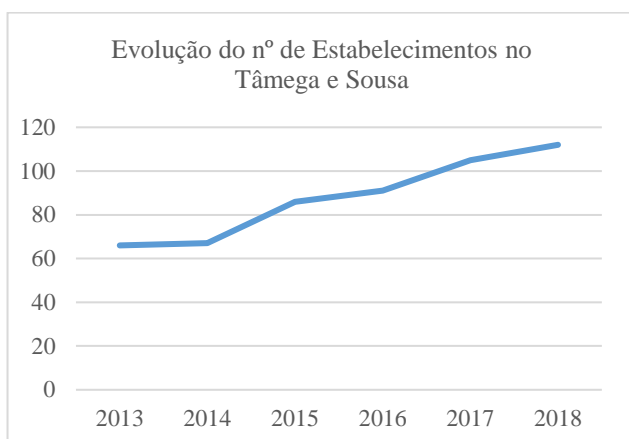


Gráfico 56 – Oferta de alojamento turístico no Tâmega e Sousa, por concelho, 2018

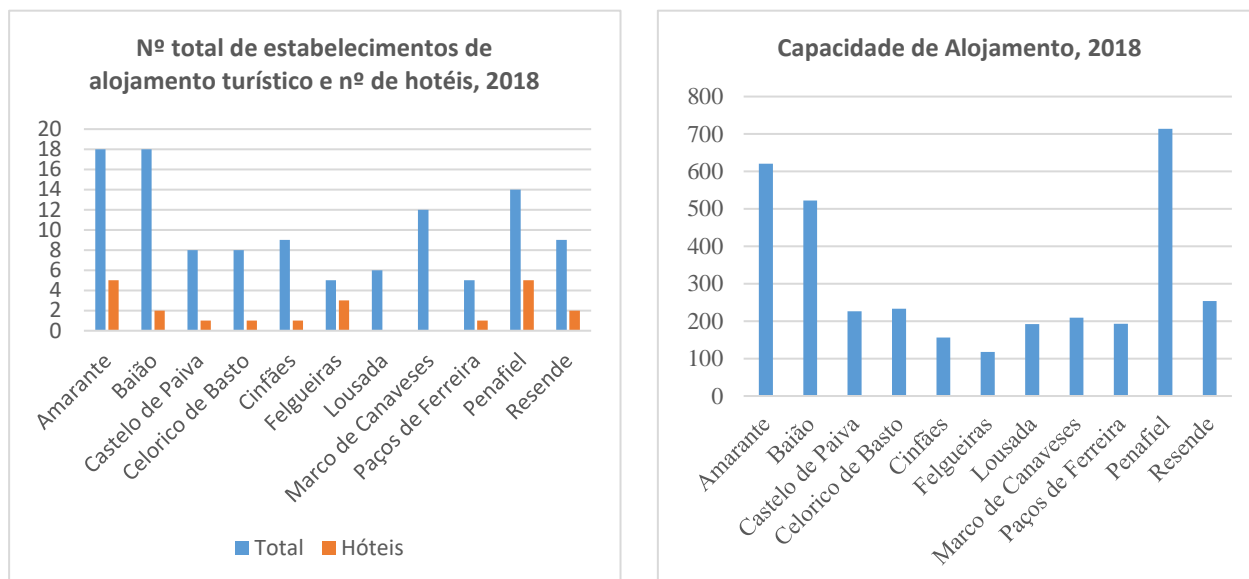


Gráfico 57 – Procura por alojamento turístico (dormidas), 2013-2018

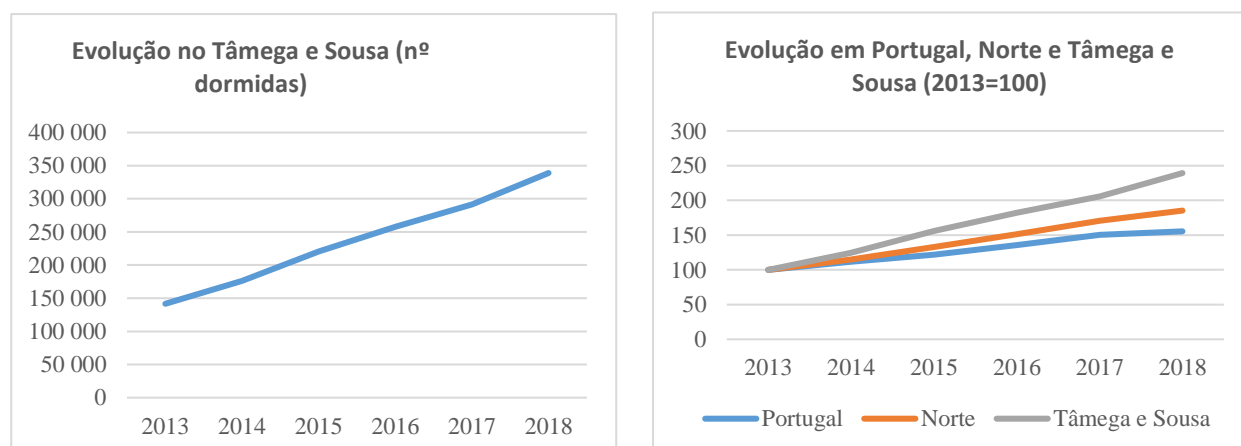
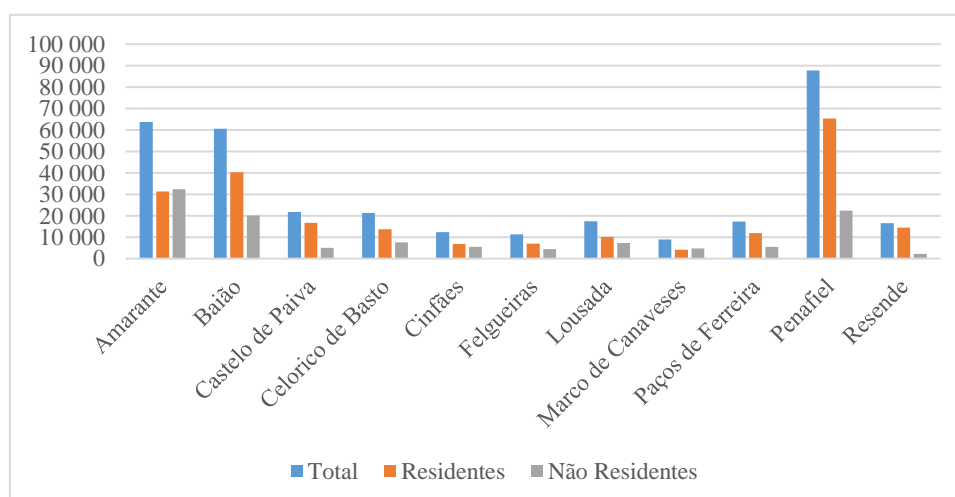


Gráfico 58 – Procura por alojamento turístico no Tâmega e Sousa, por concelho, 2018 (nº dormidas)



O TeS tem importantes ativos turísticos que potencia a captação de procuras, de residentes e não residentes, para os segmentos associados ao património histórico e cultural e aos eventos artísticos e culturais, ao turismo de natureza, ao turismo termal, à gastronomia e vinhos, ao turismo em espaço rural, sem esquecer o turismo de negócios.

Relativamente ao Turismo Histórico e Cultural, citem-se ativos tais como a Igreja e Convento de São Gonçalo (Amarante), a Ponte de São Gonçalo (Amarante), o Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso (Amarante), o Mosteiro de Santo André de Ancede (Baião), a Fundação Eça de Queiroz (Baião), as Aldeias em Xisto de Midões e Gondarém (Castelo de Paiva), o Castelo de Arnoia (Celorico de Basto), o Mosteiro de Pombeiro (Felgueiras), o Centro de Interpretação do Românico (Lousada), Tongobriga (Marco de Canaveses), a Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), o Santuário de Nossa Senhora da Piedade e Santos Passos, Igreja do Sameiro (Penafiel) e o Museu Municipal de Penafiel (Penafiel). A este conjunto de imóveis patrimoniais e equipamentos museológicos acresce um conjunto de espaços de auditório já existentes ou em fase de edificação/reabilitação que certamente permitirão enriquecer significativamente a oferta de programação cultural na região do TeS. Tal é o caso, entre outros, do Auditório Municipal de Lousada, que acolhe a companhia de teatro profissional Jangada Teatro; do Cineteatro de Amarante, atualmente em obras de requalificação; e do Ponto C, um novo equipamento cultural de Penafiel que permitirá a apresentação de espetáculos ao vivo de artes performativas, mas também acolher exposições temporárias e outras iniciativas culturais e educativas.

Para além do conjunto de ativos patrimoniais e monumentais relevantes, inseridos em diversos períodos históricos (monumentos megalíticos, de estilo românico, etc.), o TeS oferece um património cultural imaterial de enorme relevância, incluindo ao nível da literatura (é valioso o património material e imaterial associado a escritores importantes de língua portuguesa, como Teixeira de Pascoaes, Eça de Queirós, Agustina Bessa Luís, entre outros) e um conjunto de eventos artísticos e culturais consolidados (como é exemplo o Festival Literário Escritaria, em Penafiel, e do Festival Mimo, em Amarante) com atratividade a nível nacional e mesmo internacional.

Em termos de turismo de natureza, mas também de turismo náutico, destaca-se a Via Navegável do Rio Douro e área envolvente (Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Marco de Canaveses, Penafiel e Resende) e o Rio Paiva (Castelo de Paiva e Cinfães).

Ao nível do turismo termal, a sub-região dispõe de um conjunto de estações termais com potencial de crescimento e qualificação, incluindo as Termas de Caldas de Argos (Resende), as Termas da Torre / Entre-os-Rios e as Termas de S. Vicente (Penafiel) e as Termas de Amarante.

Em termos de gastronomia e vinhos são inúmeros os produtos com elevado valor simbólico ao nível da carne (anho assado com arroz de forno, cabrito assado no forno com batatas, posta Arouquesa, produto com DOP, e capão à Freamunde, produto com IGP), do peixe (arroz de lampreia), do fumeiro (salpicão, presunto, linguiça, moira, alheira, pá e farinheira), dos frutos (cereja de Resende, laranja da Pala de Baião, maçã “Pipo de Basto” e o melão Casca de Carvalho), da doçaria típica (Brisas do Tâmega, Biscoito da Teixeira, Cavacas de Resende, Bolinhos de Amor, Fatias do Freixo e Doce das Camélias).

Uma referência muito especial para o vinho verde. Todos os concelhos da CIM-TS estão integrados na Região Demarcada dos Vinhos Verdes. As condições naturais desta Região são propícias para a

produção de vinhos brancos de excelência, assim como espumantes e aguardentes. Esta Região Demarcada constitui uma Denominação de Origem Controlada – DOC, cuja demarcação remonta a 18 de setembro de 1908.

A Rota do Românico

Criada no âmbito do Plano de Desenvolvimento Integrado do vale do Sousa e no quadro da intervenção da VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa, a rota foi alvo em 2010 de um alargamento a todo o território do TeS, envolvendo assim, para além dos seis municípios fundadores que integram a referida Associação de Municípios, mais os municípios de Amarante, Baião, Celorico de Basto, Marco de Canaveses, da Associação de Municípios do Baixo Tâmega, e ainda Cinfães e Resende.

A boa prática que a Rota do Românico e dos seus desenvolvimentos consagrados na edição do PROVERE 2014 representam assenta sobretudo na demonstração de que é possível, através de um processo de concertação e planeamento tecnicamente fundamentado, consolidar a valorização de recursos, neste caso patrimoniais e culturais, num território em que não abundam fatores identitários. A persistência de orientações, a produção de efeitos de demonstração que tornaram possível a junção de novos aderentes e particularmente a sua condição de valorização integrada de recursos endógenos diferenciadores contribuíram para a sustentação da sua iniciativa e a sua adaptação a um território mais alargado.

Do ponto de vista da sua articulação com a atividade económica turística, avulta a relevância do processo de certificação associado à integração na Rota, o selo Rota do Românico. Segundo informação obtida junto da estrutura de apoio técnico que gere a Rota, é possível identificar o seguinte conjunto de empresas envolvidas na atribuição do mencionado Selo, que perfaz 125 empresas:

- Alojamento: Hotéis, Turismo no Espaço Rural, Turismo de Habitação e Alojamento Local - 60 unidades;
- Restauração - 33 unidades;
- Produtores locais: 32 unidades

Para além disso, há que destacar o número de operadoras turísticas envolvidas no produto Rota do Românico:

- Empresas de Animação Turística, Agências de Viagens e Operadores Turísticos que já venderam e operam a RR a nível global - 67 empresas;
- Empresas de Animação Turística, Agências de Viagens e Operadores no território do território da RR - 16 empresas.

A presença na APP e sítio WEB Rota do Românico é mais ampla e envolve um total de 763 empresas, com a seguinte distribuição:

- “Onde Dormir”: Alojamentos - 278 empresas

- “Onde Comer”: Restaurantes e afins - 396 empresas
- “Onde Comprar”: Doçaria e produtos locais - 44 empresas com ponto de venda
- “Onde Comprar”: Vinhos - 45 produtores com ponto de venda.

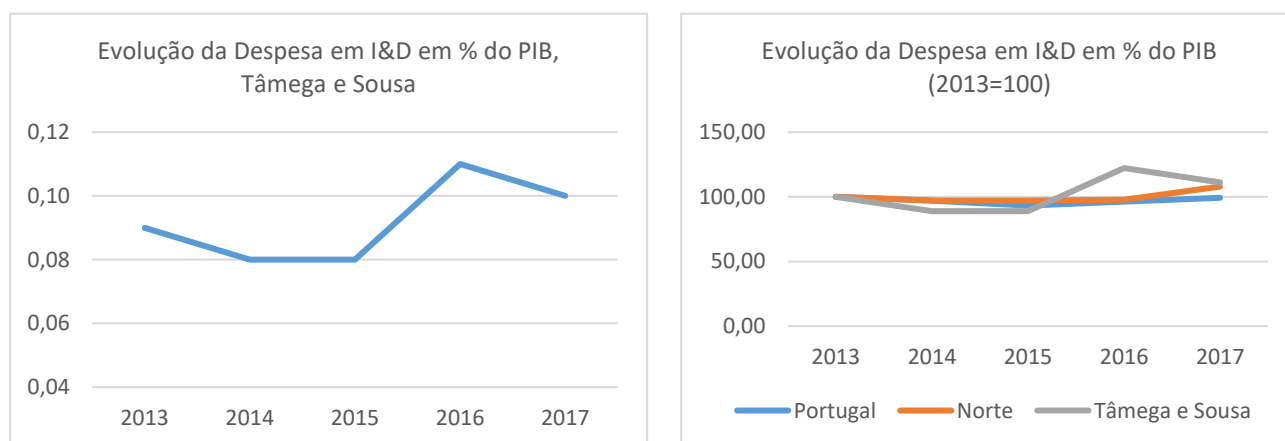
Este conjunto de empresas dilata-se se incluirmos registos de empresas e entidades na categoria de “O Que Ver e Fazer”, não incluídos nas categorias acima, como é o caso de bares, esplanadas, *wine bares*, lounges.

O que estes números evidenciam, e eles têm vindo a aumentar de modo paulatino mas sustentado, é que a Rota do Românico para além do seu importante papel de preservação e valorização do património histórico-cultural, começa a apresentar também evidência de animação e concertação económicas, emergindo como um ativo turístico de grande alcance e que pode ajudar decisivamente o território do TeS a capitalizar com maior intensidade a sua proximidade à plataforma giratória turística que o Porto e o coração da AMP representam.

3.5. Ciência, Tecnologia e Inovação

Em termos de indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação, o TeS apresenta um nível de esforço tecnológico, medido pela proporção da despesa em I&D no PIB, incipiente, sendo que o indicador referido apresentava um valor de 0,10%, em 2017, que compara com 1,32% e 1,50% para Portugal e para a Região Norte, respetivamente. No quadro das 25 NUTs III de Portugal, o TeS é mesmo a unidade territorial que, juntamente com o Alentejo Litoral, apresenta o valor mais baixo.

Gráfico 59 – Despesa em I&D em % do PIB



Fonte: INE e DGEEC

Esta quase inexistência de atividades de I&D reflete, por um lado, a escassa presença de instituições de ensino superior no território (a despesa em I&D no setor Ensino Superior corresponde a 0,02% do PIB) bem como ao facto de a especialização produtiva se centrar em setores de baixa intensidade tecnológica (a despesa em I&D no setor Empresas corresponde a 0,08% do PIB).

Quanto a instituições públicas de ensino superior, assinala-se apenas a presença da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG), em Felgueiras, integrada no Politécnico do Porto, tendo iniciado a sua atividade no ano letivo de 1999/2000 e assegurando várias formações nas áreas da Gestão e, marginalmente, da Tecnologia. Atualmente, a sua oferta formativa é composta por:

- 7 licenciaturas (Ciências Empresariais, Engenharia Informática, Gestão Industrial e Logística, Segurança do Trabalho e Ambiente, Segurança Informática em Redes de Computadores, Sistemas de Informação para a Gestão, Solicitadoria).
- 7 mestrados (Engenharia Informática, Gestão das Organizações do 3º Setor, Gestão de Projetos, Gestão e Internacionalização de Empresas, Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança, Métodos de Apoio à Decisão Empresarial, Solicitadoria).
- 2 pós-graduações (Marketing Digital Para a Internacionalização, Segurança Contra Incêndio em Edifícios).
- 6 Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TESP em Desenvolvimento Para a Web e Dispositivos Móveis, TESP em Cibersegurança, Redes e Sistemas Informáticos, TESP em Gestão de Vendas e Marketing, TESP em Gestão e Negócio de PME, TESP em Gestão Industrial 4.0, TESP em Serviços Jurídicos).

A ESTG integra um centro de investigação (CIICESI - *Center for Innovation and Research in Business Sciences and Information Systems*), com 53 investigadores e áreas de investigação essencialmente associadas à gestão aos sistemas de informação e à gestão industrial.

Quanto a infraestruturas tecnológicas, é de assinalar a presença do CTCP - Centro Tecnológico do Calçado de Portugal. Com sede em S. João da Madeira, tem uma delegação em Felgueiras, onde, nomeadamente, dispõe de um laboratório de ensaios. O CTCP tem uma atividade consolidada de prestação de serviços tecnológicos para a indústria do calçado (ensaios, certificação de produtos, certificação de empresas, apoio à propriedade industrial, apoio à inovação, formação, informação e vigilância tecnológica, etc.). O CTCP participa ainda em projetos de I&D orientados quer para a inovação produto quer para a inovação processo.

Ainda ao nível da envolvente empresarial de apoio à inovação, assinala-se o Instituto Empresarial do Tâmega (IET), em Amarante. O IET é uma associação sem fins lucrativos de direito privado, de carácter científico e técnico, resultante do congregar de vontades de um conjunto de entidades, que levaram à sua constituição a 20 de agosto de 2010. Tem atualmente como associados entidades do SCTN como o Instituto Politécnico do Porto, a Universidade do Porto e a UTAD, entidades do associativismo empresarial como o Conselho Empresarial Tâmega e Sousa, a Associação Empresarial Amarante e a Associação Empresarial de Baião, o Município de Amarante, 2 Escolas Secundárias e Profissionais, a Fundação EDP e 30 empresas.

A atividade do IET integra as seguintes componentes:

- Incubadora de Empresas (IE), vocacionada em especial para a incubação de indústrias ligeiras, de média intensidade tecnológica e de serviços avançados de apoio à atividade económica,

desenvolvendo atividades de promoção do empreendedorismo (sensibilização e captação de empreendedores), de apoio à pré-incubação, à incubação e à pós-incubação.

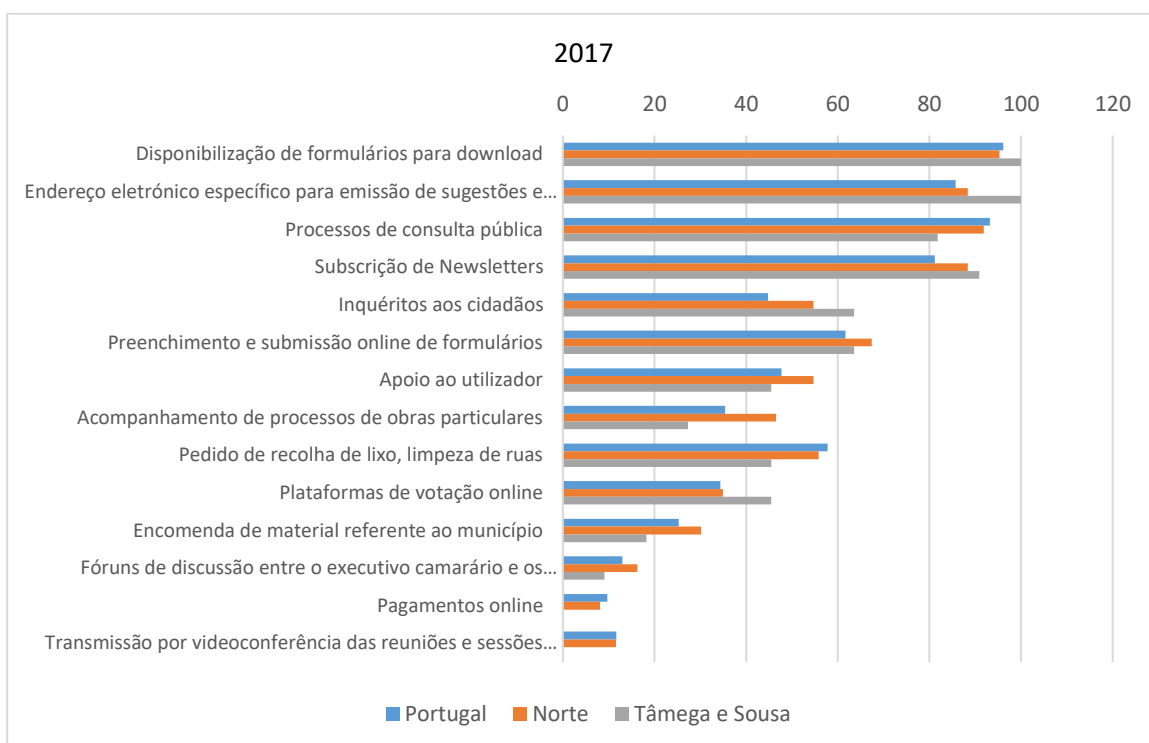
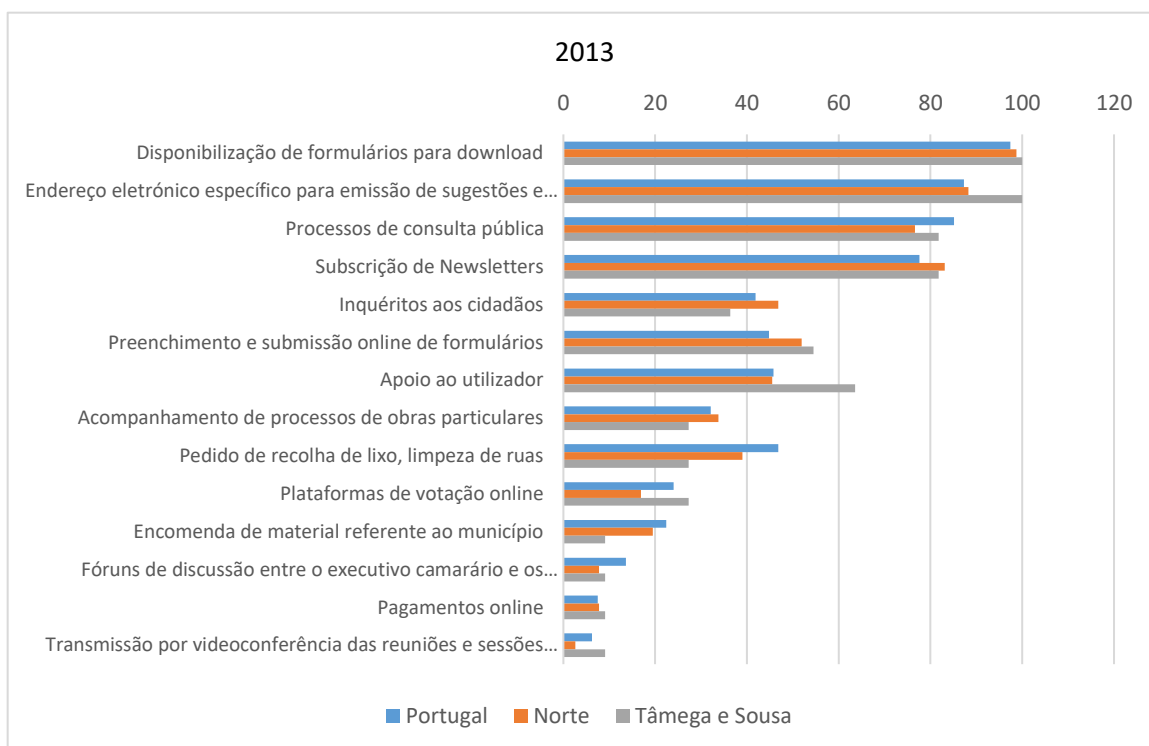
- Centro de Inovação e Negócios (CIN), vocacionado para o apoio à inovação e competitividade seja das empresas graduadas pela IE, seja das restantes empresas instaladas na área de influência do projeto, através da prestação de serviços qualificados e avançados como transferência de tecnologia e conhecimento, *brokerage* tecnológico, consultoria nas várias áreas funcionais e inclusão em projetos específicos.
- Academia, orientada para a formação e o treino das empresas (empresários, quadros e técnicos), divulgando e partilhando as melhores práticas de gestão nos seus diferentes domínios funcionais e setores de atividade.

Na mesma infraestrutura em que o IET se situa, deve ainda registar-se a presença da IRIS – Incubadora Regional para a Inovação Social, que tem apoio e financiamento do BEI nos seus primeiros anos de instalação e que constitui um ativo potencial para uma nova abordagem do empreendedorismo social.

Outra dimensão relevante da I&D+I é a transformação digital. Ao nível dos serviços públicos de âmbito nacional e das Câmaras Municipais, a informação disponível aponta para que o TeS esteja em linha com os níveis de digitalização nacionais e regionais. A manutenção desse alinhamento implica que o território venha a estar adequadamente coberto em termos de acesso à rede 5G.

Um dos grandes desafios futuros será o da transformação digital do setor empresarial. A digitalização das empresas tem passado pela evolução dos suportes e das ferramentas digitais mas passará cada vez mais pela mudança do próprio modelo de negócio, abrangendo praticamente todas as áreas funcionais, incluindo os de produção, de logística, administrativos, comerciais ou de recursos humanos. Ao nível produtivo, tendo em conta a relevância da atividade industrial, os desafios no presente e no futuro passam pela adoção dos princípios da Indústria 4.0 e o seu impacto em termos de sistemas avançados de produção. Nas fileiras agroindustriais, é de destacar o desafio da chamada agricultura de precisão, com um elevado potencial de utilização no território em análise.

Gráfico 60 – Proporção de câmaras municipais com presença na Internet (%) por tipo de funcionalidade disponibilizada



Fonte: INE e DGEEC

O ecossistema de inovação engloba ainda, embora com uma ligação ténue à inovação tecnológica, um conjunto de entidades e de facilidades na envolvente empresarial, com incidência em dimensões como a disponibilização de serviços vários de apoio à competitividade e ao investimento.

Com referência aos setores industriais de especialização do TeS, as principais associações empresariais de âmbito nacional (tais como a AIMMP - Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal, a APICCAPS - Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos, a ASSIMAGRA - Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins ou a ANIVEC - Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção) não estão sediadas nem dispõem de delegações presentes no TeS, quando muito excetuando-se a presença indireta da APICCAPS (enquanto associada do CTCP).

Ainda no associativismo empresarial, verifica-se a existência de associações empresariais ou industriais de âmbito local em todos os concelhos (sendo que em Amarante contam-se duas associações empresariais – Amarante e Vila Meã – e que Celorico de Basto é coberto pela Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto).

Face a esta fragmentação do associativismo empresarial, é de assinalar como boa prática a criação, em 2012, do Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa (CETS), com sede em Felgueiras, que agrega 12 Associações Empresariais da região (Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel, Resende e Vila Meã).

A intervenção dos municípios em matéria de apoio à atividade empresarial e ao investimento traduz-se, em regra, pela existência de serviços do tipo Balcão do Empreendedor ou Gabinete de Apoio ao Investimento, sendo de referir em Amarante a criação da InvestAmarante, pela eventual disponibilização de incentivos fiscais ao investimento e pela oferta municipal de áreas de localização empresarial, oferecendo solo industrial loteado e um conjunto de infraestruturas básicas.

De referir, como boa prática, a intervenção da CIM do TeS, através do projeto "Tâmega e Sousa Empreendedor", o qual vai já numa segunda edição, aprovada em 2016 pelo Norte 2020. O projeto inclui várias iniciativas, a destacar:

- A criação do Espaço do Empreendedor: Para estar mais próximo da comunidade, através das Associações Empresariais e/ou Câmaras Municipais, dando apoio às ideias e aos projetos empresariais que venham a ser desenvolvidos na região. Em cada concelho está disponível um Espaço do Empreendedor;
- A criação do Gabinete de Apoio ao Empreendedor: Fornecendo apoio de acordo com as necessidades da região e de cada projeto em particular. Nomeadamente, análise da oportunidade de negócio, facilitação de contactos com agentes relevantes, *mentoring* na pesquisa de mercado e elaboração de planos de negócio, oportunidades de financiamento/investimento, identificação de mentores, identificação de parceiros, apoio jurídico e gestão do projeto;
- A oferta de formação em competências empreendedoras: através do desenvolvimento de programas que estimulem a inovação e o empreendedorismo;
- Disponibilização de uma rede de mentores;
- Espaços para incubação: através das incubadoras da região;

- Concurso TeS Empreendedor: Que pretende promover e incentivar ideias de negócio inovadoras/diferenciadoras na região.

Neste projeto a CIM-TS conta com a colaboração dos agentes do território, entre eles o Conselho Empresarial Tâmega e Sousa, o Instituto Politécnico do Porto e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Quanto à intervenção dos municípios em matéria de oferta de solo industrial, da análise efetuada, a partir da base de dados N invest, da Associação Empresarial de Portugal (AEP), ressalta a ideia de uma oferta alargada deste tipo de infraestruturas, muitas delas ainda com terrenos disponíveis. Para o conjunto do TeS estão inventariadas 42 plataformas do tipo parque empresarial ou zona industrial, com destaque para Felgueiras (9), Paços de Ferreira (6), Penafiel (5) e Amarante (5). Em regra, trata-se de áreas com loteamento e infraestruturas básicas mas sem gestão condominial nem oferta de outros serviços.

*

* *

Em matéria de I&D+I, a situação em que se encontra o TeS é particularmente frágil, nomeadamente nos seguintes aspetos:

- A quase ausência no território de infraestruturas de Ciência e Tecnologia, com exceção de um centro de investigação no quadro da ESTG de Felgueiras e de um polo do CTCP, igualmente em Felgueiras.
- Consequentemente, as atividades de I&D executada não empresarial são praticamente inexistentes, sendo igualmente muito baixa a I&D executada no setor empresarial.
- Observa-se uma certa fragmentação das iniciativas de apoio ao empreendedorismo e à atração de investimento, à competitividade e à inovação, conduzidas a nível municipal e a nível de associações empresariais de âmbito local.

Neste contexto, identificamos como boas práticas:

- A criação do Instituto Empresarial do Tâmega (IET), em Amarante, vocacionado para a incubação e aceleração de projetos empresariais e prestação de serviços avançados mas também porque o projeto foi capaz de mobilizar entidades do SCTN exteriores à região.
- A criação do Conselho Empresarial do TeS, agregando as diferentes associações empresariais de âmbito local.
- A intervenção da CIM TeS, nomeadamente através das edições do TeS Empreendedor, procurando formatar iniciativas e linhas de ação transversais a toda a região e aos diferentes municípios.

Estas boas práticas dão uma orientação para os objetivos e intervenções a prosseguir no próximo período de programação, por forma se caminhar para um sistema de I&D+I capaz de apoiar as empresas nos seus importantes desafios em termos de inovação produto, processo, comercial e organizacional. Essa orientação remete para que se equacionem iniciativas com maior escala em matéria de atração de investimento e de formatação de programas de empreendedorismo bem como para a necessidade de trazer para o território organizações do SCTN com competências tecnológicas adequadas quer aos *clusters* industriais quer às fileiras da produção vegetal e animal.

4. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, AMBIENTE, MOBILIDADE E TRANSPORTES, SISTEMA URBANO

4.1. Nota preliminar

Os domínios do diagnóstico estratégico que integram este capítulo apresentam uma dimensão estrutural e de inércia evolutiva mais pronunciada do que os restantes domínios aqui considerados. Isto não significa, como é óbvio, que sejam imutáveis ou que essa inércia seja absoluta. Na verdade, a evolução dos cenários demográficos, a pressão exercida pelas atividades económicas e sua evolução no território do TeS, a própria rapidez com que a emergência climática evoluiu têm de ser tidas em devida conta. Porém, há dimensões, sobretudo as associadas aos aspetos infraestrutural e físico-natural do território do TeS, que assentam em traços estruturais cuja perenidade não pode ser ignorada.

É nessa medida que a revisão do diagnóstico estratégico nestas dimensões valoriza essencialmente o confronto entre a permanência de traços estruturais e a ocorrência de alterações que devam ser sinalizadas do ponto de vista da revisão da EIDT.

4.2. Mobilidade e acessibilidades

Este domínio da revisão do diagnóstico estratégico é marcado pela particular situação que o território do TeS apresenta em matéria de localização e de acessibilidades face à região Norte em que se insere.

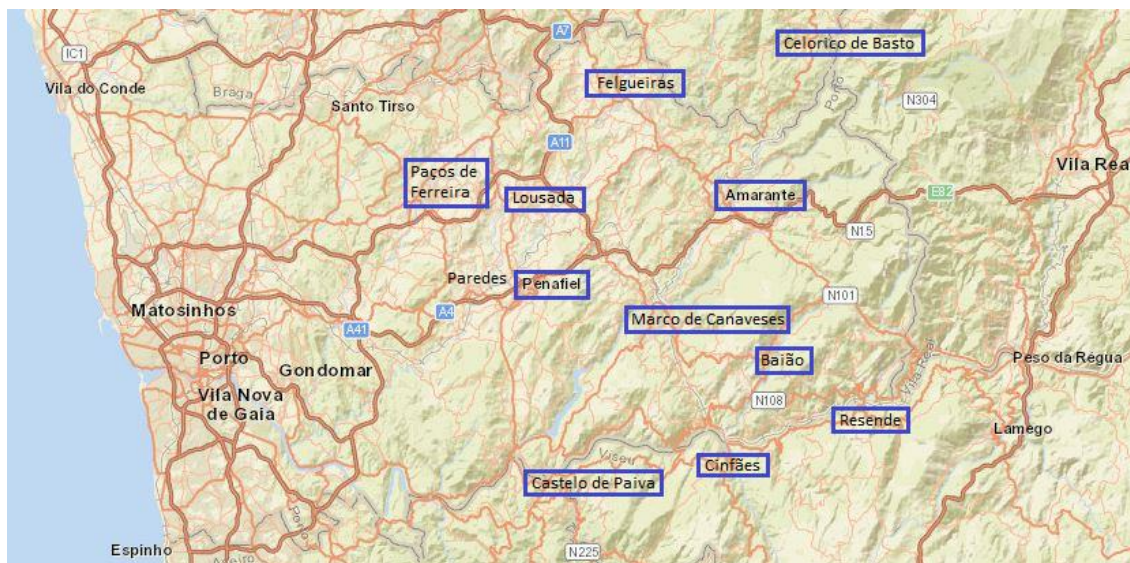
A valorização dessa situação particular é dual, que poderíamos caracterizar pelas vantagens e inconvenientes da proximidade.

O TeS tem uma situação geográfica e de acessibilidades que favorece a sua relação com o espaço regional, nacional e internacional.

A noroeste, as autoestradas A4, A11 e A42 servem os concelhos de Amarante, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Penafiel, e menos favoravelmente Celorico de Basto, que, no entanto, é servido pela A7). A sudeste, Baião, Castelo de Paiva, Cinfães e Resende não têm acesso direto à rede nacional de autoestradas. A situação é particularmente desfavorável em Cinfães e Resende.

No período relevante para a observação de alterações com efeitos na revisão do diagnóstico estratégico, a evolução observada desde 2014 não foi significativa, podendo dizer-se que aquela situação particular se mantém.

Figura 1 - Sistema rodoviário



Um dos traços estruturantes do TeS vem associado, em termos ferroviários, à presença da linha do Douro que atravessa o território de forma relativamente central. O nível de serviço que podemos associar a esta linha apenas pode considerar-se satisfatório nas áreas integradas na rede urbana do Porto. O transporte fluvial (Canal Navegável do Douro) afirma-se apenas do ponto de vista turístico, com alguns pontos de contacto com o território, existindo a posição entre alguns *stakeholders* da sub-região que o TeS está ainda longe de tirar partido da via navegável, sobretudo do ponto de vista da sua articulação com a valorização dos ativos turísticos do TeS.

Desde 2014, o este cenário não teve evolução significativa. O que é relevante assinalar é a existência de vozes e estudos (promovidos pela CIM TeS) sobre a questão do sistema ferroviário no interior da região, com uma estratégia e a comum, baseado numa nova linha ligando Ermesinde-Paços de Ferreira-Lousada-Felgueiras e na reativação-melhoria da linha do Tâmega entre Livração e Amarante, a que se junta o investimento na melhoria de serviço da linha do Douro previsto no Plano Nacional de Investimentos 2030. Trata-se de uma estratégia com um enorme potencial de alteração das condições de mobilidade no interior do TeS, embora com um volume de investimento associado de enormes proporções e num contexto nacional em que os investimentos ferroviários tardaram a fazer o seu percurso.

A figura 2, reproduzida na página seguinte, dá conta da incidência territorial desta estratégia, sendo possível concluir desde já que se trata de um plano de investimentos de alcance eminentemente estruturante e com um elevado potencial para alterar as condições de mobilidade no interior da sub-região.

Mas tende sempre a existir uma tensão entre essas vantagens e as limitações que também decorrem dessa mesma proximidade. Na verdade, pode dizer-se que os agentes localizados no TeS podem, sem grande transtorno, partir para polos mais dinâmicos ou tornarem-se dependentes de centros de decisão aí localizados.

A tensão existe, mas é gerível, sobretudo se o território conseguir organizar-se de modo a potenciar as vantagens e a diluir as limitações.

Há alguma coincidência entre nível de acessibilidade e dinâmicas demográficas e económicas

A análise de tendências passadas mostra que os concelhos que se confrontam com problemas significativos de acessibilidades (sul do Douro e Baião) têm apresentado dinâmicas demográficas e económicas desfavoráveis, ao contrário do que se tem passado com os restantes. Pode dizer-se que essa tendência emerge como uma característica estrutural do território do TeS para a qual não tem sido possível concretizar uma resposta eficaz.

De facto, em contraste evidente com a boa inserção geral do TeS no espaço regional, a mobilidade interna dentro da comunidade sofre de limitações importantes. As razões para esse défice estrutural são essencialmente razões infraestruturais (deficiência ou saturação de redes de estradas nacionais e municipais, nas ligações entre as sedes de concelho e as freguesias rurais, bem como nas ligações entre concelhos limítrofes) e por insuficiências e descoordenações na oferta de transportes públicos (incluindo modos rodó e ferroviário).

As limitações nas infraestruturas mantêm-se, embora a atividade da CIM TeS, desde que se constituiu como Autoridade de Transportes (2017), tenha permitido melhorar alguns aspetos no transporte coletivo (em 2019, aprovação do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos e lançamento dos Passes (rodoviário e ferroviário) CIM TeS; está em preparação o concurso para renovação das concessões de transporte coletivo rodoviário; e foi elaborada uma estratégia ferroviária do TeS).

Realça-se também a Ecopista do Tâmega (integrada na rede de ecopistas da Infraestruturas de Portugal), que liga Amarante – Celorico de Basto – Arco de Baúlhe (Cabeceiras de Basto), com uma extensão de 39 km, que é uma alternativa de mobilidade suave e permite a fruição (desporto, lazer, turismo) de dos valores naturais-paisagísticos-patrimoniais do Vale do Tâmega.

Em resumo, o território do TeS enfrenta um défice estrutural de acessibilidade interna e isso tende a repercutir-se na própria identidade territorial e na densidade de fluxos entre as suas principais unidades territoriais. A CIM TeS está consciente desse problema e, anteriormente, foram identificados diferentes processos de resposta a essa insuficiência. O alcance de tais respostas transcende em alguns casos, como acontece por exemplo com a implementação da estratégia ferroviária atrás mencionada, o âmbito de uma EIDT para entrar decisivamente no âmbito de um programa nacional de investimentos dirigidos à melhoria das condições de igualdade de oportunidades entre os territórios.

Os concelhos de Baião, Cinfães, Celorico de Basto e Resende e, em menor grau, Amarante, Castelo de Paiva e Marco de Canaveses, apresentam maiores extensões de espaços naturais preservados e condições ambientais mais favoráveis do que os restantes. As disponibilidades hídricas no território são elevadas, embora se assinale alguma perturbação da continuidade fluvial. Com exceção de parte do município de Paços de Ferreira, todo o TeS apresenta massas de água subterrânea com boa qualidade. As massas de água superficiais tendem a estar em melhores condições nos concelhos menos industrializados.

Assinala-se que este património natural-biofísico tem forte potencial de exploração económica, designadamente turística. A valorização económica do património natural-biofísico do TeS pode também ser equacionada para além da sua valorização turística como recurso endógeno diferenciador. Do ponto de vista ambiental, essa riqueza corresponde a um valor social que só as políticas públicas poderão “remunerar”. O contributo da massa florestal e não só para o sequestro de carbono e valorização de ecossistemas deve fazer parte da referida equação. No TeS está localizada uma das mais ativas e dinâmicas associações florestais da região do Norte e do país, a FORESTIS, que se tem diferenciado pela defesa de fórmulas de parceria e de concertação associativa de produtores florestais para minimizar os desvios que têm existido entre o valor social da floresta e o seu valor económico suscetível de interessar os produtores numa exploração mais cuidada e bem gerida da floresta.

Do ponto de vista das alterações relativas a estes traços estruturais, não há alterações significativas, do ponto de vista do valor ecológico e do seu potencial ambiental e económico. No entanto, para o futuro, emerge a questão das alterações climáticas e os seus efeitos nestes ecossistemas, potencialmente muito gravosos, de acordo com o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Tâmega e Sousa (PIAAC, 2019).

As características paisagísticas e de ocupação de solo do Tâmega e Sousa têm implicações relevantes em termos de riscos ambientais.

A extensa cobertura florestal anda associada a um considerável risco de incêndios florestais, que acarretam também um risco elevado de erosão e degradação do solo. De uma forma geral, pode considerar-se que este risco se tem acentuado. A evidência desta tendência pode ser encontrada no o incremento relativo da área ardida, que é bastante superior à média nacional e regional, com destaque para a situação em Castelo de Paiva e, também, Cinfães (ver tabela seguinte).

Está em curso um projeto de instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios na Região do TeS, bem como as brigadas de sapadores florestais estão a ser melhoradas e reequipadas, com financiamento comunitário.

Os rios da região geram riscos de cheias, particularmente notórios na cidade de Amarante, mas que afetam muitas áreas densamente povoadas.

A reatividade a esta ameaça tem evidência no projeto em curso (com financiamento POSEUR) da CM Amarante para recuperação de 18 quilómetros das margens do Tâmega e prevenção de cheias.

A forte concentração humana e de atividades económicas (indústria, agricultura e pecuária) constitui uma pressão forte sobre os sistemas naturais (fragmentação dos habitats e destruição de ecossistemas).

Neste plano, o PIAAC, partindo de um diagnóstico prospetivo muito detalhado, com cenarização da evolução das temperaturas e precipitação no horizonte 2070, propõe uma intervenção significativa, de natureza preventiva ou mitigadora, nos seguintes domínios:

- Recursos hídricos e infraestruturas de drenagem.
- Sistemas agrícolas e florestais.
- Biodiversidade.
- Economia e sociedade.

Tabela 40 - Área ardida em incêndios florestais (% da superfície total)

	Média anual 2010-2014	Média anual 2014-2018
Continente	1,2	1,9
Região Norte	2,7	2,5
Tâmega e Sousa	3,7	4,3
Amarante	4,3	2,5
Baião	4,7	3,6
Castelo de Paiva	1,2	11,8
Celorico de Basto	3,4	3,3
Cinfães	3,7	6,4
Felgueiras	1,7	1,8
Lousada	1,9	2,2
Marco de Canaveses	5,4	4,4
Paços de Ferreira	3,4	2,1
Penafiel	3,5	3,0
Resende	5,0	7,1

O nível de serviços ambientais, que têm sido foco muito relevante da ação municipal nos últimos anos, mostra grande heterogeneidade no TeS.

No Anexo I a este relatório são apresentados elementos complementares de caracterização dos sistemas e níveis de serviço da água e dos resíduos.

Os sistemas públicos de abastecimento de água são relativamente qualificados em Castelo de Paiva, Felgueiras e Penafiel (ultrapassaram as metas do PEAASAR II), com níveis de atendimento próximos de 100%. Mas Baião, Marco de Canaveses e Cinfães são muito deficitários. Amarante, Celorico de Basto, Lousada e Paços de Ferreira estão numa situação intermédia.

Conforme dados da tabela 41, a situação melhorou, aproximando-se mais das médias regional e nacional, com vários municípios a superar os 90% de população servida e com boa qualidade. Cinfães,

Marco de Canaveses e Baião continuam a apresentar níveis de cobertura muito baixos. A capitação de consumo é de cerca de metade da média nacional.

No domínio das águas residuais, todos os concelhos permanecem distantes da meta de 90% definida no PEAASAR II, sendo Felgueiras, com 70%, o que mais se aproxima e Celorico, com 17%, o que está mais distante.

Embora se registem progressos (melhoria em todos os municípios), a situação geral continua abaixo das metas e é crítica em 5 municípios (Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães e Felgueiras). Como casos mais positivos, Paços de Ferreira, que já superou a média nacional e atingiu a meta PEAASAR II, e Amarante, em linha com a média nacional e acima da região Norte. Ver tabela 40.

Está em curso um projeto intermunicipal para elaboração do cadastro das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais nos municípios de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada e Resende, que será determinante para melhorar os níveis de gestão dos serviços da água.

Tabela 41 - Água e saneamento

Anos	Água distribuída pela rede pública (m3)			Água distribuída /consumida por habitante (m3)			% população servida por sistemas públicos de abastecimento de água			% população servida por sistemas de drenagem de águas residuais			Água segura		
	2014	2017	Var. (%)	2014	2017	Var. (%)	2014	2017	Var. (%)	2014	2017	Var. (%)	2014	2017	Var. (%)
Continente	594 215	632 345	6%	60,1	64,5	7%	95	96	1%	82	85	4%	98,4	98,7	0%
Norte	149 790	160 617	7%	41,2	44,9	8%	91	93	2%	76	80	5%	98,0	98,5	1%
Tâmega e Sousa	10 929	12 111	10%	25,6	28,8	11%	76	82	7%	47	59	20%	98,3	99,1	1%
Amarante	1 852	1 593	-16%	33,7	29,6	-14%	71	92	23%	46	84	45%	98,7	98,8	0%
Baião	411	454	9%	20,7	23,7	13%	63	76	17%	19	33	42%	100,0	99,5	-1%
Castelo de Paiva	927	549	-69%	57,2	34,9	-64%	96	96	0%	11	17	35%	98,5	99,5	1%
Celorico de Basto	310	374	17%	15,7	19,4	19%	89	89	0%	16	29	45%	96,5	99,6	3%
Cinfães	314	245	-28%	16,1	13,0	-24%	28	42	33%	25	29	14%	94,1	100,0	6%
Felgueiras	1 808	1 417	-28%	31,4	24,9	-26%	nd	90	nd	31	32	3%	99,3	100,0	1%
Lousada	1 163	1 111	-5%	24,6	23,7	-4%	86	88	2%	63	70	10%	100,0	99,6	0%
Marco de Canaveses	720	775	7%	13,6	14,9	9%	39	43	9%	36	42	14%	99,2	98,8	0%
Paços de Ferreira	1 282	1 548	17%	22,5	27,3	18%	79	88	10%	67	90	26%	100,0	100,0	0%
Penafiel	1 817	2 055	12%	25,5	29,3	13%	97	98	1%	75	78	4%	99,4	100,0	1%
Resende	325	311	-5%	30,1	29,9	-1%	78	78	0%	nd	64	nd	96,9	97,5	1%

Dados PORDATA (recolhidos no início de 2020). Fontes: INE, INAG e ERSAR

No domínio dos resíduos urbanos, a percentagem dos que são valorizados (8%) encontra-se muito abaixo da média nacional (18%) que, ela própria, se encontra muito distante da meta de 50% definida para 2020.

Apesar de se registar um acréscimo na proporção de resíduos que são recolhidos seletivamente, passando de menos de 7% em 2014 para mais de 8% em 2018, o TeS está ainda muito abaixo da média nacional (20%) e regional (16%).

Tabela 42 - Resíduos sólidos urbanos

Anos	Resíduos urbanos recolhidos (kg por hab.)			Resíduos urbanos recolhidos seletivamente (kg por hab.)		
	2014	2018	Var. %	2014	2018	Var. %
Continente	452,1	505,3	12%	61,6	101,6	65%
Norte	420,6	460,1	9%	64,9	72,8	12%
Tâmega e Sousa	357,2	394,3	10%	24,3	32,1	32%
Amarante	337,2	372,5	10%	29,7	42,4	43%
Baião	304,0	370,4	22%	21,4	35,3	65%
Castelo de Paiva	313,7	348,8	11%	15,3	20,2	32%
Celorico de Basto	254,4	280,1	10%	34,4	26,4	-23%
Cinfães	278,8	317,7	14%	14,3	16,5	15%
Felgueiras	393,7	429,9	9%	21,4	25,6	20%
Lousada	376,7	423,1	12%	20,9	46,0	120%
Marco de Canaveses	352,9	395,4	12%	24,5	32,8	34%
Paços de Ferreira	405,9	422,8	4%	25,7	28,6	11%
Penafiel	371,6	412,6	11%	26,5	31,5	19%
Resende	338,2	356,7	5%	24,0	21,5	-10%

Dados PORDATA (recolhidos no início de 2020). Fontes: INE, APA.

Em qualquer um destes domínios, realça-se a fragmentação institucional e empresarial dos modelos de gestão municipais e supramunicipais, incluindo casos dentro do mesmo concelho. A análise da evolução mais recente mostra que esta fragmentação se mantém.

Os consumos energéticos no TeS são relativamente elevados, atendendo às necessidades do setor industrial e à densidade residencial.

O consumo de energia elétrica cresceu, a partir de 2001, a um ritmo superior à média nacional em praticamente todos os setores, à exceção da agricultura (onde, inclusivamente, diminuiu, em contraciclo com a tendência nacional).

Entre 2014 e 2017 o consumo de energia elétrica aumentou ligeiramente no TeS (2%), ainda assim acima da média nacional (1%).

O consumo de gás natural aumentou, entre 2014 e 2018, 22% no TeS, contrastando com os mais de 42% nacionais e 47% na região do Norte. O consumo médio por habitante mantém-se muito baixo no

TeS – apenas cerca de 5% do valor médio nacional, o que em parte se explica pela inexistência de rede nos municípios mais rurais.

4.4. Ordenamento territorial e sistema urbano

Vários traços estruturais emergem da análise desta dimensão.

O TeS é um território de transição, entre o litoral de vocação industrial e o interior, ainda predominantemente rural.

Esta transição manifesta-se, de forma muito visível, na heterogeneidade interna da própria comunidade, que em parte se pode sintetizar no dualismo entre o Vale do Sousa (uma região fortemente industrializada, muito marcada pela proximidade à AMP, de povoamento disperso e desordenado, onde as instalações industriais convivem com a habitação e com a atividade agrícola remanescente) e o Baixo Tâmega e Douro (a presença industrial é reduzida, a atividade económica assenta na agricultura, na floresta e nos serviços, o povoamento é mais concentrado e a influência da Área Metropolitana é bastante mais difusa).

No entanto, a realidade tem mais matizes do que esta dicotomia Sousa versus Tâmega permite perceber, pois as áreas homogéneas ou de padrão similar variam, consoante os indicadores em que incida a análise.

Pode acrescentar-se, pelo menos, um terceiro *cluster* territorial, constituído pelos três grandes concelhos “centrais” da comunidade - Amarante, Marco de Canaveses e Penafiel. Estes concelhos são eles próprios uma zona de transição entre as realidades que os rodeiam, contendo, cada um deles, embora em grau variável, elementos da realidade mais industrial do Sousa e da realidade mais rural do Tâmega.

O sistema urbano do TeS é difuso, sem núcleos de dimensão muito acentuada.

Nos concelhos mais densamente povoados, isso é resultado de um esquema de povoamento, em geral, muito disperso. Nos concelhos mais interiores, embora o povoamento seja menos disperso, é a escassez da população que produz o mesmo resultado.

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte (não aprovado) propunha a afirmação da “conurbação Paredes/Penafiel” como “uma aglomeração urbana regional que estrutur[ass]e um espaço de intensa urbanização a leste da Aglomeração Metropolitana do Porto, evitando os efeitos perversos da suburbanização em contexto de crescimento demográfico e acentuadas deficiências sociais, ambientais e económicas” (Paredes não está, atualmente, integrado no TeS, mas sim na Área Metropolitana do Porto).

A esta conurbação eram atribuídas “funções essenciais de articulação territorial”, no terceiro dos cinco níveis de um esquema de classificação regional.

Para além do polo Paredes/Penafiel, o PROT Norte identificava cinco cidades do TeS como “centros estruturantes sub-regionais”, o quarto nível do seu esquema de classificação: Amarante, Marco de

Canaveses, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira. No quinto nível, as restantes sedes de concelho eram classificadas como centros urbanos estruturantes municipais.

Observando as estatísticas relativas à dinâmica do parque habitacional, observa-se que, do ponto de vista da densidade urbana esta situação não se alterou significativamente. Na tabela 4, que compara o quinquénio 2010-2014 com o quinquénio 2014-2018) evidencia-se que há uma quebra significativa no número de edifícios residenciais concluídos, sendo que essa quebra é mais notória no caso dos edifícios novos (no TeS, diminuição de 54% nos novos, contra 48% na reabilitação urbana). Esta tendência tem, provavelmente, duas causas: a herança da crise económica e financeira dos anos anteriores e a orientação clara das políticas nacionais para a reabilitação urbana. Nos anos de 2017-2018 regista-se, já, uma ligeira inversão da tendência, à medida que os efeitos da crise vão sendo atenuados no mercado imobiliário e da construção.

Em termo de número de novos fogos construídos, a quebra registada, que foi da mesma ordem de grandeza, tem duas *nuances*: a recuperação começou mais cedo (a partir de 2015) e as tipologias mais pequenas (T0 e T1) começaram a assumir um maior peso relativo, por contraponto às tipologias maiores.

Tabela 43 - Edifícios construídos para habitação familiar

Anos	Total		Construções novas		Ampliações, alterações e reconstruções	
	2010-2014	2014-2018	2010-2014	2014-2018	2010-2014	2014-2018
Continente	73554	37191	55531	26732	18023	10459
Norte	30290	16282	23521	11763	6769	4519
Tâmega e Sousa	5506	2629	4162	1935	1344	694
Amarante	825	367	574	261	251	106
Baião	259	124	189	58	70	66
Castelo de Paiva	291	145	182	91	109	54
Celorico de Basto	371	194	245	153	126	41
Cinfães	305	90	222	62	83	28
Felgueiras	425	193	347	160	78	33
Lousada	486	333	428	287	58	46
Marco de Canaveses	587	285	496	233	91	52
Paços de Ferreira	548	258	473	209	75	49
Penafiel	1201	538	883	368	318	170
Resende	208	102	123	53	85	49

Fonte: INE

A inversão da tendência de quebra também é visível pela recuperação registada ao nível das licenças para novas edificações emitidas pelos municípios. Atualmente essas licenças estão já ao nível dos valores registados no período 2010-2014 (no caso das novas construções, os valores mais recentes são até superiores a esses), mas sem, no entanto, atingir o nível da primeira década do século 21.

Tabela 44 - Valor médio dos prédios transacionados (média anual em cada quinquénio, euros)

Anos	Total			Urbanos		
	2010-2014	2014-2018	Var.	2010-2014	2014-2018	Var.
Continente	78 920	96 784	23%	106 046	125 622	18%
Norte	61 574	69 411	13%	83 947	90 644	8%
Tâmega e Sousa	38 616	42 046	9%	56 314	59 114	5%
Amarante	39 513	42 139	7%	50 460	52 613	4%
Baião	21 008	26 513	26%	37 935	44 040	16%
Castelo de Paiva	25 136	42 783	70%	46 957	85 692	82%
Celorico de Basto	20 224	24 825	23%	43 692	49 884	14%
Cinfães	11 780	19 579	66%	27 882	38 484	38%
Felgueiras	47 529	52 563	11%	60 708	68 555	13%
Lousada	49 793	61 001	23%	59 674	73 228	23%
Marco de Canaveses	36 428	43 089	18%	46 201	56 944	23%
Paços de Ferreira	72 299	54 835	-24%	85 527	60 746	-29%
Penafiel	43 628	43 418	0%	63 859	60 399	-5%
Resende	20 095	17 449	-13%	35 765	30 606	-14%

Fonte: INE

Note-se que, à exceção de Paços de Ferreira e Resende, o mercado imobiliário apresentou uma tendência inflacionista, embora, no geral, abaixo da média nacional e regional. As maiores subidas nos valores de transação registaram-se em municípios mais rurais – em Castelo de Paiva, e Cinfães com subidas desproporcionadas nos anos mais recentes (tabela 5).

Se observarmos apenas os valores das transações em prédios urbanos, o crescimento foi menos notório – no TeS como na região Norte e no Continente. Há mesmo quebras claras, como é o caso de Paços de Ferreira e Penafiel, ou crescimentos modestos (Amarante). Em Castelo de Paiva o crescimento dos preços nos meios mais urbanos é muito significativo.

A tabela 5 revela outro dado: se excetuarmos Castelo de Paiva, Felgueiras e Marco de Canaveses, a valorização dos prédios rústicos foi superior ao dos urbanos (tal como nos casos do TeS, Norte e Continente).

Estes dados sobre dinâmicas de edificação e preços parecem confirmar a ideia de que os núcleos urbanos e, entre estes, as cidades e vilas, não estão a demonstrar capacidade de se afirmar como polos de crescimento e concentração demográfica, mantendo-se a lógica de povoamento difuso, cidades pouco densas ou pequenos núcleos dispersos.

A diferenciação estabelece-se, essencialmente, por fatores de centralidade nas redes de comunicação terrestre, designadamente interfaces rodoviárias e ferroviárias, de funções administrativas e da dimensão e especialização do tecido comercial e de serviços.

Duas cidades, no entanto, estão a afirmar-se através de uma aposta na política cultural, que inclui a realização de eventos culturais diferenciadores, de projeção externa relevante – Amarante, onde o tecido artístico e as práticas artísticas e formativas ligadas à música, a presença da Orquestra do Norte e o Festival Mimo emergem como condições para um projeto que levou à integração de Amarante na Rede de Cidades Criativas da UNESCO, como Cidade da Música; e Penafiel, que focando a sua aposta

numa política de promoção da leitura (através da Biblioteca Municipal, que integra a Rede de Bibliotecas Associadas da UNESCO) e na divulgação da Literatura, através do reconhecido Festival Literário Escritaria, também possui o propósito de a curto prazo se candidatar a Cidade Criativa da UNESCO na área da Literatura.

Para além destas cidades, que hoje se afirmam no TeS pelas suas dinâmicas artísticas e culturais e pelas apostas no reforço do sistema cultural e criativo, incluindo com a criação de novas estruturas de interesse supramunicipal, outros centros urbanos da sub-região, sedes concelhias, têm vindo igualmente a qualificar a rede das suas infraestruturas culturais e as suas propostas de programação cultural. Nesse sentido, esta evolução mais recente tem tido impacto não apenas na qualificação urbana, mas particularmente, na melhoria da qualidade de vida das populações.

A inserção regional e as ligações históricas não contribuem para a coesão deste sistema urbano e territorial.

Tal como têm afinidades e elementos de continuidade entre si, os concelhos integrados na comunidade também as têm com os seus vizinhos das comunidades circundantes. Estas ligações e afinidades têm diversas naturezas (elementos paisagísticos, culturais e patrimoniais, sistemas produtivos, fluxos, espaços institucionais). Destacam-se os seguintes:

- Celorico de Basto - Ligações históricas e identitárias com os restantes concelhos das Terras de Basto.
- Cinfães e Resende - Realidade marcada pela ligação ao Douro, que partilham com concelhos a montante e a jusante.
- Castelo de Paiva – Laços fortes com Arouca e Feira, no Entre Douro e Vouga (sul da AM Porto).
- Penafiel – Relações urbanas muito fortes com Paredes, formando uma “coalescência urbana”, para além de que uma parte significativa do território do concelho (zona poente) estabelece relações mais fortes com outros setores da Área Metropolitana do Porto; esta coalescência assenta numa relação de proximidade, boas ligações em transporte coletivo e uma relação histórica fortemente vertida em instrumentos de planeamento ((PROSIURB - Plano Estratégico do Eixo P/P, famosos estudos sobre o sistema urbano nacional, PROT Norte,...)).
- Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira - Os concelhos industrializados do noroeste da comunidade têm realidades sociais e económicas em muitos aspetos semelhantes às do Ave (Vizela, Famalicão, Guimarães) e da Área Metropolitana do Porto (Paredes, Santo Tirso, Trofa), que lhes são mais próximos.
- A vizinhança da Área Metropolitana do Porto é, porventura, o elemento mais marcante da inserção geográfica da CIM TeS. O crescimento económico e demográfico registado em diversos concelhos do TeS, nas últimas décadas, resulta, em grande parte, do aproveitamento das vantagens da proximidade à AMP, com a qual se estabelecem intensas relações sociais, institucionais e económicas.

4.5. Síntese

Propõe-se o seguinte SWOT de síntese para este capítulo.

Forças

Proximidade e boas acessibilidades a diferentes zonas do Norte de Portugal e da Galiza e, de lá, ao resto do mundo.

Diversidade paisagística (entendendo a paisagem como um sistema complexo que integra os sistemas naturais, a ocupação humana, os sistemas produtivos, o património...).

Dinâmicas de afirmação cultural, num contexto alargado, das cidades de Penafiel e Amarante, que ganharam novo potencial de atratividade urbana e estruturação territorial.

Fraquezas

Mantém-se a inconsistência na organização e gestão dos serviços no domínio ambiental, que se sobrepõe às ainda significativas carências nos próprios serviços (ciclo urbano da água e resíduos).

Há grande desigualdade no acesso a redes de comunicações terrestres, mantendo-se isolados os municípios rurais - com menor grau de industrialização.

A mobilidade intra e intermunicipal ainda é deficitária, devido a carências infraestruturais (rodoviárias, ferroviárias), pese embora os progressos na oferta e coordenação de serviços de transportes. (Este será um domínio em que a crise provocada pela pandemia COVID 19 terá implicações, pois alterou o equilíbrio financeiro das empresas e os padrões de mobilidade).

O modelo de povoamento e de estruturação urbana e territorial é demasiado difuso, não emergindo centralidades claras. Isto tem várias implicações: nas pressões sobre ecossistemas, na dificuldade em gerir as situações de risco natural, na falta de uma oferta de serviços e amenidades urbanas mais evoluídas.

Oportunidades

O papel da CIM como instrumento de coordenação e alavancagem da capacidade de intervenção dos municípios pode ser reforçado pelo processo de descentralização, que vem gerar um novo quadro de oportunidades para o desempenho desse papel.

A focagem estratégica dos fundos estruturais está alinhada com algumas prioridades e áreas em que houve um esforço de planeamento pela CIM – resposta aos riscos e alterações climáticas, descarbonização dos transportes.

(Independentemente da crise-Covid), a emergência do turismo e os padrões de consumo e motivações dos turistas, privilegiando destinos que ofereçam experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade e qualidade ambiental, pode ser um impulso para um trabalho mais estruturado de valorização dos ecossistemas naturais.

Ameaças

O processo de perda demográfica (quebra de natalidade e emigração), especialmente no caso das camadas mais jovens, é agravado pelo quadro de debilidade do sistema urbano, que oferece poucos atrativos nos domínios da cultura, convivência e consumo, e pela debilidade no mercado de trabalho (desemprego e baixos salários?).

As questões relacionadas com as alterações climáticas são uma ameaça latente, não só pelas implicações diretas no sistema territorial e ambiental (degradação de valores, situações de risco acrescidas), mas também nos sistemas económico-produtivos que se baseiam nesse sistema (floresta e agricultura, turismo).

Algumas das maiores áreas de carência da região, que são ainda aspetos infraestruturais e falta de qualidade dos serviços (ambientais e de acessibilidades) não têm um enquadramento muito facilitado na configuração dos instrumentos de política nacional-europeia para 2021-2027.

4.6. Implicações estratégicas

A revisão do diagnóstico estratégico do TeS nos domínios do ambiente, ordenamento do território, acessibilidades e sistema urbano aponta essencialmente para as seguintes implicações a ter em conta do redesenho da estratégia de desenvolvimento:

- A ação climática pode ser o elemento agregador na resposta a diversos desafios do território, na lógica da qualificação, gestão de riscos naturais e sustentabilidade.
- A estruturação de um sistema urbano, com centralidades bem afirmadas, é essencial, tirando partido das dinâmicas municipais até aqui ensaiadas e procurando reforçar o seu nível de coerência e de cooperação de recursos.
- A qualificação e coesão de um território onde convivem modelos bastante diferenciados, se não extremados, de uma ocupação dispersa (residencial e industrial) pontuada com importantes aglomerados urbanos do seu sistema (Felgueiras, Paços Ferreira, Amarante Lousada e Penafiel), e uma ocupação concentrada, com tendência a agravar-se por perda sucessiva de população nos *hinterlands* rurais de aglomerados de pequena dimensão, sedes de concelho (Cinfães, Resende, Baião, Celorico de Basto).
- O desencravamento das áreas mais distantes-isoladas é essencial, dando prioridade a ligações internas que reforcem a coesão – ligar Resende a Cinfães, Baião, Marco e Amarante; ligar Cinfães a Resende, Marco e Penafiel; ligar Castelo de Paiva a Penafiel e Cinfães; ligar Celorico a Amarante e Felgueiras – e não a ligações “pelo exterior” – Celorico-Cabeceiras; Resende-A24; Castelo de Paiva-AM Porto...
- Reforçar o papel da CIM na partilha de serviços, planeamento e gestão nos domínios ambientais e da mobilidade – o território precisa de coesão e racionalização, sem olhar a fronteiras internas.

5. O QUADRO INSTITUCIONAL E AS QUESTÕES DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA

5.1. Introdução

A Comunidade Intermunicipal (CIM) do TeS foi constituída em 15 de outubro de 2008, com recomposição posterior determinada pela saída do município de Paredes para integrar a AMP. A sua experiência de programação envolve a implementação do QREN 2007-2013 e a atual programação 2014-2020, objeto da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) cuja revisão é trabalhada pelo presente documento.

A CIM TeS assume um território que partilha traços estruturais de forte proximidade à aglomeração central da AMP, com a qual parte do seu território mantém relações históricas de casa (TeS) – emprego (AMP) com características típicas de um território de transição urbano-rural, com os conhecidos padrões de mudança cultural que a investigação sociológica nos fornece¹. Os municípios que integram a CIM TeS desenvolvem nesse contexto relações de geometria variável com diferentes zonas do território da região Norte para além das que andam associadas à proximidade com a AMP. É, assim, o caso do Ave (caso de Felgueiras), das Terras de Basto (Celorico de Basto), do Douro (Marco de Canavezes, Baião, Resende e Cinfães).

Para além da relativamente jovem vida da CIM TeS com a atual composição de municípios, isto é, sem a presença do município de Paredes, há ainda que ter em conta que, no interior do território institucional do TeS, são ainda relativamente recentes iniciativas de cooperação intermunicipal para fins específicos como a VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa, constituída antes da entrada vigor da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto, que mantém, nos termos do n.º 6 do artigo 38.º dessa Lei, a natureza de pessoa coletiva de direito público. A VALSOUSA foi, aliás, o quadro institucional em que se iniciou a experiência da Rota do Românico que será entendida neste documento como um exemplo de como a cooperação intermunicipal pode evoluir positiva e eficazmente para a integração identitária do TeS. Foi também elemento motor de processos de concertação em matéria de políticas de emprego, como os Pactos Territoriais para o Emprego.

Tal como a revisão do diagnóstico estratégico constante dos capítulos anteriores o mostra com evidência vasta e diversificada, a CIM TeS herda também um território com um também diversificado conjunto de modelos de desenvolvimento territorial, especializações produtivas, níveis de desenvolvimento socioeconómico, graus de exposição às cadeias de valor globais. Para além disso, o quadro ambiental e biofísico do território do TeS marca-o e diferencia-o indelevelmente.

Quer isto significar que a geração de uma matriz identitária do TeS não é espontânea. Não o ser não significa que não existam temas potencialmente estruturadores de uma matriz identitária. Essa é aliás uma preocupação central deste relatório de revisão do diagnóstico estratégico da EIDT TeS 2014-2020

¹ São particularmente conhecidos na investigação sociológica portuguesa os trabalhos do Professor José Madureira Pinto da Faculdade de Economia do Porto e sua equipa sobre o território de Fonte de Arcada, freguesia do concelho de Penafiel, o qual tem revisitado aquele território em sucessivos períodos da sua existência e transformações sociais e culturais.

e o futuro trabalho de interação com os municípios do TeS permitirá avaliar se tais escolhas foram acertadas ou se exigem revisão de formulação.

Uma evidência que julgamos indicativa do modo como a CIM TeS está a trabalhar no sentido de construir uma base sólida para a cooperação intermunicipal e, simultaneamente, capacitar a própria CIM para coordenar e dinamizar todo esse processo, é a diversidade de estudos de planeamento estratégico promovidos pela própria CIM já depois da elaboração da EIDT 2014-2020. Em alguns desses trabalhos, como por exemplo o *Plano de Combate às Alterações Climáticas*, o *Plano de Marketing* ou os estudos sobre o Agroalimentar ou a Floresta é possível identificar elementos para uma ação comum dos municípios do TeS, independentemente das suas diferenças e especializações.

Esta nota introdutória pretende evidenciar a relevância crítica das questões de coordenação institucional e de governança como instrumentos centrais da própria estratégia de desenvolvimento, sobretudo no contexto de um território que busca a sua própria identidade na região Norte e no país, seja pela valorização de traços comuns, seja pela valorização da diversidade abundante que caracteriza o território.

Consideramos, assim, que todas as iniciativas do foro institucional apontadas à cooperação de recursos entre os municípios do TeS devem ser parte integrante do esforço de robustez estratégica no território, como o são ilustrativamente a mais avançada experiência da já mencionada Rota do Românico e também, embora ainda menos avançada experiência do Conselho Empresarial do TeS que integra 12 associações comerciais e industriais. Como é compreensível, uma estratégia de afirmação identitária de um território e de reforço da cooperação de recursos não faz tábua rasa do quadro institucional vigente, nem reduz o contexto de partida à iniciativa ZERO. Os municípios tendem a movimentar-se e por vezes avançam em domínios em que provavelmente a eficácia e a racionalização de recursos recomendariam uma ação mais coletiva e coordenada. Os contextos de partida são sempre imperfeitos e incontornáveis. Não podem ser ignorados e ficar de fora da reavaliação de potenciais de cooperação. É nesse espírito que se entende a valorização do quadro institucional e de governança da futura EIDT.

Não menos importante é ainda o contexto que resultará da incidência da crise sanitária do COVID-19 no território e da recessão económica a ela associada. Esse novo e indesejado contexto é deveras exigente em termos de racionalização e de cooperação de recursos disponíveis. Ou seja, propício à afirmação da lógica intermunicipal, sobretudo se existirem referenciais sólidos para a sua afirmação.

5.2. Questões de governação multinível e de organização do quadro institucional de suporte ao desenvolvimento no TeS

No documento elaborado pela CCDR-N que introduziu o processo participativo de preparação do novo período de programação, a racionalização das condições de governação multinível na região e no país é apontada como uma prioridade do próximo período de programação. As razões para essa prioridade não devem ser entendidas como um desincentivo à flexibilização dos quadros institucionais de suporte e promoção do desenvolvimento local. Antes pelo contrário, essas preocupações derivam da atenção que é prestada ao descontrolo de custos de transação que a governação multinível não otimizada pode

provocar, sobretudo em contextos em que as capacidades de coordenação, a cultura institucional de governança, os recursos humanos e técnicos são escassos.

Já a anterior EIDT TeS 2014-2020 referia, e a situação entretanto não se alterou substancialmente, que em matéria de quadro institucional de suporte ao desenvolvimento local as diferentes geometrias de relacionamento territorial dos municípios integrantes do TeS se refletiam com propriedade na diversidade de associações de desenvolvimento local. Designadamente no que respeita aos GAL-ADL com génese nas políticas de desenvolvimento rural LEADER, entretanto estendidas a outros campos da programação de Fundos Estruturais, o território do TeS acolhe cinco associações – ADERSOUSA, ADRIMAG, BEIRADOURO, DOLMEN e PROBASTO. Não é esta a altura oportuna para avaliar em que medida estas associações tiveram um desenvolvimento uniforme ou se, pelo contrário, a sua dinâmica foi desigual. Muito provavelmente, a dinâmica de tais associações refletirá as condições e ativos de desenvolvimento dos territórios que determinaram a sua génese. Mas a presença desta diversidade de instituições, certamente com os seus desígnios estratégicos próprios, suscita uma maior exigência de coordenação com a estratégia que pretende consolidar o território do TeS como uma unidade de territorialização eficaz de políticas públicas.

As exigências de uma coordenação mais eficaz não se substituem às razões subjacentes à sua constituição e ao protagonismo que têm evidenciado na captação de fundos públicos e de apoios comunitários. Podem e devem ser compatíveis com tais razões, acaso os municípios e outros atores locais que as constituíram continuem a considerar a sua existência válida e os seus programas de intervenção corresponderem às necessidades efetivas de desenvolvimento desses territórios.

Mas não só ao nível do quadro institucional de suporte e dinamização do desenvolvimento existe fragmentação institucional. Entre os produtos dominantes no TeS, o Vinho Verde é simultaneamente um ativo e um fator identitário da sub-região, pois está fortemente disseminado pelo território, embora com especializações e pesos diferenciados. Num setor, em que o quadro institucional mais relevante é de âmbito regional, a Comissão Regional de Viticultura dos Vinhos Verdes, correspondente à Região Demarcada dos Vinhos Verdes, identificam-se no TeS cinco sub-regiões:

- A sub-região de **Amarante** (concelhos de Amarante e Marco de Canavezes);
- A sub-região de **Baião** (concelhos de Baião, Resende com exceção da freguesia de Barrô e Cinfães com exceção das freguesias de Travanca e Souselo);
- A sub-região de **Basto** (concelho de Celorico de Basto no TeS, minoritário em relação aos restantes concelhos de Terras de Basto, Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena);
- A sub-região de **Paiva** (concelho de Castelo de Paiva e as freguesias de Travanca e Souselo de Cinfães);
- A sub-região do **Sousa** (a que integra mais concelhos do TeS, Paços de Ferreira, Lousada, Felgueiras, Penafiel).

Como é compreensível, estas sub-regiões da RDVV correspondem a especializações dominantes de castas e de explorações vitícolas e nessa perspetiva têm perfeitamente justificada a sua existência, aliás validada pela própria entidade regional. Mas o ponto é que a estratégia de afirmação do Vinho Verde como um produto de grande alcance e potencial para afirmar o território do TeS como um todo enfrenta um quadro institucional em que os operadores existentes no TeS têm de partilhar as suas estratégias com operadores de outros territórios que não o do TeS. Uma consequência deste constrangimento é a enorme relevância que assume o posicionamento das sub-regiões da RDVV existentes no TeS nas atividades da CRVVV, tendo em conta elementos como os 50% da produção da RDVV que o TeS aproximadamente representa

O mesmo se poderá dizer do quadro institucional de suporte à problemática da água, onde é também manifesta a grande diversidade de modelos de gestão, em alta e em baixa. Como é compreensível, a problemática da água assume uma grande relevância num território que pretende valorizar as suas condições de atração residencial, tirar partido das suas mais-valias ambientais embora não classificadas ou protegidas e onde operam modelos de ocupação industrial intensos e ainda fortemente dispersos.

Uma consequência de todo este contexto institucional com forte fragmentação aponta para uma atuação seletiva da parte da CIM TeS, intervindo num mundo imperfeito em matéria de contexto de partida. A afirmação de capacidades de concertação intermunicipal deve iniciar-se em domínios a que possam corresponder: (i) existência de espaços de concertação ainda não aproveitados em escalas inferiores às do TeS como um todo; (ii) identificação de efeitos de demonstração de realização tão rápida quanto possível para convencer municípios aderentes; (iii) domínios a que um número de *stakeholders* para além dos municípios valide a sua relevância, consolidando processos.

Na explanação do quadro estratégico teremos oportunidade de clarificar e aplicar este critério.

5.3. A importância crucial das boas práticas já confirmadas

Neste contexto de diversidade, nem sempre agregadora, de quadros institucionais, a viabilidade do reforço da coordenação e governança intermunicipal dependerá em grande medida do efeito demonstração de algumas experiências bem-sucedidas de cooperação existentes no território do TeS. Não pode ignorar-se que o desenvolvimento pleno dos efeitos da pandemia COVID-19 no território do TeS conduzirão inevitavelmente os municípios ao reforço da gestão de proximidade, assistindo os seus munícipes nas suas dificuldades e na organização logística dos processos de ajuda e intervenção do processo de confinamento e sua posterior flexibilização.

Aliás, poderá dizer-se que a relevância da gestão de proximidade na gestão autárquica local não resulta de uma descoberta gerada pelo combate à pandemia. Ela já era perceptível em matérias como as políticas locais de ajuda e proteção social e de educação e combate ao insucesso escolar, por exemplo. Ora num quadro de escassez de recursos técnicos e humanos, e a gestão de proximidade é cada vez mais exigente dada a crescente complexidade dos problemas sociais, é natural que os municípios sejam confrontados com complexos problemas de *“trade-off”* entre a alocação de recursos à mencionada gestão de proximidade e a monitorização proativa da coordenação e governança

intermunicipal. Daí que pensemos que esta última deve avançar seletivamente e em termos estruturados a partir da animação de processos suscetíveis de gerar efeitos de demonstração junto não só dos próprios municípios como também junto de outros *stakeholders* locais, potencialmente aderentes a tais iniciativas.

Essa seletividade de escolhas não depende apenas dos avanços conseguidos do ponto de vista do entendimento entre autarcas. Ela depende também das oportunidades suscitadas pela evolução das políticas públicas em Portugal e do seu quadro institucional de governança no território.

Dois exemplos permitem compreender esta dependência.

A criação das Autoridades Intermunicipais resulta de um quadro legal ao qual as CIM e os municípios que as integram devem obrigatoriamente adaptar-se devendo constituir na esmagadora maioria das CIM o único exemplo de delegação ascendente de competências. Exige obviamente capacitação técnica por parte da CIM e abre um importante espaço de afirmação das lógicas sub-regionais e intermunicipais. É um exemplo de um tipo.

A política desenvolvida pelo Ministério da Educação e ANQEP no âmbito da antecipação de necessidades de qualificações intermédias a satisfazer através da oferta de cursos profissionais e outras modalidades de educação-formação constitui no atual contexto um dos raros domínios de política pública em que se abre espaço à territorialização dessa política a nível sub-regional. Nesse caso, a racionalização da oferta de cursos profissionais, envolvendo um conjunto complexo de atores como as Escolas, as famílias, os empregadores, centros de emprego e associações empresariais, não resulta de um processo obrigatório de delegação ascendente de competências. Consiste antes num processo de concertação voluntária no espaço territorial que corresponde à intervenção das CIM.

Em resumo, reunindo todos os elementos de informação sistematizados até à data em que se compõe o presente relatório, que requerem compreensivelmente incorporações suplementares decorrentes da interação que for possível realizar com a CIM TeS, municípios integrantes e alguns *stakeholders* representativos da sociedade civil, pode concluir-se que uma abordagem sensata ao reforço da governança e coordenação intermunicipal recomendará uma estratégia baseada nos seguintes princípios:

- 1. Apostar na consolidação de iniciativas suscetíveis de gerar efeitos de demonstração das vantagens da cooperação intermunicipal em tempos em que os municípios vão ser chamados a uma exigente gestão de proximidade – caso paradigmático da Rota do Românico e sua réplica por outras Rotas já no terreno, como a das Paisagens Milenares do Baixo Tâmega;
- 2. Trabalhar experiências em que se tenham registado resultados em termos de institucionalização que apontem para a emergência da realidade institucional TeS, como é o caso do Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa e do que ele pode viabilizar em termos de dinamização económica, atração de investimento, gestão mais colaborativa dos espaços de acolhimento empresarial e promoção do empreendedorismo (aspeto já considerado no capítulo 3 e que retomaremos em sede de quadro estratégico):

- 3. Capacitar técnica e humanamente a CIM TeS para gerir processos em que a delegação ascendente de competências para o nível intermunicipal é obrigatória, caso da Autoridade Intermunicipal de Transportes;
- 4. Consolidação do processo de concertação e racionalização da oferta de qualificações intermédias a viabilizar através da oferta de cursos profissionais e de outros cursos de dupla certificação (educação e formação), equacionando-o no âmbito de um processo mais abrangente de promoção da melhoria das qualificações de jovens e de ativos em geral e da empregabilidade no território do TeS, não ignorando os novos cenários que se abrem em matéria de desemprego determinados pela recessão económica COVID-19;
- 5. Máximo aproveitamento da diversidade de estudos técnicos promovidos pela CIM TeS, segundo as lentes interpretativas do potencial desses estudos em matéria de levantamento e fundamento de oportunidades de cooperação intermunicipal;
- 6. Desenvolvimento de um estudo de mais largo fôlego sobre potenciais e oportunidades de partilha de serviços entre municípios e CIM TeS para um horizonte mais largo de projetos de desenvolvimento a nível dos municípios e da própria CIM TeS, com relevo particular para o período de programação 2021-2027.

6. AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RESULTADOS DA REVISÃO DO DIAGNÓSTICO

A revisão do diagnóstico estratégico constante dos capítulos anteriores sugere algumas orientações estratégicas relevantes para a estratégia de desenvolvimento a promover no TeS com o horizonte 2030 e com especial reporte para as prioridades que o território deve defender no período de programação 2021-2027. Essas orientações aplicam-se não só à defesa da posição relativa do TeS num futuro Programa Operacional (PO) Regional Norte, como também a todos os instrumentos de programação que venham a ser assumidos no PT 2030 para além do mencionado PO Norte.

De acordo com os elementos de análise entretanto recolhidos e sistematizados, o território do TeS encontra-se perante dois tipos de desafios estruturais cuja resposta exigirá o desenvolvimento de eixos de intervenção próprios:

- **Os desafios relacionados com a construção da sua identidade como território diferenciado**, espaço pertinente simultaneamente para a concertação intermunicipal de políticas e a territorialização de políticas públicas dirigidas ao território;
- **Os desafios relacionados com a promoção da coesão social e territorial** no seu interior, tendo em conta os diferentes padrões de desigualdades existentes e o objetivo mais geral de conseguir que o modelo económico e de competitividade existente no território gere níveis de rendimento per capita e de produtividade compatíveis com a melhoria dos indicadores de nível de bem-estar material observados no TeS.

Os dois tipos de desafios estruturais atrás referidos são claramente interdependentes. Ou seja, quanto mais persistirem as desigualdades estruturais observadas no TeS mais difícil será consolidar a sua identidade como território diferenciado. Diríamos mesmo que a consolidação do papel da CIM TeS se concretizará em linha com os progressos que for possível alcançar nas melhorias da coesão territorial no TeS. Para além disso, isso será também tanto mais inspirador quanto mais a valorização de traços comuns fizer repercutir resultados no maior número possível de municípios da sub-região.

Justifica-se, por isso, uma breve apresentação do modo como estes dois tipos de desafios estruturais se declinam em prioridades estratégicas².

Os desafios da construção identitária

São vários os domínios através dos quais a estratégia de desenvolvimento a promover pode contribuir para uma maior identidade do TeS como território diferenciado e pertinente para a territorialização de políticas públicas.

A conceção e implementação de uma agenda de inovação e competitividade para o TeS constitui inequivocamente uma dessas frentes. Não se trata apenas de afirmar os níveis de *clusterização*

² No capítulo 7, organizaremos essas prioridades segundo uma tipologia mais próxima da que tem sido utilizada na programação regional, seguindo aliás o modelo da EIDT em revisão.

industrial já existentes no território, segundo um modelo de proximidade à principal concentração de infraestruturas para a competitividade localizadas no coração da aglomeração metropolitana do Porto e promovendo uma mais profunda interconexão das indústrias aí existentes (claramente identificadas no capítulo 3 deste relatório) com a transferência de conhecimento-inovação e a oferta de serviços avançados, em grande parte a partir de centros de recursos e de serviços localizados fora do território do TeS. Trata-se, também, de promover o desenvolvimento de atividades produtivas na fileira agroalimentar, que tem uma relação profunda com os recursos endógenos do TeS, articulado com o processo de qualificação e valorização dos recursos naturais e patrimoniais, tanto na lógica de ordenamento da paisagem e dos ecossistemas (incluindo valorização dos respetivos serviços e introdução de sistemas produtivos mais sustentáveis), como na do reforço da multifuncionalidade (produção, transformação e comercialização de produtos, gastronomia e património, turismo...). Trata-se ainda de promover na sub-região uma agenda alargada de promoção do empreendedorismo, racionalizando os papéis a atribuir à rede de incubadoras existentes no território, incentivando a procura de complementaridades e diferenciando essa rede através dos centros de recursos a montante da ação desenvolvida pelas entidades integradas nessa rede. Trata-se ainda de trabalhar a atração de investimento ao território, de gerir as complementaridades existentes entre as áreas de acolhimento empresarial implantadas no TeS e de valorizar a presença institucional do Conselho Empresarial do TeS como veículo de robustecimento da cooperação intermunicipal em matéria de desenvolvimento económico, inovação e competitividade num território em que a intermediação com as pequenas empresas é crucial.

A construção de uma maior identidade diferenciadora para o TeS deve ainda incluir uma **frente de intervenção centrada na valorização do potencial de juventude** que ainda existe no território do TeS e **na sua integração com uma agenda de políticas de educação e formação e culturais territorializadas**, em linha seja com a agenda de inovação e competitividade atrás referida, seja segundo uma via de melhoria das qualificações de população e ativos como fator de coesão no território. Esta prioridade de intervenção não poderá deixar de ter em conta as alterações que irão registar-se no contexto de partida do mercado de trabalho no TeS com a recessão económica que acompanhará a pandemia do COVID-19.

Uma outra frente de construção identitária do TeS é a da sustentabilidade ambiental e da ação climática. Esta última pode ser o agregador na resposta a diversos desafios do território, na lógica da qualificação, gestão de riscos naturais e sustentabilidade. A existência de um Plano Intermunicipal é uma base de partida muito positiva e um elemento de racionalidade e consistência. A sua operacionalização num quadro operativo de intervenções a promover constitui em si próprio um desafio importante, mas responde a uma oportunidade dada a previsível e significativa alocação de recursos que assumirá no período de programação 2021-2027, independentemente das alterações que poderão ser registadas por força do pós-COVID-19. Resta sublinhar que a concretização desta frente de construção identitária enfrenta ela própria um desafio relevante. As mais-valias ambientais e de património natural existentes no TeS não correspondem a áreas classificadas ou protegidas. Suscitam, por isso, exigências e problemas de governança que encontrarão no espaço intermunicipal o ambiente adequado para a sua discussão, em estreita articulação com o modo como os instrumentos de gestão territorial geridos pelos municípios (PDM em particular) inserem tais mais-valias no ordenamento do território municipal e na sua regulamentação.

Poderemos ainda acrescentar uma outra frente de construção identitária, já parcialmente referida na agenda de inovação e competitividade, relativa à **promoção e consolidação de dinâmicas e práticas culturais e artísticas mobilizadoras de recursos de património histórico-cultural e de capital simbólico**, segundo uma lógica de valorização de recursos endógenos e de consolidação da identidade diferenciadora do território do TeS e de papel crucial que podem desempenhar na qualidade de vida, na qualificação das pessoas e na cidadania, para além da comunicação e marketing territorial.

Os desafios do reforço da coesão social e territorial

A estruturação de um sistema urbano claro, com centralidades bem afirmadas a diversas escalas, é essencial para a sustentabilidade e coesão territorial e deve ser assumida como uma prioridade da tipologia de intervenções ao serviço de níveis mais elevados de coesão territorial no TeS. Pode ser assumida como prioridade transversal nas políticas municipais e intermunicipais em domínios como a mobilidade, a prestação de serviços de proximidade, a resposta a situações de risco e emergência, os serviços às empresas, etc. Esta estruturação deve ser entendida como trave mestra de uma estratégia de ordenamento do território do TeS que promova o reforço da coesão territorial do TeS e apoie a territorialização de políticas públicas setoriais no território.

Uma segunda frente de intervenção focada no reforço da coesão territorial consiste **no desencravamento das áreas mais distantes-isoladas**. Não perdendo de vista que se trata de intervenções infraestruturais para as quais se impõe um esforço na definição de fontes de financiamento, com a preocupação adicional de priorizar ligações internas que reforcem a coesão. Os casos mais ilustrativos são (i) ligar Resende a Cinfães, Baião, Marco e Amarante, (ii) ligar Cinfães a Resende, Marco e Penafiel, (iii) ligar Castelo de Paiva a Penafiel e Cinfães e (iv) ligar Celorico a Amarante e Felgueiras, reservando para um plano secundário de prioridades ligações “pelo exterior, tais como Celorico-Cabeceiras, Resende-A24 e Castelo de Paiva-AM Porto. A superação deste tipo de défice infraestrutural ganha uma outra relevância se for concretizado com seletividade e no quadro de princípios claros, tais como a estruturação do sistema urbano, o reforço da coesão territorial, o reforço da relação dos centros urbanos com os seus hinterlands rurais e o desejado desencravamento de áreas isoladas.

Uma terceira frente de intervenção diz respeito ao reforço da coesão social, tendo em vista melhorar a posição do TeS no contexto nacional, tal como decorre do indicador sintético de desenvolvimento regional do INE – dimensão coesão social. É necessário intervir na dupla desigualdade do acesso ao rendimento e aos serviços de saúde, sociais, de educação e cultura em relação ao país e no interior do TeS. É necessário ainda combater os níveis e riscos de pobreza que se observam predominantemente nos contextos de inatividade dos concelhos com maior índice de ruralidade. Estima-se que os efeitos da pandemia COVID-19 tenderão a alterar para pior este contexto de referência, mais justificando a prioridade deste domínio de intervenção.

Finalmente, uma **quarta frente de intervenção focada no reforço do papel da CIM na coordenação e governança intermunicipal**. É essencial reforçar o seu papel na partilha de serviços, planeamento e gestão nos domínios ambientais e da mobilidade – o território precisa de coesão e racionalização.

Retomam-se neste sentido as orientações estratégicas estabelecidas no capítulo 5, aqui formuladas de modo mais sucinto:

- 1. Apostar na consolidação de iniciativas suscetíveis de gerar efeitos de demonstração das vantagens da cooperação intermunicipal;
- 2. Trabalhar experiências em que se tenham registado resultados em termos de institucionalização que apontem para a emergência da realidade institucional TeS, como é o caso do Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa;
- 3. Capacitar técnica e humanamente a CIM TeS para gerir processos em que a delegação ascendente de competências para o nível intermunicipal é obrigatória, caso da Autoridade Intermunicipal de Transportes;
- 4. Consolidação do processo de concertação e racionalização da oferta de qualificações intermédias a viabilizar através da oferta de cursos profissionais e de outros cursos de dupla certificação (educação e formação);
- 5. Máximo aproveitamento da diversidade de estudos técnicos promovidos pela CIM TeS, segundo as lentes interpretativas do potencial desses estudos em matéria de levantamento e fundamento de oportunidades de cooperação intermunicipal;
- 6. Desenvolvimento de um estudo de mais largo fôlego sobre potenciais e oportunidades de partilha de serviços entre municípios e CIM TeS.

7. PROPOSTA DE QUADRO ESTRATÉGICO

A proposta de quadro estratégico está organizada em Agendas Estratégicas, que nos pareceu ser a formulação mais flexível para enquadrar um exercício do qual não são ainda totalmente conhecidos todos os elementos de enquadramento da programação e da futura contratualização.

As agendas, por sua vez, estão organizadas em Eixos Prioritários, aos quais correspondem objetivos estratégicos específicos e propostas de linhas de ação, cujo enunciado pretende simultaneamente enquadrar e estimular a criatividade local na formatação de projetos.

7.1. AGENDA DE INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE PARA O TeS

Esta agenda integra estrategicamente três eixos prioritários de intervenção

Eixo Prioritário 1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos *clusters* industriais

A economia do TeS apresenta uma marcada especialização nas Indústrias Transformadoras e, por essa via, está fortemente inserida no comércio internacional de bens. Este padrão de sobreespecialização diz respeito, no essencial, a três subsetores industriais: Calçado, Vestuário e Mobiliário. Estes subsetores estruturam-se sob a forma de *clusters*, com uma elevada aglomeração de unidades industriais de diferentes dimensões: o **Calçado** concentrado em Felgueiras; o **Mobiliário** concentrado em Paços de Ferreira; o **Vestuário** com um padrão mais desconcentrado, com presença relevante em Lousada, Paços de Ferreira, Penafiel e Marco de Canavezes.

De uma forma geral, estes subsetores observaram, no TeS, uma evolução positiva no passado recente (2013-2018). Não obstante, permanecem confrontados com importantes desafios em matéria de produtividade e competitividade:

- Ao nível da inovação produto, aprofundando a diferenciação com base no *design* ou na utilização de materiais inteligentes ou com propriedades funcionais e técnicas avançadas;
- Ao nível da inovação processo, nomeadamente adotando princípios da Indústria 4.0 e dos sistemas avançados de produção;
- Ao nível da internacionalização e do marketing, com um maior controle sobre a distribuição e sobre o acesso aos mercados;
- Ao nível das qualificações, promovendo a oferta de novas competências e a necessária renovação geracional do emprego.

Por outro lado, a envolvente empresarial de apoio à competitividade e à inovação é particularmente frágil no TeS, destacando-se a quase ausência no território de infraestruturas de Ciência e Tecnologia e um nível incipiente de atividades de I&D executada, quer nos setores não empresariais quer no setor empresarial.

Adicionalmente, observa-se uma certa fragmentação das iniciativas de apoio ao empreendedorismo e à atração de investimento, à competitividade e à inovação, conduzidas a nível municipal e a nível de associações empresariais de âmbito local.

Importa pois definir objetivos que reforcem o sistema sub-regional de inovação (em articulação com o SRI Norte) bem como consolidar e alargar boas práticas que visem plataformas, na envolvente empresarial, com uma maior escala de intervenção (a exemplo de iniciativas como as da criação do Instituto Empresarial do Tâmega (IET), do Conselho Empresarial do TeS e da intervenção da CIM do TeS, nomeadamente através das edições do TeS Empreendedor.

Os objetivos e intervenções a prosseguir no próximo período de programação, visando caminhar para um sistema de I&D+I capaz de apoiar as empresas nos seus importantes desafios em termos de inovação, remetem para que se equacionem iniciativas com maior escala em matéria de atração de investimento e de formatação de programas de empreendedorismo bem como para a necessidade de trazer para o território organizações do SCTN com competências tecnológicas adequadas aos *clusters* industriais.

A qualificação para a inovação e para a competitividade dos clusters industriais do TeS tem potencial para gerar um duplo impacto estrutural: por um lado, o aumento da competitividade, da produtividade e da qualificação do emprego no interior de cada *cluster* industrial; por outro, alargamento da base económica do TeS ao nível dos serviços avançados de natureza económica.

De notar que as indústrias do Calçado, Têxtil e Vestuário e Mobiliário estão enquadradas no domínio prioritário Cultura, Criação e Moda da RIS3 Norte. Das orientações preliminares para a RIS3 Norte 2021-2027 retemos: “(...) Cultura, Criação e Moda, caracterizado por algumas das indústrias (ditas) tradicionais da Região do Norte, como o Têxtil e Vestuário, o Calçado e a Madeira e Mobiliário. Apesar do ajustamento estrutural registado nas duas últimas décadas, trata-se de indústrias que continuam a caracterizar-se em termos relativos por maior intensidade em mão de obra e dependência para o seu desenvolvimento de fatores dinâmicos de promoção da competitividade mais imateriais e menos tecnológicos. Compreende-se a aposta neste domínio no contexto temporal da elaboração da RIS3 Norte, fortemente recessivo com quebras de produto e níveis elevados de desemprego. O crescimento económico subsequente, mais dependente do acréscimo de emprego do que da produtividade, validou implicitamente esta aposta. Mas o contexto económico e social da economia regional mudou radicalmente, passando-se de taxas historicamente elevadas de desemprego para uma situação de (quase) pleno emprego. O crescimento económico numa perspetiva de médio prazo passa a estar condicionado por ganhos de produtividade, que não têm sido significativos. Este especial enfoque nos ganhos de produtividade deve merecer especial atenção na potencial hierarquia dos domínios prioritários de especialização inteligente” (Relatório de Monitorização da Estratégia de Especialização Inteligente da Região Norte, 2019, pg. 188).

A eventual mudança do racional associado a este domínio poderá ir no sentido de diminuir a tónica dos apoios à inovação produtiva nas indústrias tradicionais, muito orientados para a renovação do parque de equipamentos com modestos ganhos de produtividade, ganhando relevância investimentos produtivos mais disruptivos (por exemplo, Indústria 4.0), investimentos em segmentos de maior intensidade tecnológica e, ainda, a aposta nos fatores imateriais da competitividade.

Objetivo Específico 1.1 – Promover a I&D+I nas empresas

São propostas, sob este objetivo específico, as seguintes linhas de ação:

LA1. Promover a I&D empresarial, por forma a capacitar o tecido empresarial dos *clusters* industriais a evoluir para segmentos de maior intensidade tecnológica e para inovações mais disruptivas.

A operacionalização desta linha de ação assenta primordialmente nos incentivos financeiros (atualmente, o SI I&DT) e fiscais (atualmente o SIFIDE) definidos a nível nacional. De notar que, no atual período de programação, a participação de empresas do TeS em projetos aprovados no OT1 do Portugal 2020 tem sido muito reduzida: A 31 de dezembro de 2019, contava-se apenas a participação em 26 projetos aprovados (2 SI I&DT Individuais, 8 SI I&DT Copromoção, 4 SI I&DT Mobilizadores, 11 SI I&DT Vales e 1 SI I&DT Propriedade Industrial). Chama-se a atenção para a relevância dos projetos em copromoção, como instrumento fundamental para estabelecer ligações entre as empresas e as entidades do SCTN.

LA2. Promover a inovação empresarial nas áreas do produto, do processo, do marketing e da organização.

A operacionalização desta linha de ação assenta primordialmente nos incentivos financeiros (atualmente, o SI Inovação, o SI Internacionalização PME e o SI Qualificação PME). De notar que, no atual período de programação, a participação de empresas do TeS em projetos aprovados no OT3 do Portugal 2020 foi razoavelmente expressiva: A 31 de dezembro de 2019, contava-se a aprovação de 440 projetos, dos quais 115 no SI Inovação Produtiva, 2 no SI Inovação Empreendedorismo, 8 no SI Inovação vales, 206 no SI QIPME Individuais, 68 no SI QI PME Conjuntos e 41 no SI QIPME vales. Este tipo de instrumentos será fundamental, no próximo período de programação para incentivar o *upgrading* tecnológico das empresas (nomeadamente no campo da Indústria 4.0 e da digitalização da economia) bem como para aprofundar os fatores imateriais da competitividade e da internacionalização.

Objetivo Específico 1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte

São propostas, sob este objetivo específico, as seguintes linhas de ação:

LA3. Procurar atrair para o TeS mais atividades de IES (Instituições de Ensino Superior), seja ao nível de programas de formação seja ao nível de atividades de investigação. Identificam-se as áreas da Tecnologia (já com a presença da ESTG/IPP de Felgueiras), da Criatividade e *Design* (com a presença emergente do ISCE Douro) e das Ciências Agrárias como prioritárias.

LA4. Reforçar a presença de instituições de interface, prestadoras de serviços tecnológicos. Para além da continuidade da presença do CTCP, com Delegação em Felgueiras, importa equacionar o retomar do projeto do Centro Tecnológico do Mobiliário, com instalações encerradas há mais de 15 anos (em Paredes).

LA5. Dar continuidade ao IET / Tâmega Park, quer na sua componente de incubação / aceleração quer na sua componente de facilitação ao nível de serviços tecnológicos e de formação, procurando conferir-lhe um cariz territorialmente mais abrangente.

Em todas estas ações, os atores do TeS e, em particular, a CIM, devem procurar atrair e envolver as entidades do SCTN sediadas nas NUTs III vizinhas (AMP, Ave, Douro).

Objetivo Específico 1.3 – Promover o empreendedorismo e alargar a base territorial da competitividade

São propostas, sob este objetivo específico, a seguinte linha de ação:

LA6. Promover programas de empreendedorismo (concursos de ideias, incubação e aceleração de novos projetos), dando continuidade a linha de ação existente no TeS Empreendedor. Para além de projetos de empreendedorismo tecnológico na área industrial, considera-se igualmente prioritárias as áreas dos serviços avançados para as empresas.

Considera-se que nesta tipologia de intervenções compete à CIM do TeS assumir um papel incentivador e coordenador, procurando envolver todos os municípios, para além do envolvimento de entidades do SCTN e do ecossistema de apoio ao empreendedorismo.

Objetivo Específico 1.4 – Atrair investimento externo

Propõe-se a seguinte linha de ação:

LA7. Ponderar a criação de uma agência de investimento de âmbito intermunicipal (Tâmega e Sousa Invest), que pode funcionar no mesmo suporte institucional que coordena o marketing territorial (embora exigindo competências específicas), como elemento coordenador de ações coletivas e para atrair e acolher investidores externos.

Em particular, deve-se almejar a atração de investimento externo estruturante seja para os *clusters* industriais mais representativos (tendo o caso de sucesso IKEA Industry como referência) seja noutras atividades.

Retomam-se aqui as iniciativas elencadas no “Plano de Ação Territorial TS”: (i) Implementação do Tâmega & Sousa Invest; (ii) Lançamento do “Kit Invest Tâmega e Sousa”; (iii) Programa IN.dustry 2023; (iv) Lançamento da campanha “Tâmega e Sousa: o local para investir”/ “Tâmega e Sousa: the best place to invest”; (v) Lançamento do ciclo de eventos “Breakfast in Tâmega e Sousa Invest”.

Objetivo Específico 1.5 – Oferta de Solo Industrial

Este objetivo específico materializa-se numa linha de ação:

LA8. Prosseguir uma política de oferta de solo industrial, com a qualificação e gestão coordenada da rede de zonas industriais municipais, explorando as oportunidades de complementar a oferta de solo infraestruturado com serviços comuns de apoio à competitividade e ao

empreendedorismo (internacionalização, qualificação, formação, informação, programas de incubação e aceleração), envolvendo as associações empresariais.

Objetivo Específico 1.6 – Capacitar para a Transformação Digital

São propostos, sob este objetivo específico, as seguintes linhas de ação:

LA9. Aprofundar a transformação digital dos serviços públicos municipais, não apenas em termos de governo eletrónico mas também na gestão e organização dos serviços e infraestruturas.

LA10. Incentivar a transformação digital das empresas, abrangendo todas as áreas funcionais, incluindo as de produção, de logística, administrativa, comercial ou de recursos humanos. Ao nível produtivo e nas fileiras agroindustriais, é de destacar o desafio da chamada agricultura de precisão, com um elevado potencial de utilização no território em análise.

LA11. Desenvolver as ações necessárias para que todo o território do Tâmega e Sousa tenha acesso à rede 5G.

LA12. Criar núcleos, humana e tecnicamente apetrechados, de intermediação de serviços tendentes a melhorar a literacia digital e o acesso a essas facilidades por parte da população mais envelhecida.

Eixo Prioritário 2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território

A atividade turística no TeS observou, nos anos recentes, uma acentuada expansão quer em termos de oferta quer em termos de procura. O TeS dispõe de importantes fatores de atração turística, nomeadamente, um rico património histórico e cultural, áreas naturais de grande beleza, recursos termais e os seus vinhos e gastronomia. Assim, existe um elevado potencial para a continuidade do crescimento dos fluxos turísticos direcionados para os segmentos associados ao turismo cultural, ao turismo de natureza e ao turismo náutico, ao turismo termal, à gastronomia e vinhos, ao enoturismo, ao turismo em espaço rural, sem esquecer o turismo de negócios.

Por outro lado, pelo seu enquadramento regional, o TeS está muito próximo de polos turísticos relevantes, como são a cidade do Porto e o Douro vinhateiro, encontrando-se numa localização de fronteira entre estes dois destinos, o que potencia a captação de procuras, de residentes e não residentes, para os segmentos acima referidos.

Considera-se que o desenvolvimento turístico incidirá sobre a totalidade do território, dando um contributo muito importante para a criação de valor e de emprego, especialmente nas zonas de menor tradição industrial, sendo assim um importante fator de coesão social e territorial.

De notar que o Turismo está enquadrado no domínio prioritário Capital Simbólico, Tecnologias e Serviços do Turismo da RIS3 Norte. Das orientações preliminares para a RIS3 Norte 2021-2027 retemos: “Deverá reforçar-se o seu enfoque na dinamização do turismo como forma de valorização económica de recursos e ativos, materiais e simbólicos, intensivos em território, designadamente em subespaços regionais que poucos recursos e ativos dispõem para além destes, e não tanto na expansão

da oferta turística e, em particular, de alojamento” (Relatório de Monitorização da Estratégia de Especialização Inteligente da Região Norte, 2019, pg. 182).

Objetivo Específico 2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística

São propostas, sob este objetivo específico, as seguintes linhas de ação:

LA13. Consolidar uma visão comum sobre a diferenciação da oferta turística no Tâmega e Sousa, mobilizando e partilhando com os diferentes atores, identificando os segmentos prioritários (património histórico e cultural, turismo de natureza, turismo náutico, turismo termal, gastronomia e vinhos, enoturismo e turismo em espaço rural, sem esquecer o turismo de negócios).

LA14. Alargar e qualificar a oferta de produtos turísticos com base em ações coletivas, municipais e intermunicipais, nomeadamente ao nível da ampliação da rede de rotas temáticas (Rota do Românico, Rota do Vinho Verde, Rede de casas d’escrita Escritores a Norte , etc.) e da qualificação e consolidação de eventos.

LA15. Desenvolver aplicações móveis para informação e recomendação visual de sítios, rotas, trilhos, áreas protegidas e classificadas, alojamento, gastronomia, eventos, produtos endógenos.

LA16. Organizar programas de empreendedorismo orientado para a oferta de serviços turísticos diferenciados e respondendo a novas procuras.

LA17. Promover a continuidade das ações de facilitação e de apoio, com base em incentivos nacionais mas também modulados a nível do território, ao investimento privado na hotelaria, no alojamento local e rural, na restauração e nos serviços turísticos.

LA18. Conceber e implementar programas de formação e capacitação dos agentes turísticos, reforçando as qualificações dos agentes turísticos para assegurar um nível de prestação de serviço que garanta a satisfação dos visitantes.

Objetivo Específico 2.2 – Concretizar a promoção turística do Tâmega e Sousa, em articulação com os níveis regional e nacional

São propostas, sob este objetivo específico, as seguintes linhas de ação:

LA19. Apoiar, coordenar e dar uma identidade comum nas ações de promoção turística desenvolvidas ao nível municipal, competindo à CIM o papel de agente coordenador. Esta linha de ação pode ser operacionalizada através da definição e execução de um programa de marketing territorial, em que o turismo, em sinergia com a cultura, terá lugar de destaque.

LA20. Coordenar e contratualizar com as entidades regionais e nacionais as ações de promoção turística do TeS, visando os mercados nacional, ibérico e outros mercados externos.

Objetivo Específico 2.3 – Otimizar os recursos de explorações agrícolas e pecuárias

Sob este objetivo específico, são propostas as seguintes linhas de ação:

LA21. Reforçar e capacitar associações, cooperativas e agrupamentos de produtores no sentido de minimizar constrangimentos derivados da pequena dimensão das explorações na produção animal e vegetal.

LA22. Promover o envolvimento coletivo dessas associações no planeamento da produção, no acesso a fatores de produção, na oferta de serviços de armazenamento (frio), normalização, embalagem, comercialização e marketing.

LA23. Assegurar a continuidade dos apoios financeiros à produção vegetal e animal bem como à transformação a jusante, no quadro dos sistemas de incentivos nacionais e regionais.

Objetivo Específico 2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais

Sob este objetivo específico, são propostas as seguintes linhas de ação:

- **LA24.** Promover em, articulação com o Ministério da Agricultura, a localização no território do TeS de infraestruturas de base tecnológica de suporte à pequena produção agrícola e à incorporação de conhecimento, promovendo a inovação tecnológica nas fileiras agroindustriais, através do desenvolvimento de plataformas de serviços tecnológicos e técnicos, com o envolvimento de entidades do SCTN (UTAD, UMinho, IPP, ...).

LA25. Promover a capacitação e a reorganização das infraestruturas de apoio à incubação em meio rural, em cooperação com as ADL existentes no território do TeS e os seus planos estratégicos de capacitação e diferenciação.

LA26. Incentivar e apoiar estratégias de diferenciação nos segmentos mais competitivos, tendo em conta as condições edafo-climáticas, fundiárias e técnicas prevalentes, associando a produção a estratégias de diferenciação com base na qualidade, nos saberes fazer tradicionais e no elevado valor simbólico.

LA27. Promover a renovação geracional nas fileiras agroindustriais, através de programas de empreendedorismo rural.

Objetivo Específico 2.5 – Promover os serviços avançados de apoio à distribuição e à comercialização

Sob este objetivo específico, são propostas as seguintes linhas de ação:

LA28. Melhorar a logística de distribuição (armazenamento, frio, embalagem, transporte), seja apoiando o investimento privado seja através de ações coletivas de apoio aos pequenos produtores (por exemplo através dos núcleos PROVE).

LA29. Melhorar o acesso aos mercados e a internacionalização, seja apoiando as empresas nas suas ações de internacionalização seja através de ações coletivas.

LA30. Promover com foco nos pequenos produtores e em certos segmentos de produtos ações coletivas de criação e promoção de uma ou várias marcas agregadoras, associando-lhe características de produtos de elevada qualidade e/ou com elevado valor simbólico.

LA31. Organizar e divulgar feiras e certames de produtos endógenos, incluindo a qualificação dos eventos mais importantes que existem na região.

LA32. Promover projetos exemplares e demonstradores de criação e valorização de circuitos curtos de distribuição de produtos agrícolas e outros produtos locais, especialmente dirigidos a pequenos produtores sem ligações estabilizadas com as médias e grandes superfícies de distribuição.

7.2. AGENDA PARA A VALORIZAÇÃO DAS MAIS VALIAS-AMBIENTAIS DO TeS E PARA A ABORDAGEM À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O diagnóstico realizado permite evidenciar uma relação, com aspetos virtuosos e outros conflituais, entre os significativos valores naturais presentes no território e o seu modelo de ocupação, as atividades humanas e os sistemas produtivos, num contexto em que o processo de mudança climática é uma macrotendência incontornável.



Este diagnóstico permite, também, reconhecer que a resposta dos serviços ambientais (água, resíduos, estruturas ecológicas urbanas...) tem evoluído em termos quantitativos e qualitativos, mas mantendo situações muito desiguais de dotação entre as várias partes do território.

A agenda que se propõe para a valorização das mais-valias ambientais do TeS e para a abordagem à emergência climática mantém com a agenda de inovação e competitividade um claro relacionamento, que advém, sobretudo, do potencial revelado pelas fileiras da produção vegetal e animal em territórios cuja valia ambiental deve ser valorizada como traço diferenciador.

Esta agenda contempla dois eixos. O primeiro destina-se, de uma forma muito resumida, a promover a qualidade ambiental e a valorização dos recursos. O segundo é de natureza mais prospetiva, visando preparar a sociedade para a resposta às ameaças que a mudança climática que se antecipa. É, no entanto, evidente que não há fronteiras claras entre estes dois campos, devendo procurar-se que os programas e as intervenções concretas contribuam para estas duas grandes linhas de ação.

Eixo Prioritário 3 - Defender a qualidade ambiental no TeS, preservando o seu património natural e reforçando a cobertura dos serviços ambientais

Objetivo Específico 3.1 – Promover a economia circular

Em estreita articulação com os desenvolvimentos que vierem a ser registados na agenda regional Norte para a valorização das atividades e negócios de economia circular, são propostos, sob este objetivo específico, as seguintes linhas de ação:

LA33. Promover a valorização dos resíduos agroindustriais e florestais, através do desenvolvimento de tecnologias de extração de compostos com propriedades químicas e biológicas com potencial para as indústrias alimentar, farmacêutica e cosmética, potenciando o surgimento de empresas que se centrem no aproveitamento de recursos de elevado valor.

LA34. Estimular modelos de negócio baseados nos princípios da economia circular nas atividades industriais e comerciais, incentivando a geração de sinergias ao longo de todo o ciclo de produção-distribuição-consumo, através de incentivos às empresas e da criação de plataformas facilitadoras (sistemas de informação, zonas empresariais responsáveis).

LA35. Apoiar projetos inovadores de redução do metabolismo económico das Cidades, segundo o modelo de cidades circulares, incluindo o envolvimento das atividades sociais e económicas e a sensibilização e educação dos cidadãos e consumidores.

Objetivo Específico 3.2 – Qualificar e otimizar a gestão da água e dos resíduos

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA36. Promover programas de qualificação e otimização dos serviços do ciclo urbano da água e de promoção do consumo responsável por cidadãos, empresas e instituições, com objetivos de racionalizar consumos, eliminar perdas, reutilizar águas residuais ou pluviais, aumentar a resiliência dos sistemas face às alterações climáticas e proteger os recursos hídricos.

LA37. Aumentar os níveis de cooperação e concertação entre municípios e outras entidades gestoras de serviços da água, visando dar uma resposta conjunta e mais eficiente nos setores do território onde a cobertura ainda é baixa e permitindo complementar e compensar mutuamente os níveis de serviço em períodos de maior pressão de consumo ou escassez de água.

LA38. Incorporar princípios e processos da economia circular no modelo de planeamento e operação dos serviços de recolha, gestão, tratamento e valorização de resíduos por parte dos municípios e das entidades gestoras de resíduos no Tâmega e Sousa.

LA39. Promover uma resposta de escala regional aos desafios da recolha seletiva multimaterial, de gestão dos biorresíduos e do destino final dos resíduos não tratáveis.

Eixo Prioritário 4 – Adaptar o território e a sociedade ao processo de mudança climática

Objetivo Específico 4.1 – Descarbonizar a economia e potenciar a eficiência e a sustentabilidade energética

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA40. Incentivar a produção de energia a partir de fontes renováveis, através de investimentos privados em unidades de produção, nomeadamente parques eólicos.

LA41. Promover a produção e utilização de energias renováveis através de sistemas desconcentrados de produção (nomeadamente fotovoltaico) e de armazenamento (baterias) nos edifícios e equipamentos públicos, nas empresas e no setor residencial.

LA42. Promover a mobilidade elétrica, quer na rede de transportes públicos quer no enquadramento da utilização dos transportes individuais.

LA43. Promover a eficiência energética nos edifícios e equipamentos públicos, na iluminação pública, nas empresas e no setor residencial, com a definição de medidas de racionalização dos consumos energéticos, a realização de intervenções estruturais e de substituição de equipamentos e iniciativas de sensibilização e de disseminação de boas práticas no contexto da eficiência energética. **Nota:** Face às dificuldades observadas na implementação da programação 2014-2020 nesta matéria, impõe-se uma revisão das condições de programação, de modo a integrar ensinamentos, identificar obstáculos e insuficiências registados e criar condições para uma mais fluida implementação.

Objetivo Específico 4.2 – Promover a adaptação à Mudança Climática no Tâmega e Sousa

A elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas para o território do TeS, promovida pela CIM TeS, e as parcerias com universidades e centros de investigação que o tornaram possível, constituem um importante capital para a mobilização de novo conhecimento suscetível de garantir ao território um lugar proeminente na concretização de uma agenda para a Emergência Climática.

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA44. Responder, de forma coordenada, aos desafios colocados pelas alterações climáticas aos Sistemas Agrícolas e Florestais, à Biodiversidade, à Economia e à Sociedade, através da implementação das medidas do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas no Tâmega e Sousa.

LA45. Valorizar e preservar o património natural e, em particular, as áreas protegidas e classificadas, aprofundando o conhecimento científico sobre as mesmas, o seu potencial turístico, as potencialidades inexploradas e/ou subaproveitadas, a participação em redes nacionais e internacionais e a valorização dos serviços de ecossistema.

LA46. Mobilizar a produção de conhecimento em domínios que o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas tenha revelado como prioritários:

- projetos de investigação, e os correspondentes processos de transferência de conhecimento, em termos de extensão rural focados nos efeitos do panorama de

alterações climáticas identificados para o TeS nos sistemas de produção agrícola e de cultivo;

- projetos de investigação focados na determinação do valor social e ambiental dos espaços e territórios que constituem as mais-valias ambientais do TeS, enquanto ecossistemas cruciais em matéria de sequestro de carbono;
- projetos de investigação na área das ciências sociais focados na promoção de comportamentos favoráveis à disseminação de práticas de economia circular.

7.3. AGENDA PARA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS E ORGANIZAÇÕES E PARA A COESÃO SOCIAL NO TeS

Eixo Prioritário 5 – Sistema educativo e de formação

Objetivo Específico 5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA47. Apoiar um novo ciclo de projetos de combate ao abandono e insucesso escolar com maior envolvimento de comunidades locais e de foco nos ensinamentos da primeira fase e nos fatores entretanto identificados como geradores de abandono e insucesso escolar;

LA48. Apoiar projetos de formação e capacitação de professores envolvidos em processos de combate ao abandono e insucesso escolar em termos de metodologias pedagógicas e de intervenção comunitária destinadas aos públicos-alvo destes programas;

LA49. Fortalecer a rede de oferta de ensino profissionalizante (pública e privada), institucionalizando formas de cooperação e envolvimento de empregadores e associações empresariais numa lógica de maior adaptação e capacidade de resposta de cursos profissionais e outras modalidades de dupla certificação às mudanças e necessidades do sistema produtivo do TeS;

LA50. Conceber e implementar ações de sensibilização da procura social das famílias relativa ao ensino profissional, privilegiando ações que envolvam alunos que frequentem esses cursos e trabalhando a sua própria experiência;

LA51. Apoiar projetos replicáveis de inovação pedagógica, combinando ensino presencial e à distância segundo uma lógica de capacitação de alunos para a autoformação orientada;

LA52. Fortalecer a criação de condições para a transformação digital das escolas;

LA53. Conceber e implementar projetos focados na identificação de jovens NEET nos concelhos do TeS e no desenho de intervenções destinadas à sua reintegração na Escola, na formação ou no trabalho consoante as suas qualificações e recuperação de expectativas.

Objetivo Específico 5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA54. Promover a qualificação da população adulta, seja de ativos com baixas qualificações, seja de ativos não empregados, desempregados ou inativos;

LA55. Conceber em articulação com associações empresariais setoriais programas de formação de ativos empregados inseridos em processos de modernização e inovação empresarial;

LA56. Conceber programas de formação-ação focados em problemas específicos de reorganização empresarial e aumentos de produtividade;

LA57. Apoiar a dotação tecnológica para a transformação digital dos centros de formação profissional;

LA58. Concertar e operacionalizar a criação de *task-force* organizativas para a formação de ativos e resposta a necessidades de formação de grandes investimentos atraídos ao território do TeS.

Eixo Prioritário 6 – Políticas ativas de emprego e coesão social

Os insuficientes níveis de coesão social revelados pelo território do TeS têm emergido como um problema essencialmente ligado à questão das qualificações da população e às condições de mercado de trabalho não geradoras de retribuição salarial e de rendimento compatíveis com a melhoria de bem-estar material da população. Este é um domínio em que os efeitos sanitários e económicos da pandemia do coronavírus vão fazer-se sentir, gerando novas necessidades de intervenção de políticas públicas tanto mais prolongadas no tempo quanto mais prolongada for a recessão económica. Face à informação disponível, esses efeitos económicos serão fortes, permanecendo a indeterminação da sua incidência no tempo, dependente de uma recuperação mais rápida ou mais lenta.

Objetivo Específico 6.1 – Conceber programas de ativação de desempregados adaptáveis à evolução das condições do mercado de trabalho

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA59. Conceber programas compreensivos de ativação em função das condições e probabilidade de reintegração no mercado de trabalho, com formação associada de atualização ou de reconversão profissional consoante as circunstâncias;

LA60. Conceber programas específicos para os trabalhos desempregados em atividades turísticas, promovendo processos mais completos de robustecimento de competências no quadro da especialização turística recomendada para o TeS.

Objetivo Específico 6.2 – Promover a empregabilidade e a transição para a vida ativa de jovens

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA61. Conceber e implementar um programa de melhoria das condições de empregabilidade de jovens licenciados com envolvimento de empresas da região e fornecimento de complementos de formação para a empregabilidade, destinado a melhorar as condições de *matching* entre oferta de qualificações e procura de competências;

LA62. Idem para diplomados de TeSP e CET;

LA63. Apoiar programas de curta duração de reforço de competências para a transformação digital para jovens licenciados;

LA64. Conceber programas com cofinanciamento público e privado de promoção da melhoria das condições de conciliação da vida profissional e familiar, destinados a reforçar a empregabilidade conjunta de casais jovens, a inserção profissional da mulher e a melhoria dos índices de fertilidade nos casais jovens.

Objetivo Específico 6.3 – Melhorar as condições de resiliência dos territórios do TeS a crises de saúde pública que impliquem pressão sobre os sistemas de saúde e de apoio social

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA65. Financiar uma linha de estudos focados na identificação das fragilidades e vulnerabilidades dos territórios do TeS revelados em plena incidência da crise pandémica, com identificação e fundamentação de propostas de mitigação das mesmas;

LA66. Capacitar a rede de centros de saúde do TeS e a rede de instituições com intervenção no apoio a idosos para uma resposta mais robusta a crises sanitárias de natureza pandémica;

LA67. Conceber e lançar campanhas de sensibilização da população nos municípios do TeS para uma melhor resposta a processos pandémicos;

LA68. Apoiar a conceção de planos de contingência em empresas para resposta a processos pandémicos.

Objetivo Específico 6.4 – Promover a territorialização e melhor coordenação das políticas públicas sociais no território do TeS

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA69. Conceber e implementar o processo de monitorização da aplicação de políticas sociais no território do TeS, fortalecendo a rede de cooperação entre instituições de solidariedade social, municípios, CIM e representantes da Segurança Social, nele incluindo a presença dos apoios do PO ISE e do seu futuro equivalente;

LA70. Conceber nesse âmbito institucional um programa destinado a melhorar as condições de coesão social no território do TeS;

LA71. Promover ações de dinamização para uma mais significativa participação do TeS em medidas de apoio à inovação e ao empreendedorismo social, tirando partido da presença em Amarante da IRIS (Incubadora Regional de Inovação Social);

LA72. Formatar e concertar um programa intermunicipal de dinamização e capacitação para a animação do envelhecimento ativo;

LA73. Apoiar instituições do TeS vocacionadas para a integração de migrantes internacionais e melhoria das suas condições de empregabilidade no mercado de trabalho.

Eixo Prioritário 7 – Sistema cultural

A qualificação e dinamização do sistema cultural e artístico no território do TeS adquire uma clara prioridade na medida em que pode contribuir para a resolução ou mitigação de alguns dos problemas estruturais desta sub-região. Relativamente a esses problemas, focamo-nos, designadamente, no domínio da qualificação das pessoas e do reforço da sua participação cívica, da competitividade de setores económicos, particularmente dos que incorporam capital simbólico ou que exigem incorporação crescente de valor baseado na criatividade, da melhoria da qualidade de vida, seja ela ao nível dos principais centros urbanos, com dinâmicas reforçadas de vida cultural e artística, mas também nos territórios de ocupação dispersa ou nos *hinterlands* rurais que, estando assegurado um ponto acesso a redes de comunicação e de Internet, tendem crescentemente a atrair novos residentes mais qualificados, em resultado das alterações que o teletrabalho e os modelos de trabalho híbrido vieram introduzir na localização destes (nomeadamente, em espaços com oferta de habitação mais barata), mas também no reforço da identidade ou das identidades que o TeS detém e que é urgente consolidar e tornar reconhecidas, favorecendo a atração não só de residentes, como também de investimento externo e de turistas.

O sistema cultural e artístico é um sistema complexo, com uma evidente participação partilhada de agentes públicos e privados, com lógicas municipais de política pública, mas que tendencialmente e de modo cada vez mais claro exigem respostas e estratégias inter e supra-municipais e, conseqüentemente, com desafios significativos de governança. As relações entre as práticas tradicionais e a cultura dita popular e as práticas artísticas contemporâneas e os contextos mais eruditos constituem um outro enorme desafio, especialmente num território em que, por um lado, o sistema associativo cultural de base local e de perfil amador mantém ainda uma significativa representatividade na prática cultural das populações, e em que, por outro lado, apesar de tudo é ainda relativamente escasso número de agentes e instituições, públicas e privadas (com e sem fins lucrativas), ligadas profissionalmente ao setor artístico, cultural e criativo.

Consideram-se assim objetivos específicos dentro deste eixo prioritário:

Objetivo específico 7.1. – Valorizar o património cultural, nas suas diversas dimensões, assegurando meios de divulgação e interpretação adequados à sua crescente apropriação por parte das populações

LA74. Assegurar a continuidade das ações de valorização e preservação do património histórico e cultural edificado, com identificação e realização das intervenções de requalificação do património.

LA75. Estruturar a rede de ativos museológicos, com o apoio à programação e cooperação museológica, bem como, quando necessário, a intervenções de reabilitação nos museus, centros interpretativos, estações arqueológicas e espaços envolventes, e o apoio a programas de investigação focados na valorização e renovação do material interpretativo e expositivo e a programas educativos (em articulação com o sistema educativo).

LA76. Promover a consolidação e alargamento da rede de bibliotecas municipais no TeS, reforçando o seu papel na promoção da leitura, em articular com o sistema de educação, e da redução da iliteracia e valorizando a sua presença enquanto espaços de promoção do conhecimento, de divulgação da literatura e do património literário da sub-região.

LA77. Desenvolver programas e reforçar estruturas de conhecimento, preservação e valorização dos saberes-fazer tradicionais e de outro património cultural imaterial, contribuindo para a coesão social e territorial e para a criação de valor baseado no capital simbólico e nos ativos específicos do TeS.

Objetivo específico 7.2 – Promover a oferta de estruturas, a formação e as práticas artísticas e criativas no quadro de uma crescente densificação e sustentação do tecido artístico e criativo

LA78. Reforçar a rede de teatros e cineteatros no território do TeS, favorecendo, simultaneamente, a sustentabilidade e emergências de estruturas e agrupamentos artísticos (nas diversas áreas artísticas, em especial no campo das artes performativas) e a diversificação e intensificação das práticas e dos consumos culturais das populações.

LA79. Promover uma oferta de novos espaços de incubação e de cooperação de estruturas e empresas artísticas e criativas, favorecendo o empreendedorismo cultural e criativo e aumentando o seu potencial de ligação aos *clusters* mais representativos no TeS (mobiliário, calçado e vestuário) em áreas como o *design*, a comunicação e marketing, o multimédia e as tecnologias digitais (realidade virtual, realidade aumentada, etc.).

LA80. Robustecer e modernizar o tecido associativo cultural de base local, incluindo a valorização de estruturas / infraestruturas que contribuam para a coesão social e territorial, organizando uma rede de polos/ centros culturais de proximidade, mas apostando em especial na capacitação humana e organizativa.

LA81. Apoiar e promover eventos culturais na região, com a realização de um mapa cultural anual da região, incluindo a conceção / identificação de eventos culturais (adicionais) que permitam para além de qualificar a oferta cultural, favorecer uma maior notoriedade e internacionalização.

Objetivo específico 7.3 – Afirmar o TeS como território de cultura e interculturalidade

LA82. Promover um reforço das políticas culturais municipais e das competências das suas estruturas técnicas e humanas, designadamente ao nível da programação, da gestão e da dinamização cultural, bem como da promoção da elaboração e implementação de Planos Estratégicos Cultura e Educação, no quadro das orientações do Plano nacional das Artes.

LA83. Criar condições para uma maior participação e inclusão de toda a(s) comunidade(s), incluindo as comunidades estrangeiras e imigrantes, mas também todos os restantes cidadãos, incluindo aqueles com necessidades especiais, nas dinâmicas e práticas culturais e artísticas do TeS.

LA84. Reforçar os mecanismos de cooperação intermunicipal de modo a aumentar o impacto territorial de projetos culturais de maior escala (por exemplo, a Rota do Românico), internacionalizados (Amarante Cidade Criativa da Música) e inovadores (Casa Museu de Vilar – Cinema de Animação).

7.4. AGENDA PARA O ORDENAMENTO E COESÃO TERRITORIAL

Propõem-se dois eixos prioritários.

Eixo Prioritário 8 – Sistema Urbano

Neste eixo prioritário, privilegia-se o sistema urbano do TeS como estrutura fundamental do seu ordenamento territorial e também como elemento de aglomeração de recursos e de forças para uma melhoria da sua coesão territorial.

Objetivo Específico 8.1 – Organizar o sistema territorial numa lógica de integração intermunicipal

Este objetivo específico agrega as ações destinadas a conferir uma melhor e mais coesa estruturação territorial ao Tâmega e Sousa, otimizando redes de infraestruturas e serviços e melhorando a relação entre os sistemas naturais e humanos.

Propõe-se a seguinte linha de ação:

LA85. Elaborar um Programa Intermunicipal de Ordenamento do Território (cf. decreto-Lei n.º 80/2015), que será o elemento estruturador das estratégias e dos modelos territoriais que os planos diretores municipais devem contemplar. O PIOT deve abranger a totalidade do território do Tâmega e Sousa e focar-se, principalmente, nas seguintes temáticas:

- articulação entre as estratégias intermunicipais de desenvolvimento económico e social, de conservação da natureza e de garantia da qualidade ambiental;
- estratégia, a médio e longo prazo, de racionalização do povoamento;
- integração intermunicipal das redes (existentes e projetadas) de equipamentos, infraestruturas e de distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços.
- Definição de objetivos em matéria de acesso a equipamentos e a serviços públicos (cf. OE 7.4, adiante).

Objetivo Específico 8.2 – Valorizar os traços de afirmação diferenciada da rede de centros urbanos do território do TeS e promover as suas complementaridades ao serviço da afirmação identitária do TeS

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA86. Apoiar a conceção de estratégias urbanas destinadas a afirmar um painel de complementaridades urbanas no quadro do território do TeS – em cidades e centros urbanos de menor dimensão estimula-se a conceção de estratégias urbanas conjuntas;

LA87. Apoiar a extensão e disseminação para outros municípios das realizações concretizadas no âmbito dos projetos urbanos de maior projeção e captação de públicos, tais como os que Amarante e Penafiel protagonizam no âmbito da Música e da Literatura.

LA88. Promover a organização de projetos em rede que garantam a cooperação de recursos e de mobilidade de públicos entre os principais equipamentos culturais do TeS;

LA89. Promover estratégias de valorização, requalificação e animação do espaço público em articulação com o painel de complementaridades urbanas que se pretende implementar no TeS.

Objetivo Específico 8.3 – Criar condições residenciais e habitacionais no TeS suscetíveis de contribuir para uma mais intensa atração de residentes

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA90. Promover a elaboração concertada de estratégias municipais de habitação, incluindo estratégias de reabilitação urbana, em articulação com as estratégias de valorização e animação de espaço público e o foco na atração de novos residentes;

LA91. Conceber um plano de intervenção em pontos críticos de degradação do património habitacional, sempre que possível integrado com ações de integração e combate à exclusão social;

LA92. Apoiar projetos de arquitetura e construção experimentais e de inovação em matéria de (i) utilização de novos materiais de construção com maior recurso à economia circular, (ii) novos

perfis de habitação mais compatíveis com a generalização do trabalho à distância, (iii) integração no espaço urbano.

Objetivo Específico 8.4 – Rever a estrutura territorial da oferta de Serviços de Interesse Geral do Tes

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA93. Apoiar a realização de um trabalho intermunicipal coordenado pela CIM TeS de revisão da oferta de Serviços de Interesse Geral em função do modelo para uma maior coesão territorial e das realizações e investimentos em matéria de mobilidade intra-TeS propostos neste documento;

LA94. Promover a elaboração do PIOT (cf. OE 7.1, atrás) e a monitorização dos processos de revisão de PDM em função dos resultados desse trabalho.

Eixo Prioritário 9 – Mobilidade e transportes

A garantia de um sistema eficiente de mobilidade é uma das áreas de intervenção mais relevantes para a coesão territorial e a qualidade de vida no TeS, tendo em conta alguns dos aspetos de diagnóstico que evidenciámos (as grandes desigualdades internas nos sistemas de acessibilidade e transporte, com municípios bastante isolados; as carências infraestruturais e os baixos níveis de serviços das estradas nacionais e municipais).

Objetivo Específico 9.1 – Melhoramento das condições gerais de circulação rodoviária no território

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA95. Promover a integração plena das áreas mais periféricas e isoladas do Tâmega e Sousa, dando prioridade a projetos de reforço das ligações rodoviárias internas que as aproximem entre elas e dos municípios do núcleo mais central (Baião-Resende, Marco de Canaveses-Baião-Cinfães, Penafiel-Entre os Rios-Castelo de Paiva e Celorico de Basto-A7).

LA96. Implementar um programa de Programa de requalificação e manutenção da rede viária no território do TeS, incluindo a sua capacitação para circulação de pesados nos acessos a áreas de concentração industrial.

Objetivo Específico 8.2 – Promover a mobilidade coletiva e em modos suaves

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA97. Intensificar o processo de criação de serviços eficientes e sustentáveis de transporte coletivo, incluindo medidas no âmbito da política tarifária, bilhética e informação aos utentes, apoio à aquisição de veículos carbono-zero para transportes públicos e a construção-modernização de interfaces rodoviários.

LA98. Apoiar a promoção da mobilidade elétrica e em modos suaves, incluindo a criação de uma rede integrada de vias cicláveis.

Objetivo Específico 8.3 – Desenvolver o transporte ferroviário e fluvial

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA99. No âmbito da Estratégia Ferroviária do TeS:

- ✓ **LA99.1.** Eletrificação da Linha do Douro (Marco de Canaveses-Régua).
- ✓ **LA99.2** Criação de uma ligação ferroviária entre Ermesinde e Felgueiras.
- ✓ **LA99.3** Restabelecimento da Linha Ferroviária de Livração a Amarante.

LA100. Requalificar e modernizar os portos fluviais de mercadorias (Sardoura e Várzea) e cais de passageiros, incluindo melhoramento de acessos terrestres.

7.5. AGENDA PARA A CAPACITAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E REFORÇO DA GOVERNAÇÃO INTERMUNICIPAL

Propõem-se dois eixos prioritários:

Eixo Prioritário 10 – Capacitação e transformação digital

A estratégia de desenvolvimento territorial que começa a ser neste documento gizada é indissociável do reforço da CIM TeS como elemento estruturador de um estágio mais robusto de governança intermunicipal, necessário para atingir os objetivos aqui fixados e sobretudo avançar no reforço identitário e de afirmação nacional e externa do TeS.

Objetivo Específico 10.1 – Capacitar a CIM e melhorar a integração e gestão partilhada de serviços entre municípios e CIM

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA101. Desenvolver um estudo aprofundado por domínios de políticas públicas de análise de viabilidade e de vantagens/inconvenientes associados à integração e gestão partilhada de serviços intermunicipais e municipais, tendo em conta o estado da arte da organização municipal e as necessidades inerentes de robustecimento técnico e humano da CIM TeS;

LA102. Apoiar a capacitação e robustecimento técnico e humano implicado pela criação da Autoridade Intermunicipal de Transportes para um cumprimento pleno das exigências associadas à sua constituição;

LA103. Desenvolver estudos de fundamentação de outras parcerias institucionais a promover pela CIM TeS para o pleno desenvolvimento de algumas opções consagradas na revisão da EIDT;

LA104. Promover a capacitação para a transformação digital da CIM TeS, dos municípios integrantes e de entidades consideradas cruciais para a implementação da estratégia proposta neste documento.

Objetivo Específico 10.2 – Promover a atração de investimento estruturante ao território do TeS

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA105. Promover junto dos municípios a identificação das áreas de acolhimento empresarial que deverão ser consideradas apostas para a tornar a estrutura de acolhimento empresarial do TeS mais legível e reconhecida a partir do exterior;

LA106. Apoiar investimentos de melhoria do enquadramento das referidas áreas em termos de ordenamento e condições ambientais e apetrechamento dos seus modelos de gestão;

LA107. Lançar estudos de viabilidade de constituição de uma Agência para a Atração e Dinamização do Investimento no TeS.

Eixo Prioritário 11 – Comunicação e marketing

Propõe-se um eixo prioritário subordinado a um único objetivo:

Objetivo Específico 11.1 – Promover a comunicação e marketing territorial do TeS segunda uma lógica de afirmação diferenciada dos traços identitários e de complementaridade

Sob este objetivo específico são propostas as seguintes linhas de ação:

LA108. Promover a comunicação e marketing das principais rotas organizadoras da diversidade e complementaridade entre os seus recursos patrimoniais, naturais e culturais;

LA109. Promover as complementaridades de imagem a projetar do TeS nas páginas WEB e outros instrumentos de comunicação dos municípios, divulgando traços comuns e afirmando a diversidade diferenciadora de cada território municipal;

LA110. Promover a comunicação de produtos com maior afirmação de traços identitários do TeS (Vinho Verde, por exemplo)

LA111. Apoiar iniciativas culturais e criativas suscetíveis de assegurar ao TeS uma maior notoriedade.

SÍNTESE

A EIDT DO TeS revista pode ser sucintamente descrita pelo seu quadro estratégico, de Agendas estratégicas, Eixos Prioritários e Objetivos Específicos.

AGENDA DE INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE PARA O TeS

Eixo Prioritário 1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos *clusters* industriais

- Objetivo Específico 1.1 – Promover a I&D+I nas empresas
- Objetivo Específico 1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte
- Objetivo Específico 1.3 – Promover o empreendedorismo e alargar a base territorial da competitividade
- Objetivo Específico 1.4 – Atrair investimento externo
- Objetivo Específico 1.5 – Oferta de Solo Industrial

Eixo Prioritário 2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território

- Objetivo Específico 2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística
- Objetivo Específico 2.2 – Promoção turística do Tâmega e Sousa, em articulação com os níveis regional e nacional
- Objetivo Específico 2.3 – Otimizar os recursos de explorações agrícolas e pecuárias
- Objetivo Específico 2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais
- Objetivo Específico 2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados

AGENDA PARA A VALORIZAÇÃO DAS MAIS VALIAS-AMBIENTAIS DO TeS E PARA A ABORDAGEM À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Eixo Prioritário 3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património

- Objetivo Específico 3.1 – Promover a economia circular
- Objetivo Específico 3.2 – Qualificar e otimizar a gestão da água e dos resíduos
- Objetivo Específico 3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região

Eixo Prioritário 4 – Plano de Adaptação às Alterações Climáticas

- Objetivo Específico 4.1 – Descarbonizar a economia e potenciar a eficiência e a sustentabilidade energética

- Objetivo Específico 4.2 – Promover a adaptação às alterações climáticas, mitigar os riscos e preservar os recursos naturais
- Objetivo Específico 4.3 – Mobilizar a produção de conhecimento em domínios que o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas tenha revelado como prioritários

AGENDA PARA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS E ORGANIZAÇÕES E PARA A COESÃO SOCIAL NO TeS

Eixo Prioritário 5 – Sistema educativo e de formação

- Objetivo Específico 5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo
- Objetivo Específico 5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação

Eixo Prioritário 6 – Políticas ativas de emprego e coesão social

- Objetivo Específico 6.1 – Conceber programas de ativação de desempregados adaptáveis à evolução das condições do mercado de trabalho
- Objetivo Específico 6.2 – Promover a empregabilidade e a transição para a vida ativa de jovens
- Objetivo Específico 6.3 – Melhorar as condições de resiliência dos territórios do TeS a crises de saúde pública que impliquem pressão sobre os sistemas de saúde e de apoio social
- Objetivo Específico 6.4 – Promover a territorialização e melhor coordenação das políticas públicas sociais no território do TeS.

Eixo prioritário 7 – Sistema cultural

- Objetivo específico 7.1. – Valorizar o património cultural, nas suas diversas dimensões, assegurando meios de divulgação e interpretação adequados à sua crescente apropriação por parte das populações
- Objetivo específico 7.2 – Promover a oferta de estruturas, a formação e as práticas artísticas e criativas no quadro de uma crescente densificação e sustentação do tecido artístico e criativo
- Objetivo específico 7.3 – Afirmar o TeS como território de cultura e interculturalidade

AGENDA PARA O ORDENAMENTO E COESÃO TERRITORIAL

Eixo Prioritário 8– Sistema Urbano

- Objetivo Específico 8.1 – Organizar o sistema territorial numa lógica de integração intermunicipal
- Objetivo Específico 8.2 – Valorizar os traços de afirmação diferenciada da rede de centros urbanos do território do TeS e promover as suas complementaridades ao serviço da afirmação identitária do TeS
- Objetivo Específico 8.3 – Criar condições residenciais e habitacionais no TeS suscetíveis de contribuir para uma mais intensa atração de residentes
- Objetivo Específico 8.4 – Rever a estrutura territorial da oferta de Serviços de Interesse Geral do Tes

Eixo Prioritário 9 – Mobilidade e transportes

- Objetivo Específico 9.1 – Melhoramento das condições gerais de circulação rodoviária
- ▪ Objetivo Específico 9.2 – Promover a mobilidade coletiva e em modos suaves
- ▪ Objetivo Específico 9.3 – Desenvolver o transporte ferroviário e fluvial

AGENDA PARA A CAPACITAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E REFORÇO DA GOVERNAÇÃO INTERMUNICIPAL

Eixo Prioritário 10 – Capacitação e governação intermunicipal

- Objetivo Específico 10.1 – Capacitar a CIM e melhorar a integração e gestão partilhada de serviços entre municípios e CIM
- Objetivo Específico 10.2 – Promover a atração de investimento estruturante ao território do TeS
- Objetivo Específico 10.3 – Promover a comunicação e marketing territorial do TeS segunda uma lógica de afirmação diferenciada dos traços identitários e de complementaridade.

Eixo Prioritário 11 – Comunicação e marketing

- Objetivo Específico 11.1 – Promover a comunicação e marketing territorial do TeS segundo uma lógica de afirmação diferenciada dos traços identitários e de complementaridade

8. EIDT REVISTA DO TES VERSUS ESTRATÉGIA REGIONAL NORTE 2030 E ESTRATÉGIA DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE NORTE 2021-2027

A figura da página seguinte representa a matriz de articulação dos Eixos Prioritários da EIDT revista com os grandes objetivos da Estratégia Regional Norte.

A análise mais pormenorizada do texto da Estratégia Regional Norte 2030 atrás referida permite confirmar que a síntese de caracterização e de prioridades que nesse documento é realizado para o território do Tes (páginas 248-253) está totalmente em linha com a versão revista da EIDT, indiciando que os trabalhos resumidos neste relatório de revisitação da EIDT para o período 2021-2027 foram devidamente integrados pela formulação da Estratégia Regional.

Imediatamente após a referida matriz, apresenta-se a tabela de Articulação dos Eixos Prioritários da EIDT do Tâmega e Sousa com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente para o período 2021-2027.

Articulação dos Eixos Prioritários da EIDT do Tâmega e Sousa com os Objetivos da Estratégia NORTE 2030

Objetivos NORTE 2020 EIDT Tâmega e Sousa	OE1 Intensificação tecnológica da base produtiva regional	OE2 Valorização de ativos e recursos intensivos em território	OE3 Melhoria do posicionamento competitivo à escala global	OE4 Consolidação sustentável de sistema urbano policêntrico	OE5 Promoção da empregabilidade e de públicos e territórios-alvo	OT1 Acréscimo de qualificações em todos os segmentos e grupos-alvo da população	OT2 Equidade vertical e horizontal no acesso a bens e serviços públicos de qualidade	OT3 Eficácia e eficiência do modelo de governação regional
EP1. Qualificação e competitividade de <i>clusters</i> industriais	FORTE	MÉDIA	FORTE	DIFUSA	MÉDIA	MÉDIA	DIFUSA	MÉDIA
EP 2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território	MÉDIA	FORTE	MÉDIA	DIFUSA	MÉDIA	MÉDIA	DIFUSA	FORTE
EP 3 - Defender a qualidade ambiental no TeS, - serviços ambientais e património	DIFUSA	MÉDIA	DIFUSA	DIFUSA	DIFUSA	DIFUSA	DIFUSA	MÉDIA
EP 4 – Plano de Adaptação às Alterações Climáticas	MÉDIA	MÉDIA	DIFUSA	MÉDIA	DIFUSA	DIFUSA	DIFUSA	FORTE
EP 5 – Sistema educativo e de formação	FORTE	FORTE	MÉDIA	MÉDIA	FORTE	FORTE	MÉDIA	FORTE
EP 6 – Políticas ativas de emprego e coesão social	MÉDIA	MÉDIA	DIFUSA	MÉDIA	FORTE	MÉDIA	FORTE	FORTE
EP 7 – Sistema cultural	DIFUSA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	FORTE	FORTE	FORTE
EP 8 – Sistema Urbano	DIFUSA	MÉDIA	DIFUSA	FORTE	DIFUSA	DIFUSA	FORTE	FORTE
EP 9 – Mobilidade e transportes	DIFUSA	MÉDIA	MÉDIA	FORTE	DIFUSA	DIFUSA	FORTE	FORTE
EP 10 – Capacitação e transformação digital	FORTE	FORTE	FORTE	MÉDIA	DIFUSA	DIFUSA	FORTE	FORTE
EP 11. Comunicação e marketing	DIFUSA	DIFUSA	DIFUSA	DIFUSA	DIFUSA	DIFUSA	DIFUSA	DIFUSA

FORTE
MÉDIA
DIFUSA

Articulação dos Eixos Prioritários da EIDT do Tâmega e Sousa com a Estratégia Regional de Especialização Inteligente para o período 2021-2027

Domínio Prioritário S3 NORTE 2027	Relevância do Tâmega e Sousa	Eixos da EIDT do Tâmega e Sousa
Criatividade, Moda e Habitats	As Indústrias da Moda (Têxtil, Vestuário e Calçado) e a Indústria do Mobiliário são setores com forte expressão no Tâmega e Sousa	EP1 - Qualificação e competitividade de <i>clusters</i> industriais
Industrialização e Sistemas Avançados de Fabrico	Os <i>clusters</i> industriais do Tâmega e Sousa são setores de aplicação relevantes para as tecnologias digitais e outras tecnologias avançadas, bem como para novos materiais	EP1 - Qualificação e competitividade de <i>clusters</i> industriais
Sistemas Agroambientais e Alimentação	O Tâmega e Sousa tem um elevado potencial para afirmar fileiras agroindustriais com base em produtos diferenciados e de elevado valor simbólico	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território EP 3 - Defender a qualidade ambiental no TeS – serviços ambientais e património
Mobilidade Sustentável e Transição Energética	Oportunidades geradas pelo relançamento do transporte ferroviário por iniciativa da CIM. O PIAAC aposta fortemente no desenvolvimento de conhecimento e na I&D estratégica.	EP 4 – Implementar o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas EP 9 – Mobilidade e transportes
Ativos Territoriais e Serviços do Turismo	A atividade turística observou um grande incremento no Tâmega e Sousa, interrompido pela pandemia COVID 19, mas que será retomado no pós-pandemia.	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território EP7 – Sistema Cultural
Tecnologias, Estado, Economia e Sociedade	O Tâmega e Sousa tem potencial para aprofundar a transformação digital da economia e da sociedade.	EP1 - Qualificação e competitividade de <i>clusters</i> industriais EP 10 – Capacitação e transformação digital

9. ARTICULAÇÃO COM PROJETOS ESTRATÉGICOS ESTRUTURANTES EM GESTAÇÃO NO TeS

Tal como foi anteriormente referido, a CIM TeS desenvolveu, praticamente em paralelo com a fase final do estudo de revisitação da EIDT TeS um estudo de identificação de projetos estruturantes.

O estudo desenvolvido pela SIGMA TEAM Consulting tem por designação “ANÁLISE, ESTUDO E SISTEMATIZAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS - REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL” e foi elaborado tendo por referencial o quadro estratégico apresentado no capítulo 7 do presente relatório.

A tabela seguinte descreve a distribuição dos 25 projetos estruturantes pelos Eixos Prioritários da nova versão da EIDT do TeS:

EIXOS PRIORITÁRIOS DA EIDT REVISTA	NÚMERO DE PROJETOS ESTRUTURANTES IDENTIFICADOS
EP1. Qualificação e competitividade de <i>clusters</i> industriais	8
EP 2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território	10
EP 3 - Defender a qualidade ambiental no TeS, - serviços ambientais e património	4
EP 4 – Plano de Adaptação às Alterações Climáticas	-
EP 5 – Sistema educativo e de formação	8
EP 6 – Políticas ativas de emprego e coesão social	1
EP 7 – Sistema Cultural	2
EP 8 – Sistema Urbano	-
EP 9 – Mobilidade e transportes	-
EP 10 – Capacitação e transformação digital	3

A relação entre projetos estruturantes na área da competitividade e das qualificações é manifesta, com uma forte articulação entre EP1-EP2 e EP5-EP6-EP7, o que está em linha com a avaliação estratégica que suporta a revisitação da EIDT. Os projetos estruturantes na área ambiental e na capacitação e transformação digital completam o quadro.

Embora se reconheça o foco estratégico dos 25 projetos constantes do estudo acima referido, amplamente validado pelos municípios que integram a CIM TeS, é também manifesto que o futuro Plano de Ação a elaborar a partir do suporte de revisitação da EIDT terá de transcender em grande medida este conjunto.

Assim, os EP 3 e 4 apresentam um elevado potencial de geração de mais projetos, repartindo-se entre projetos de iniciativa municipal e projetos intermunicipais sob a coordenação da CIM para subáreas do território do TeS.

O mesmo pode ser dito a propósito do EP 6, embora deva reconhecer-se a importância que, sobretudo na área social, assumem os projetos liderados por entidades setoriais.

Tal como é referido no referido estudo, um dos pontos fortes da futura contratualização de um Plano de Ação estará na identificação de projetos para o EP 7 – Sistema Urbano, tendo sido já realizada uma auscultação preliminar aos municípios sobre ideias de projeto e projetos já elaborados para esta área, da qual se dá conta neste relatório.

Por sua vez, a ausência de projetos no EP 9 – Mobilidade e Transportes resulta do facto deles já terem sido propostos, designadamente por entidades como a Infraestruturas de Portugal e a APDL, por exemplo e terem representado uma frente de reivindicação autónoma por parte do território.

Em suma, o conjunto de 25 projetos estruturantes constituirá obviamente um ponto fulcral do futuro Plano de Ação a elaborar pela CIM do TeS, devendo ser completado em áreas que, como as atrás assinaladas, robustecerão o Plano e garantirão um maior equilíbrio entre os EP da agora revisitada EIDT.

Nas páginas seguintes, reproduz-se com a devida vénia aos autores a tabela de síntese dos projetos oportunamente identificados.

PROJETO	ARTICULAÇÃO COM EIDT	LOCALIZAÇÃO	PROMOTOR
Fábrica Modelo da Indústria do Vestuário	<p>EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais</p> <p>OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas</p> <p>OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte</p> <p>EP5 – Sistema educativo e de formação</p> <p>OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo</p> <p>OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação</p>	Lousada	Associação a criar, envolvendo Associações Empresariais, entidades do SCTN e do sistema de educação e formação
Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia das Tecnologias Digitais e Gestão Industrial	<p>EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais</p> <p>OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas</p> <p>OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte</p>	Felgueiras	ESTGF
Centro Tecnológico da Indústria do Mobiliário	<p>EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais</p> <p>OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas</p> <p>OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte</p>	Paços de Ferreira	Associação a criar, envolvendo Moveitex, Associações Empresariais, entidades do SCTN
Amarante Tech Campus	<p>EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais</p> <p>OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas</p> <p>OE1.3 – Promover o empreendedorismo e alargar a base territorial da competitividade</p> <p>OE1.4 – Atrair investimento externo</p>	Amarante	Município de Amarante
Polo Tecnológico de Rans	<p>EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais</p> <p>OE1.1 – Promover a I&D+I nas empresas</p> <p>OE1.2 – Reforçar o Sistema Sub-regional de Inovação, em articulação com o Sistema Regional de Inovação do Norte</p> <p>OE1.4 – Atrair investimento externo</p> <p>OE1.5 – Oferta de Solo Industrial</p>	Penafiel	Município de Penafiel

PROJETO	ARTICULAÇÃO COM EIDT	LOCALIZAÇÃO	PROMOTOR
Áreas de Acolhimento Empresarial	EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.5 – Oferta de Solo Industrial	Vários Municípios	Municípios
Rede de Espaços de Acolhimento e Coworking	EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.3 – Promover o empreendedorismo e alargar a base territorial da competitividade EP6 – Políticas ativas de emprego e coesão social OE6.2 – Promover a empregabilidade e a transição para a vida ativa de jovens	Vários Municípios	CIM do Tâmega e Sousa Municípios
Centro de Valorização e Transferência de Tecnologia para o Agroalimentar e Incubadora Rural do Tâmega e Sousa	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.3 – Otimizar os recursos de explorações agrícolas e pecuárias OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados	Baião	Município de Baião, Associação a criar envolvendo entidades do SCTN, associações de produtores, etc.
Quinta Ciência Viva dos Projetos e dos Socalcos	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística Objetivo Específico 2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de	Cinfães	Município de Cinfães Ciência Viva - ANCCCT
Ecovia Douro Verde	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	Marco de Canaveses, Baião, Resende, Cinfães, Castelo de Paiva	Municípios de Marco de Canaveses, Baião, Resende, Cinfães, Castelo de Paiva IE Portugal
Centro de Alto Rendimento (Montanha e Rio)	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística	Cinfães Marco de Canaveses	Municípios de Cinfães e Marco de Canaveses
Requalificação da Casa dos Arcos – Centro Interpretativo do Vinho Verde	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados	Marco de Canaveses	Município de Marco de Canaveses

PROJETO	ARTICULAÇÃO COM EIDT	LOCALIZAÇÃO	PROMOTOR
Dinamização da Rota dos Vinhos Verdes	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	Vários Municípios	CVRVV ERTPN CIM Municípios
Aldeias do Tâmega e Sousa	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	Vários Municípios	CIM, ADLs, Municípios
Valorização dos Rios do Tâmega e Sousa	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	Vários Municípios	CIM Tâmega e Sousa Municípios
Promoção das Artes e Ofícios Tradicionais	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território OE2.1 – Aprofundar a organização e qualificação da oferta turística OE2.4 – Promover o empreendedorismo e a inovação nas fileiras agroindustriais OE2.5 – Promover a distribuição e comercialização de produtos alimentares diferenciados EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região	Vários Municípios	CIM, ADLs, Municípios
Promoção Turística do Tâmega e Sousa	EP2 – Valorização das atividades económicas baseadas em ativos do território	CIM	CIM Tâmega e Sousa

PROJETO	ARTICULAÇÃO COM EIDT	LOCALIZAÇÃO	PROMOTOR
	OE2.2 – Promoção turística do Tâmega e Sousa, em articulação com os níveis regional e nacional EP9 – Capacitação e governação intermunicipal OE9.1 – Capacitar a CIM e melhorar a integração e gestão		
Fábrica das Artes	EP3 - Defender a qualidade ambiental no TeS - serviços ambientais e património OE3.3 – Fomentar a valorização e preservação do património cultural, natural e paisagístico da região EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo	Amarante	Município de Amarante
Formação Avançada e Executiva	EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação	Vários Municípios	Instituições de Ensino Superior
Academia Profissional de Paços de Ferreira	EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação	Paços de Ferreira	Município de Paços de Ferreira
Escola Profissional e Tecnológica da Construção Civil	EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com	Cinfães	Município de Cinfães Outros

PROJETO	ARTICULAÇÃO COM EIDT	LOCALIZAÇÃO	PROMOTOR
	a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação		
Academia Profissional do Marco de Canaveses	EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação	Marco de Canaveses	Município de Marco de Canaveses Outros
Escola de Hotelaria e Turismo do Tâmega e Sousa	EP5 – Sistema educativo e de formação OE5.1 – Promover generalizadamente a melhoria de qualificações da população jovem do TeS capacitando-a para a empregabilidade no contexto de valorização do seu sistema produtivo OE5.2 – Melhorar a qualificação de ativos em estreita articulação com a organização de processos de identificação de necessidades empresariais de inovação e formação	Marco de Canaveses	Turismo de Portugal Município de Marco de Canaveses
Agência de Investimentos	EP1 – Aprofundamento da qualificação e da competitividade dos clusters industriais OE1.4 – Atrair investimento externo EP9 – Capacitação e governação intermunicipal OE9.2 – Promover a atração de investimento estruturante ao território do TeS	CIM	CIM Tâmega e Sousa
Plano de Marketing Territorial	EP9 – Capacitação e governação intermunicipal OE9.3 – Promover a comunicação e marketing territorial do TeS segunda uma lógica de afirmação diferenciada dos traços identitários e de complementaridade.	CIM	CIM Tâmega e Sousa

Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Estratégia 2030 | Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais



Entidades gestoras que operam no Tâmega e Sousa

Águas do Douro e Paiva, S.A.

Águas do Marco, S.A.

Águas do Norte, S.A.

Águas de Paços de Ferreira, S.A.

Penafiel Verde, EM

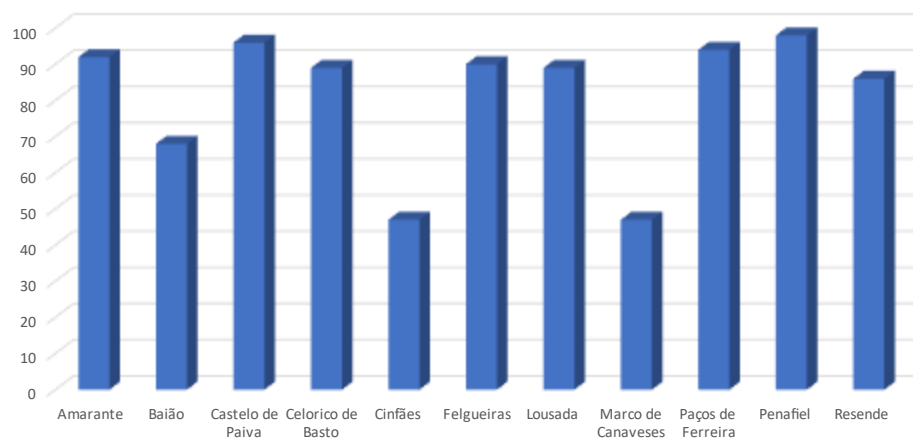
SimDouro, S.A.

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



Abastecimento de Água

Acessibilidade física do serviço (%)



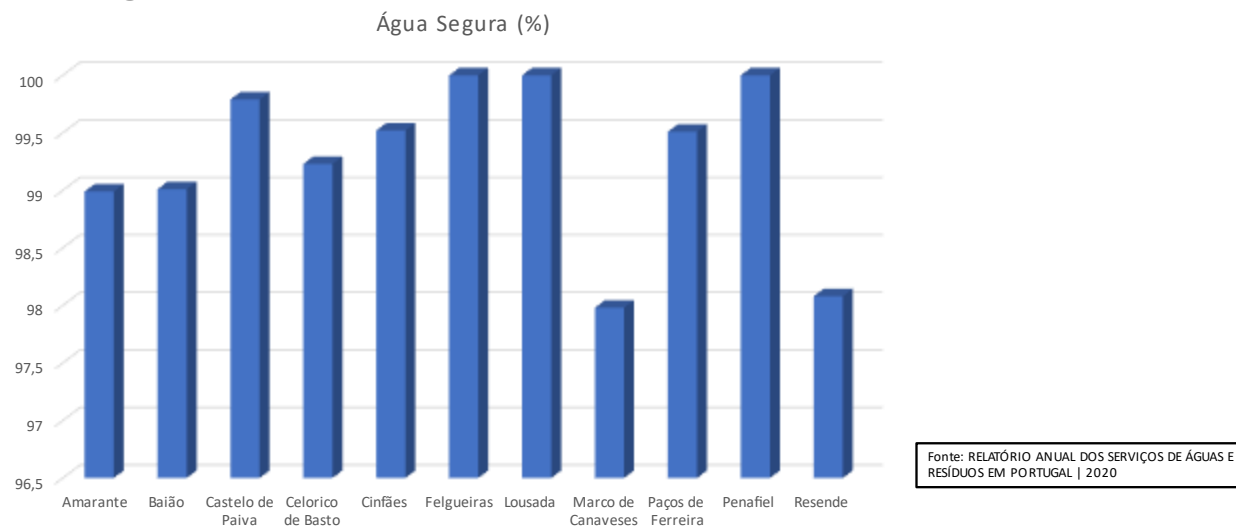
Fonte: RELATÓRIO ANUAL DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS EM PORTUGAL | 2020

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE

Estratégia 2030 | Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais



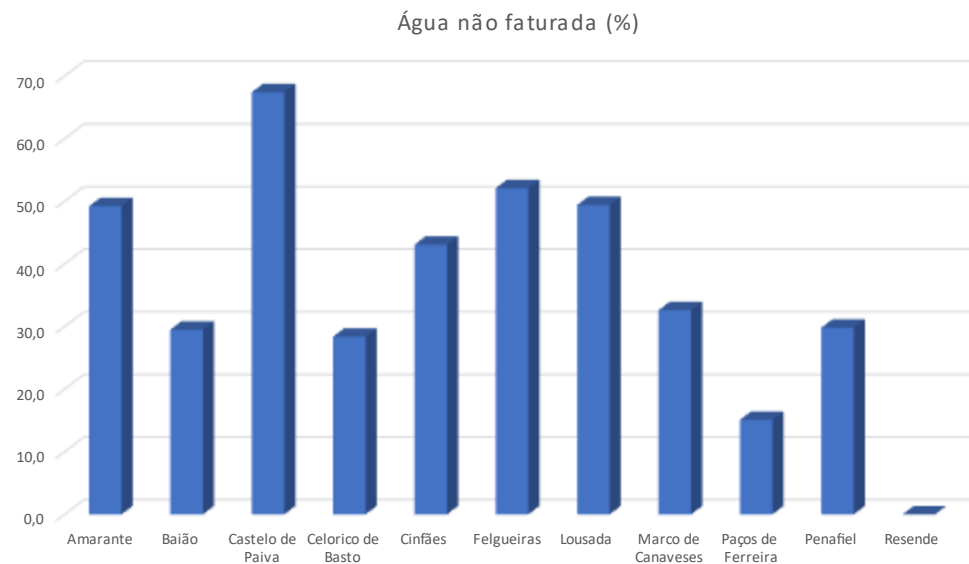
Abastecimento de Água (cont.)



AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



Abastecimento de Água (cont.)

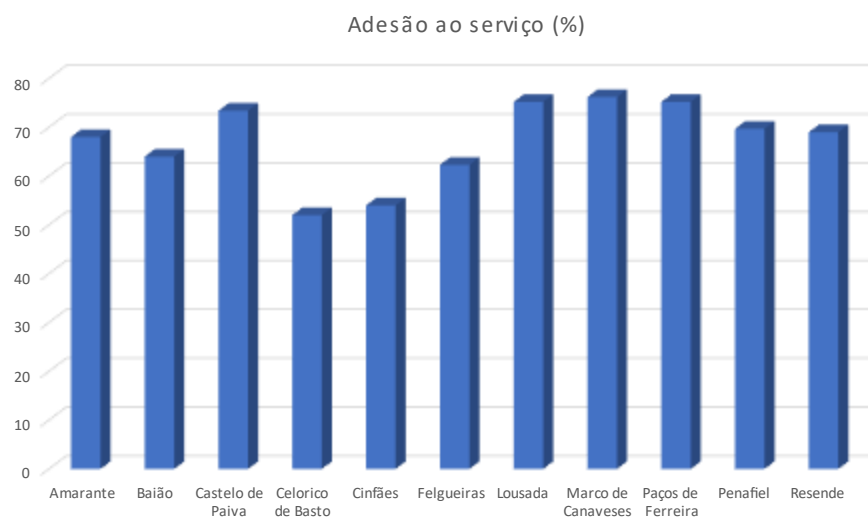


Fonte: RELATÓRIO ANUAL DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS EM PORTUGAL | 2020

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



Abastecimento de Água (cont.)



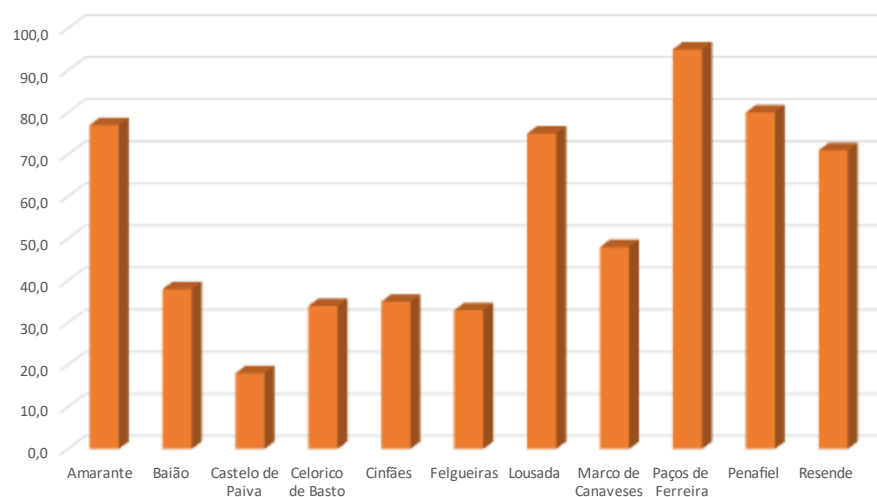
Fonte: RELATÓRIO ANUAL DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS EM PORTUGAL | 2020

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



Saneamento de Águas Residuais

Acessibilidade física do serviço(%)

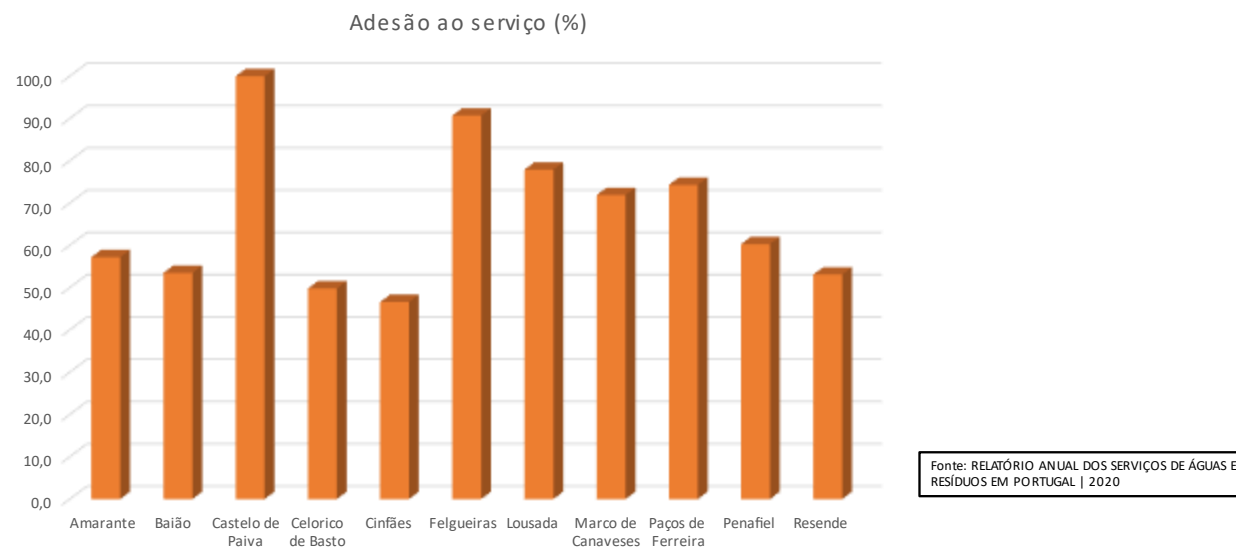


Fonte: RELATÓRIO ANUAL DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS EM PORTUGAL | 2020

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



Saneamento de Águas Residuais (cont.)

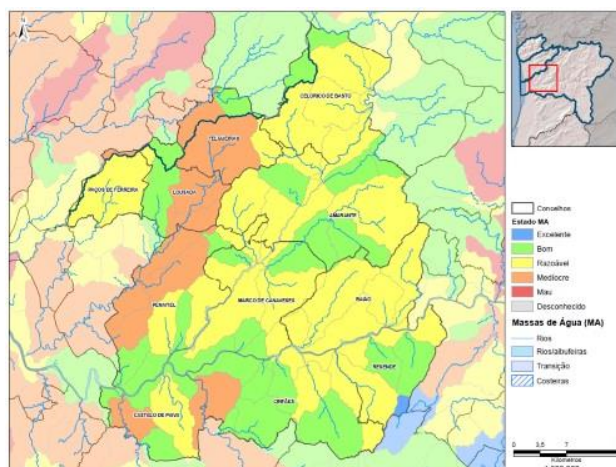


AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESSES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE

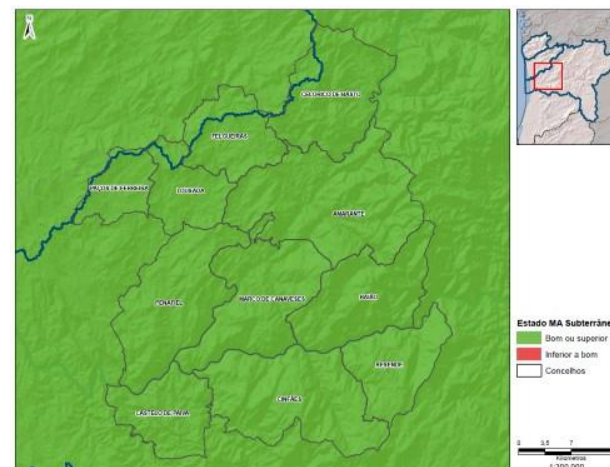


Classificação do estado das massas de águas

Superficiais



Subterrâneas



Fonte: APA | PGRH3 Douro 2016-2021

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE

Estratégia 2030 | Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais



Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas



AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE

Alterações Climáticas



Estratégia 2030 | Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

O que as alterações climáticas vão trazer ao território do Tâmega e Sousa?



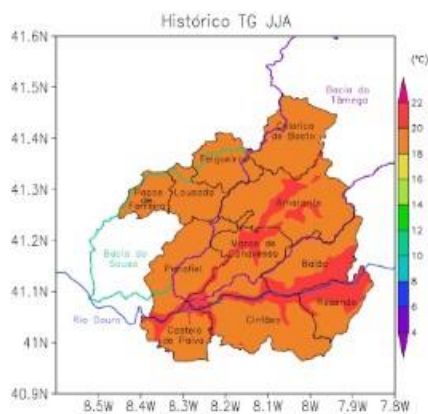
Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas no Tâmega e Sousa (PIAAC-TS), 2019

Fonte: APA | PGRH3 Douro 2016-2021

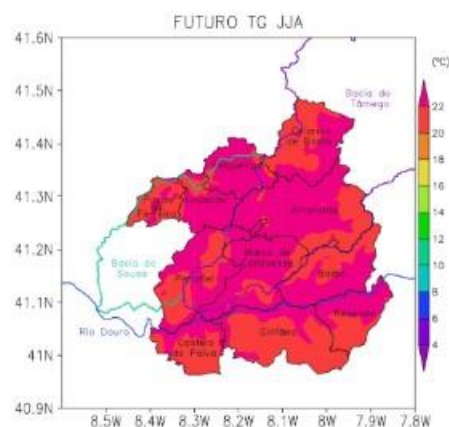
AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



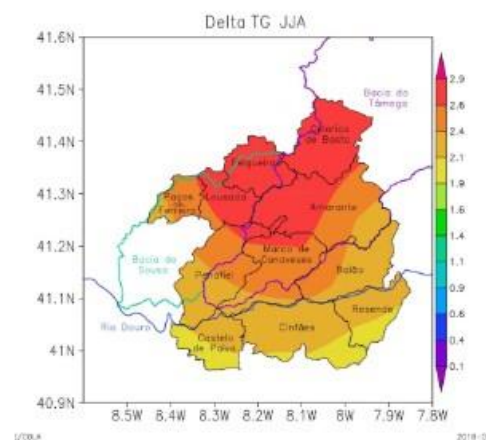
Subida das temperaturas de verão de 2°C a 3°C



Temperatura média de verão para as condições atuais (histórico, 1981 a 2010)



Temperatura média de verão para um cenário futuro (2041 a 2071)

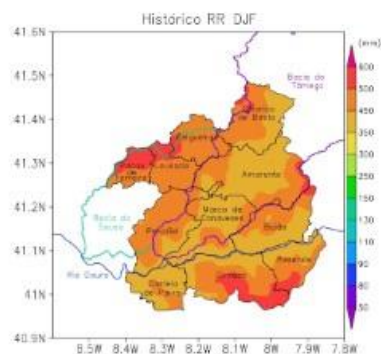


Varição da temperatura média de verão para um cenário futuro em relação à situação atual

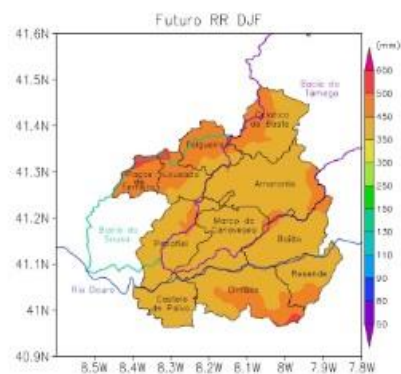
AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



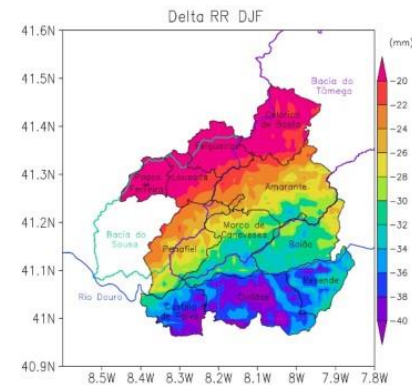
Diminuição da precipitação nos meses de inverno



Precipitação média acumulada de inverno (histórico, 1981 a 2010)



Precipitação média acumulada de inverno para um cenário futuro (20401 a 2071)



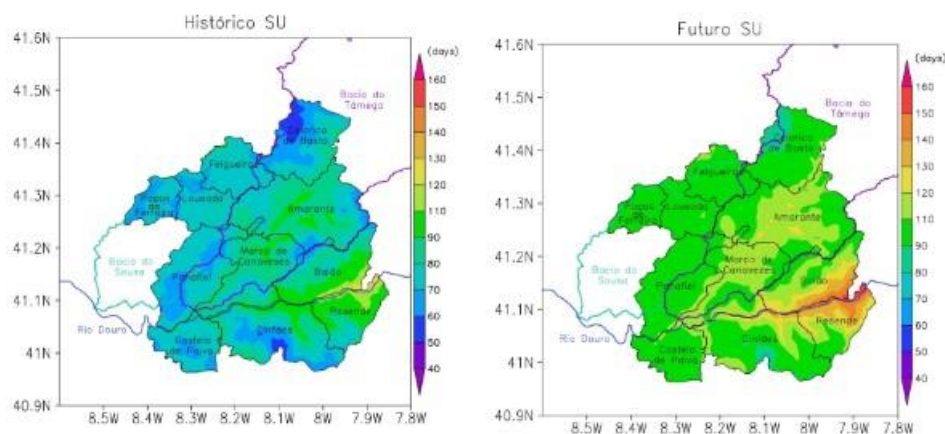
Varição da precipitação média acumulada de inverno para um cenário futuro em relação à situação atual

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE

Estratégia 2030 | Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

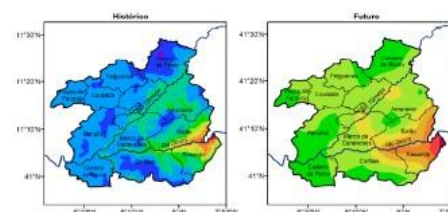


Aumento de fenómenos extremos aumento do número de dias de verão, na ordem de 20 a 30 dias por ano e extensão dos dias de calor para outras estações

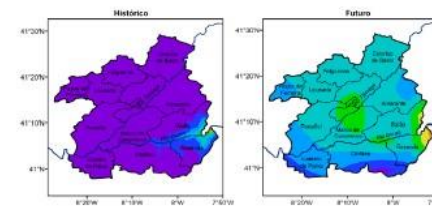


Número de dias de verão (temperatura máxima acima de 25°C) no território da CIM do Tâmega e Sousa para as condições atuais (Histórico, 1981 a 2010) e para um cenário futuro (Futuro, 2041 a 2070).

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



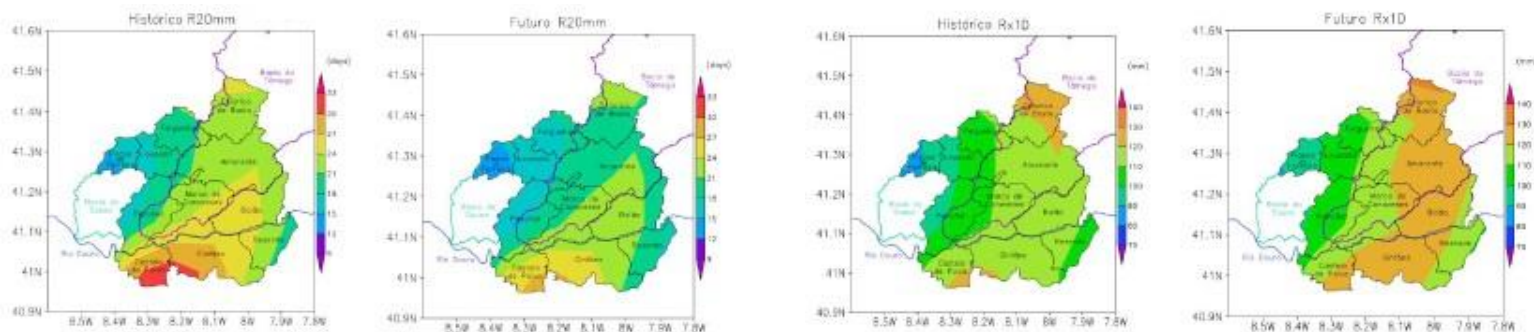
Número de dias com temperatura máxima >30 °C na Primavera, no território da CIM do Tâmega e Sousa para as condições atuais (Histórico, 1981 a 2010) e para um cenário futuro (Futuro, 2041 a 2070)



Número de dias com temperatura máxima >35 °C na Primavera, no território da CIM do Tâmega e Sousa para as condições atuais (Histórico, 1981 a 2010) e para um cenário futuro (Futuro, 2041 a 2070)



Aumento de fenómenos extremos aumento da intensidade de precipitação



Número de dias com precipitação acima de 20 mm no território da CIM do Tâmega e Sousa para as condições atuais (Histórico, 1981 a 2010) e para um cenário futuro (Futuro, 2041 a 2070, RCP4.5).

Precipitação máxima num dia no território da CIM do Tâmega e Sousa para as condições atuais (Histórico, 1981 a 2010) e para um cenário futuro (Futuro, 2041 a 2070, RCP4.5).

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



Consequências: fenómenos extremos de calor

- Degradação da qualidade das águas superficiais e sua implicação nas ETA
- Falhas no abastecimento de água
- Conflito de usos (principalmente com a agricultura)
- Conflitos sociais

Consequências: fenómenos extremos de precipitação

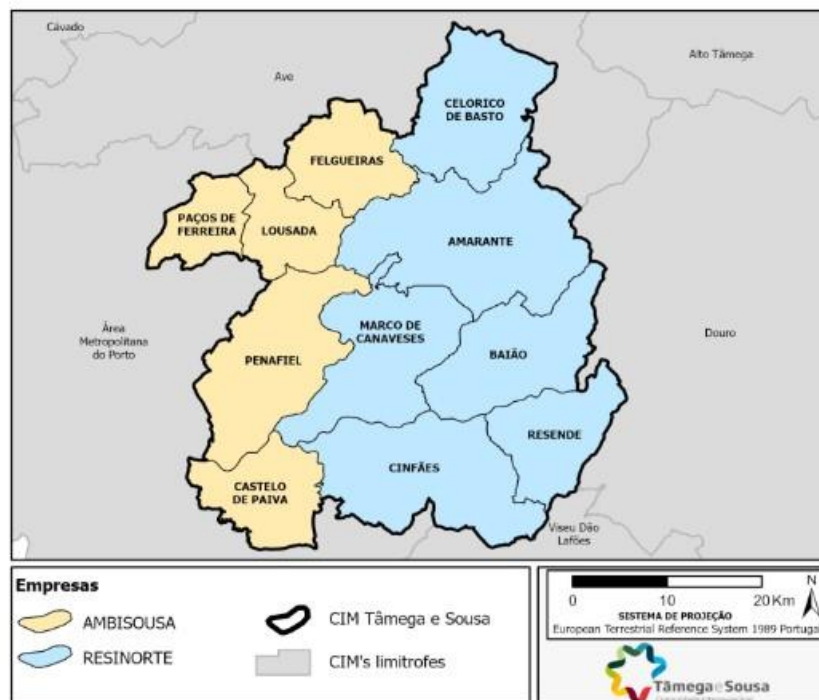
- Subdimensionamento das ETAR e aumento dos custos de tratamento
- Incapacidade de transporte das redes de drenagem

Gestão de Resíduos

Estratégia 2030 | Entidades Gestoras de Resíduos



Entidades gestoras que operam no Tâmega e Sousa:

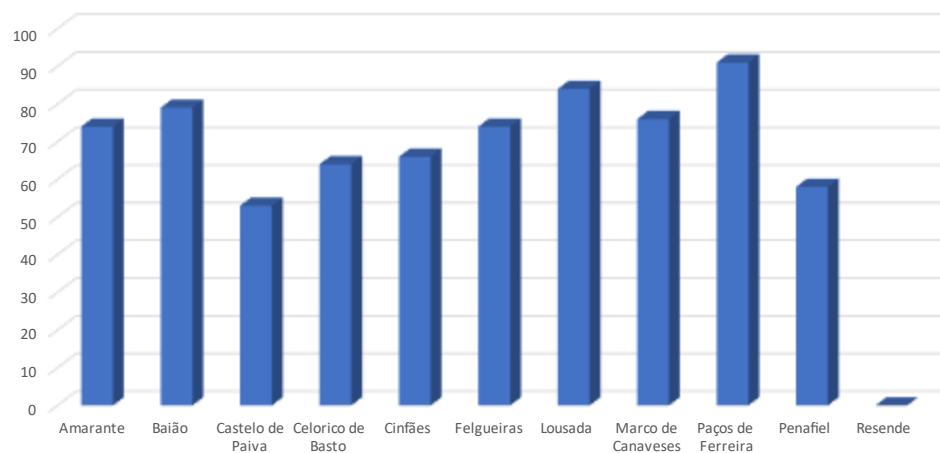


AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



Resíduos urbanos

Acessibilidade física do serviço de recolha indiferenciada (%)



Fonte: RELATÓRIO ANUAL DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS EM PORTUGAL | 2020

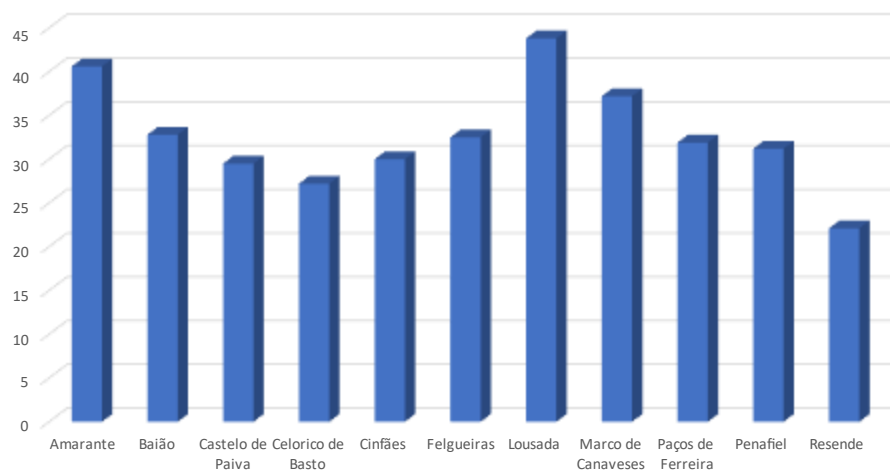
O indicador é definido como a percentagem do número de alojamentos familiares e coletivos com serviço de recolha indiferenciada a uma distância inferior a 100 m (inclui a totalidade dos alojamentos existentes em áreas com recolha porta a porta), ou a 200 m em áreas predominantemente rurais, quando previsto em regulamento de serviço, na área de intervenção da entidade gestora (conceito a aplicar a EG de sistemas em baixa).

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



Resíduos urbanos (cont.)

Acessibilidade do serviço de recolha seletiva (%)



Fonte: RELATÓRIO ANUAL DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS EM PORTUGAL | 2020

O indicador é definido como a percentagem de alojamentos familiares e coletivos com serviço de recolha seletiva por ecopontos (ecoponto localizado a uma distância máxima de 100 m nas freguesias classificadas como áreas predominantemente urbanas e 200 m nas restantes áreas) e/ou porta a porta, disponibilizado pela entidade gestora na sua área de intervenção

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



Destino dos RSU

Entidade gestora	Recolha seletiva (3 fileiras)	Aterro	Tratamento mecânico/Tratamento mecânico biológico
Ambisousa	≈11%	89%	0%
Resinorte	≈13%	47%	40%

Fonte: Relatórios de atividades das entidades gestoras referentes ao ano de 2019

AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE



Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas



AMARANTE | BAIÃO | CASTELO DE PAIVA | CELORICO DE BASTO | CINFÃES | FELGUEIRAS | LOUSADA | MARCO DE CANAVESES | PAÇOS DE FERREIRA | PENAFIEL | RESENDE

